

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)

TESE

A REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA E A REFORMA AGRÁRIA
NO BRASIL (1964-1988)

Bruna Marques Cabral

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)**

***A REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA E A REFORMA AGRÁRIA
NO BRASIL (1964-1988)***

BRUNA MARQUES CABRAL

Sob a Orientação do Professor
Jean Rodrigues Sales

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: Relações de Poder e Cultura, Linha de Pesquisa em Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Seropédica, RJ
Maio 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico
Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C112r

Cabral, Bruna Marques, 1985-
A Revista Eclesiástica Brasileira e a reforma
agrária no Brasil (1964-1988) / Bruna Marques
Cabral. - 2019.
197 f.

Orientador: Jean Rodrigues Sales.
Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História, 2019.
1. Igreja Católica. 2. Revista Eclesiástica
Brasileira. 3. Reforma Agrária. 4. Ditadura Militar.
5. Movimentos Sociais. I. Sales, Jean Rodrigues,
1972-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-graduação em História III.
Título.

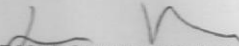
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO


BRUNA MARQUES CABRAL

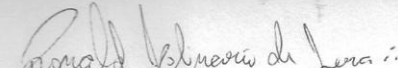
Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTORA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

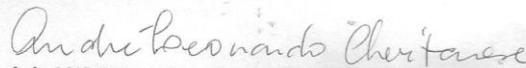
TESE APROVADA EM 03/05/2019

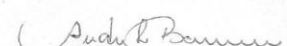
Banca Examinadora:


Doutor (a) JEAN RODRIGUES SALES - UFRRJ
(Presidente)


Doutor (a) LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS - UFRRJ


Doutor (a) RONALD APOLINÁRIO DE LIRA - UFRRJ


Doutor (a) ANDRE LEONARDO CHEVITARESE - UFRJ


Doutor (a) ANDRÉ LUIS DOS SANTOS BARROSO - SEE

**Dedico este trabalho à minha avó Maria,
meu pai João Carlos e minha mãe Regina
Célia: meus amores eternos.**

AGRADECIMENTOS

Estamos chegando ao fim de uma jornada árdua, caracterizada pela conciliação entre o Doutorado e o Magistério, exigindo um esforço redobrado para concluirmos esta pesquisa com êxito.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha avó Maria pela sua paciência e por ter compreendido os diversos momentos de ausência, além de ter tornado os duros dias de escrita e trabalho mais leves. Ao meu pai João Carlos e a minha mãe Regina Célia por sempre terem acreditado em mim e respeitado minhas escolhas. E ao meu companheiro, Fábio Aragão, por incentivar e compreender cada momento da pesquisa, e também por ter me apoiado ao longo dessa trajetória.

Agradeço ao meu orientador Prof^o Dr. Jean Rodrigues Sales por toda dedicação e paciência.

À Prof^a Dr^a Jessie Jane Vieira de Sousa, pela amizade, atenção, afeto, estando presente em mais uma etapa importante da minha carreira acadêmica. Muito obrigada pelo auxílio nos últimos quinze anos; todos os nossos laboratórios, pesquisas e conversas foram de extrema importância para minha formação.

Ao Prof^o Dr. André Leonardo Chevitarese por todo incentivo a pesquisa, amizade e pelo convite para organizar e coordenar o grupo de pesquisa *História e Catolicismo: Da Neocristandade ao Tempo Presente*, vinculado ao *Laboratório de História das Experiências Religiosas* na Universidade Federal do Rio de Janeiro (LHER-UFRJ).

Destaco os apontamentos feitos pelo Prof^o Dr. João Marcus Figueiredo Assis e pela Prof^a Dr^a Leonilde Servolo de Medeiros no exame de qualificação, que aportaram o rumo certo para a redação final desta tese.

Agradeço aos meus amigos, por ter dividido minhas angústias e também avanços na pesquisa, especialmente: Ana Claudia Mello, Bruno da Silveira Albuquerque, Glaucia Ferreira Lima de Brito, Juliana Cavalcanti, Luiz Mangea, Philippe Moreira, Roberto Cesar e Wallace Magalhães.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

RESUMO

CABRAL, Bruna Marques. **A *Revista Eclesiástica Brasileira* e a reforma agrária (1964-1988)**. Seropédica, RJ. 196 p. Tese (Doutorado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

Este trabalho objetiva compreender, por meio de textos e artigos veiculados na *Revista Eclesiástica Brasileira*, durante o período de 1964 a 1988, as estratégias de intervenção política e social adotadas por setores da Igreja Católica, especialmente as questões relativas à vida do trabalhador rural e, a sua concepção sobre a melhor reforma agrária a ser feita no país. Buscaremos entender a trajetória institucional do periódico, os projetos e concepções políticas de Reforma Agrária expressos nele e responder algumas questões que foram colocadas durante a investigação: Como seus editores e colaboradores se posicionaram frente aos principais acontecimentos políticos do período entre 1964 e 1988? Como enfrentaram o intenso debate sobre a questão agrária? Quais as propostas de Reforma Agrária foram defendidas na *R.E.B.*?

Palavras-chave: Igreja Católica, *Revista Eclesiástica Brasileira*, Reforma Agrária.

ABSTRACT

CABRAL, Bruna Marques. **The Brazilian Ecclesiastical Magazine and the agrarian reform (1964-1988)**. Seropédica, RJ. 196 p. Thesis (Doctorate in History, Power Relationships, Work and Cultural Practices). Institute of Humanities and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

This paper aims to understand, through texts and articles published in the Brazilian Ecclesiastical Magazine, during the period from 1964 to 1988, the strategies of political and social intervention adopted by sectors of the Catholic Church, especially issues related to the life of the rural worker and, its conception of the best agrarian reform to be made in the country. We will try to understand the institutional trajectory of the journal; the projects and political conceptions of Agrarian Reform expressed in it and answer some questions that were posed during the investigation: How did its editors and collaborators stand against the main political events of the period between 1964 and 1988? How did you deal with the intense debate on the agrarian question? What proposals for Agrarian Reform were defended in R.E.B.?

Keywords: Catholic Church, *Revista Eclesiástica Brasileira*, Agrarian Reform.

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CELAM – Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER – Campanha Nacional de Educação Rural
CODEARA – Companhia de Desenvolvimento do Araguaia
CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FAGO – Frente Agrária Goiana
FAP – Frente Agrária Paranaense
GRET – Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA – Instituto de Investigações e Ciências Agrárias
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LEC – Liga Eleitoral Católica
MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPC – Plano Pastoral de Conjunto
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REB – Revista Eclesiástica Brasileira
SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SAR – Serviço de Assistência Rural
SEDOC – Serviço de Documentação
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo I – INTERFACES NA INVESTIGAÇÃO DO CATOLICISMO.....	14
1.1 – A condição da história ante a religião.....	14
1.2 – Abordagens teóricas de análise sobre a Igreja Católica no Brasil.....	19
1.3 – Igreja e desafios da modernidade.....	23
1.4 – As relações entre Igreja e Estado.....	32
Capítulo II – IGREJA CATÓLICA E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	43
2.1 – Estatuto da Terra (1964)	44
2.2 – Projeto da Comissão Pastoral da Terra (1975)	51
2.3 – Proposta de Reforma Agrária da CONTAG (1979)	62
2.4 – “Igreja e problemas da terra” (CNBB, 1980)	67
2.5 – Programa de Reforma Agrária do MST (1984)	70
2.6 – Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (1985)	77
2.7 – Constituição de 1988.....	81
Capítulo III – A EDITORA VOZES E A R.E.B.: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO E A ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA.....	87
3.1– O Periódico.....	87
3.2 – Composição da revista.....	88
3.3 – O autor e o editor.....	88
3.4 – Funções Administrativas.....	90
3.5 – Os meios materiais.....	91
3.6 – Editorial.....	92
3.7 – O escopo da R.E.B.....	93
3.8 – Editora Vozes e R.E.B.: Origem e principais características.....	94
3.8.1 - Origem da “Vozes”	94
3.8.2 - Frei Cândido e Frei Inácio (1935-1941)	95
3.8.3 - Frei Tomás Borgmeier (1941-1952)	96
3.8.4 - Frei Ludovico Gomes de Castro (1953-1956)	98
3.8.5 - Frei Aurélio Stulzer (1956-1961)	98
3.8.6 - Frei Ludovico Gomes de Castro (1962-1986)	99
3.8.7 - Frei Arcângelo Buzzi (1987-1991)	103

3.9 – A trajetória da <i>R.E.B.</i>	103
3.10 - Análise Bibliométrica: Continuidades e rupturas na <i>R.E.B.</i>	109
3.11- O surgimento da Revista Serviço de Documentação (Sedoc).....	115
3.12 - A <i>R.E.B.</i> reaviva a sua memória.....	116
CAPÍTULO IV – <i>R.E.B.</i> E AS ESTRATÉGIAS CATÓLICAS PARA A REFORMA AGRÁRIA.....	122
4.1 – A <i>R.E.B.</i> e o contexto agrário brasileiro.....	122
4.2–As Frentes Agrárias e o processo de sindicalização rural.....	141
4.3–A formação de líderes e a atuação da CPT.....	149
4.4 – As Comunidades Eclesiais de Base.....	161
CONCLUSÃO.....	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	176

INTRODUÇÃO

A presente tese objetiva compreender, por meio de textos e artigos veiculados na *Revista Eclesiástica Brasileira*, durante o período de 1964 a 1988, as estratégias de intervenção política e social adotadas por setores da Igreja Católica, especialmente as questões relativas à vida do trabalhador rural e, a sua concepção sobre a melhor reforma agrária a ser feita no país.

Analisaremos os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referentes às suas preocupações com o meio rural. A fonte preferencial a ser usada será a *Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.)*¹ para a compreensão dos discursos supracitados. O periódico foi fundado pelo Frei Thomas Borgmeier², no ano de 1941, com o intuito de ser um elo entre o clero brasileiro, que se encontrava disperso pelo território nacional, o que resultava em grande dificuldade de comunicação.

Buscaremos entender melhor a trajetória deste periódico, mais especificamente no tocante à Reforma Agrária e, assim, será possível responder algumas questões que permeiam este trabalho: como a *R.E.B.* e seus colaboradores se posicionaram, no período por nós estudado (1964-1988), em relação ao debate da questão agrária? Quais as propostas de Reforma Agrária defendidas na *R.E.B.*?

No primeiro capítulo – **Interfaces na investigação do catolicismo**, faremos uma discussão a respeito das abordagens teóricas de análise sobre a instituição católica no Brasil e a ressonância das pesquisas com tais temáticas no espaço acadêmico. Além disso, investigaremos sobre a história da Igreja e os desafios enfrentados na modernidade.

O segundo capítulo – **Igreja Católica e projetos de reforma agrária no Brasil** – buscará compreender o posicionamento da Igreja Católica frente aos diversos projetos de reforma agrária então em disputa, no qual movimentos sociais e partidos políticos ofereceram à sociedade brasileira, entre 1964 a 1988, um conjunto variado de interpretações e soluções para o problema agrário.

O terceiro capítulo – **A Editora Vozes e a R.E.B.: um breve percurso histórico e a análise bibliométrica** – terá como escopo principal analisar a história da *R.E.B.* Deste modo, examinaremos a sua origem, seus editores, seus propósitos, seu público alvo e, para tanto, o perfil de seus colaboradores mais frequentes, bem como as principais características da revista. Para realizar tal feito, julgamos necessário realizar um breve estudo da editora Vozes, sobretudo, dos atores envolvidos no seu processo de expansão, como uma editora de penetração nos múltiplos campos do saber. Faremos também um levantamento a fim de analisarmos as continuidades e rupturas do corpo editorial da *R.E.B.*, de forma a compreender quem continuou publicando, quem deixou de publicar e aqueles que começaram a escrever no periódico.

O quarto capítulo – **R.E.B. e as estratégias católicas para a reforma agrária** – terá como escopo principal avaliar a cobertura da *R.E.B.* sobre a questão agrária no período em foco. Os destaques serão as estratégias propostas por esferas da Igreja Católica para implementar o seu projeto de reforma agrária no Brasil. Nesse sentido, apreciaremos a sindicalização rural e a criação das Frentes Agrárias como mecanismos utilizados pela Igreja Católica, a fim de promover os interesses dos cultivadores da terra e sua inserção no corpo da

¹A Igreja Católica possui diversos veículos de comunicação, no entanto, utilizarei a *Revista Eclesiástica Brasileira*, uma vez que tem sido uma fonte pouco analisada na compreensão das questões políticas do período estudado.

²Frei Thomas Borgmeier nasceu na cidade de Bielefeld na Alemanha, em 1892. Durante dez anos, foi colaborador assíduo da revista “Vozes de Petrópolis”, publicando diversos artigos sobre Física, Biologia, dentre outros. Disponível em: <www.franciscanos.org.br> Acesso em: 26 ago.2014.

nação, como membros influentes e organismos atuantes. Assim, demonstraremos o interesse das Frentes em arregimentar os trabalhadores e levá-los a participar da vida pública e econômica, mediante a organização de sindicatos de assalariados rurais e de pequenos proprietários.

Em seguida, examinaremos os textos do periódico para evidenciar o projeto de inserção de agentes pastorais no mundo rural e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na seção seguinte, abordaremos as Comunidades Eclesiais de Base e mostraremos que não serviram apenas para abordar assuntos religiosos com a população, mas também para introduzir os valores cristãos em assuntos considerados cruciais. No que concerne ao nosso corte cronológico, ele começa em 1964, ano de elaboração do Estatuto da Terra e termina em 1988, com a promulgação da Constituição.

Enfim, procuraremos ao longo deste trabalho elucidar as questões aqui lançadas, contribuindo para um melhor entendimento da trajetória da *Revista Eclesiástica Brasileira*, e, sobretudo, explorar como o tema da Reforma Agrária foi por ela introduzido no período por nós estudado.

CAPÍTULO I – INTERFACES NA INVESTIGAÇÃO DO CATOLICISMO

1.1 – A condição da história ante a religião

Acreditamos que a história cultural contribuiu para um avanço evidente no estudo histórico da religião, no sentido de analisar a lógica interna do fenômeno religioso, a coerência de suas linguagens no espaço e no tempo. Segundo Arnaldo Huff³, a religião tem a perspectiva de deixar de ser considerada como fenômeno, seja em termos sociais (ópio do povo) ou subjetivos (ilusão). Para o autor, quando os historiadores escrevem sobre a fenomenologia da religião, não avaliam os dois momentos da ciência da religião: o sistemático e o histórico. Huff⁴ nos mostra que os profissionais da História pensam seu fazer perante o objeto da religião a partir dos conhecimentos epistemológicos e dos modelos acadêmicos em debate em sua disciplina.

Assim, a partir dos anos 80, ocorreu um movimento entre os historiadores no Brasil a fim de realizarem pesquisas sobre história das religiões e religiosidades. O que era objeto da Teologia e das Ciências Sociais passou a ser interesse da História⁵. Se antes, a atenção dos historiadores se detinha na história das vinculações políticas e institucionais da Igreja, priorizando as relações entre Igreja e Estado, a partir da década de 1980 surgiram trabalhos que enfatizaram o comportamento de certos grupos religiosos.

Devido à heterogeneidade das manifestações religiosas, no qual podemos chamar de religiosidade, seria impossível estabelecer um conceito homogêneo. Assim, pesquisar a história da Igreja Católica no Brasil é algo um tanto quanto complexo, posto que nunca foi uma instituição marcada pela homogeneidade.

Dentro desse aspecto, Certeau⁶ identifica a religião e a política como os mais tradicionais depósitos da crença. Deste modo, o discurso religioso é construtor de realidades e de um “poder simbólico”⁷, nas palavras de Bourdieu⁸. Tal característica do discurso religioso o define como um dos instrumentos que procuram dar sentido ao mundo. Em virtude disto, os limites do campo religioso são bem interconectados, uma vez que se inter-relaciona com o campo intelectual, político, econômico. Devido esta enorme abrangência social, o campo religioso é alvo de disputas, transformações e até mesmo acomodações.⁹

Por conseguinte, surgem disputas entre as religiões, cada uma se estabelecendo como a detentora de meios para gerenciar a relação entre o mundo sagrado e o profano. Portanto, o interior destas crenças será caracterizado por disputas pelo poder de representarem a voz de

³JUNIOR, Arnaldo Érico Huff. “Religião e História no Brasil: Disciplinas, identidades e políticas em jogo”. In: OLIVEIRA, Kathlen Luana de; REBLIN, Iuri Andréas; SCHAPER, Valério Guilherme; GROSS, Eduardo; WESTHELLE, Vítor (orgs.). *Religião, política, poder e cultura na América Latina*. São Leopoldo: Ed. Faculdades EST, 2012.

⁴*Ibidem*.

⁵É importante ressaltar que estamos nos referindo à História Nova, especialmente à História das Mentalidades. Para maiores informações, recomendo a leitura: LE GOFF, Jacques & NORA, Peirre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

⁶CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

⁷Trata-se do poder, que se exerce pela ausência de importância dada a sua existência. Assim, o poder que está escondido nas entrelinhas é cunhado com esta finalidade. Ver: BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

⁸BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

⁹Para Daniele Hervieu-Lerger, a concepção de campo é perigosa justamente porque isola o religioso de todo social e reduz “a religião a uma função única: o de consagrar, sancionando e santificando a ordem social como estrutura de relações estabelecidas entre os grupos e classes”. Ver: HERVIEU-LÉRGER, Daniele. “Catolicismo: a configuração da memória”. In: *Revista de Estudos de Religião – REVER*, n. 02, 2015, p. 87-107.

uma determinada religião frente à própria instituição, bem como entre agentes pelo poder de se colocarem como interlocutores excepcionais com as divindades.

Verificamos as disputas internas do sistema religioso, sobretudo, no interior da Igreja Católica, marcada por uma multiplicidade de correntes, que embora fossem divergentes, deveriam seguir lealdades institucionais. Assim, a Igreja será palco de disputas concernentes a projetos, ideias, relação com o mundo, dentre outros, pois como instituição histórica está sujeita a choque e contradições internas. Apesar de alguns momentos parecerem inexistentes, tais contendas e dissensos fazem parte da dinâmica das instituições sociais.

Por conseguinte, em virtude das disputas internas, a “manutenção da coesão ideológica do bloco católico é o objetivo permanente da Igreja”¹⁰, utilizando-se para isso de numerosos mecanismos. Segundo Gramsci¹¹:

a religião – ou uma igreja determinada – mantém a sua comunidade de fiéis (dentro de certos limites fixados pelas necessidades do desenvolvimento histórico global) na medida em que mantém permanente e organizadamente a própria fé, repetindo infatigavelmente a sua apologética, lutando sempre e em cada momento contra argumentos similares, e mantendo uma hierarquia de intelectuais que emprestem à fé pelos menos a aparência da dignidade do pensamento.¹²

Para Gramsci¹³, a formação de intelectuais especialistas da fé, como os teólogos, por exemplo, assume enorme relevância. Por outro lado, Bourdieu¹⁴ também menciona o papel importante dos especialistas da fé. Vejamos:

as diferentes formações sociais podem ser distribuídas em função do grau de desenvolvimento e de diferenciação de seu aparelho religioso, isto é, das instâncias objetivamente incumbidas de assegurar a produção, a reprodução, a conservação e a difusão dos bens religiosos, segundo sua distância em relação a dois polos extremos, o auto-consumo religioso, de um lado, e a monopolização completa da produção religiosa por especialistas, de outro lado.¹⁵

O corpo de especialistas torna-se importante para a manutenção da fé, na medida em que possuem um capital simbólico. Desta forma, faz-se necessário que este corpo de especialistas seja controlado, a fim de manter-se obediente e fiel a Igreja.

Ademais, a Igreja visa conquistar ou preservar um monopólio mais ou menos total de um capital de graça institucional ou sacramental (do qual é depositária por delegação e que constitui um objeto de troca com os leigos e um instrumento de poder sobre os mesmos) pelo controle do acesso aos meios de produção, de reprodução e de distribuição dos bens de salvação (ou seja, assegurando a manutenção da ordem no interior do corpo de especialistas) e pela delegação ao corpo de sacerdotes (funcionários do culto intercambiáveis e, portanto, substituíveis do culto do ponto de vista do capital religioso) do monopólio da distribuição institucional ou sacramental e, ao mesmo tempo, de uma autoridade (ou uma graça) de função (ou de instituição).¹⁶

¹⁰PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p. 132.

¹¹GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1968.

¹²GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1968, p. 149.

¹³GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1968.

¹⁴BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

¹⁵BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015, p.40.

¹⁶BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015, p.58.

Através da citação acima, percebemos a procura de um controle sobre o corpo de sacerdotes e os especialistas da fé. Desta forma, este domínio se estenderá sobre os intelectuais, sejam eles do clero ou leigos.

Para Gramsci, o fato já é antigo: tem suas origens no Concílio de Trento e na Contra-reforma. ‘Escrever’, de então para cá, tornou-se perigoso, particularmente quando se trata de coisas e sentimentos religiosos. Desde então, a Igreja adotou uma dupla medida para determinar a ortodoxia.¹⁷

Assim, o controle sobre seus quadros trata-se de uma maneira relevante de conservar um mínimo de unidade no discurso considerado oficial, com o intuito de permanecer a essência das verdades centrais do catolicismo. Entretanto, isto não significa que os discursos sobre as verdades avaliadas como elementares da Igreja Católica sejam consenso entre a hierarquia.¹⁸

As transformações ocorridas nas igrejas católicas da América Latina colaboraram para a evolução do catolicismo mundial, pois incitaram o surgimento de inovações eclesiais que abriram caminho para criação de novas organizações católicas, renovação das ações pastorais e o desenvolvimento de novas teologias. Dentro desse contexto, ocorre uma inflexão de estudos sobre o catolicismo contemporâneo, tendo como efeito a consolidação de uma nova linha de pesquisa baseada no aspecto institucional do catolicismo e o potencial da referida instituição promover modificações na sociedade.

Diante do exposto, Cancian¹⁹ afirma que o aumento de pesquisas dentro desta área temática retomou o debate sobre as relações entre política e religião, no qual remonta a fase de constituição da própria Sociologia, ao destacar a importância do estudo das crenças religiosas e sua capacidade de produzir modificações ou cooperar para a conservação da ordem vigente.²⁰ Para o autor, as pesquisas desenvolvidas a partir deste enfoque teórico são, em grande medida, de escopo macrossociológico, uma vez que incluem estudos de casos de países específicos e análises comparativas. Além disso, caracterizam-se pela interdisciplinaridade, pois tanto a História quanto a Sociologia e a Ciência Política forneceram contribuições preciosas na investigação da temática. Cancian²¹ aponta uma série de pressupostos teóricos institucionalistas que serviram de base para o desenvolvimento de pesquisas sobre o processo de modificação nas Igrejas Católicas do nosso continente. Vejamos:

1) a trajetória da Igreja Católica é inseparável da história da sociedade e da política dos países que formam o subcontinente latino-americano, porque desde o início do empreendimento colonial o cristianismo fundiu-se com as estruturas políticas de dominação, assegurando ao catolicismo romano o monopólio da crença e confissão; 2) o fim da colonização resultou na fragmentação política do subcontinente, dando origem a diversos processos de emancipação política e de construção de estados nacionais, mesmo assim o cristianismo assegurou o status de religião oficial; 3) a Igreja e o Estado

¹⁷PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p. 136-137.

¹⁸Podemos exemplificar estas disputas nas Conferências Episcopais e no Concílio Vaticano II, cuja finalidade era debater diversas questões e evidenciaram-se conflitos internos na instituição católica.

¹⁹CANCIAN, Renato. “Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais”. *Revista Angelus Novus*, ano VII, n. II, 2016, p.95-116.

²⁰É importante ressaltar que Max Weber analisou a capacidade de diversas religiões encorajarem ou não transformações na estrutura social, através do desenvolvimento de ideologias embasadas em princípios religiosos, morais e éticos, capazes de afetar o comportamento do indivíduo.

²¹CANCIAN, Renato. “Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais”. *Revista Angelus Novus*, ano VII, n. II, 2016, p.95-116.

formaram uma unidade, porém a acomodação institucional do catolicismo às estruturas de poder político diferiu em cada país; 4) a vinculação do catolicismo às estruturas do poder político converteu as igrejas católicas latino-americanas em instituições de controle social, reforçando o posicionamento conservador na preservação da ordem tradicional e dos interesses das forças sociais dominantes; 5) a Igreja Católica é concebida como uma empresa religiosa encarregada de prover bens simbólicos de “salvação” para atender os interesses e demandas provenientes de determinados grupos sociais ou do conjunto da sociedade; 6) a Igreja Católica é uma burocracia de grandes dimensões, tanto em sua extensão como em termos de diferenciação interna, pois opera a partir de uma comunidade de membros que atuam por meio da divisão interna do trabalho, com base em hierarquias bem definidas para o cumprimento de funções específicas, possui um sistema hierárquico representado pelo alto e baixo clero, mecanismos de recrutamento e de formação de novos membros, normas e sanções disciplinares que regulam internamente a conduta do clero e as relações da Igreja com a sociedade leiga, a produção da teologia, da doutrina e dos dogmas, envolvendo desde assuntos de natureza metafísica, envolvendo a fé; fatos e acontecimentos históricos, que são aceitos e difundidos como verdades incontestes; e, também, uma gama variada de interdições e prescrições de caráter moral relacionada à vida íntima e social dos fiéis; 7) a Igreja Católica contemporânea é uma organização supranacional que agrupa as igrejas sediadas nos territórios dos Estados nacionais – onde cardeais, arcebispos, bispos, clérigos (padres, freiras, missionários, agentes pastorais) bem como grupos de leigos, atuam no âmbito de arquidioceses, dioceses, prelazias, paróquias, diversas pastorais, órgãos assistenciais e educacionais – e o magistério pontifício representado pela Santa Sé, que é a sede do catolicismo e centro administrativo do conjunto das igrejas locais sediadas nos diferentes países; 8) a unidade celular de poder na Igreja Católica é a diocese, liderada pelo bispo, pois é a diocese que implementa as diretrizes das ações pastorais e práticas de evangelização; os bispos devem lealdade ao papa.²²

A partir desta citação, observamos a complexidade do campo religioso católico e o desafio com o qual se deparam os estudiosos da Igreja. Por esse motivo, existem inúmeras dimensões sociológicas que podem ser exploradas sobre o tema, entre as quais: as demandas organizacionais, a coerência e os conflitos internos e as estratégias para a ação missionária.

De acordo com Jessie Jane Vieira de Sousa²³, os projetos de pesquisa que chegam às universidades públicas, relacionados a essa temática, estão concentrados nas trajetórias dos bispos considerados progressistas ou em algum movimento que se tenha projetado ao longo do período. Tais projetos partem de uma perspectiva assinalada por certo senso comum a respeito do que foi, ou é, a Teologia da Libertação.

Segundo a autora, tais abordagens buscam monumentalizar a memória de alguns bispos ou de determinados grupos católicos para interrogar o presente, desempenhando uma operação complexa, no qual podemos falar de processos subjetivos em busca da construção de

²²CANCIAN, Renato. “Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais”. *Revista Angelus Novus*, ano VII, n. II, 2016, p.100-101.

²³SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil”. In: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, v. 03, n. 02, mai-ago 2011, p. 203-216.

significados para o passado. Todavia onde os sujeitos se movem e se orientam em direção ao futuro. Dentro dessa perspectiva, Sousa²⁴ argumenta:

Tais projetos de pesquisa partem da premissa de que as memórias dos ícones do catolicismo têm poder para revelar uma suposta verdade na qual, a despeito do que chamam de “descaminho” imposto pelo papa João Paulo II, a Igreja da Teologia da Libertação teve papel profético na luta contra a ditadura. Para muitos destes jovens que nos chegam em busca de orientação, não se trata de construir uma memória social da Igreja, com exercício intelectual, mas de projetar uma memória pessoal que por vezes tenta dissociar tais bispos do contexto institucional e histórico no qual eles se moviam. Como exercício esta talvez possa ser uma experiência interessante, mas desde que trabalhada sem esquecer as vivências prévias à ditadura e sem deixar de apontar os limites existentes entre religião e política.²⁵

Outra questão importante levantada pela autora é a da divisão de bispos em campos opostos, como se existissem protagonismos pessoais que se sobrepujassem aos interesses institucionais. Portanto, tomam os bispos como pessoas e não como representantes da institucionalidade católica. Por mais que tivessem pertencido a correntes divergentes e disputassem internamente diferentes projetos pastorais, isso não significa que tivessem antagonismos essenciais em relação às suas lealdades institucionais.²⁶

Para Sousa²⁷, no caso do nosso país não se trata de uma memória defensiva, mas, como já foi exposto, de ressaltar determinadas memórias referentes aos bispos representantes da Teologia da Libertação. Por conseguinte, os empreendedores de memória têm sido incansáveis na publicização das memórias de tais bispos que se tornaram referência de um projeto derrotado no interior da Igreja. Entretanto, “a memória institucional vencedora é a de que a Igreja, como um todo, foi contra a ditadura, defensora dos direitos humanos e o único espaço de atuação das oposições ao regime”.²⁸ Desta forma:

Não podemos nos contentar com o modo sempre ligeiro com que a presença da Igreja é tratada pela literatura específica sobre os movimentos sociais, como se fosse um mero “agente externo”, “mediador” ou “articulador social”. Mesmo porque ela não foi simplesmente a “boa mãe”, que emprestou seu teto e deu generosa proteção em tempos autoritários: sua ação foi persistente e sensivelmente redobrada durante o período de liberalização do sistema político, somente declinando gradualmente, junto com a curva do ciclo reivindicativo, a partir da segunda metade da década de 80.²⁹

Segundo Sótenos³⁰, a Igreja ao lado de entidades como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o partido de oposição, o

²⁴SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil”. In: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, v. 03, n. 02, mai-ago 2011, p. 203-216.

²⁵SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil”. In: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, v. 03, n. 02, mai-ago 2011, p. 205.

²⁶*Ibidem*, p. 205-206.

²⁷*Ibidem*, p. 203-216.

²⁸*Ibidem*, p.206.

²⁹DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1995, p. 149.

³⁰SÓTENOS, Abner. “Espionagem, inculpações e repressão na Baixada Fluminense: a Igreja católica e a rede de subversivos”. In: ASSIS, João Marcus Figueiredo; RODRIGUES, Denise dos Santos. *Cidadania, movimentos sociais e religião: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tiveram relevância expressiva nas atividades da resistência democrática aos governos militares.

Logo, existiram grandes disputas no interior da instituição, para que esta se manifestasse de uma forma mais explícita contra a ditadura, haja vista que a maioria dos membros da hierarquia apoiava uma atitude no mínimo condescendente com o regime. Sousa³¹ elucida que tais disputas não são valorizadas nas narrativas monumentalizadas e as memórias dos bispos classificados como conservadores estão subsumidas a uma memória oficial, na qual a Igreja, de um modo geral, foi a protagonista heróica na resistência à ditadura.

1.2 – Abordagens teóricas de análise sobre a Igreja Católica no Brasil

Para ilustrar as razões das transformações que se processaram na Igreja Católica no Brasil, incluindo o conflito Igreja-Estado, é importante recorrer à exposição da abordagem teórica institucional. Assim, as referências capitais são as pesquisas dos cientistas sociais Ivan Vallier³², Thomas Bruneau³³ e Scott Mainwaring³⁴, que se dedicaram ao estudo sociológico das religiões com interesse especial pelo viés institucional do catolicismo.

Os trabalhos de Vallier³⁵ forneceram excelentes contribuições para compreendermos o funcionamento da instituição católica, mormente, por ter realizado estudos de nível macroestrutural, utilizando-se de uma metodologia comparativa e uma análise pautada em três aspectos: inclusão das igrejas em um contexto histórico mais abrangente, estrutura organizacional e os processos sociais em curso.

Vallier³⁶ argumenta que o escopo principal da Igreja Católica seria a difusão universal da doutrina cristã e da fé. Para realizar tal objetivo, a instituição dependeria de uma estrutura organizacional dotada de recursos financeiros e humanos. A Igreja desenvolveu diversas estratégias a fim de cumprir seus objetivos. No entanto, Vallier verificou que, ao se sustentar nas estruturas do Estado e do poder político para cumprir seu plano missionário, a instituição eclesiástica se comprometeu com a legitimação ideológica da ordem social, ao exercer a função de instituição de controle social, através de recursos simbólicos baseado no conjunto de preceitos cristãos.

Apesar disso, as configurações históricas de influência da Igreja com a política, não são capazes de garantir a manutenção plena dos interesses institucionais do catolicismo. Isso ocorre por dois motivos. O primeiro deles é que apesar dos laços com as estruturas do poder político, a Igreja alcança múltiplos recursos e em longo prazo tais vínculos podem afetar o desenvolvimento organizacional autônomo.

O segundo motivo está relacionado à natureza das alianças com o poder político, pois historicamente o compromisso recíproco constituído entre Igreja e Estado, leva as igrejas a

³¹*Ibidem*, p. 203-216.

³²Para maiores informações ler: VALLIER, Ivan. *Catolicismo control social y modernización em América Latina*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1970. APTER, David Ernest; VALLIER, Ivan. *Metódos comparativos em Sociologia: Ensaio sobre tendências e aplicações*. Califórnia: Editora da Universidade da Califórnia, 1971. VALLIER, I. “Radical priests and revolution”. In: CHALMERS, D. *Change in Latin America. Nex interpretations of its politics and society*. New York: Academy of Political Science, 1972.

³³BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

³⁴MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

³⁵VALLIER, Ivan. *Catolicismo control social y modernización em América Latina*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1970. APTER, David Ernest; VALLIER, Ivan. *Metódos comparativos em Sociologia: Ensaio sobre tendências e aplicações*. Califórnia: Editora da Universidade da Califórnia, 1971. VALLIER, I. “Radical priests and revolution”. In: CHALMERS, D. *Change in Latin America. Nex interpretations of its politics and society*. New York: Academy of Political Science, 1972.

³⁶VALLIER, Ivan. *Catolicismo control social y modernización em América Latina*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1970.

uma relação de subordinação. Desta forma, os pressupostos da abordagem institucional não vêem o elemento religioso como uma variável dependente e tão pouco completamente independente.

A pesquisa de Thomas Bruneau³⁷ tinha como objetivo explicar por que houve modificação na instituição católica, que direção essas mudanças tomaram, e qual a sua relevância não só na Igreja, mas também para a sociedade. O autor vê “uma grande correlação entre a reação da Igreja em direção à mudança social, e as ameaças de natureza política à geração e exercício da influência”³⁸.

Nesse sentido, Bruneau³⁹ ratificou a tese do enfraquecimento organizacional da instituição católica, devido à vinculação às estruturas políticas do Estado brasileiro, ao verificar que durante a monarquia, a Igreja foi equiparada a um mero “departamento ordinário do governo”, totalmente dependente de recursos e frágil no âmbito organizacional.⁴⁰ Toda a extensão da fragilidade organizacional do catolicismo foi desvelada com a separação entre Igreja e Estado ocorrida após a proclamação da República, com a promulgação da Constituição em 1891, que definiu o Estado laico⁴¹.

Os autores supracitados tratam de relacionar Igreja e sociedade através das transformações em ambas e da influência da primeira na segunda. Além disso, a ideia de modificação não é aludida a um processo histórico concreto, mas a uma vaga etapa da modernização e das transformações sociais em sentido vasto.

A partir das categorias de desenvolvimento social, mudança, modernização e de uma conceituação pouco precisa da Igreja e da sociedade, os pesquisadores alternavam entre indicar uma enorme influência da instituição católica nas “mudanças” ou, no pólo antagônico, reduzir-lhe o alcance. Em contrapartida, Marcio Moreira Alves⁴² chegou a uma conclusão distinta:

Os que fundamentam suas esperanças de uma transformação profunda do regime político e social do Brasil na mobilização militante da Igreja Católica se enganam completamente. Alguns setores da Igreja poderão contribuir para essas transformações. A Igreja poderá adaptar-se a uma sociedade transformada. Mas ela não se encontrará na vanguarda das lutas necessárias para realizá-la.⁴³

Posteriormente, ocorreu um reaparelhamento da instituição eclesiástica, pautado na expansão organizacional e adoção de novas práticas pastorais e estratégias, porém sem depender diretamente das estruturas políticas. Tais mudanças na Igreja ocorreram a partir do estreitamento dos laços com o Vaticano, apresentando como resultado a obtenção de recursos

³⁷BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

³⁸BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974, p. 145.

³⁹BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

⁴⁰Podemos dizer que a subordinação da Igreja ao Estado, durante a monarquia brasileira foi garantida pela criação de normas como o beneplácito e o padroado, cujo objetivo era regular a conduta dos clérigos. Para maiores detalhes, ler: BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

⁴¹Segundo Olivier Bobineau ao abordarmos os dispositivos que orquestram o político e o religioso nas sociedades contemporâneas, nos deparamos com a existência de uma variedade e com a singularidade das manifestações sociais das religiões segundo os contextos sócio-históricos. Portanto a laicidade não privilegia nenhuma confissão e garante a liberdade de expressão de cada uma delas, dentro de certos limites. Já a secularização constituiria um processo de progressiva e relativa perda de pertinência do religioso que ocorre, especialmente, pela dinâmica social. Para maiores informações, consultar: BOBINEAU, Olivier; TANK-STORPER, Sébastien. *Sociologia das religiões*. São Paulo: Loyola, 2011.

⁴²ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

⁴³ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.248.

que contribuíram para solidificar a reestruturação do catolicismo brasileiro. Para Miceli⁴⁴ com o empenho do episcopado nacional e o auxílio de Roma, a Igreja Católica no Brasil aprimorou suas receitas, reconstruiu os seminários e ampliou significativamente sua presença no território nacional, além de inserir-se nas atividades escolares.

Scott Mainwaring⁴⁵ também apresenta um viés institucional, no qual se faz necessário compreender as mudanças nas instituições como uma tentativa de defender suas propensões e de expandir sua influência. Para o autor, a Igreja promoveu mudanças internas e desenvolveu novos vínculos com a sociedade, inclusive com o sistema político, com a finalidade de proteger interesses tradicionais no momento que a sua influência estava em declínio. Além disso, destaca a relevância das instituições enquanto agentes políticos e a sua relativa autonomia em relação ao conflito de classes. Assim:

A visão reducionista falha ao deixar de perceber quão fluidas podem ser as instituições com o passar do tempo. Elas podem defender os interesses de uma determinada classe durante um período, mas posteriormente podem desenvolver uma ideologia institucional que desafia as posições assumidas por essa mesma classe.⁴⁶

Para Mainwaring⁴⁷, a Igreja e outras instituições ajudam a definir o perfil de nossa sociedade e não podem ser reduzidas a uma análise de classes. As formas pelas quais uma instituição reage num dado momento reforçam determinadas condutas de dominação e ao fazê-lo ampara os interesses de algumas classes em detrimento de outras. Desta forma, o autor acredita que as necessidades e os valores de uma agremiação, e não os interesses das classes sociais, determinam orientações, identidades e ideologias.

Por outro lado, Krische⁴⁸ expõe uma proposta dentro da lógica marxista, onde as instituições da sociedade civil (dentre as quais a Igreja) apresentam um nível definido e conjuntural de combinação ou confrontação entre as classes da sociedade, e que uma de suas funções seria a de servir como mediadora dessa correlação de forças. Deste modo, o Estado deixaria de ser o mediador entre a Igreja e a sociedade civil, e a Igreja é quem se colocaria como mediadora entre o aparelho de Estado e a sociedade civil.

Referência fundamental dessa pesquisa é Roberto Romano⁴⁹, que interpreta a Igreja Católica como um “Corpo Místico”, isto é, como uma instituição dotada de uma coerência própria e que possui um projeto teológico-político⁵⁰. Por tal razão, para o autor, a Igreja não pode ser interpretada exclusivamente como um instrumento ideológico do Estado, pois é uma instituição que estabelece alianças de cunho temporal.

⁴⁴MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

⁴⁵MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴⁶MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 27-28.

⁴⁷MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴⁸KRISCHE, Paulo José. “Problemas teóricos das relações entre a Igreja e o Estado na crise de 1964” In: SOARES, Ricardo Prata e outros. *Estado, participação política e democracia*. Brasília: CNPq/ Coordenação Editorial; São Paulo: ANPOCS, 1985.

⁴⁹ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

⁵⁰A definição do projeto teológico-político para conceituar a ação da Igreja Católica foi inaugurada por Roberto Romano em sua obra *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979. Posteriormente, Jessie Jane Vieira de Sousa (2002) também o adota. Esse conceito será igualmente assumido em nossa pesquisa por compreendermos que os projetos desenvolvidos pela Igreja Católica tinham fins no campo do transcendente, e que, ao serem circunscritos exclusivamente à esfera política, são obscurecidos elementos importantes que dão significado à sua essência.

Ao examinarmos a historiografia sobre o tema, notamos em Vallier⁵¹ a exposição do caráter das transformações ocorridas no sistema religioso e as implicações particulares para os processos de modificações na sociedade. O autor interessou-se pelas elites religiosas, a fim de compreender sua contribuição no que tange a “legitimar as reformas institucionais e atrair os povos marginais aos valores e às relações que formam a base de uma sociedade moderna”⁵². Além disso, percebemos em Bruneau⁵³, um viés institucional ao analisar o processo histórico da Igreja Católica no Brasil. A ideia substancial desse pensamento é, segundo Mainwaring⁵⁴, aquela que abrange as transformações ocorridas nas instituições, com o objetivo de defesa de seus interesses e de expansão de sua influência. Concordamos com Jessie Jane V. de Sousa⁵⁵, para quem as análises institucionais deixam de perceber os divergentes modelos de Igreja, os diversos interesses em jogo e os processos de hierarquização dos mesmos.

Apesar de perspectivas metodológicas diferentes, Bruneau⁵⁶, Mainwaring⁵⁷ e Vallier⁵⁸ partem do mesmo problema, isto é, a relação da Igreja com a política. Os autores supracitados não procuram enxergar a instituição católica como um “Corpo Místico”, portador de uma verdade transcendente. Deste modo, entende-se que a instituição não deve ser concebida como aparelho ideológico, tampouco como de hegemonia política do Estado porque tal definição implica em subsumi-la à burocracia estatal. Acreditamos que a Igreja não anseia ser o aparelho hegemônico do Estado, posto que a presente instituição não abre mão de sua tradição doutrinária, congregando determinados elementos novos vivenciados no seu tempo, e, por conseguinte, trazendo o Estado para lutar pelos seus interesses.

Além disso, ao congregar determinados elementos novos vivenciados no seu tempo, o faz para se fortalecer e, desta forma, pode-se interpretar que o objetivo da Igreja é trazer o Estado para lutar, apoiar ou, no mínimo, não se interpor aos seus interesses. Nesta perspectiva, podemos entender a Igreja Católica como uma instituição que se “move no tempo com um profundo sentido de permanência”.⁵⁹ A partir disso, reconhecemos a sua capacidade e interesse de se adequar às questões de seu tempo.

⁵¹VALLIER, Ivan. *Catolicismo control social y modernización em América Latina*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1970. VALLIER, Ivan. "Religious elites: differentiation and developments in Roman Catholicism". In: LIPSET e SOLARI. *Elites in Latin America*. Oxford University Press, 1967.

⁵²VALLIER, Ivan. "Religious elites: differentiation and developments in Roman Catholicism". In: LIPSET e SOLARI. *Elites in Latin America*. Oxford University Press, 1967, p. 224-225.

⁵³BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

⁵⁴MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁵⁵SOUSA, Jessie Jane Vieira de. "Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica". *Vitória: Revista do Departamento de História da UFES*, 1998, p.01-32.

⁵⁶BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974. Nesta obra, o autor elabora uma profunda análise da Igreja Católica no Brasil e suas múltiplas relações externas e internas. Bruneau se propõe a investigar a natureza e a dimensão das modificações vivenciadas pela instituição católica no referido período.

⁵⁷MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Mainwaring também analisa as alterações ocorridas na Igreja no Brasil. O marco cronológico (1916-1985) que se inicia com a chamada Igreja da Neocrisandade vai até a construção da Igreja Popular. O autor busca compreender as mudanças da Igreja no Brasil, levando em consideração as transformações ocorridas na Igreja internacional e as vivenciadas pela sociedade brasileira.

⁵⁸VALLIER, Ivan. *Catolicismo control social y modernización em América Latina*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1970. APTER, David Ernest; VALLIER, Ivan. *Metódos comparativos em Sociologia: Ensaios sobre tendências e aplicações*. Califórnia: Editora da Universidade da Califórnia, 1971. VALLIER, I. "Radical priests and revolution". In: CHALMERS, D. *Change in Latin America. Nex interpretations of its politics and society*. New York: Academy of Political Science, 1972.

⁵⁹ROMANO, Op. Cit., p. 22.

1.3 – Igreja e desafios da modernidade

Ao final do século XIX e início do XX, a Igreja enfrentou graves desafios à sua inserção na modernidade. Este período foi marcado por uma profunda insatisfação das classes trabalhadoras, devido aos péssimos salários e às condições desumanas a que eram submetidas no ambiente de trabalho, incluindo crianças e mulheres.

Nesta conjuntura, o Papa Leão XIII⁶⁰ priorizou a questão social, sendo o seu foco as relações de exploração dos operários pela burguesia, sob a égide do liberalismo, interpretado como anticristão e individualista. Assim, foi promulgada a encíclica *Rerum Novarum*⁶¹, no ano de 1891, na qual a Igreja se pronunciou pela primeira vez sobre as relações entre capital e trabalho. Vejamos:

Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.⁶²

A partir da Doutrina Social Cristã, ainda sob o papado de Leão XIII, os Papas subsequentes dialogariam com as forças vigentes no tocante às lutas entre capital e trabalho. Entretanto, com o crescimento dos conflitos sociais, das organizações operárias e dos partidos socialistas, na primeira metade do século XX, a instituição católica passaria a criticar menos o capitalismo, sobretudo no que concernem às desigualdades sociais, e mais o comunismo. Tal sistema foi amplamente combatido, em função da iminência de Revoluções Socialistas, nos padrões da que ocorreu em 1917 na Rússia. Deste modo, o temor da Igreja frente à possível “Revolução” obteve força em 1959, com a Revolução Cubana e posteriormente com o ingresso de Cuba no Bloco Socialista (1961).⁶³ De acordo com Rodeghero⁶⁴, ao longo do século XX, o combate ao comunismo foi um dos ingredientes do discurso e da prática da instituição católica no Brasil, onde “visava combater uma série de manifestações identificadas

⁶⁰O Papa Leão XIII nasceu em 1810 e foi ordenado sacerdote em 1837. Posteriormente, em 1843, foi indicado Núncio Apostólico da Bélgica. Em 1846 tomou posse como Arcebispo da região de Perugia, Itália. Foi eleito Papa em 1878 e o fim do seu pontificado foi em 1903. Um dos seus momentos de destaque foi a promulgação da encíclica *Rerum Novarum*, referente à questão social. Disponível em:

<<http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt.html>> Acesso em: 10 dez. 2014.

<<http://cleofas.com.br/historia-da-igreja-de-leao-xiii-a-pio-xii-1878-1939/>> Acesso em: 10 dez. 2014.

⁶¹A presente encíclica foi promulgada pelo Papa Leão XIII em 1891, e foi a primeira a abordar a questão social na formação da Doutrina Social da Igreja. No entanto, devemos ressaltar que não era a primeira vez que a Sé Apostólica intervia em defesa dos interesses materiais dos menos favorecidos. Outros documentos de Leão XIII haviam preparado o caminho; entretanto, a *Rerum Novarum* foi uma síntese orgânica dos princípios católicos no campo econômico-social. Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

⁶²Encíclica *Rerum Novarum*. Disponível em:

<www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerumnovarum_po.html>

Acesso em: 27 jan. 2014.

⁶³No que concerne ao anticomunismo católico no Brasil, apresentamos uma vasta bibliografia, no entanto destacamos os seguintes trabalhos: BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974; MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002; SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶⁴RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n.44, 2002, p.463-488.

ao comunismo, da mesma forma que permitia à Igreja reservar um espaço importante de participação na discussão dos rumos políticos do País.”⁶⁵

Não cabe nesse trabalho uma análise histórica apurada de uma trajetória da Igreja no Brasil. Para os fins propostos nesta pesquisa, é relevante apenas situar a conjuntura na qual o projeto de reforma agrária da Igreja se inseria, e, portanto, destacamos a perspectiva de M. Lowy⁶⁶. Segundo este autor, desde a Segunda Guerra Mundial, estavam sendo geradas no seio da Igreja novas correntes teológicas que propunham outras formas de cristianismo social (padres operários) com maior abertura para as ciências sociais e a filosofia moderna. Foi sob o pontificado de João XXIII⁶⁷ (1958-1963) e o Concílio Vaticano II⁶⁸ (1962-1965) que estas novas orientações se legitimaram.

Segundo Mainwaring⁶⁹, a Igreja no Brasil nos anos de 1960 encontrava-se dividida em diferentes perspectivas. Os tradicionalistas defendiam que a Igreja deveria seguir no combate à secularização, assim como no fortalecimento da presença da instituição católica na sociedade. Os modernizadores conservadores sinalizavam a necessidade de mudança da Igreja e se preocupavam em desenvolver organizações leigas e meios de atingir o povo. Já os reformistas compartilhavam da preocupação dos modernizadores conservadores, embora defendessem um trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz.

No que concerne ao Brasil, foi criada, em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁷⁰, que se dedicou aos estudos sobre os mais relevantes pontos da realidade brasileira da época, como a reforma agrária, a postura da instituição perante a opinião pública e as influências das estruturas sociais na vida religiosa do povo brasileiro⁷¹. Nesse sentido, foi publicado na seção “Crônica Eclesiástica”, da *Revista Eclesiástica Brasileira*, o texto escrito pelo redator, Frei Boaventura Kloppenburg⁷², “A reunião dos arcebispos do Brasil no Rio de

⁶⁵*Ibidem*, p.480.

⁶⁶LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁶⁷Nasceu em 1881 na Itália e tornou-se franciscano em 1897. De 1901 a 1905, foi aluno do Pontifício Seminário Romano. Foi secretário do Bispo de Bérghamo, diretor espiritual do Seminário de Bérghamo, delegado apostólico na Turquia e na Grécia, núncio apostólico em Paris. Em 1958, foi eleito Sumo Pontífice. O seu pontificado, que durou menos de cinco anos, foi marcado pela promulgação das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, além da convocação do Concílio Vaticano II. Disponível em:

<http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_john-xxiii_po.html> Acesso em: 10 dez. 2014.

⁶⁸Podemos dizer que o Concílio Vaticano II foi a mais ampla reforma da história da Igreja, a fim de tornar o catolicismo relevante em um mundo moderno que se encontrava em rápida transformação. Nesse sentido, o Vaticano II aprovou medidas como a missa nas línguas nacionais, uma maior ênfase nos leigos, na justiça social e nos direitos humanos. Inspirada no novo espírito criado pelo Concílio Vaticano II, a Igreja Católica no Brasil busca se aproximar da religiosidade popular. Para um aprofundamento, ler: AZZI, Rioldo. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

⁶⁹MAINWARING, *Op. Cit.*, 1989.

⁷⁰Inicialmente, haveria poucas assembléias, que envolviam, de início, apenas os cardeais e os arcebispos, excluindo os bispos, não permitindo a criação de um laço estável entre o conjunto de bispos no país e nem a formação de um rosto próprio da Igreja no Brasil. A ideia de criar a CNBB ganhou destaque no decorrer do Congresso Mundial dos Leigos, realizado em Roma em 1950, quando elaborou-se diversas teses, posteriormente entregues ao Papa Pio XII. Desta forma, Monsenhor Giovanni Montini, secretário de Estado do Vaticano e futuro Papa Paulo VI, exerceu uma enorme influência junto ao Papa Pio XII para a organização ser aprovada, isso nos mostra a preocupação do Vaticano em promover a criação de uma instituição capaz de ampliar o raio de influência da instituição católica no Brasil.

Por fim, em 1952, com a permissão da Santa Sé, criou-se a CNBB, na época a terceira conferência episcopal do mundo. Ver: BEOZZO, José Oscar. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Paulinas, 1985.

⁷¹Nesse momento, passou a existir uma voz autorizada como Igreja no Brasil. Mas antes já existiam organizações nacionais e veículos, como a revista *A Ordem*, por onde eram publicadas as diretrizes que deveriam ser seguidas.

⁷²Foi um bispo católico brasileiro nascido em 1919 na Alemanha, sendo o segundo bispo da Diocese de Novo Hamburgo. Foi professor de Teologia Dogmática; redator da *Revista Eclesiástica Brasileira*; reitor do Instituto

Janeiro”⁷³. O manifesto de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira* de dezembro de 1952. Vejamos:

Trata-se de um órgão que visa articular, com oportunidade e eficiência a ação de todo o Episcopado Nacional, em problemas importantes e de interesse comum a todas as dioceses brasileiras. Entidades congêneres existem na França, Alemanha e Estados Unidos, sendo ela de especial utilidade no Brasil, em vista da extensão do nosso território, da dificuldade dos meios de comunicação e do elevado número de circunscrições eclesiais, pois o território nacional está dividido em nada menos de 117 Arquidioceses, Dioceses e Prelazias. A Conferência Nacional dos Bispos, agora instalada e representada por uma Comissão Permanente e servida por um Secretariado Geral. A Comissão Permanente tem como membros natos os Cardeais Brasileiros e, como membros eleitos por seis anos, três Arcebispos. Para esta primeira Comissão Permanente foram, portanto, eleitos os seguintes três Arcebispos: Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, Dom Mário de Miranda Vilas Boas, Arcebispo de Belém, e Dom Antônio de Almeida Moraes, Arcebispo de Recife. Para Presidente da Comissão foi eleito sua Eminência o Senhor Cardeal de São Paulo. O Secretariado Geral ficou a cargo de Dom Helder Câmara, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro. Foi resolvido que a Conferência Nacional dos Bispos terá a sua primeira reunião ordinária em Belém do Pará, de 17 a 20 de agosto de 1953.⁷⁴

A Igreja defendia seus interesses à luz das novas encíclicas que retomavam os pontos da *Rerum Novarum*, como a *Quadragesimo Anno*⁷⁵, que convidava os católicos a se comprometerem com a questão social: “enquanto as grandes fortunas se acumulam nas mãos de poucos ricos, para provar à evidência que as riquezas, produzidas em tanta abundância neste nosso século de industrialismo, não estão bem distribuídas pelas diversas classes da sociedade”⁷⁶.

Nesse contexto, Mainwaring⁷⁷ afirma que a politização da pobreza levou a novas formas de ação e intervenção social da Igreja Católica. Observemos o que diz o autor a esse respeito:

A pobreza impulsionou a Igreja nordestina a mudar; na medida em que a doutrina social da Igreja se desenvolvia, era mais provável que viesse a ser implantada onde houvesse maior injustiça. Mas a pobreza por si só não

Teológico-Pastoral; perito nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e Perito na Comissão Teológica do Concílio Vaticano II. Disponível em: <www.franciscanos.org.br> Acesso em: 26 ago. 2014.

⁷³KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A reunião dos arcebispos do Brasil no Rio de Janeiro. In: *R.E.B.*, v.12, fascículo 04, dez. 1952, p. 990-991. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01,03.

⁷⁴KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A reunião dos arcebispos do Brasil no Rio de Janeiro. In: *R.E.B.*, v.12, fascículo 04, dez. 1952, p. 990-991. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01,03.

⁷⁵Encíclica criada pelo Papa Pio XI em comemoração ao quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum*. Na encíclica *Quadragesimo Anno*, o Papa insistiu no direito e dever da Igreja de prestar a sua contribuição para a solução dos problemas sociais mais graves; confirmou os princípios fundamentais e as diretrizes históricas da encíclica leonina e aproveitou para desenvolver o pensamento social cristão, atendendo às novas condições dos tempos. No que concerne à propriedade privada, Pio XI tornou a afirmar o seu caráter de direito natural, e acentuou o seu aspecto e a sua função social. Disponível em:

<www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

⁷⁶Encíclica *Quadragesimo Anno*. Disponível em:

<www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

⁷⁷MAINWARING, *Op.Cit.*, 1989.

explica a nova visão de fé da Igreja. O Nordeste é pobre desde a segunda metade do século XIX, mas foi somente durante a década de 50 que a Igreja demonstrou uma preocupação maior com esse problema. Mais relevantes para a mudança do que a pobreza foram as lutas sociais da região, que tornaram a Igreja mais consciente da realidade que as classes populares enfrentavam.⁷⁸

Para o autor, portanto, foi principalmente devido ao crescimento das lutas sociais no Nordeste que a Igreja brasileira intensificou na questão social regional, e não em razão da pobreza, muito mais antiga e conhecida por todos. O posicionamento dos bispos do Nordeste em relação à importância da ação e do planejamento do Estado, nesta região, torna-se evidente na seguinte passagem de Roberto Romano⁷⁹: “Para os bispos, antes de 1964, a libertação econômica do povo passaria necessariamente pelos fatores do desenvolvimento nacional: planejamento e ação do Estado na economia da região, acompanhados de largo consenso político no país”.⁸⁰

Ao analisarmos a citação acima, compreendemos que a Igreja buscava erigir um consenso sobre a origem dos problemas econômicos e sociais do nosso país, sugerindo meios para solucioná-los, especialmente o “desenvolvimento nacional” a partir da ação do Estado.

É esclarecedor como a encíclica *Mater et Magistra*.⁸¹, por ocasião dos 70 anos da *Rerum Novarum*, atualizava os princípios da Doutrina Social à luz da conjuntura dos anos de 1960. Vejamos como a carta reafirmava e adaptava a *Rerum Novarum*. Observemos os itens 09 e 13 da carta de João XXIII:

9. E hoje, apesar de ter passado tanto tempo, ainda se mantém real a eficácia dessa mensagem, não só nos documentos dos papas sucessores de Leão XIII, os quais, quando ensinam em matéria social, continuamente se referem à encíclica leonina, ora para nela se inspirarem, ora para esclarecerem o seu alcance, e sempre para estimular a ação dos católicos; mas até na organização mesma dos povos. Tudo isso mostra como os sólidos princípios, as diretrizes históricas e as paternais advertências contidas na magistral encíclica do nosso predecessor conservam ainda hoje o seu valor e sugerem, mesmo, critérios novos e vitais, para os homens poderem avaliar o conteúdo e as proporções da questão social, tal como hoje se apresenta, e decidir-se a assumir as responsabilidades daí resultantes.

13. Enquanto, em mãos de poucos, se acumulavam riquezas imensas, as classes trabalhadoras iam gradualmente caindo em condições de crescente mal-estar. Salários insuficientes ou de fome, condições de trabalho esgotadoras, que nenhuma consideração tinha pela saúde física, pela moral e pela fé religiosa. Sobretudo inumanas as condições de trabalho a que eram frequentemente submetidas as crianças e as mulheres. Sempre ameaçador o espectro do desemprego. A família, sujeita a contínuo processo de desintegração.⁸²

⁷⁸*Ibidem*, p. 115.

⁷⁹ROMANO, *Op. Cit.* 1979.

⁸⁰*Ibidem*, p.32.

⁸¹O objetivo central da encíclica consistiu em lançar um olhar sobre os problemas da vida social contemporânea, desde as primeiras luzes do ensinamento do Papa João XXIII, a fim de formular um conjunto de observações que compõem um programa. Deste modo, trata-se de resolver os problemas temporais, a partir da Doutrina Social Católica. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 28 jan. 2014.

⁸²Encíclica *Mater et Magistra*. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 28 jan. 2014.

Ao lermos a encíclica na íntegra, observamos a reflexão da Igreja frente aos problemas sociais, sobretudo, às desigualdades oriundas do capitalismo, e a ênfase em alguns pontos essenciais: 1) as atividades econômicas deveriam basear-se na harmonia entre iniciativa privada e poder público; 2) a preocupação com o bem-estar material da população; 3) a reafirmação da propriedade privada⁸³ seria um bem natural de sua função social, exigindo o esforço para que chegasse a todos; 4) a agricultura.

O Papa João XXIII focava nas questões do subdesenvolvimento e das desigualdades entre os países e propunha uma ordem econômica mundial voltada para a dignidade de toda a população. A defesa da justiça e da valorização do homem, da “natureza humana”, segundo este Papa, independia das ideologias e das crenças. Este era o tom da Doutrina Social da Igreja, que ressoaria forte na América Latina, principalmente entre os membros do “cristianismo da libertação”.⁸⁴

No caso brasileiro, a historiografia indica que a chamada “Igreja dos pobres” reuniu alguns setores da CNBB e leigos católicos e assumiu uma dinâmica própria. O ativismo político e religioso que marcou o ambiente cristão nesse momento pode ser buscado através do chamamento feito pela Ação Católica nos anos de 1930; como se sabe, foram os diversos ramos da Ação que se radicalizavam a partir dos anos de 1950 e que foram os protagonistas dos movimentos sociais ativos no campo católico e, por sua vez, terminaram constituindo as bases teológicas necessárias à produção da teologia da libertação, dentre as quais, podemos destacar os seguintes grupos: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

Nos anos de 1960, tais movimentos entraram em contato com alguns bispos progressistas, como Dom Helder Câmara⁸⁵ e formaram um canal leigo católico na sociedade, em prol da justiça social.⁸⁶

Dentro desse contexto, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil iniciou a preparação do Primeiro Plano Pastoral de Conjunto, aprovado no ano de 1965 pela Assembléia dos Bispos do Brasil, em Roma. No entanto, antes do Concílio, a CNBB, em sua V Assembléia Ordinária⁸⁷, elaborou um plano pastoral para o país, denominado “Plano de

⁸³Segundo a encíclica, o direito de propriedade mesmo sobre bens produtivos, apresenta valor permanente, pelo fato de ser um direito natural fundado sobre a propriedade ontológica e finalista de cada ser humano em relação à sociedade.

⁸⁴Movimento social e político que mobilizou a cultura religiosa e a prática política e de fé. Segundo Lowy, a ideia principal desse movimento é a “opção pelos pobres” e suas principais características são: a libertação humana histórica, a crítica social e moral do capitalismo, a releitura da Bíblia a partir da ideia de libertação e a utilização do marxismo como instrumento de análise da realidade. Para uma maior compreensão, ver: LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁸⁵Hélder Pessoa Câmara nasceu no dia 7 de fevereiro de 1909 em Fortaleza (CE). Ordenou-se padre em 1931 e no mesmo ano organizou a Juventude Operária Cristã.

Em 1947 o padre Hélder organizou o secretariado nacional da Ação Católica Brasileira (ACB). Este movimento tinha por objetivo integrar leigos e a Igreja, e fora implantado no Brasil em 1935 pelo Cardeal Leme. Nomeado primeiro assistente-geral da ACB, cargo que ocuparia até 1962, a partir de 1949, o padre Hélder dirigiu a *Revista Catequética*, colaborando também com as revistas *Ação Católica*; *Assistente Eclesiástico* e *Revista Eclesiástica Brasileira*.

Em 1952, padre Hélder foi eleito bispo-auxiliar no Rio de Janeiro. No mesmo ano foi eleito secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 31 jul. 2014.

⁸⁶Recomendo substancialmente BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974 e MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁸⁷A referida Assembléia foi antecipada de agosto para abril de 1962 e transferida de Fortaleza para o Rio de Janeiro, devido a convocação do Concílio Vaticano II, para 11 de outubro do mesmo ano. Consultar: BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 – 1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.

Emergência”. Este se baseou substancialmente na experiência pastoral de Dom Eugênio Sales⁸⁸ e era constituído de dois eixos centrais: um econômico/social e o outro “pastoral”. O primeiro buscava definir o posicionamento da Igreja Católica no que concerne ao Movimento de Educação de Base (MEB)⁸⁹, à Sindicalização Rural⁹⁰ e à Aliança para o Progresso⁹¹. Já o segundo, apresentava uma preocupação em renovar alguns posicionamentos da Igreja em relação às escolas católicas, ao ministério sacerdotal e as paróquias.

No último ano do Concílio Vaticano II, os bispos brasileiros realizaram a 7ª Assembleia Geral da CNBB, tendo como efeito o Plano Pastoral de Conjunto. Tal plano pretendia aplicar as resoluções conciliares para a realidade brasileira. Nesse sentido, buscou-se uma renovação institucional da Igreja, além de reforçar a participação dos leigos tanto nas estruturas eclesiais quanto no plano de ação diocesano.⁹² Vejamos um trecho do “Plano Pastoral de Conjunto”⁹³, publicado na seção “Comunicações” da *R.E.B.*:

O Plano Pastoral de Conjunto, fundamentalmente, quer criar meios e condições para que a Igreja, no Brasil, se conheça tal qual é, e, partindo realisticamente de sua situação, caminhe com segura perseverança no rumo indicado pelo Vaticano II. Quer ser um esforço dinâmico e contínuo do Povo de Deus (sob o serviço orientador da Hierarquia), contando com a força do Espírito Santo, para todos os homens. Identificado com a realidade brasileira, iluminado pela Revelação do Senhor, fortalecido pelo Espírito

⁸⁸Eugenio de Araújo Sales nasceu no dia 8 de novembro de 1920 em Acari (RN). Ordenou-se sacerdote em novembro de 1943 e foi nomeado vigário-cooperador da paróquia de Nova Cruz, em Natal. Fundou em 1948 o Serviço de Assistência Rural (SAR), difundindo em Natal e no interior do estado os Centros Sociais da Comunidade, destinados a prestar serviços de assistência religiosa e social. Em março de 1959, esteve presente, com outros clérigos e políticos nordestinos, numa reunião convocada pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek (1956-1961), para debater problemas crônicos do Nordeste e encontrar caminhos para o combate à seca e para a necessidade de se fixar o homem à terra. Na reunião, foram encampadas as ideias básicas do I Encontro de Bispos do Nordeste e foi criado o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), transformado meses depois na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Ainda em 1959, Dom Eugênio criou no Rio Grande do Norte a Emissora de Educação Rural — responsável pelo lançamento de um programa de alfabetização rural. Foi eleito, em 1961, secretário da regional Nordeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Consultar o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro no seguinte site: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 31 jul. 2014.

⁸⁹O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em 1961, mediante um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O MEB tinha como objetivo ministrar educação de base às populações das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada. Para uma maior compreensão, ver: CABRAL, Bruna Marques. *“Do clero e para todo o clero”: A Revista Eclesiástica Brasileira e a reforma agrária (1950-1964)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

⁹⁰A Igreja Católica criou as Frentes Agrárias, que buscavam nos ensinamentos do Evangelho, das Encíclicas Papais e nos textos de ideólogos católicos, a orientação para solucionar os problemas econômicos e sociais. Portanto, a instituição católica agiria como mediadora do conflito, posto que teria como função a interposição entre as classes para se levar ao consenso de como caminharia a problemática agrária. Observamos que as Frentes Agrárias, em sua orientação, não permitiram romper os pilares que atrelavam e subordinavam a estrutura sindical do Estado, inviabilizando a possibilidade de um projeto político camponês autônomo. Diversos fatores contribuíram para o estabelecimento dessas relações assimétricas. O primeiro relaciona-se à origem, cuja iniciativa não partiu de bases camponesas, mas sim dos interesses conservadores da instituição católica. O segundo aspecto concerne à ação político-ideológica desenvolvida pelas Frentes, sendo respaldada pela Doutrina Social Cristã. Ver: BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: EDUEL, 2009.

⁹¹Instrumento criado pelos EUA, a fim de combater o avanço revolucionário na América Latina, tendo como principal alvo a Revolução Cubana.

⁹²TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Comunidades Eclesiais de Base*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 124.

⁹³MARINS, Pe. José. Plano Pastoral de Conjunto. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 356-366. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

Santo, o Povo de Deus deve criar uma resposta adequada a cada momento histórico, para que aqui e agora a Igreja seja sinal eficaz de salvação para os homens.⁹⁴

E ainda:

Houve esforço de avanço e de criação, abriram-se pistas novas à reflexão e às experiências e fundamentaram-se melhor certas opções pastorais. Entre os diversos encontros (seminários de estudo) deste programa, destacamos os que refletiram sobre:

Comunidade eclesial de base – Rio de Janeiro (12 a 17.6.67). Neste encontro procurou esclarecer e aprofundar as exigências das comunidades eclesiais de base, seu sentido e dimensão, seu papel na pastoral de conjunto.

Apostolado leigo – Rio de Janeiro (19 a 27.3.66). Tentou-se o entrosamento entre os diversos movimentos e aprofundou-se o estudo sobre o papel do leigo e sua ação apostólica à luz dos documentos conciliares.⁹⁵

Podemos dizer que no decorrer das sessões do Concílio Vaticano II, a Igreja no Brasil trabalhava na implementação das diretrizes do “Plano de Emergência” e, por outro lado, defrontava-se com os imperativos revisionistas da teologia e das próprias pastorais, agora sob as mudanças recomendadas nos documentos produzidos pela dinâmica do Vaticano II, tais como a *Lumen Gentium*⁹⁶ e a *Gaudium et Spes*⁹⁷. Desta forma, faziam-se revisões na liturgia sobre a temática do ecumenismo e do papel dos leigos na Igreja. Diante de tais circunstâncias, a CNBB preparou o Plano Pastoral de Conjunto, implementado a partir de 1966, cujo objetivo principal, seria colocar em prática as resoluções do Vaticano II.

Analisando o documento *Plano Pastoral de Conjunto (PPC)*, elaborado pela CNBB, ressaltamos que o objetivo principal era: “Criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajustasse o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II.”⁹⁸ Dentro dessa perspectiva, as atenções deveriam se voltar para a participação dos leigos na vida apostólica, bem como da descentralização das paróquias, a fim de dinamizar e incentivar a participação do laicato. Vejamos a seção do *PPC*, intitulada “A comunidade de Igreja”:

Faz-se urgente uma descentralização da paróquia, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, *comunidades de base* (como as capelas rurais) onde os cristãos não sejam pessoas anônimas que apenas buscam um serviço ou cumprem uma obrigação, mas sintam-se acolhidos e responsáveis, e delas façam parte integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos os seus irmãos.⁹⁹

Diante do exposto, observamos que o *PPC* foi um instrumento, a fim de promover uma renovação segura, orgânica e global, sob a orientação do episcopado, com a participação dos diversos setores da Igreja e dos católicos. Vejamos a publicação da *Revista Eclesiástica*

⁹⁴MARINS, Pe. José. Plano Pastoral de Conjunto. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 359. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

⁹⁵MARINS, Pe. José. Plano Pastoral de Conjunto. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 362-363. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

⁹⁶Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html> Acesso em: 27 fev. 2018.

⁹⁷Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html> Acesso em: 27 fev. 2018.

⁹⁸CNBB. *Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970)*. Brasília, 1966, p. 20.

⁹⁹CNBB. *Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970)*. Brasília, 1966, p. 29.

Brasileira (R.E.B.) sobre o *Plano Pastoral de Conjunto*, na seção “Crônica Eclesiástica”, em setembro de 1966:

Este plano visa a criar meios e condições para que a Igreja do Nordeste possa realizar a renovação preconizada pelo Vaticano II, determinando para isto seis linhas de trabalho: unidade visível da Igreja; ação missionária; ação catequética; renovação litúrgica; ação ecumênica e um programa de busca de meios e condições para uma melhor inserção do Povo de Deus como fermento evangélico na construção do mundo. A cada uma destas linhas corresponde um programa de ação (...) que falem, ouvindo a opinião dos leigos antes de aplicar a doutrina da Igreja aos fatos da vida concreta. Que todos os cristãos e todos os homens saibam qual é o pensamento da Igreja sobre os assuntos que preocupam o mundo de hoje.¹⁰⁰

Dentro dessa conjuntura, destacamos o texto intitulado “Documentos para a presença da Igreja pós-conciliar na América na Latina”¹⁰¹, no qual abordava a presença da Igreja do Vaticano II no continente latino-americano, sob o ponto de vista religioso, político e social. Vejamos um trecho do referido documento, publicado na seção “Documentação” da *R.E.B.*:

Tudo o que o Concílio disse sobre este mundo em processo de mudanças rápidas, extensas e profundas pode afirmar-se de maneira especial para o continente. São mudanças que estão realizando uma transformação tal nas atitudes e nas formas de vida que devemos falar de um “novo período de sua história”. Não podia a Igreja estar ausente neste momento crucial. (...) Os próximos anos determinarão provavelmente a forma na qual a América Latina se desenvolverá futuramente. Tem a Igreja, nestes anos, que estar presente e cumprir uma difícil e ao mesmo tempo grata missão. Mas para isso ela foi preparada pelo Vaticano II. É nesta hora e neste contexto que se reunirá a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.¹⁰²

Em 1968, realizou-se a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, na Colômbia, cujo tema era: “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”, com o escopo de atualizar as decisões do Concílio para *Nuestra América*. Observamos que o documento de Medellín traçava uma nova feição para a Igreja latino-americana, propondo que a instituição católica se estruturasse a partir de Comunidades Eclesiais de Base (CEB)¹⁰³. Assim:

(...) a comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento.¹⁰⁴

¹⁰⁰KLOPPENPURG, Frei Boaventura. As tribulações da Igreja do Nordeste. In: *R.E.B.*, v. 26, fascículo 03, set. 1966, p. 729. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,13.

¹⁰¹Papa Paulo VI. “Documentos para a presença da Igreja pós-conciliar na América Latina”. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 431-432. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

¹⁰²*Ibidem*.

¹⁰³É importante ressaltar que no início da década de 1960 existiam algumas Comunidades Eclesiais de Base, no entanto foi a partir de 1964 que elas teceram características próprias, tais como as concebemos atualmente.

¹⁰⁴CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 152-153.

No mesmo ano da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), ocorreu um encontro de Bispos Presidentes das Comissões Episcopais de Ação Social¹⁰⁵, entre os dias 12 e 19 de maio, em Itapoã, Salvador (BA). Sendo divulgado no fascículo de junho de 1968, da *R.E.B.*:

O objetivo primordial da reunião foi procurar estabelecer um programa de ação conjunta a fim de que se possa concretizar a ação da Igreja na América Latina em prol do desenvolvimento e integração do continente. Dentro do atual sistema – crêem os congressistas – será impossível que a América Latina saia do subdesenvolvimento, a não ser que se chegue a uma reforma profunda, audaz e urgente das atuais estruturas sociais. Mas a reforma de que necessitamos não deve simplesmente moldar-se pelos figurinos de outros países. Entretanto no campo social, a Igreja não quer usurpar as funções do Estado, mas sim influir moralmente com sua doutrina e emprestar a voz aos milhões de camponeses marginalizados do continente, a fim de “reclamar seus direitos, criar consciência, perante as autoridades e a opinião pública”. Nesse sentido é que se devem empreender verdadeiras reformas agrárias. O que não significa simplesmente repartir terras, mas antes estabelecer condições que salvaguardem os direitos dos camponeses à produção, à produtividade, à estabilidade dos preços, à cultura, à participação na vida global da sociedade. Deve promover-se igualmente o acesso à propriedade da terra.¹⁰⁶

Desta forma, os congressistas apelavam aos cristãos, para estes apoiarem as reivindicações dos camponeses e a organização destes em cooperativas, ligas agrárias e sindicatos que fossem independentes de qualquer controle estatal e político.

Devemos ter em mente que a Conferência de Medellín ocorreu no momento de eclosão da “teologia da libertação”. Segundo Gotay¹⁰⁷, o referido encontro assinalou a “transição da posição do social-cristianismo para a teologia da libertação do cristianismo revolucionário”.¹⁰⁸ Para o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez¹⁰⁹, o termo “libertação” demonstrava os anseios das classes oprimidas por mudanças sociais.

Assim, a “teologia da libertação” foi uma corrente teológica de interpretação do cristianismo, que enfatizou a atuação político-social do cristão em prol da transformação das estruturas de exploração da sociedade capitalista, como em decorrência do amor ao próximo.

Segundo Lowy¹¹⁰, o “cristianismo da libertação” foi combatido pelo Vaticano e pelo CELAM, dirigido, desde o início da década de 1970, pelo grupo conservador da Igreja. No entanto, seu impacto não foi desprezível, sobretudo no Brasil, onde a CNBB, apesar de pressões por parte do Vaticano, recusou-se a condená-lo.

Neste sentido, apesar dos avanços das classes populares do laicato, entre segmentos instruídos da classe média e parte do clero, a “teologia da libertação” e as orientações de

¹⁰⁵O encontro foi promovido pelo Departamento Latino-Americano de Ação Social do CELAM e presidido por Dom Eugênio de Araújo Sales, que era também o Presidente do mencionado Departamento de Ação Social.

¹⁰⁶KLOPPENBURG, Frei Boaventura. “Presença ativa da Igreja no desenvolvimento latino-americano”. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 479-480. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

¹⁰⁷GOTAY, Samuel Silva. “Origem e desenvolvimento do pensamento cristão revolucionário a partir da radicalização da doutrina social nas décadas de 1960 e 1970”. In: (Vários autores) *História da teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981.

¹⁰⁸GOTAY, Samuel Silva. “Origem e desenvolvimento do pensamento cristão revolucionário a partir da radicalização da doutrina social nas décadas de 1960 e 1970”. In: (Vários autores) *História da teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981. p. 148.

¹⁰⁹GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: perspectivas*. Tradução de Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 44.

¹¹⁰LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Medellín não foram assimiladas pela maioria dos membros da instituição católica, tão pouco pela hierarquia superior. O setor conservador passou o período subsequente à conferência de 1968 criticando-as e aguardando um momento favorável para convocarem uma nova conferência no continente latino-americano com o intuito de revertê-la. Assim, a Conferência de Puebla, em 1979, foi uma tentativa de retomar o controle, ou seja, o CELAM proibiu os teólogos da libertação de participar da referida conferência. De acordo com Lowy¹¹¹, os adeptos da “teologia da libertação” saíram vitoriosos, na medida em que as determinações de Medellín, não sofreram alterações expressivas. Vejamos:

...eles estiveram presentes na cidade de Puebla e, graças à mediação de alguns dos bispos, exerceram uma forte influência nos debates. A solução conciliatória resultante foi resumida na agora famosa fórmula da “opção preferencial pelos pobres” – uma frase ampla o bastante para permitir que cada corrente a interprete de acordo com suas próprias tendências.¹¹²

No Brasil, ocorria um crescimento econômico, marcado pela concentração de riqueza (incluindo a propriedade da terra). Deste modo, as classes populares tanto do meio urbano quanto do rural viam crescer seu desespero, por conta do empobrecimento. O cenário estava caracterizado pela violência institucionalizada da ditadura militar. Dentro desse quadro, os camponeses foram expulsos de suas terras pelo capital e pelos grileiros na região Amazônica e buscaram proteção junto às igrejas da região.¹¹³

Portanto, a oposição de alguns bispos à violência praticada pelo Estado e as denúncias das consequências do crescimento econômico concentrador, em prejuízo das classes dominadas, aproximava a hierarquia católica dos interesses das massas populares, fator essencial para a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como analisaremos mais adiante.

1.4 – As relações entre Igreja e Estado

No que concerne ao contexto brasileiro, Wanderley Guilherme dos Santos¹¹⁴ destaca que, em 1961, ao assumir a presidência, Jânio Quadros se deparou com efeitos colaterais do governo JK, dentre os quais: inquietação social, desequilíbrios econômicos e aumento da incerteza quanto ao futuro. Nesse sentido, o autor demonstra que as dificuldades encontradas inicialmente no governo de Jânio Quadros eram mais complexas do que simplesmente um ponto de doutrina econômica. Assim, “por trás do problema monetário, complexas questões sobre o preço da austeridade e a quem caberia pagar este preço esperavam para ser levantadas, como evidenciariam as reações às primeiras medidas da nova administração”.¹¹⁵

No entanto, Jânio não se mostrou capaz de superar a crise financeira devido à sua política econômica severa, que se traduzia nas seguintes medidas: congelamento dos salários, desvalorização do cruzeiro e restrição ao crédito.¹¹⁶ Nesta conjuntura de dificuldades, o presidente renunciou, acreditando que permaneceria no poder através do apoio maciço da população, pedindo o seu retorno, fato que nunca aconteceu.¹¹⁷

¹¹¹LOWY, Michael. *Op. Cit.*, 2000.

¹¹²LOWY, Michael. *Op. Cit.*, 2000, p. 81.

¹¹³Diversos bispos apoiaram a causa dos camponeses, dentre os quais, podemos citar: Dom Pedro Casaldáliga (prelado de São Félix do Araguaia - Mato Grosso), Dom Tomás Balduino (Diocese de Goiás), Dom Alano Maria Pena (bispo de Marabá - Pará).

¹¹⁴SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

¹¹⁵*Ibidem*, p. 209.

¹¹⁶*Ibidem*, p. 210.

¹¹⁷*Idem*.

Desta forma, com a abdicação de Jânio Quadros, a presidência deveria ser assumida pelo seu vice, João Goulart, que se encontrava em visita à China comunista; devido à sua ausência, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o cargo de presidente da República, enquanto os setores mais conservadores da nossa cúpula política armavam um golpe, a fim de impedir Goulart de assumir o poder. Em todas as partes do Brasil, surgiram manifestações de apoio à posse de João Goulart, sobretudo por meio da *Campanha da Legalidade*, liderada por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Além das lideranças sindicais e políticas, outros setores sociais, tais como intelectuais, estudantes e segmentos da Igreja Católica, rejeitaram a atitude dos ministros militares que tentavam impedir a posse.¹¹⁸ Entretanto, a Igreja não era uma instituição politicamente homogênea, e isso explica por que o grupo mais conservador, liderado por Dom Vicente Scherer, apoiava o golpe.

Assim, houve um boicote à chegada de Jango à presidência, amenizado com um acordo, no qual implementou-se o parlamentarismo durante seu mandato. Segundo Argelina Figueiredo¹¹⁹, esse acordo foi aceito por Goulart no intuito de evitar uma guerra civil no país, especialmente porque ele não queria perder a oportunidade de assumir a presidência da República.

Após o plebiscito de 1963, o país retornou ao sistema presidencialista. Neste momento, os movimentos populares, ao lutarem por uma reforma agrária (dentre outras reformas sociais), adquiriam um tom combativo resumido no seguinte *slogan: reforma agrária, na lei ou na marra.*¹²⁰

Nesse contexto, Jango considerava a reforma agrária condição *sine qua non* para o progresso do país. Dentro da lógica nacional-desenvolvimentista, tal reforma era imprescindível para que o capitalismo pudesse prosperar, promovendo a justiça social no Brasil. Desta forma, para Lucília Delgado¹²¹, o projeto trabalhista ao qual Jango era filiado, do ponto de vista ideológico e partidário, tinha um claro viés desenvolvimentista, pois defendia que a modernidade só seria alcançada se fosse apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização. Também sofria influência da Doutrina Social da Igreja e das ideias socialistas, defendendo políticas sociais distributivistas e a efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país. Nesse sentido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e seu projeto social e ideológico não eram homogêneos. Ao contrário, eram, na verdade, matizados por proposições específicas de diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil. Deste modo, havia um projeto reformista agregado a objetivos socialistas, que também era defendido pelos comunistas. Também se identificava a forte influência e atuação dos católicos, definidos como progressistas, que, sobretudo, através de movimentos leigos como o da Ação Católica, desenvolviam um trabalho em torno de propostas para o reformismo e justiça sociais. E, por fim, aproximou-se de sindicatos e

¹¹⁸FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano (volume 3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 303-341.

¹¹⁹FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961- 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

¹²⁰FILHO, Daniel Aarão Reis. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.331.

¹²¹DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que tinham seus projetos específicos.¹²²

Jango se inspirou na tendência dos “doutrinários trabalhistas” que militavam dentro do PTB¹²³, que, dentre outras orientações doutrinárias, utilizavam como instrumento de reflexão da realidade brasileira a Doutrina Social Cristã.¹²⁴ Notamos a proximidade do presidente João Goulart com a Igreja “progressista”, especialmente na época da publicação da encíclica *Pacem in Terris* (1963), no qual o presidente enviou uma carta ao Papa, parabenizando-o por tal encíclica. Vejamos a mensagem contida na seção “Crônica Eclesiástica” da *Revista Eclesiástica Brasileira*:

As sábias palavras de Vossa Santidade sobre os direitos e deveres dos seres humanos e suas relações com as comunidades políticas, hão de constituir, doravante, por certo, segura base de princípios a nortear o comportamento dos governantes e cidadãos dos diferentes países. Para o povo brasileiro, que busca construir a sua Pátria no espírito de justiça social e de cooperação constitutiva, isenta de preconceito de raça e de grupo social, é bem reconfortante e sobremodo encorajador receber, nesta hora, o valioso suporte espiritual de tão altíssima voz, para o prosseguimento de seus esforços, que são os do governo brasileiro.¹²⁵

De acordo com Delgado¹²⁶, o discurso e a trajetória de Jango podem ser considerados paradigmáticos do que foi o projeto reformista do “novo trabalhismo”. Tal projeto sustentava-se tanto no getulismo (substancialmente no que se refere ao nacionalismo e ao aperfeiçoamento e ampliação das leis trabalhistas) quanto no trabalhismo doutrinário (especialmente em relação ao distributivismo da riqueza social).¹²⁷

¹²²DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203, p. 172.

¹²³Lucília Neves Delgado destaca três principais tendências do trabalhismo que se integraram ao PTB: os “getulistas pragmáticos”, formados por burocratas vinculados à estrutura do Estado através do Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados ao corporativismo sindical oficial. Os “doutrinários trabalhistas” eram os intelectuais orgânicos do petebismo e se inseriam em uma orientação trabalhista socializante, que propunha uma maior desvinculação do partido em relação ao Estado. E por último, os “pragmáticos reformistas”, estes atuaram a partir da segunda metade da década de 50 e amalgamaram em sua prática político-partidária características da tendência getulista e da doutrinária. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

¹²⁴A Doutrina Social Cristã, assim como o trabalhismo inglês e o socialismo reformista, foi muito utilizada, inicialmente pelo articulador da tendência doutrinária: o político gaúcho Alberto Pasqualini. No que concerne à Doutrina Social da Igreja, seu principal aspecto, refere-se à condenação do “capitalismo individualista” e à busca de maior justiça e igualdade social. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189.

¹²⁵GOULART, João. O presidente da República sôbre a *Pacem in Terris*. In: *R.E.B.*, v. 23, fascículo 02, jun.1963, p.496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,05.

¹²⁶DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

¹²⁷Deste modo, o período do trabalhismo foi caracterizado por contradições e ambigüidades. Representou dirigismo, paternalismo e potencial de autonomia para sujeitos históricos, como eram os trabalhadores. Significou personalismo de seus líderes, por um lado, e, por outro, acalentou proposições cooperativistas e coletivistas. Apesar dos paradoxos, Delgado ressalta que o trabalhismo não deixou de representar um programa, cujo objetivo principal era a crença na resolução dos problemas sociais do país. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In:

Portanto, a Igreja não ficou indiferente em uma sociedade que se polarizou entre direita e esquerda, onde os movimentos sociais de ambos os lados cresciam e disputavam o poder de dirigir os destinos do país¹²⁸. Nessa conjuntura, a instituição católica também temia perder os camponeses e passou a se envolver mais nas questões do meio rural, dando um incentivo maior aos Sindicatos Rurais e ao Serviço de Assistência Rural, cujo objetivo era diminuir a entrada dos comunistas.¹²⁹ O escopo era conscientizar os camponeses da situação deplorável em que viviam e organizá-los para lutar por seus direitos, mas tudo isso deveria ser baseado em preceitos cristãos e na criação de líderes próprios e autônomos em relação ao comunismo.¹³⁰

É importante ressaltar que a *R.E.B.*, no início de 1964, seguindo em parte a tendência do Concílio Vaticano II, estudava o marxismo no intuito de mostrar que as verdades católicas eram suficientes para explicar todas as questões levantadas pelos comunistas.

A preocupação em estudar a tradição do pensamento marxista aparece claramente na *R.E.B.*, mormente no artigo “A Revolução de Cristo”¹³¹, publicado em março de 1964, às vésperas do golpe. Assim, de acordo com Frei João Batista Santos¹³², “(...) o primeiro a fazer da revolução social uma doutrina, o primeiro a apresentar esse tipo de luta exterior como um meio de suprimir a injustiça e de abrir caminho para a redenção final e a felicidade de todos na perfeita igualdade, foi Karl Marx.”¹³³

Às vésperas do golpe, a *R.E.B.* colaborava com o anticomunismo, indicando a preocupação da instituição católica com o comunismo no Brasil. No artigo “Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil”¹³⁴, essa perspectiva fica particularmente em evidência:

Até pouco tempo o comunismo não era tido como perigo do momento. Nos últimos meses, contudo, uma quantidade muito grande de testemunhos e manifestos vieram a alterar, seja da parte da Igreja, seja da parte dos civis e militares, as consciências de brasileiros contra o perigo vermelho.¹³⁵

Nessa mesma linha de pensamento, temos a declaração do Cardeal Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva. Vejamos:

O perigo está às portas, dizer-se-ia inevitável, iminente, talvez. Dizem vozes credenciadas que há presença de forças dirigidas pelo comunismo

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 201.

¹²⁸MAINWARING, *Op. Cit.*, p. 75.

¹²⁹MONTENEGRO, *Op. Cit.*, 2003.

¹³⁰ENGELKE, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (MG – 10/09/1950) *In: Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 45-46.

¹³¹SANTOS, Frei João Batista. A Revolução de Cristo. *In: R.E.B.*, v.24, fascículo 01, mar. 1964, p. 123-125. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

¹³²Frei João Batista nasceu na cidade de Franca (SP) em 13 de agosto de 1913 e ingressou na ordem dos padres dominicanos em 1931 na França. Em 1950, tomou posse como capelão da Vila Brasília Machado, após entendimentos como Círculo Operário do Ipiranga, para a compra pelos dominicanos do terreno onde esse círculo mantinha uma capela improvisada, um armazém e uma casa que abrigava um consultório médico e um curso de alfabetização de adultos. Informações retiradas do livro: SANTOS, João Baptista Pereira dos. *Fim de um mundo aleluia*. São Paulo: Paulinas, 1984.

¹³³SANTOS, Frei João Batista. A Revolução de Cristo. *In: R.E.B.*, volume 24, fascículo 01, março de 1964, p. 123. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

¹³⁴SILVA, Dom Augusto Álvaro da. Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 207-208. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

¹³⁵*Ibidem*, p. 207.

internacional nas altas funções administrativas do país; que a marcha dos comunistas e socialistas em direção ao governo se acelerou.¹³⁶

E, dentre os diversos textos publicado pela revista, destacamos “Declarações da CNBB sobre a situação nacional”¹³⁷, publicado na seção “Crônica Eclesiástica”, em junho de 1964, isto é, pouco depois do golpe:

Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades do materialismo, tão perniciosas que geram o próprio comunismo, e, sobretudo, enquanto o espírito sobrenatural autêntico não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas (...). Somos, por isso, pelas reformas que a hora presente exige, de acordo com o espírito cristão e a Doutrina Social da Igreja, que tantas vezes temos expendido(...). Não nos curvamos, porém, às injunções da política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso, silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça(...). Esperamos que os responsáveis pelos destinos temporais do Brasil aceitem, defendam e cumpram os princípios do Evangelho e as normas da Doutrina Social Cristã, não só porque esses princípios são os nossos, mas porque constituem a base fora da qual não há, nem poderá haver, ordem social, segurança, estabilidade e verdadeiro progresso.¹³⁸

A tônica da posição da CNBB é “restauração da ordem social, em base cristã e democrática”¹³⁹. Aqui aparece claramente uma questão importante: a convicção de que, passada a ameaça comunista, que supostamente pairava no governo Jango derrubado, era hora de voltar à normalidade cívica e política. Mas superar a ameaça comunista e, ao mesmo tempo, realizar uma volta da “democracia em bases cristãs” significava, concretamente, cumprir parte da agenda comunista, fazendo reformas de acordo com a Doutrina Social da Igreja. No mesmo fascículo de junho de 1964, nos deparamos com o texto “A Revolução de Abril e as comprovantes da subversão comunista”¹⁴⁰, no qual se evidencia que a *R.E.B.* elogiava e justificava a ação dos militares e dos demais setores conservadores da sociedade da época, em prol da ordem, da Igreja e da tradição:

Era por demais evidente a linha comunizante do governo do Sr. João Goulart que, através de fatos como o reatamento das relações com a Rússia, a unificação de todos os trabalhadores do país obedecendo ao CGT, este com atuação política, mais que sindical, a desmoralização crescente das Forças Armadas e a iminente legalização do Partido Comunista, pretendia levar o Brasil para uma República Sindicalista, caudatária do imperialismo soviético. Mas contra este plano de comunização levantaram-se a Igreja, a imprensa nacional e o Exército. No Rio, Dom Jaime quase que

¹³⁶*Ibidem*, p. 207-208.

¹³⁷CNBB. Declarações da CNBB sobre a situação nacional. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 491-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

¹³⁸CNBB. Declarações da CNBB sobre a situação nacional. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 491-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07. p. 492-493.

¹³⁹*Ibidem*, p. 492.

¹⁴⁰KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A Revolução de Abril e os comprovantes da subversão comunista. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 493-495. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

semanalmente denunciava as tramas vermelhas e concitava os brasileiros a formarem “um bloco único de resistência” e ficarem a postos, prontos para repelirem qualquer investida dos inimigos da Pátria e da Religião. Igualmente mobilizada se encontrava a imprensa nacional e num editorial de primeira página de *O Globo*, em que se denunciava a sistemática entrega do Brasil ao comunismo pelas autoridades brasileiras, ouvia-se a voz de alerta levantada pela maioria dos jornais nacionais. “Basta de entregar o Brasil ao comunismo” – protestava o referido jornal e continuava: “O Governo já não pode mais reagir, pois se deixou comprometer com a política de penetração dos comunistas e entregou o Brasil aos seus piores inimigos”. Por outro lado, a audácia dos comunistas apresentava-se sempre mais crescente e através de pressões sobre o Governo Federal seus elementos foram tomando post-chaves na administração do País e nas Forças Armadas. E denunciavam os Ministros Militares a crescente infiltração do Exército. Houve, segundo a tática comunista de dois passos a frente, um para trás, progressão consciente e planejada na audaciosa operação de comunizar o país. Fato decisivo na formação dos blocos antagônicos, foi o comício-monstro pró-reformas realizadas no Rio, no dia 13 de março, onde compareceram cerca de 120 mil pessoas para exigir do presidente da República a legalização do Partido Comunista, o voto do analfabeto e outras reivindicações comunizantes. Nesta mesma ocasião assinou o Presidente o decreto da SUPRA e a Emancipação das refinarias particulares. Mas o pavio do grande barril de pólvora que fez explodir os sentimentos cívicos da nacionalidade, e principalmente das Forças Armadas, foi a revolta dos Marinheiros na Quinta-Feira Santa, que culminou com a exoneração do então Ministro da Marinha Almirante Silvío Mota. Conforme palavras do General Mourão Filho: “Os militares já não suportavam a vergonha de sustentar e manter um governo que dava cobertura à indisciplina”. E nas palavras do mesmo General: “O último ato de afronta à democracia foi o comício realizado no dia 31 de março no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, quando o Presidente jogou fora a Constituição e rompeu o que ainda restava de respeito à lei, à ordem e a disciplina nas Forças Armadas”. Na mesma noite o General Mourão Filho mobilizava suas tropas sediadas em Juiz de Fora e no dia seguinte distribuía manifesto à nação, no qual acusava o governo de dar apoio oficial aos comunistas e concitava “a todos os brasileiros e militares esclarecidos a salvarem o Brasil e a deporem o Presidente da República que não mais merece ser havido como guardião da Lei Magna”. (...) No mesmo dia ainda, membros destacados do Alto Comando do Exército, entre os quais o atual Presidente da República e o atual Ministro da Guerra, Marechal Castelo Branco e General Costa e Silva respectivamente, também distribuíram manifesto em que diziam que “a Pátria não podia mais assistir impassível a esta trágica derrocada das próprias instituições democráticas, sendo que era o próprio Presidente da República quem incitava à indisciplina e oferecia plena cobertura a motins desencadeados sob a orientação de comunistas conhecidos”. 48 horas depois a revolução era vitoriosa, tendo o Supremo Comando explicado à Nação que a ação militar visava “conter o avanço comunista e moralizar a vida pública nacional”. Logo após ser declarada a vitória, começaram as devassas e notável foi o material subversivo que veio comprovar as denúncias da acelerada comunização a que estava sendo levada a Nação.¹⁴¹

¹⁴¹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A Revolução de Abril e os comprovantes da subversão comunista. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 493-495. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

Ainda na seção “Crônica Eclesiástica”, de junho de 1964, nos deparamos com um texto a respeito das “Marchas da Família, com Deus e pela Liberdade”. Nele, apoia-se a Marcha e principalmente o golpe de Estado de 1964 ocorrido pouco depois. Vejamos:

Por todo o Brasil as Marchas foram promovidas, sempre dentro do espírito que orientou a primeira: de repúdio ao comunismo, de alerta às autoridades constituídas e de defesa e profissão de fé democrática e cristã. Estas Marchas tiveram o benéfico efeito de patentear aos chefes militares onde estavam os desejos do povo e serviram de estímulo e garantia para a decisão por eles tomada dias depois de depor o Presidente que já não encontrava eco e crédito na maioria do povo brasileiro.¹⁴²

O fascículo da *R.E.B.*, de junho de 1964, é um testemunho importante sobre as diferenças e talvez tensões políticas existentes dentro da Igreja em relação à conjuntura política do Brasil pós-golpe; pois enquanto a CNBB já recomendava a “restauração da ordem social, em base cristã e democrática”¹⁴³, os editores da revista construíram uma concatenada narrativa histórica sobre os principais “fatos” que testemunhavam o perfil “comunizante” do governo Jango e que autorizava e justificava o golpe de Estado que o derrubou.

Na conjuntura que antecedeu o golpe, Codato e Oliveira¹⁴⁴ observavam que o país experimentava, sem possibilidade de retorno, os efeitos de polarização ideológica que havia oposto, em todo período, o liberalismo conservador ao reformismo nacionalista. Essa polarização chegou ao ápice em março: o Comício da Central do Brasil; a Marcha da Família; a Rebelião dos Marinheiros; a reunião no Automóvel Clube; e, como conclusão desse momento de crise, no dia 31, a manobra liderada pelo general Olímpio Mourão Filho cerra o destino do governo de Jango.

Portanto, a *R.E.B.* colocava-se ao lado do grupo mais conservador da Igreja, formando um bloco de resistência ao comunismo, sendo um dos seus líderes o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara. Deste modo:

No Rio, Dom Jaime quase que semanalmente denunciava as tramas vermelhas e concitava os brasileiros a formarem um bloco único de resistência e ficarem a postos, prontos para repelirem qualquer investida dos inimigos da pátria e da religião.¹⁴⁵

Em 31 de março, as tropas militares lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho saíram de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro e desencadearam o golpe de 1964.¹⁴⁶

¹⁴²KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Marchas da família com Deus pela liberdade. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

¹⁴³CNBB. Declarações da CNBB sobre a situação nacional. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 492-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

¹⁴⁴CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. *Revista Brasileira de História*, vol.24, n.47, 2004, p. 271-302.

¹⁴⁵KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A Revolução de Abril e os comprovantes da subversão comunista. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p.495. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

¹⁴⁶Portanto, ao completarmos 55 anos desse movimento político que rompeu com a ordem constitucional, recomendamos a leitura do artigo de Carlos Fico, onde se discute o revisionismo da historiografia sobre a ditadura militar brasileira, mostra o vício nominalista do debate do caráter civil-militar da ditadura e argumenta que a moldura institucional do Estado de exceção ainda estava ativa em 1985. Ver: FICO, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, jan./abr.2017, p. 05-74.

Por outro lado, Lucília Delgado, faz uma análise sobre as diferentes interpretações referentes à trajetória política de Jango, à crise institucional de 1960 e um balanço historiográfico sobre o golpe político de 1964. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e

Como Delgado¹⁴⁷, acreditamos que os responsáveis pela deposição de Goulart foram os militares, respaldados por apoio internacional e em parceria com partidos políticos e segmentos da sociedade civil, que se opunham à opção política do presidente e de seus aliados históricos.¹⁴⁸ Nesse sentido, destacamos o apoio da *R.E.B* ao movimento político-militar de 1964.

Segundo Fico¹⁴⁹, até a década de 1980, os debates teóricos sobre os regimes militares na América Latina, incluindo o caso brasileiro, diziam respeito a modelos gerais de interpretação e ocorriam na Ciência Política. Além disso, as informações disponíveis sobre a ditadura provinham de discursos oficiais, imprensa, depoimentos, memórias, entretanto, são recentes os trabalhos que têm acesso a grandes fundos documentais.

De acordo com Caio Navarro de Toledo¹⁵⁰, o golpe de 1964 significou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais defendidas por setores progressistas da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a democracia política de nosso país. No entanto, a revista não interpretava desta forma. Para a *R.E.B*, o golpe não era “golpe”, mas “revolução”. Tampouco a revista lastimou o colapso da “democracia”, pois, ao que tudo indica, mais importante do que a ordem democrática, era “moralizar a vida pública nacional”. Para a *R.E.B*, ademais, não existia moralidade em tendências políticas “comunizantes”.

Posteriormente, a realidade brasileira ficou cada vez mais crítica. Segundo Serbin¹⁵¹, greves de trabalhadores em Contagem, Osasco e protestos contra o regime e sua política pró-americana levaram a um renovado combate à oposição. Nesse sentido, o ano de 1968 foi caracterizado pela morte do estudante Edson Luís, pela Passeata dos Cem Mil e a denúncia do então deputado Marcio Moreira Alves a repressão. Diante de tais fatos, em dezembro do mesmo ano foi criado o Ato Institucional nº 5. De acordo com Serbin, “o AI-5 fechou o Congresso, eliminou as liberdades civis e a liberdade de imprensa, e deu ao Exército cartabranca para esmagar a oposição.”¹⁵²

Para Skidmore¹⁵³, a Igreja Católica teve um papel fundamental durante o regime militar no Brasil, posto que “representou o único centro de oposição institucional”,¹⁵⁴ capaz de se relacionar com o governo e sobreviver. É importante ressaltar que a referida instituição

historiografia.” *Revista Tempo*, n. 28, 2009, p. 125-145. Além disso, recomendo a leitura da obra de Carlos Fico por ser uma referência historiográfica do período estudado. Ver: FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁴⁷DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.” *Revista Tempo*, n. 28, 2009, p. 125-145.

¹⁴⁸É importante ressaltar que existem diversas interpretações sobre o golpe de 1964, dentre as quais destacamos o pensamento de dois autores: Jacob Gorender e Carlos Fico. O primeiro considera o período supracitado como o ápice das lutas dos trabalhadores brasileiros durante o século XX. Deste modo, Gorender afirma que podemos compreender os anos de 1960-1964 como o apogeu da luta de classes, no qual se colocou em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos da força coercitiva do Estado e do direito de propriedade. Já o segundo enquadra-se em um novo ciclo produtivo. Fico discorda das teses conspiratórias de médio prazo sobre a deposição de Jango e insiste que o movimento golpista foi conduzido por lideranças importantes das forças armadas, sem maior planejamento anterior. Ver respectivamente: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁴⁹FICO, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, jan./abr.2017, p. 05-74.

¹⁵⁰TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 13-28. TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. *Crítica Marxista*, São Paulo, v.1, n.19, 2004, p.27-48.

¹⁵¹SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos, militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁵²*Ibidem*, p. 91

¹⁵³SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

¹⁵⁴*Ibidem*, p. 269.

não se constituía em um bloco homogêneo e em vários momentos, suas divisões internas impediram de salvar das torturas membros do próprio clero.

Segundo Lima¹⁵⁵, sobretudo, o grupo considerado progressista, interveio a favor dos perseguidos pela ditadura militar. Nesse sentido, tais parcelas do episcopado brasileiro começaram a elaboração de sua nova ideologia, desde os anos de 1950, influenciados, especialmente, pelas contradições estruturais da sociedade.¹⁵⁶

Com as divergências internas da instituição católica, combinaram-se acontecimentos históricos que reforçaram os setores mais progressistas do clero, tais como a exploração da classe trabalhadora em favor da classe dominante e dos interesses do capital externo à sociedade brasileira. Isso gerou um antagonismo entre a camada dominada e o governo, assim como a intensa repressão. Desta forma, ocorreu o aumento da coerção a instituição, com o registro de apreensões, prisões e até mesmo invasões a dioceses e igrejas.

Nesse contexto, Padrós¹⁵⁷ destacou o fato de a CNBB ter adotado um posicionamento mais crítico e questionar publicamente a situação política e econômica do país, além de denunciar o desrespeito aos direitos humanos. Podemos dizer que a hierarquia católica apoiou o golpe de 1964, entretanto, em pouco tempo, mudou a correlação de forças internas e os setores progressistas foram ganhando espaço, especialmente, dentro da CNBB.

O golpe militar instaurou no Brasil um Regime de Segurança Nacional, que levou a Igreja a travar seu processo de renovação interna. No início até os bispos intitulados progressistas¹⁵⁸ apresentavam um temor frente à possível “Revolução”, tendo em perspectiva a Revolução Cubana e posteriormente o ingresso de Cuba no Bloco Socialista (1961).¹⁵⁹

A princípio houve um clima de negociações entre a Igreja e o Estado. A hierarquia eclesiástica considerou os primeiros casos de torturas e prisões de religiosos e leigos como algo isolado. Durante o governo Castelo Branco (1964-1967), procurou-se dar certa cobertura aos padres, no início das perseguições. Já no período de Costa e Silva (1967-1969), houve muitos encontros entre as instituições, não só para solucionar conflitos, mas para demonstrar união entre ambos.¹⁶⁰

Depois do ano de 1968, a ditadura contava com leis discricionárias e um grande aparato repressivo que realizou torturas, perseguições e eliminações de suspeitos de atividades subversivas e opositores políticos. Portanto, a tensão e quase ruptura de diálogo entre Igreja e regime militar foram amenizadas por um canal de comunicação, criado em 1970, a Comissão Bipartite¹⁶¹, cujo intuito era evitar o conflito entre a Igreja e o Estado. Desta forma, a Bipartite

¹⁵⁵LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979.

¹⁵⁶Para um maior aprofundamento do tema, ver: CABRAL, Bruna Marques. “Do clero e para todo o clero”: A *Revista Eclesiástica Brasileira* e a reforma agrária (1950-1964). Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

¹⁵⁷PADRÓS, Enrique Serra. “A Igreja Católica e as ditaduras do Cone Sul (1960-1980)”. *Outros Tempos*, v. 12, n. 20, 2015, p. 74-94.

¹⁵⁸Segundo Salém, até mesmo Dom Paulo Evaristo Arns, que se tornou símbolo da luta contra o regime e defensor dos direitos humanos, era simpático ao golpe. Ver: SALÉM, Helena (org.). *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1981.

¹⁵⁹No que concerne ao anticomunismo católico no Brasil, apresentamos uma vasta bibliografia, no entanto destacamos os seguintes trabalhos: BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974; MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002; SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁶⁰SKIDMORE, *Op. Cit.*, 2004.

¹⁶¹A Comissão Bipartite foi criada em 1970 e seu primeiro encontro ocorreu no Retiro da Gávea (dos jesuítas). A Bipartite realizou 24 encontros durante o governo Médici e os primeiros meses do mandato de Geisel, na tentativa de evitar conflito entre a Igreja Católica e o Estado. Serbin destaca que a Bipartite tratava-se de um instrumento de estratégia política para o regime, haja vista que pessoas da CNBB passavam dados ao Serviço

ocorreu no período em que a Igreja alternava de uma posição de simpatia inicial a ditadura, para posições mais críticas e até mesmo de oposição. Segundo Serbin¹⁶²:

A Bipartite tentou restaurar o diálogo entre a Igreja e o Estado e definir novas regras para ele. Era uma variedade do que alguns cientistas políticos têm chamado de “arranjo da elite”, por meio do qual representantes de facções da elite usavam negociações secretas para superar um impasse.¹⁶³

Portanto, a Bipartite foi um diálogo na sombra – segundo Serbin¹⁶⁴ – e realizou seus encontros nos interstícios do mais sério conflito entre a Igreja e o Estado da história do Brasil. Assim, os generais buscavam um diálogo com os bispos, a fim de apaziguar e até mesmo controlar a Igreja. De acordo com Sousa¹⁶⁵, estabeleceu-se uma zona cinzenta de convivência onde cada parte tinha pretextos para manter os canais de diálogos acessíveis, no qual permitissem destravar tensões e capitalizar dados concretos que justificassem a conservação dessa postura negociadora.

Posteriormente, o general Ernesto Geisel extinguiu a Comissão Bipartite¹⁶⁶. Desta forma, se estabeleceu uma nova linha de atuação que se baseou no diálogo com a CNBB e com os bispos mais influentes, além de maior ênfase com o núncio apostólico. O novo governo passou a conduzir reclamações diretamente ao representante da Santa Sé sobre atividades consideradas subversivas envolvendo membros da instituição católica, imaginando que com isso conseguiria apoio de autoridades conservadoras do Vaticano. Essa política fracassou e o conflito Igreja-Estado se agravou, sobretudo, com a continuidade da violência estatal. Podemos exemplificar com o caso referente à morte do jornalista Vladimir Herzog, no DOI-CODI, em outubro de 1976. Sob a liderança de Dom Paulo Evaristo Arns, os bispos reagiram e chamaram os cristãos para se reunirem “em todas as catedrais e igrejas de São Paulo para os serviços religiosos em memória dos desaparecidos, dos que ainda sofrem em prisão e dos que morreram vitimados pela violência”.¹⁶⁷

Podemos dizer que, conforme setores da instituição católica firmaram compromissos com as classes populares, os processos políticos e sociais em curso no momento subsequente ao golpe militar contribuíram para a manifestação do embate Igreja-Estado.

Tal confronto no Brasil é decorrente das tentativas do poder político governamental autoritário de bloquear a ação missionária da Igreja Católica. Portanto, a repressão contra membros dos quadros eclesiais agravou o conflito Igreja-Estado, mas não provocou a ruptura entre ambas as instituições. De acordo com Cancian¹⁶⁸, a Igreja contemporânea não atua contra o poder ou autoridade política estabelecida, pois suas relações com os Estados nacionais se assentam na legalidade e respeito aos princípios da soberania. Através deste pressuposto institucional, compreendemos a permanência do diálogo entre autoridades governamentais e a hierarquia eclesial mesmo nos momentos mais embaraçosos da relação Igreja-Estado.

Nacional de Informação (SNI). Para um maior aprofundamento do tema, ver: SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

¹⁶²SERBIN, *Op. Cit.*, 2001.

¹⁶³*Ibidem*, p. 223.

¹⁶⁴SERBIN, *Op. Cit.*, 2001.

¹⁶⁵SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “A Igreja Católica no Brasil e a ditadura militar: um estudo de caso”. In: FERNÁNDEZ, Jorge C. et al. (Org.). *1964 cinquenta anos: descomemorando a(s) ditadura(s) de Segurança Nacional sob a mira crítica da História e da Educação*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014.

¹⁶⁶O governo de Geisel se convenceu da impossibilidade de neutralizar a ação conjunta do clero católico, devido a presença física da instituição em todo território nacional.

¹⁶⁷CNBB, 1975. *Apud ALVES, op. cit.*, p. 205.

¹⁶⁸CANCIAN, Renato. “Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais”. *Revista Angelus Novus*, ano VII, n. II, 2016, p.95-116.

Deste modo, o embate contribuiu para que a Igreja se projetasse como uma relevante força institucional de oposição à ditadura, o que colaborou para deslegitimar o regime ditatorial. Entretanto, a capacidade de oposição da instituição católica contra a ditadura militar não deve ser superdimensionada, posto que é resultado do cerceamento das liberdades democráticas, no qual provocou um vazio da esfera pública. Com o avanço do processo de “abertura” política, os controles repressivos sobre a sociedade civil diminuíram, tornando possível a retomada dos processos democráticos como a criação de novos partidos. Nessa ocasião, a Igreja continuou envolvida com atividades sociopolíticas, engajando-se nos movimentos de luta pela redemocratização do país.¹⁶⁹

No final dos anos 80, a sociedade brasileira havia modificado significativamente, tornou-se mais pluralista da perspectiva social, econômica e cultural e dentro desse contexto, a instituição católica realizou transformações na Doutrina Social. As pressões da Santa Sé cooperaram para essa mudança interna, que estava sob a firme liderança do Papa João Paulo II¹⁷⁰ e desta forma o episcopado brasileiro teve de encarar um novo debate em torno da separação entre religião e política.

Setores do clero católico brasileiro em prol de menos atuação política e social da Igreja foram fortalecidos pela Cúria Romana. Sob a influência das modificações na sociedade brasileira e de novas diretrizes pastorais derivadas da Santa Sé, o catolicismo se voltou para os problemas institucionais, incluindo o aumento da competição intra e inter-religiosa e a evasão de fiéis.

De acordo com Padrós¹⁷¹ – tanto o Brasil quanto os demais países que sofreram a imposição de ditaduras de segurança nacional – a hierarquia católica, majoritariamente, apoiou os processos intervencionistas¹⁷². Todavia, em um breve intervalo de tempo, ocorreu uma mudança nas forças internas e os grupos progressistas foram ganhando espaço.

Logo, as políticas sociais e econômicas do governo e os direitos humanos foram alvo de pronunciamento. Assim, as esferas conservadoras, atreladas às elites políticas e econômicas do país, não deixaram de existir. Porém, as ações dos setores de base e dos bispos progressistas junto às classes populares e aos perseguidos políticos, consolidou a seguinte visão: eles eram a expressão de uma Igreja que procurava ser, em tempos sombrios, “a voz dos que não tem voz”. Deste modo, tal atuação não foi homogênea, pois o papel da Igreja no contexto das ditaduras não pode ser analisado a partir de um prisma monocromático; faz-se necessário revelar os matizes das suas posturas e interesses.

¹⁶⁹É importante ressaltar que, conforme a sociedade civil se fortalecia, a Igreja Católica deixava de ser o pólo de contestação política e de monopolizar o trabalho com as classes populares.

¹⁷⁰Karol Józef Wojtyła nasceu em 18 de maio de 1920, na região de Wadowice na Polônia. Seu pontificado teve início em 1978 e terminou em 2005 (ano do seu falecimento). Teve o terceiro maior pontificado da história, liderando por 26 anos, depois dos papas São Pedro, cujo pontificado durou 37 anos, e Pio IX, que liderou por 31 anos. O Papa João Paulo II foi considerado um dos líderes mais influentes do século XX. Apresentou um papel relevante para o fim do regime comunista na Polônia, bem como significativa melhora das relações da Igreja Católica com o Islã, o Judaísmo, a Igreja Ortodoxa. Para obter maiores informações, consultar o seguinte sítio eletrônico: <<http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt.html>> Acesso em: 15 ago. 2018.

¹⁷¹PADRÓS, Enrique Serra. “A Igreja Católica e as ditaduras do Cone Sul (1960-1980)”. *Outros Tempos*, v. 12, n. 20, 2015, p. 74-94.

¹⁷²Padrós afirma que tal postura da hierarquia católica pode ser justificada por uma percepção de ameaça aos seus interesses doutrinários e políticos, representados pelo avanço de projetos reformistas.

CAPÍTULO II – IGREJA CATÓLICA E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Nas próximas seções, pretende-se explorar e compreender os diversos projetos de reforma agrária, sugeridos e defendidos entre 1964-1988, que movimentos sociais, classes e partidos políticos ofereceram à sociedade brasileira — como interpretação da realidade nacional e solução do problema agrário.¹⁷³ Nesse sentido, observaremos também a ineficiência das leis sobre reforma agrária, pois ter uma legislação, não significa que irá ser efetivada.

Devemos ressaltar que a temática da reforma agrária possui uma longa trajetória de debate no processo histórico brasileiro. Em 1844, Joaquim Nabuco já defendia a necessidade de uma reforma rural. Na década seguinte, foi votada a Lei de Terras, que estipulava que a única maneira de adquirir a terra seria pela compra. A historiografia apresentou uma tendência de interpretar a lei como fruto do conservadorismo. Assim, sob a ótica de José Honório Rodrigues¹⁷⁴, perdeu-se uma ocasião de se realizar a reforma agrária. Em contrapartida, Márcia Motta¹⁷⁵ adverte sobre a complexidade da lei, que não deve ser interpretada única e exclusivamente como resultado da vontade dos latifundiários.

No período pós-abolição e com a crise do modelo agroexportador¹⁷⁶, iniciou-se a formação do campesinato brasileiro, que ocorreu basicamente por duas vertentes: a migração de camponeses pobres originários da Europa; e o aparecimento do camponês sertanejo, que eram os pobres mestiços, excluídos – pela Lei de Terras de 1850 – da possibilidade de se transformarem em pequenos proprietários. Estes passaram então a adentrar o “sertão” nas regiões interioranas de Minas Gerais, da região Nordeste e de todas as áreas disponíveis, em busca de terras públicas que não fossem disputadas pelos produtores capitalistas, cujo principal objetivo era produzir para exportação.

Contudo, a Lei de Terras não provocou uma distribuição da propriedade fundiária, porque esse não era seu objetivo. O escopo era consolidar a propriedade privada em especial na área de cafeicultura em plena expansão e em um momento de crise de mão de obra. Nesse sentido, muitas pesquisas concluem que a classe de proprietários de terras nasce com a Lei de Terras em 1850. No entanto, concordamos com Zeneratti¹⁷⁷, ao afirmar que isso ocorreu com a Constituição de 1824¹⁷⁸, porém faz-se necessário compreender o processo. As leis foram evoluindo na busca de manter o protagonismo da elite rural, o que demonstra as estratégias de manutenção do controle sobre os meios de produção, entre eles a terra.

Após a Segunda Guerra Mundial, a questão da concentração de terras e da necessidade de sua melhor distribuição voltou com grande força. Foram apresentadas à sociedade brasileira diversas propostas e projetos de lei, cuja finalidade era buscar uma saída legal para a enorme pressão exercida pelos movimentos camponeses. É importante observar que se trata de um período de ascensão das lutas pela terra em todo o território, dando origem

¹⁷³É importante ressaltar que, no período por nós estudado, existiram diversos projetos de reforma agrária, no entanto, optamos por alguns textos que representaram vontades coletivas de partidos e, sobretudo, de movimentos sociais.

¹⁷⁴RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

¹⁷⁵MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

¹⁷⁶Podemos dizer que durante quatro séculos do período escravocrata, a sociedade brasileira ficou engessada pelo modelo agroexportador colonial. Haja vista que fomos o último país a abolir a escravidão (188) e um dos últimos do continente a aderir o sistema republicano como forma de governo (1889).

¹⁷⁷ZENERATTI, Fábio Luiz. “Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil”. In: *Caderno de Geografia*, v.27, n.50, 2017, p.441-454.

¹⁷⁸Em 1824 nasceu a propriedade privada da terra, que trouxe consigo o latifúndio, herança das grandes concessões de terra do período das sesmarias.

à criação de movimentos camponeses articulados em âmbito nacional e com formação de uma consciência de classe entre homens e mulheres do meio rural brasileiro. Exemplo disso foram as Ligas Camponesas¹⁷⁹; a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)¹⁸⁰; o Movimento de Agricultores Sem Terra (Master)¹⁸¹; e a Frente Agrária Católica¹⁸² (articulação de camponeses organizada pelas dioceses locais), entre outros.

2.1 – Estatuto da Terra (1964)

A historiografia sobre o golpe de 1964 nos mostra que um de seus objetivos era o de impedir qualquer forma de reforma agrária, onde o campesinato tivesse uma presença forte. O governo golpista estava motivado a intervir na questão agrária, a fim de evitar que a população rural interferisse no “pacto de classes” que sustentava o país.¹⁸³ Para Martins¹⁸⁴, o golpe de 1964 apresentou a finalidade de impedir a entrada dos trabalhadores rurais no processo político. Tal ingresso dos camponeses implicaria em uma redefinição do direito de propriedade no Brasil.

Assim, seguindo a linha de raciocínio de Romeiro¹⁸⁵, formou-se um consenso nos anos democráticos que antecederam ao golpe de 1964 a respeito da situação deplorável que se encontrava o trabalhador rural, sobre a existência de uma especulação com terras agrícolas mantidas inexploradas, bem como sobre a elevação do grau de consciência política da própria

¹⁷⁹ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas em Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade entre 1955-1964. Para uma maior compreensão desta temática, recomendo a leitura das seguintes obras: RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte, Esperança da Vida: A história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 2000. STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil (volume 4). História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano (volume 03)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-271.

¹⁸⁰ A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi fundada em São Paulo, em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Ela foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. No início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel essencial nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade. Consultar o seguinte site: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/glossario/ultab>> Acesso em: 06 ago. 2014.

¹⁸¹ O Movimento de Agricultores Sem Terra (Master) foi um dos grandes movimentos sociais camponeses brasileiros nos anos de 1960. O Master surgiu como uma iniciativa de membros do PTB gaúcho, com a liderança do governador Leonel Brizola. E conseguiu mobilizar mais de cem mil pequenos agricultores e agricultores sem terra entre os anos de 1960 e 1964. Segundo Eckert, os Sem Terra no Rio Grande do Sul surgiram a partir de duas situações: alto índice de concentração da terra no estado e pelo esgotamento da fronteira agrícola. Portanto, essas duas causas teriam determinado uma dificuldade real a pequenos agricultores e seus filhos de terem acesso a terra. Para maiores informações, recomendo a leitura: COSTA, Luiz Flavio de Carvalho (org.). *O Congresso nacional camponês: Trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda e Editora da UFRRJ (Edu), 2010. ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1984.

¹⁸² As Frentes Agrárias buscavam nos ensinamentos do Evangelho, das Encíclicas Papais e nos textos de ideólogos da Igreja Católica, a orientação para solucionar os problemas econômicos e sociais. Portanto, a instituição católica agiria como mediadora do conflito, posto que teria como função a interposição entre as classes para se levar ao consenso de como caminhar a problemática agrária. Ver: BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: EDUEL, 2009.

¹⁸³ MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade- UFRGS, 1994, p. 121.

massa camponesa, que passou a representar, por isso mesmo, uma grande ameaça aos interesses tradicionais dos latifundiários do Brasil.

O conceito de propriedade privada da terra era (e continua) absoluto. Ou seja, tal como um objeto pessoal, a terra pode ser utilizada ou não, conservada ou destruída; como uma joia, pode ser entesourada ou utilizada como garantia para o acesso a novas fontes de ampliação do capital.¹⁸⁶

Em novembro de 1964, o Marechal Castelo Branco, um dos comandantes do golpe de 1964, promulgou a Lei nº 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra e que se constituiu como a primeira lei brasileira de reforma agrária. De tramitação rápida, foi analisada pelos assessores do presidente durante algumas semanas e promulgada sem passar pelo Congresso Nacional, uma vez que o Congresso já se encontrava bastante desfigurado das suas atribuições legais.¹⁸⁷

Segundo Bruno¹⁸⁸, o Estatuto da Terra, ao mesmo tempo em que impunha uma reforma agrária junto à grande propriedade fundiária, minava as possíveis bases políticas e sociais de apoio ao seu projeto reformista. Ainda de acordo com a autora, o governo militar tomou para si a tarefa de regular e disciplinar, ao nível institucional, a questão fundiária. Para tanto, constituiu-se um Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (GRET) com a tarefa de elaborar um documento que servisse de base para a formulação do Anteprojeto do Estatuto da Terra e das Emendas Constitucionais componentes do GRET.¹⁸⁹

Em relação aos preceitos e direitos, observa-se que “bem-estar”, “direito à propriedade” e “função social” foram consideradas noções de valor jurídico e alcance social diferentes. O *bem-estar* foi tratado como um conceito filantrópico, de contorno vago e impreciso. Já a *função social* exigiria destaque e uma conceituação precisa, devendo assentar-se sobre o conceito de trabalho. No que tange ao *direito de propriedade*, este era amplo e restrito, pois ao passo que “a lei garante a todos o direito de propriedade, esta garantia cai por terra quando a propriedade passa a ser condicionada pela sua função social”.¹⁹⁰

É importante destacarmos, a partir de Marés¹⁹¹, a distinção entre o conceito de função social da propriedade e o conceito de função social da terra. Para o autor a propriedade não exerce função social, posto que é um direito excludente e exclusivo, já a função social da terra refere-se à terra sinônimo de vida, que tem uma função a cumprir independentemente do título de propriedade, portanto o conceito de função social da terra nos parece mais adequado, pois a propriedade é um direito criado, inventado, construído e constituído.

¹⁸⁶*Ibidem*, p. 122.

¹⁸⁷Consultar: BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 05, nov. 1995, p.05-31. MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. Disponível em:

<<http://www.dataterra.org.br/Documents/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2014. Fórum Alternativas para a agricultura brasileira – Rede Interamericana Agricultura e Democracia (Cadernos Temáticos). Rio de Janeiro: 1994. MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002. RÔMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade- UFRGS, 1994. STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil (volume 3). Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

¹⁸⁸BRUNO, *Op. Cit.*, p.05-31.

¹⁸⁹*Idem*.

¹⁹⁰*Ibidem*, p. 19.

¹⁹¹MARÉS, C. F. *A função social da terra*. Porto Alegre: Safe, 2003.

Segundo Regina Bruno¹⁹², o principal argumento do Estatuto da Terra, era de que o preceito constitucional de carta de 1946 não era cumprido, “isto é, que o uso da propriedade da terra fosse condicionado à sua função social.”¹⁹³

Deste modo, o artigo 2º assegurava a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei. Sendo dever do poder público: promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil e zelar para que a propriedade desempenhasse sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização.

Regina Bruno¹⁹⁴ destaca que o latifúndio, independente de ser produtivo ou não, representava um grave problema. Desta forma, o “improdutivo cumpria extingui-lo progressiva e aceleradamente. Já o produtivo, quando obsoleto, na sua vertente mercantil tipo *plantation*, necessitava ser condicionada ao interesse econômico e à preservação da função social.”¹⁹⁵

Portanto, não existe somente latifúndio improdutivo, mas imóveis rurais que não exercem a sua função social, portanto toda parcela de terra, independentemente de sua extensão, que não exerça a sua função social deve ser considerada latifúndio, este entendimento é mais amplo, extrapola a dimensão produtiva, pois envolve outras dimensões, como a econômica, a social e a ambiental.

Segundo a autora, o Estatuto definiu o latifúndio¹⁹⁶ com base na dimensão e na improdutividade, mas retirou do conceito os atributos outorgados pelo movimento camponês: o latifúndio como representação da violência e da sujeição. O Estatuto estabeleceu a propriedade familiar como base da reforma agrária, porém delegou à grande empresa rural a função condutora da modernização e único exemplo eficaz do uso racional da terra.

Segundo o Estatuto, a propriedade da terra desempenha a sua função social quando mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais e favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, bem como de suas famílias.¹⁹⁷ No capítulo III, “Das terras públicas e particulares”, observamos na seção I– “Das terras públicas” que subordinaríamos itens previstos nesta lei, tais como: as de propriedade da União, que não tivessem outra destinação específica; as reservadas pelo poder público para serviços ou obras de qualquer natureza, ressalvadas as pertinentes à segurança nacional, desde que o órgão competente considerasse sua utilização econômica compatível com a atividade principal, sob a forma de exploração agrícola; e as devolutas da União, dos estados e municípios. Além disso, no artigo 10, se estabelece que:

Art. 10. O Poder Público poderá explorar, direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade, unicamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento, visando o desenvolvimento da agricultura, a programas de colonização ou fins educativos de assistência técnica e de readaptação.¹⁹⁸

¹⁹²*Ibidem*, p.05-31.

¹⁹³*Ibidem*, p.19.

¹⁹⁴*Ibidem*, p.05-31.

¹⁹⁵*Ibidem*, p.23.

¹⁹⁶É importante ressaltar que, para o capital o latifúndio não se tornou um obstáculo, um bloqueio, tampouco a propriedade, afinal este “bloqueio” pode ser facilmente removido por meio da compra da terra ou do pagamento de renda ao proprietário, o que para os camponeses é uma barreira de difícil superação.

¹⁹⁷Estatuto da Terra. Título I – Disposições Preliminares, Capítulo I – Princípios e definições. Artigo 2. Pesquisar o seguinte sítio eletrônico: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>Acesso em: 07 dez. 2013.

¹⁹⁸Estatuto da Terra. Título I – Disposições Preliminares, Capítulo III– Das terras públicas e particulares, Seção I – Das terras públicas. Artigo 10. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>Acesso em: 07 dez.2013.

Em relação à propriedade particular, o Estatuto da Terra, em seu artigo 12¹⁹⁹, deixa claro a subordinação da propriedade particular ao conceito de “função social” e seu uso condicionado ao bem-estar coletivo. O governo seria responsável por incentivar a expansão de empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas, cuja finalidade fosse o desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário e agroindustrial. No que tange à prioridade das terras para a realização da reforma agrária, o Art. 15 é elucidativo: “A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social.”²⁰⁰

Segundo o artigo 20²⁰¹, as desapropriações seriam realizadas pelo poder Público nas seguintes regiões: minifúndios e latifúndios; as áreas já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto; espaços cujos proprietários desenvolveram atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais; áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos e regiões que apresentassem elevada incidência de parceiros, arrendatários e posseiros.

Sobre as terras desapropriadas para os fins da reforma agrária, o texto legal é claro ao determinar que só poderiam ser distribuídas de acordo com o artigo 24²⁰², sob a forma de propriedade familiar; aos agricultores cujos imóveis rurais fossem comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família; para a formação e glebas destinadas à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial; e por associações de agricultores organizadas sob regime cooperativo. Posteriormente, as terras adquiridas pelo poder público deveriam ser vendidas, com a seguinte ordem de preferência:

Art. 25.

I- Ao proprietário do imóvel desapropriado, desde que venha a explorar a parcela, diretamente ou por intermédio de sua família;

II- Aos que trabalhem no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

III- Aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar da região;

IV- Aos agricultores cujas propriedades sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

V- Aos tecnicamente habilitados na forma da legislação em vigor, ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas.²⁰³

No que concerne ao financiamento da reforma agrária, foi criado o Fundo Nacional de Reforma Agrária, destinado a fornecer os meios necessários para o financiamento da reforma proposta pelo regime militar. Além dos recursos do Fundo, a execução dos projetos regionais contaria com as contribuições financeiras de outros órgãos e entidades, vinculadas por convênios ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da

¹⁹⁹Estatuto da Terra. Título I – Disposições Preliminares, Capítulo III– Das terras públicas e particulares, Seção II– Das terras particulares. Artigo 12. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07 dez. 2013.

²⁰⁰Estatuto da Terra. Título I – Disposições Preliminares, Capítulo III– Das terras públicas e particulares, Seção II–Das terras particulares. Artigo 15. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07 dez. 2013.

²⁰¹Estatuto da Terra. Título II– Da Reforma Agrária, Capítulo I– Dos objetivos e dos meios de acesso à propriedade rural. Artigo 20. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07 dez. 2013.

²⁰²Estatuto da Terra. Título II– Da Reforma Agrária, Capítulo II – Da distribuição de terras. Artigo 24. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07dez. 2013.

²⁰³Estatuto da Terra. Título II– Da Reforma Agrária, Capítulo II – Da distribuição de terras. Artigo 25. Consultar o seguinte sítio eletrônico:<www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07 dez. 2013.

Amazônia, a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do país, os quais deveriam destinar 20%, no mínimo, de suas dotações globais.

Ao examinarmos a seção I (Dos planos nacional e regional de Reforma Agrária) do capítulo IV (Da execução e da administração da Reforma Agrária), constatamos que a reforma agrária seria realizada por meio de planos periódicos, nacionais e regionais, com prazos e objetivos determinados de acordo com projetos específicos:

Art. 34. O Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e aprovado pelo Presidente da República, consignará necessariamente:

I- a delimitação de áreas regionais prioritárias;

II- a especificação dos órgãos regionais, zonas e locais, que vierem a ser criados para a execução e a administração da Reforma Agrária;

III- a determinação dos objetivos que deverão condicionar a elaboração dos planos regionais;

IV- a hierarquização das medidas a serem programadas pelos órgãos públicos, nas áreas prioritárias, nos setores de obras de saneamento, educação e assistência técnica;

V- a fixação dos limites das dotações destinadas à execução do plano nacional e de cada um dos planos regionais.²⁰⁴

Inserese na política de desenvolvimento rural a proposta de colonização, ou seja, o governo tomaria a iniciativa de selecionar pessoas ou famílias dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agroindustriais, podendo encarregar-se de seu transporte, hospedagem até a sua colocação e integração nos concernentes núcleos. A colonização apresentava os seguintes critérios e objetivos:

Art. 56. A colonização oficial deverá ser realizada em terras já incorporadas ao Patrimônio Público ou que venham a sê-lo. Ela será efetuada, preferencialmente, nas áreas:

I- ociosas ou de aproveitamento inadequado;

II- próximas a grandes centros urbanos e de mercados de fácil acesso, tendo em vista os problemas de abastecimento;

III- de êxodo, e locais de fácil acesso e comunicação, de acordo com planos nacionais e regionais de vias de transporte;

IV- de colonização predominantemente estrangeira, tendo em mira facilitar o processo de interculturização;

V- de desbravamento ao longo dos eixos viários, para ampliar a fronteira econômica do país.

Art.57. Os programas de colonização têm em vista, além dos objetivos especificados no artigo 56:

I- a integração e o progresso social e econômico do parceleiro;

II- o levantamento do nível de vida do trabalhador rural;

III- a conservação dos recursos naturais e a recuperação social e econômica de determinadas áreas;

IV- o aumento da produção e da produtividade no setor primário.²⁰⁵

²⁰⁴Estatuto da Terra. Título II– Da Reforma Agrária. Capítulo IV– Da execução e da administração da Reforma Agrária. Seção I– Dos planos nacional e regionais de Reforma agrária. Artigo 34. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>> Acesso em: 07 dez. 2013.

²⁰⁵Estatuto da Terra. Título III– Da política de desenvolvimento rural. Capítulo II– Da colonização. Seção I –Da colonização oficial. Artigos 56 e 57. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>> Acesso em: 07 dez. 2013.

Trata-se de uma lei²⁰⁶ que foi promulgada por um governo ditatorial e, desde o início, desencadeou uma implacável perseguição a todos que defendiam a reforma agrária. Para esclarecer porque o regime autoritário de 1964 propôs uma lei progressista de reforma agrária, deve-se considerar as duas vertentes que estão subjacentes à elaboração do Estatuto. A primeira seria o ideário cepalino²⁰⁷ defendido, mormente, pelo economista Celso Furtado, no qual o desenvolvimento do mercado interno, a interiorização da indústria nacional, a distribuição de renda e, por conseguinte, a reforma agrária seriam medidas determinantes para desenvolver as forças produtivas e o capitalismo no país. A segunda vertente tem origem nas ideias defendidas pelos norte-americanos, na reunião de *Punta del Este*, quando o presidente dos EUA, John Kennedy, propôs a criação da Aliança para o Progresso no continente americano. Na proposta de Kennedy, seria necessária a reestruturação da propriedade da terra como forma de consolidar a via capitalista na América Latina, em virtude de uma possível influência da Revolução Cubana.²⁰⁸

Nesse contexto, foi criado, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), o Instituto de Investigações e Ciências Agrárias (IICA), destinado a pesquisar e preparar técnicos de todos os países-membros com o intento de estabelecer as condições jurídicas e técnicas para a realização de uma reforma agrária clássica (via americana), que possibilitasse o desenvolvimento do capitalismo.²⁰⁹

O marechal Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura militar brasileira, que havia sido formado ideologicamente nos EUA e influenciado pelas ideias da Aliança para o Progresso, considerou necessário realizar uma reforma agrária para minimizar o problema da pobreza, sobretudo, no Nordeste do Brasil. Dentro desta conjuntura, empenhou-se na criação do Estatuto da Terra, que, ao longo da ditadura militar, foi relegado ao esquecimento.²¹⁰

Dentro desse contexto, Bassani²¹¹ destaca que o Estatuto do Trabalhador Rural²¹² e o Estatuto da Terra foram mecanismos importantes para integrar politicamente as massas rurais

²⁰⁶ A repressão não está contida na letra da lei.

²⁰⁷ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), fundada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, tem sua sede em Santiago (Chile), era responsável pela formação dos principais economistas e planejadores latino-americanos de então.

²⁰⁸ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões*. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2017.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade– UFRGS, 1994, p. 121.

²⁰⁹ Ver: BRANCO, Carlos Castelo. *Introdução a Revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975. SILVA, Alexandra de Melo e. *A política externa de JK: a operação Pan-Americana*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil (volume 3). Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

²¹⁰ Além disso, as táticas políticas dos EUA para a América Latina também sofreram alterações e, deixaram de lado a Aliança para o Progresso e sustentaram vários governos ditatoriais no continente. Ver: FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975. MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade– UFRGS, 1994. TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004 p. 13-28.

²¹¹ BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: EDUEL, 2009.

²¹² Em 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, no qual se estendeu ao campo muitos dos direitos do operariado urbano, inclusive o da sindicalização. Desta forma, a luta pela reforma agrária foi seriamente atingida, uma vez que o Estatuto resolveria o problema de uma parte dos trabalhadores rurais, e, por conseguinte, os afastaria do combate em prol de tal reforma. Ver: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

ao Estado burguês, garantindo, assim, o controle, via legislação, do movimento camponês. Seguindo esta lógica, Sorj²¹³ vai além e destaca:

No âmbito do sistema político dominante, os dois grandes marcos que buscarão conter e canalizar os movimentos sociais no campo serão o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra. O primeiro, promulgado em 1963, procura organizar o sindicalismo rural dentro das mesmas coordenadas do sindicalismo urbano, isto é, atrelando o sindicalismo ao Estado, proibindo ao mesmo tempo o direito de greve e colocando o Estado como árbitro nos conflitos de classe. O segundo, constituído por um conjunto de Leis promulgadas sob o governo Castelo Branco, estabelece medidas que aumentam o controle do governo central sobre a estrutura fundiária, impondo o imposto territorial, o cadastramento rural, fixando normas de utilização das terras públicas e o direito de expropriação de terras privadas contra o pagamento em bônus do governo e, finalmente, aumentando a participação do governo nos esquemas de colonização, de cooperativismo e promoção da modernização no campo.²¹⁴

Diante do exposto, percebemos o quanto o Estado assumiu uma feição intervencionista e se engajou nos conflitos entre proprietários e camponeses. Inclusive, o braço da repressão do regime militar alcançou e destruiu boa parte dos movimentos camponeses existentes, como a ULTAB, as Ligas Camponesas e o Master.²¹⁵ De acordo com José de Souza Martins²¹⁶:

O regime militar procurou modernizar, mantendo a propriedade da terra, afastando, portanto, a alternativa de uma reforma agrária radical que levasse à expropriação dos grandes proprietários de terra com a sua consequente substituição por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar, como sucedera em outras sociedades.²¹⁷

Segundo Martins²¹⁸, o Estatuto da Terra foi uma maneira de armar o Estado de instrumentos capazes de administrar os conflitos sociais no campo. Deve-se ter em mente que o Estatuto não apresentava um caráter unilateral, a favor das elites, por exemplo. Isso demonstra que, em momentos mais graves, a pressão dos trabalhadores levava o Estado a incorporar as demandas das classes subalternas em seus dispositivos e documentos legais. Assim, depois do golpe, a classe hegemônica fazia algumas concessões – dentro de certos limites – à classe dominada, com o intuito de continuar exercendo a sua liderança sobre os demais estratos sociais. Contudo, apesar de algumas concessões feitas aos camponeses, o que prevaleceu com a implantação do Estatuto da Terra foi o atendimento dos interesses dos latifundiários, enquanto que as demandas dos trabalhadores foram postas em segundo plano.

²¹³SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

²¹⁴*Ibidem*, p. 23.

²¹⁵Sobre os movimentos camponeses supracitados, recomendo a leitura – além das que já foram citadas ao longo do presente capítulo – das seguintes obras: COSTA, Luiz Flavio de Carvalho (org.). *O Congresso nacional camponês: Trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda e Editora da UFRRJ (Eduar), 2010. MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. “Reforma Agrária”. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*. Campinas, v. 11, n. 06, nov.-dez. 1981 p. 1-52. Disponível em: <www.abrareformagraria.org> Acesso em: 21 abr. 2014.

²¹⁶MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

²¹⁷*Ibidem*, p. 80.

²¹⁸MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

2.2 – Projeto da Comissão Pastoral da Terra (1975)

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) simbolizou a culminância do processo de transformações das práticas político-pastorais dos agentes católicos frente à questão da terra em nosso país. Nesse sentido, o marco fundamental dessas modificações foram: as intervenções da hierarquia católica na questão agrária, ocorridas a partir da Primeira Semana Rural promovida por Dom Inocêncio Engelke; a criação de vários instrumentos de pastoral rural, como por exemplo, as Frentes Agrárias e o Movimento de Educação de Base com seu setor de sindicalização rural.²¹⁹

Em um cenário caracterizado pela violência, sobretudo, contra os camponeses, particularmente na Amazônia, devemos ressaltar que os conflitos na Prelazia de São Félix do Araguaia²²⁰ tiveram início com a instalação da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) na região de Santa Terezinha. A empresa supracitada pertencia ao Banco de Crédito Nacional, sendo um dos empreendimentos que se beneficiaram com incentivos do Programa de Desenvolvimento da Amazônia instituído pelo regime militar. A CODEARA ocupava uma área de mais de 196.000 ha e iniciou a expulsão dos camponeses. Segundo Esterci²²¹, os primeiros habitantes chegaram ao local em 1910, enquanto que os projetos privados de colonização em terras cedidas pelo governo do Mato Grosso começaram a partir de 1952.

Diante deste panorama, houve uma resposta dos bispos na forma de cartas pastorais como a de D. Pedro Casaldáliga (Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia), intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”²²², em outubro de 1971. A seguir citaremos um trecho do documento elaborado por Casaldáliga:

Quando a companhia veio a se instalar, estavam em pleno funcionamento também a “Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia”, que congregava os trabalhadores e posseiros da área, e o ambulatório médico. Apesar de tudo isto, aquela terra foi vendida como desocupada, como mata virgem. E a companhia se sentiu no direito de despojar os pobres moradores do pouco, da insignificância que possuíam. E começou contra eles uma guerra de ameaças, de invasões de terra, invasões de domicílio, prisões, etc.²²³

²¹⁹Para uma maior compreensão do processo de transformações das práticas político-pastorais dos agentes católicos, frente à questão agrária em nosso país, ver: CABRAL, Bruna Marques. “Do clero e para todo o clero”: *A Revista Eclesiástica Brasileira e a reforma agrária (1950-1964)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

²²⁰É importante ressaltar que a criação da Prelazia de São Félix do Araguaia e a chegada de Dom Pedro Casaldáliga transformaram os rumos da instituição católica e a percepção de que dela possuíam a população local. Tal episcopado, seu clero, os demais religiosos e os leigos tornaram-se referências na luta pelos direitos humanos. Para uma maior compreensão ler: ESCRIBANO, Francesc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2000. GONZAGA, Agnaldo Divino. *Anel de Tucum: a missão evangelizadora de Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia*. Goiânia: UCG, Universidade Católica de Goiás, 2005. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Ciências da Religião. RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de (orgs.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

²²¹ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

²²²A presente carta pastoral pode ser acessada no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>> Acesso em: 01 set. 2015. E também encontra-se disponível na *Revista Sedoc (Serviço de Documentação)*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p. 955- 984. Biblioteca do Seminário São José.

²²³A presente carta pastoral pode ser acessada no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>> Acesso em: 01 set. 2015. E também pode ser encontrada na *Revista SEDOC*. Ver: CASALDÁLIGA, D. Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” *In: Sedoc*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p.964. Biblioteca do Seminário São José.

Perante esse quadro, os bispos da Amazônia Legal e do Centro-Oeste realizaram em junho de 1975, o Encontro Pastoral da Amazônia Legal na cidade de Goiânia (GO) e aprovaram a proposta de criar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tendo como principais objetivos a defesa da reforma agrária e a denúncia da violência no campo. Ao final do presente encontro, nasceram as primeiras linhas de organização e atuação da CPT. Vejamos:

Resoluções do Encontro de Goiânia

Igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia em Encontro de Pastoral respondendo à dramática situação e à aspiração do nosso povo sem-terra decidem o seguinte:

1. Assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de Reforma Agrária do nosso país, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições sociais que trabalham por este mesmo objetivo.

2. Criar uma “Comissão de Terras” que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins.

Cabe a esta Comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à Legislação Trabalhista Rural procurando divulgá-los em linguagem popular. Que ela promova também campanhas de ampla e inteligente conscientização em favor dos direitos dos 10 milhões de famílias sem terra.

3. Que cada Diocese, Prelazia ou conjunto de Prelazias, em ligação com a Comissão de Terras, se empenhe no seguinte:

3.1 Criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, possa ajudar para que se abranja vitalmente a problemática da terra e suas conseqüências no planejamento pastoral.

3.2 Organizar uma assessoria jurídica para tudo o que se refere aos problemas da terra e dos trabalhadores rurais.

3.3 Promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral.²²⁴

Segundo Medeiros²²⁵ “o surgimento da CPT ligou-se diretamente aos efeitos da política de colonização da Amazônia empreendida pelos governos militares”²²⁶, e apontava o conflito com o latifúndio e “uma linha de compromissos com posseiros, índios, peões e outros marginalizados”. Já Poletto²²⁷ nos mostra que a estratégia definida no encontro de fundação foi a luta pela reforma agrária, no sentido de “aplicar a letra e o espírito do Estatuto da Terra”²²⁸. Assim:

(...) muitos dos participantes sabiam que não era correto colocar isso, mas por uma questão de método, acharam que se deveria assumir isso naquele momento, acreditando que, com o andar do trabalho, com a prática desenvolvida, poder-se-ia perceber melhor a contradição entre a aspiração e a luta dos sem-terra e o projeto agrário do Estado, de que faz parte o instrumento legal do Estatuto da Terra. Não adiantava, naquele momento,

²²⁴O documento encontra-se no site da Comissão Pastoral da Terra (CPT): <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt-40-anos/2605-ha-40-anos-nascia-a-cpt>> Acesso em: 01 set. 2015.

²²⁵MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

²²⁶MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p.112.

²²⁷POLETTI, Ivo. “As contradições sociais e a Pastoral da Terra”. In: Paiva, Vanilda (org.).

Igreja e questão agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

²²⁸*Ibidem*, p. 134.

querer definir mais avançadamente essa questão, porque não havia condições objetivas para assumi-la.²²⁹

Nesse sentido, bispos e prelados da Amazônia Legal reuniram-se em Goiânia, em junho de 1975, a fim de refletir sobre a problemática dos conflitos de terra na Amazônia Legal. Na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.*, foram divulgadas as resoluções finais deste encontro. Vejamos:

Igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia em Encontro Pastoral, respondendo a dramática situação e à aspiração de nosso povo sem terra, decidem o seguinte: assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de reforma agrária de nosso país, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições e organismos sociais que trabalham com este mesmo objetivo. Criar uma Comissão de Terras que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar, com agilidade, o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins. Cabe a esta comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à legislação trabalhista rural procurando divulgá-las em linguagem popular. Que ela promova, também, campanhas de ampla e inteligente conscientização em favor dos direitos dos dez milhões de famílias sem terra. Que cada diocese, prelazia ou conjunto de prelazias, em ligação com a Comissão de Terras, se empenhe no seguinte: criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, possa ajudar para que se abranja vitalmente a problemática da terra e suas conseqüências no planejamento pastoral; organizar uma assessoria jurídica para promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral.²³⁰

Durante o encontro, destaca Poletto²³¹, a maioria dos presentes colocou como linha geral de atuação da CPT a valorização da ideia de serviço das causas dos camponeses e o trabalho ecumênico. Seu eixo era o apoio à organização popular. Dentro da CPT ocorreram debates entre seus membros sobre as diretrizes traçadas e a prática instituída. Vejamos:

Os que estão preocupados com a autonomia do movimento popular dizem, às vezes: - ‘A CPT é organismo dos bispos, é CNBB’. Os que temem o movimento popular, incluindo os bispos que não desejam incomodações, dizem: - ‘Não entrem na CPT, não. Ela não é reconhecida pela CNBB’. Surgem constantemente esses dois tipos de avaliação em relação à CPT. Considero importante assumir as duas coisas, sem negar nenhuma. Na verdade, a CPT não é CNBB. Ela mantém, até hoje, um caráter de autonomia aceito pela CNBB. É um organismo pastoral, reconhecido como tal pela Conferencia dos Bispos, mantendo com ela uma relação de colaboração e de críticas comuns, e, ao mesmo tempo, ela não é juridicamente CNBB.²³²

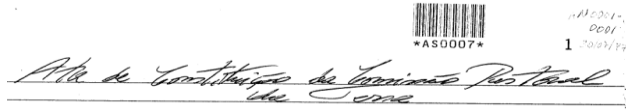
²²⁹*Ibidem*, p. 135-136.

²³⁰BOFF, Frei Leonardo. A promoção da Amazônia legal. In: *R.E.B.*, v.35, fascículo 139, set. 1975, p. 704-705. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,13.

²³¹POLETTI, Ivo. *Op. Cit.*, 1985.

²³²POLETTI, Ivo, *Op. Cit.*, p. 134.

De acordo com Adriance²³³, o objetivo da CPT era auxiliar o clero a tomar conhecimento da realidade da vida do povo e para isso recolhia informações sobre problemas rurais. A autora destaca que embora os fundadores da CPT fossem bispos católicos, assim como todos os seus presidentes em nível nacional, ela não era reconhecida oficialmente como órgão da CNBB, por ser uma entidade ecumênica, haja vista que existiam membros da Igreja Luterana.²³⁴ Vejamos os objetivos da CPT, através da sua ata de constituição:



²³³ ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra Prometida: As Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996.

²³⁴ Podemos dizer que a relação da CPT com a CNBB é pastoral e não jurídica. A CNBB não escolhe o presidente da CPT.

CPT, é uma entidade jurídica de direito privado e de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro em Goiânia, capital do Estado de Goiás, Brasil, a serviço dos agentes de pastoral rural e das diversas categorias de trabalhadores rurais. Artigo 2º - A CPT é um organismo autônomo em sua organização e administração, e ligado pastoralmente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, através do representante da Linha Missionária da Comissão Episcopal de Pastoral - CEP, recebendo dela apoio e orientação geral e prestando-lhe colaboração no campo específico de sua competência dentro de uma perspectiva de Pastoral de Conjunto. Artigo 3º - A CPT faz-se presente nas várias regiões do país, formadas com base no critério de afinidades de problemas, através de Seções Regionais de Pastoral da Terra. Artigo 4º - A CPT tem como finalidades: a) interligar, amenizar e dinamizar os que trabalham pastoralmente em favor dos homens sem terra e dos demais trabalhadores rurais; b-) promover a formação e acompanhamento de agentes de pastoral para atuarem no meio rural; c) elaborar e divulgar materiais pedagógicos, especialmente sobre legislação agrária e trabalhista, para formação dos trabalhadores rurais; d-) organizar assessorias jurídicas em colaboração com as Seções Regionais da CPT e Igrejas locais; e) estabelecer ligações com organizações que, como ela, busquem a concretização da Reforma Agrária, segundo a letra e o espírito do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964) e demais leis vigentes no país; f-) promover campanhas de conscientização em favor dos direitos dos trabalhadores rurais; g) representar os interesses das Seções Regionais da CPT junto aos órgãos oficiais; h) encaminhar levantamentos científicos visando a análise e correta interpretação da realidade agrária nacional. Capítulo II - Da Organização - Artigo 5º - São membros da CPT: a) todas as pessoas que trabalham ativamente e diretamente em pastoral no meio rural, que desejam ligar-se à Entidade, e sejam aceitos pelas seções regionais ou pela Diretoria; b-) o representante da Linha Missionária da Comissão Episcopal da CNBB. Artigo 6º - São órgãos da CPT: a) A Assembleia Geral b-) A Diretoria e-) As Seções Regionais. Capítulo III - Da Assembleia Geral - Artigo 7º - A Assembleia Geral, órgão máximo de representação e deliberação da CPT, estará composta por: a) os integrantes da Diretoria; b) os demais representantes das Seções Regionais, em proporção ao número respectivo dos seus membros, de acordo com o Regimento Interno; c) o representante da Linha Missionária da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB. Artigo 8º -

Segundo Novaes²³⁶, a CPT tornou-se um organismo especializado em produzir estatísticas anuais sobre os conflitos e violência no campo. Além disso, articulou-se nacionalmente através de encontros, assembléias e publicações assegurando a comunicação tanto entre CPTs instaladas em vários estados e municípios, quanto entre estas e as Pastorais Rurais pertencentes às Dioceses Católicas. Observemos um trecho do documento intitulado “Das linhas de ação aprovadas pela Primeira Assembleia Nacional da CPT”:

LINHA 2 - ARTICULAÇÃO

Considerando que as atuais dificuldades não atingem apenas um grupo, mas o conjunto dos lavradores e até mesmo seus irmãos na cidade:

A CPT deverá estimular o promover a articulação cada vez mais ampla dos lavradores entre si, em primeiro lugar com aqueles que sofrem as mesmas dificuldades e com aqueles que lutam a seu lado:

- Encontros de lavradores (nível local, regional, inter-regional).
- Intensificar o trabalho junto aos chamados bôias-frias.
- Acompanhamento e esclarecimento dos colonos que vão para a Amazônia.
- Nos momentos de conflito buscar uma atuação conjunta com outros órgãos que trabalham pela mesma causa.
- Procurar que todas as Igrejas do Brasil incluam em sua prática pastoral o compromisso com a problemática da terra.

237

Nesse sentido, verificamos na *R.E.B.* um documento divulgado pela Comissão Pastoral da Terra, ao final da I Assembléia Nacional da CPT, em que tomaram parte bispos, padres, religiosos, leigos e lavradores. Vejamos um trecho publicado no fascículo de março de 1978:

Há dois anos, percebia-se o latifúndio expulsando da terra o homem da Amazônia. Hoje, pode-se ver o êxodo forçado para outras áreas ou para a periferia das cidades explodindo com violência sempre maior, sobretudo no Nordeste. A invasão da Amazônia pelos chamados “novos bandeirantes” está expulsando daquelas plagas o sertanejo nortista e o nordestino, injustamente acusado de atrasado e indolente. (...) Preocupa-nos – diz então o documento da CPT – nessa política, o que nela existe de tragédia e de injustiça: são expulsos da terra exatamente aqueles que mais a fazem cumprir sua função de produzir alimentos, porque vivem a terra, amam a terra, não a consideram uma mercadoria. E os que não precisam e, por isso, deixam-na improdutiva ou exploram-na apenas para a obtenção de produtos que jamais irão à mesa da população faminta, mas serão exportados para os países que já comem com abundância.²³⁸

Apesar de todo esse panorama injusto e sombrio, o documento da CPT não mostra desalento e desesperança, pois acredita no crescimento entre os lavradores da “consciência de sua dignidade e força”.

²³⁶NOVAES, Regina. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

²³⁷Comissão Pastoral da Terra. *Das linhas de ação aprovadas pela Primeira Assembleia Nacional da CPT*. 1977. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. <https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00>
Acesso em: 07 mar. 2018.

²³⁸BOFF, Frei Leonardo. A difícil situação de nosso homem do campo. *In: R.E.B.*, v.38, fascículo 149, mar. 1978, p. 142-143. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,18.

Segundo Gallazzi²³⁹, a CPT teve um papel importante no processo de formação permanente para sistematizar e avaliar as experiências, fazendo análise política do contexto, desenvolvendo uma teologia da terra que fundamentasse a atuação da Pastoral e dos lavradores. Nesse sentido, vejamos o texto “Objetivos da Comissão Pastoral da Terra”²⁴⁰, escrito pelo redator da revista, Frei Leonardo Boff²⁴¹, na seção “Crônica Eclesiástica”, em setembro de 1979 na *R.E.B.*:

Finalmente, à luz da fé, os propósitos firmados na Assembléia. Eis o que se decidiu: apoiar os que sofrem perseguições, processos ou prisões; aprofundar a nossa fé e a necessidade de amar, valorizando as celebrações populares (cultos, cânticos, rezas e romarias); como órgão de pastoral não fazer da CPT uma forma de organização de todos os agricultores, mas sim que ela ajude a criar formas autônomas de organização; na linha de Puebla, respeitar a fé do povo e ajudá-la a desabrochar em sua dimensão social e política; aprofundar sempre mais a Teologia da Terra, isto é, os fundamentos de nossos direitos sobre a terra, tal como se depreende da Palavra de Deus e dos documentos do Magistério.²⁴²

Logo, ao abordarmos a CPT e o posicionamento da CNBB diante da realidade agrária brasileira, devemos ter em mente o discurso do período, sobretudo, a partir de Puebla (1979), momento em que a instituição católica deu maior visibilidade aos pobres, a questão social e aos problemas da terra.

Portanto, a Comissão Pastoral da Terra tornou ativa a presença da Igreja nas regiões marcadas pelos conflitos sociais, que vitimavam os camponeses. Vejamos um trecho do texto, presente na *R.E.B.* de 1979, sobre os objetivos da Comissão Pastoral da Terra:

Quanto às reivindicações dos lavradores, a CPT se compromete a lutar pela Reforma Agrária, por acreditarmos que a terra é de quem nela trabalha e vive; apoiar as lutas de resistência à opressão e à exploração; lutar pelos direitos do lavrador sem terra, inclusive dos que foram expulsos da terra.²⁴³

²³⁹GALLAZZI, Sandro. “A fidelidade da CPT”. In: Comissão Nacional de Formação da CPT (org.). *CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

²⁴⁰BOFF, Frei Leonardo. Objetivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT). In: *R.E.B.*, v.39, fascículo 155, set. 1979, p.686-687. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 21.

²⁴¹Leonardo Boff (1938), pseudônimo de Leonardo Genésio Darci Boff, nasceu em Concórdia, Santa Catarina, no dia 14 de dezembro de 1938. Graduiu-se em Teologia no Instituto dos Franciscanos de Petrópolis do Rio de Janeiro. Doutorou-se em Filosofia e Teologia pela Universidade de Munique, na Alemanha, em 1970. E foi um dos maiores representantes da Teologia da Libertação.

Exerceu as atividades de professor de Teologia Sistemática e ecumênica para os Franciscanos, em Petrópolis. Foi professor de ética, Filosofia e Religião na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Realizou conferências em diversos países, na área de Teologia, filosofia, ética, espiritualidade e ecologia.

Em 1982, Leonardo Boff publicou o livro “Igreja: Carisma e Poder”, onde explica os princípios da Teologia da Libertação na própria Igreja, procurando mostrar que a libertação não vale só para a sociedade, mas também para a Igreja e suas relações internas.

Em 1985, como castigo, foi proibido pelo Vaticano a um ano de silêncio. Em 1992, fez parte da comissão da redação da Carta da Terra, uma declaração dos princípios éticos fundamentais para a construção do século XXI. Sofreu nova condenação e renunciou às atividades religiosas. Casou-se com uma teóloga militante, porém, não abandonou sua religião. Para maiores informações, consultar o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=boff+leonardo&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nItens=30>> Acesso em: 11 abr.2018.

²⁴²*Ibidem*, p. 687.

²⁴³BOFF, Frei Leonardo. Objetivos da Comissão Pastoral da Terra. In: *R.E.B.*, v. 39, fascículo 155, set. 1979, p. 687. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 21.

Assim, a CPT surgiu no período em que a base econômica da ditadura militar encontrava-se em processo de desmoronamento, atingida pela crise do capitalismo internacional, mais conhecida como a “crise do petróleo”,²⁴⁴ de 1973. Segundo Sônia Mendonça²⁴⁵, a crise do “milagre econômico”, minou as bases do regime e levou seus dirigentes a dar início ao processo de “distensão” política, em 1974, na tentativa de conseguir legitimidade, posto que o sustentáculo econômico havia se deteriorado.²⁴⁶ Segundo Fico²⁴⁷, a menção ao projeto de “distensão” gerou uma enorme reação interna nas comunidades de segurança e de informações. A atuação de ambas, contrapondo-se aos projetos de “abertura” política, foi um dos fatores mais relevantes na condução “lenta, gradual e segura” que Geisel procurou imprimir à liberalização do regime.

Apesar dos discursos em torno de uma suposta “abertura”, manteve-se o aparato repressivo, bem como estratégias para barrar qualquer tipo de oposição mais sistemática ao governo, como o Pacote de Abril²⁴⁸ e a Lei Falcão²⁴⁹. De acordo com Gasparotto e Padrós²⁵⁰, a repressão nesse período foi caracterizada por um grande número de assassinatos e desaparecimentos, cuja estimativa é de que 108 militantes da resistência foram mortos entre 1974-1979.²⁵¹

Conforme destaca Poletto²⁵², o projeto agrário do regime militar²⁵³ brasileiro tinha como pressuposto fundamental firmar as empresas agropecuárias, a fim de modernizar seu

²⁴⁴A “crise do petróleo” ocorreu quando países árabes membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) cancelaram as exportações devido ao apoio dado pelas potências ocidentais a Israel, no decorrer da Guerra do Oriente Médio. Tal medida levou a um aumento nos preços do produto, prejudicando países como o Brasil, dependentes da importação.

²⁴⁵MENDONÇA, Sônia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

²⁴⁶Segundo Sônia Mendonça foi a partir da crise do “milagre econômico” que muitos setores de sustentação ao regime, mostraram descontentamento. Podemos exemplificar tais descontentamentos, com a significativa votação dos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974.

²⁴⁷FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

²⁴⁸O Pacote de Abril criado em 1977, no governo do então presidente Ernesto Geisel, determinou dentre outras medidas: eleição indireta para 1/3 dos senadores; eleições indiretas para governador e ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos. Para obter mais detalhes, consultar o site: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>> Acesso em: 04 set. 2015.

²⁴⁹A Lei nº 6.339/1976, mais conhecida como Lei Falcão foi criada com o intuito de evitar o debate político e restringir a propaganda eleitoral no rádio e na televisão e desta forma, garantir a vitória dos parlamentares da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e deter o crescimento da oposição reunida em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), posto que havia conseguido eleger 16 senadores para as 21 vagas disponíveis no ano de 1974. Para maiores informações consultar: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/07/03/lei-falcao-faz-30-anos>> Acesso em: 04 set. 2015.

²⁵⁰PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. “Gente de menos – Nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985)” In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. O fim da ditadura e o processo de redemocratização, volume 4*. Porto Alegre: Corag, 2009.

²⁵¹Para Ciambarella, o ano de 1979 entrou para a história do país como o ano de decretação da anistia, no entanto não na forma “ampla, geral e irrestrita” defendida por exemplo, pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e sim de maneira restrita e parcial, seguindo o projeto de liberalização iniciado por Ernesto Geisel e levado adiante pelo governo seguinte, de João Batista Figueiredo. Para maiores informações ver: CIAMBARELLA, Alessandra. *As mulheres pedem paz: um olhar sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)*. X Encontro Regional de História- ANPUH-RJ, História e Biografias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. SALES, Jean Rodrigues. “Ditadura militar, anistia e a construção da memória social”. In: SILVA, Haiké R. Kleber da. (Org.) *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

²⁵²POLETTI, Ivo. “As contradições sociais e a pastoral da terra”. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

²⁵³Para o regime militar, a reforma agrária deveria ser um instrumento de modernização econômica e não de transformação social.

processo de produção e com isso aumentar a sua capacidade de gerar mercadorias para o mercado internacional. Assim, os empresários propunham uma “reformulação fundiária” ou uma “reorganização agrária” com o objetivo de solucionar os conflitos agrários e aumentar a exportação dos produtos agropecuários.

Dentro dessa conjuntura, a CPT colocava-se contra a propriedade capitalista, e apresentava o compromisso de apoiar todo tipo de ocupação de terra feita pelos que não a possuíam. Poletto²⁵⁴ nos mostra que o projeto apoiado pela CPT é o dos camponeses, caracterizado pela luta popular em defesa de uma autêntica reforma agrária:

A terra, nesta direção, somente será livre quando toda a sociedade for transformada! E lutar pela libertação da terra é lutar pela transformação da sociedade capitalista. É uma luta arriscada, carregada de contradições. Como todas as lutas feitas no capitalismo.²⁵⁵

Verificamos na cartilha da CPT do Mato Grosso do Sul, intitulada “20 anos de luta pela terra no Rio Grande do Sul”²⁵⁶, um resumo das lutas no estado e o apoio ao Movimento Sem Terra. Vejamos:

A CPT, em sua prática, tem o compromisso de apoiar todo tipo de acesso e ocupação feito pelos Sem Terra, coloca-se com isto, contra a propriedade capitalista da terra (...). O projeto de Reforma Agrária apoiado pela CPT não é o do governo militar, nem o dos empresários. É o dos camponeses e trabalhadores rurais.²⁵⁷

No documento “Luta e organização dos trabalhadores pela Reforma Agrária”²⁵⁸ da CPT do Maranhão, encontramos outra definição da função social da propriedade que segue a mesma linha de raciocínio apontada acima, ao mesmo tempo em que são citadas as condições que devem ser obedecidas segundo o Estatuto da Terra para que se cumpra sua função social.

Com o estatuto da terra, o proprietário tem, também, várias obrigações. A propriedade deve não só servir ao proprietário, mas também a toda sociedade. Porque a propriedade deve ser para produzir e ser trabalhada e não uma mercadoria para negócio. E, por isso se diz que a propriedade tem uma função social.²⁵⁹

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ POLETTI, Ivo. “As contradições sociais e a pastoral da terra”. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 148.

²⁵⁶ Comissão Pastoral da Terra – Mato Grosso do Sul. *20 anos de luta pela terra no Rio Grande do Sul*, 1984. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00>

Acesso em: 09 mar. 2018.

²⁵⁷ Comissão Pastoral da Terra – Mato Grosso do Sul. *20 anos de luta pela terra no Rio Grande do Sul*, 1984, p. 05. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00>

Acesso em: 09 mar. 2018.

²⁵⁸ Comissão Pastoral da Terra- Maranhão. *Luta e organização dos trabalhadores pela Reforma Agrária*, 1984. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00>

Acesso em: 09 mar. 2018.

²⁵⁹ Comissão Pastoral da Terra - Maranhão. *Luta e organização dos trabalhadores pela Reforma Agrária*, 1984, p. 01. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

<https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00>

Acesso em: 09 mar. 2018.

No caderno de estudos da CPT de 1985, um dos objetivos é abordar a legislação sobre a terra e também as discussões sobre a questão do uso coletivo da terra.

O direito de propriedade passa pelas necessidades do conjunto da população, além de se subordinar necessariamente aos direitos de sobrevivência coletiva dos trabalhadores e marginalizados pela sociedade. É, ao contrário do que pregam os latifundiários e muitas outras gentes por aí deve estar a serviço do direito a vida e da sobrevivência das pessoas que a ele se sobrepõem. Nem a constituição federal atual, autoritária e prepotente, preservada tão sacralmente o direito absoluto à propriedade. No artigo 153, sobre o direito de propriedade, a constituição prevê a desapropriação por interesse social, e no artigo 160 determina “a função social da propriedade” isso significa a colocação da propriedade a serviço da população e não ao contrário.²⁶⁰

No que concerne a coletivização no tratamento das terras:

Os trabalhadores precisam encontrar formas coletivas na exploração da terra, o que lhes trará entrosamento, união, força de fazerem frente aos problemas da vida, da produção e da comercialização, bem como aos ataques traiçoeiros dos latifundiários com seus jagunços e outros meios sempre a sua disposição.²⁶¹

Em relação à função social, examinamos que em diversas cartilhas a terra é compreendida como um bem comum, ou seja, sua distribuição deve servir a todos, até mesmo sua exploração deve ser condicionada ao bem-estar coletivo, tanto como forma de se relacionar com a sociedade quanto de se fortalecer contra os latifundiários.

Segundo Martins²⁶², a criação da CPT levou a Igreja a realizar uma escolha, ou seja, a opção pelo fomento à organização dos trabalhadores para que, com suas próprias ferramentas, pudessem eles próprios, fazer valer suas demandas. Deste modo, a CPT contribuiu para ecoar as vozes dos camponeses violentados em seus direitos, inicialmente à custa de um projeto político de colonização da Amazônia. Posteriormente, outras denúncias ecoaram nas diversas regiões do país, decorrentes da construção de barragens, das atividades de mineração e da indústria da seca. Além disso, o autor destaca que o trabalho pastoral gera conflitos entre Igreja e Estado, pois a ação pastoral incide diretamente sobre os mecanismos de reprodução da injustiça, necessária à sustentação dos interesses econômicos e políticos que constituem a base do Estado brasileiro. Vejamos uma nota da CPT, publicada na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.*, em dezembro de 1980:

Nota da Comissão Pastoral da Terra (CPT) descreve o clima de violência que reina ultimamente em Propriá, SE, onde autoridades policiais, a mando de políticos e grandes proprietários de terras, “invadem igrejas, espancam padres e trabalhadores, invadem as terras dos trabalhadores rurais, desmoralizam os agentes pastorais, apoderam-se das chaves das igrejas, tentam seqüestrar irmãs, interrompem a Missa do Bispo, ameaçando-o de morte, enviam cartas anônimas com ameaças, invadem a cooperativa”. A nota da CPT condena todos esses abusos, afirma solidariedade a Dom José Brandão, Bispo de Propriá, e declara que todo esse clima de violência se

²⁶⁰ Comissão Pastoral da Terra. *Caderno de estudos*, 1985, p. 05.

²⁶¹ *Idem.*

²⁶² MARTINS, José de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

deve ao fato de Dom José e sua equipe de pastoral se ter colocado decididamente ao lado dos pobres e oprimidos.²⁶³

E ainda:

“A força do povo contra a covardia dos poderosos” é o título de um editorial de um Boletim da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na edição de junho-agosto 80. O editorial lembra casos de violência contra os posseiros; acusa autoridades governamentais de responsáveis por essas violências; lembra que todos os cristãos têm o dever de solidarizar-se com os perseguidos e oprimidos e frisa que a CPT, fiel à sua missão, “continuará a apoiar a organização dos trabalhadores rurais; continuará animando o povo para não desanimar; continuará com o anúncio da Boa-Nova da libertação; continuará denunciando as injustiças; continuará por fim alertando a consciência dos brasileiros para que nos unamos em torno da causa da libertação de nosso povo.”²⁶⁴

O periódico franciscano enfatizou o papel da CPT no combate aos conflitos agrários, oriundos do capital; além disso, mostrou a relevância dos cristãos prestarem solidariedade aos oprimidos, haja vista que na conferência de Puebla, a instituição católica em seu discurso deu maior destaque aos pobres e aos problemas da terra.

Deste modo, a CPT agregou-se às lutas por desapropriação e assentamento de famílias acampadas. Em junho de 1988, a *R.E.B.* publicou um artigo intitulado “Espiritualidade da Terra”²⁶⁵, no qual procurava demonstrar que os agentes de pastoral ativos no processo de luta pela terra, buscavam aprofundar uma espiritualidade da mesma. Assim:

Há mais de dez anos foi fundada no Brasil a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Através dela a igreja acompanha a caminhada dos lavradores e se insere em sua luta pela terra. A maioria dos lavradores brasileiros são cristãos e esta questão da terra está para eles muito unida a sua fé. Eles têm um modo de viver a experiência de Deus no meio desta realidade de conflitos e de busca da terra para todos. Os agentes de Pastoral que acompanham esta caminhada também se beneficiam desta experiência de fé. É uma verdadeira espiritualidade que surgiu na luta pela terra. Nós podemos chamá-la Espiritualidade da terra. Nos últimos anos em todo o nosso continente tem se desenvolvido entre os cristãos uma sede de aprofundar a dimensão espiritual da luta, a espiritualidade do engajamento, a relação entre fé e política e assim por diante. A própria Teologia da libertação é profundamente espiritual e necessariamente suscita uma espiritualidade da libertação. Assim também os que trabalham com os lavradores e participam da luta pela terra buscam e querem aprofundar uma Espiritualidade da terra.²⁶⁶

Por conseguinte, a CPT foi criada por iniciativa de uma parcela da hierarquia católica, sem a participação direta dos camponeses e apresentava características diferentes das pastorais anteriores. Em primeiro lugar, a sua fundação não foi motivada pelo anticomunismo, que contribuiu para o clero criar suas antecessoras. Na década de 1970, a motivação dos

²⁶³BOFF, Frei Leonardo. Nota da CPT. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez. 1980, p. 774. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

²⁶⁴BOFF, Frei Leonardo. A força do povo contra a covardia dos poderosos. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez. 1980, p. 774-775. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

²⁶⁵SOUZA, Pe. Marcelo de Barros. Espiritualidade da Terra. In: *R.E.B.*, v. 48, fascículo 190, jun. 1988, p. 353-367. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 17.

²⁶⁶SOUZA, Pe. Marcelo de Barros. Espiritualidade da Terra. In: *R.E.B.*, v. 48, fascículo 190, jun. 1988, p. 353. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 17.

agentes católicos era o apoio aos trabalhadores rurais nas suas lutas contra a super exploração da força de trabalho e a expropriação das terras. É importante destacar que os inimigos do referido período, foram os aliados do passado (o capital, os grandes proprietários rurais). Por outro lado, os grupos de esquerda, tiveram alguns de seus militantes incorporados aos quadros da Pastoral da Terra, utilizando a justificativa do ideal ecumênico.

Em segundo lugar, a CPT defendia um maior respeito ao “protagonismo político dos trabalhadores”, no entanto verificamos neste aspecto uma de suas maiores ambigüidades. Ao mesmo tempo em que estabelecia o “trabalho de base” como ação fundamental, insistia na formação de lideranças como uma maneira de promover uma organização mais consistente das massas rurais. Desta forma, a relação com alguns membros do clero teria sido caracterizada por conflitos, o que em outros períodos levou ao rompimento de militantes leigos com a hierarquia católica.

Segundo Novaes²⁶⁷ e Medeiros²⁶⁸, a CPT expandiu-se ligeiramente, convergindo com ações de outros agentes pastorais no restante do país e, apenas quatro anos depois, já existiam quinze regionais organizadas.

Portanto, Novaes²⁶⁹ argumenta que a CPT passou a se fazer presente nas regiões de conflito, com os agentes pastorais tornando-se parte da comunidade. Para a autora, a instituição católica fornecia uma linguagem ao movimento através de práticas comunitárias e rituais. Na referida linguagem, mobilização, consciência dos problemas sociais e participação forjavam uma determinada identidade entre os membros da comunidade. Logo, as diversas regiões de conflito, tornaram-se *locus* privilegiados para atuação.

2.3 – Proposta de Reforma Agrária da CONTAG (1979)

A Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi criada em 1963 e seu principal objetivo era articular o conjunto de sindicatos, dispersos, em torno de concepções comuns, cuja matriz era a demanda por direitos trabalhistas e por reforma agrária.

Segundo Medeiros²⁷⁰, com o golpe de 64, diversas organizações sindicais foram sufocadas. Assim, a CONTAG se transformou em um órgão complementar ao Estado, devido às imposições do regime autoritário.

No final da década de 1970 e início de 1980, a CONTAG retomou aos poucos seu caráter político, constituindo-se como importante referência nacional, devido às campanhas salariais e greves dos canavieiros nordestinos, de seu apelo pela reforma agrária e do apoio às mobilizações por melhores preços para os produtos agrícolas.

De acordo com Medeiros²⁷¹, as críticas realizadas à prática sindical da CONTAG no referido período, favoreceram uma reorientação política que deveria se voltar para a denúncia de situações concretas de precariedade dos trabalhadores rurais aos poderes públicos, além de estimular sua organização e mobilização. Tais críticas se fortaleceram graças ao apoio da CPT, nascida em 1975, cuja ação revelava uma importante transformação no âmbito da Igreja Católica – como analisamos na seção anterior. A autora defende que este trabalho da Igreja

²⁶⁷NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

²⁶⁸MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989

²⁶⁹NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

²⁷⁰MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. “Sem Terra, ‘Assentados’, ‘Agricultores familiares’: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”. In: *Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), 2001.

²⁷¹MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. “Sem Terra, ‘Assentados’, ‘Agricultores familiares’: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”. In: *Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), 2001.

foi um dos principais responsáveis pelo fortalecimento das oposições sindicais, portadoras de críticas não só à estrutura sindical, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo dos trabalhadores rurais.

Como observamos, os anos antecedentes ao III Congresso foram caracterizados por uma mudança, onde surgiu a CPT, trazendo reformulações do campo político, expressando práticas e estratégias diferentes sobre os conflitos agrários. O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais²⁷², realizado em 1979, foi compreendido como uma retomada das lutas sociais no Brasil e pela necessidade de atualizar as práticas sindicais. Através das análises de Medeiros²⁷³ e Ricci²⁷⁴, evidenciamos que o congresso supracitado foi uma oportunidade da CONTAG fazer uma releitura da realidade rural. Este evento contou com a participação de 1500 delegados, representando 2275 sindicatos e 21 federações.²⁷⁵

O Congresso dividiu-se em alguns eixos temáticos: legislação trabalhista; política agrícola; sindicalismo e educação sindical; previdência social rural e questões agrárias.²⁷⁶ Medeiros²⁷⁷ enfatiza duas preocupações fundamentais do Congresso: a reconstrução democrática do país e a conquista da cidadania rural.

Dentro dessa conjuntura, a *Revista Eclesiástica Brasileira*, publicou na seção “Crônica Eclesiástica”, em dezembro de 1979, o texto “O III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais”²⁷⁸, no qual abordava os principais aspectos deste evento:

Entre os dias 21 e 25-5-1979, debateram a situação dos trabalhadores rurais, insistiram mais uma vez na necessidade de uma reforma agrária (meta remota) e na imediata aplicação da legislação social aos homens do campo (objetivo imediato, a curto prazo). Um dos pontos que mereceram maior realce foi a necessidade de se lutar para criar um movimento sindical camponês dotado de autonomia e liberdade, pois, como disse um editorial do Boletim da Comissão Pastoral da Terra (n.22, maio-junho 79): “livres e autônomos os sindicatos serão a ferramenta para organizar os camponeses e exigir o que necessitam”. Quanto a esses objetivos de luta, cite-se aqui o presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, em uma entrevista ao “Jornal de Brasília”: o primeiro objetivo deste Congresso é “refletir as reais condições de vida e de trabalho que a nossa classe está vivendo, como também formular suas reivindicações; dar ciência a opinião pública das proposições, das reivindicações e da posição do movimento sindical”. O segundo objetivo: “que deste Congresso brote maior reavivamento da ação sindical e que o pessoal, de volta às suas bases, desenvolva, intensifique um trabalho de conscientização, de agrupamento de nossa classe, no sentido de que os trabalhadores comecem a cobrar, comecem a exigir das autoridades, as reivindicações, as proposições da Carta do Congresso”²⁷⁹

A *R.E.B.* nos mostra que o Congresso, além de ter como pressuposto fundamental a implantação de uma reforma agrária em nosso país, também destacava a necessidade de se

²⁷²O Congresso foi preparado por meio de reuniões e cursos em diferentes estados, que faziam um balanço da situação de cada região. Assim, foi o período de sistematização das experiências já existentes.

²⁷³MEDEIROS, *Op. Cit.*, 1989.

²⁷⁴RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

²⁷⁵CONTAG. *Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, 1979.

²⁷⁶CONTAG. *Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, 1979.

²⁷⁷MEDEIROS, *Op. Cit.*, 1989.

²⁷⁸BOFF, Frei Leonardo. O III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. In: *R.E.B.*, v.39, fascículo156, dez.1979, p. 508-509. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 21.

²⁷⁹BOFF, Frei Leonardo. O III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. In: *R.E.B.*, v.39, fascículo156, dez.1979, p. 509. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 21.

criar um movimento sindical camponês, no qual pudesse realizar uma conscientização e reivindicação por melhorias no espaço rural.

Segundo Ricci²⁸⁰, a CONTAG lançou-se nesta fase como um dos organismos que liderava a rearticulação nacional do movimento sindical em vários congressos, sobretudo, na articulação intersindical. Para o autor, em primeiro lugar, não havia uma tensão de sindicalistas de oposição no congresso, pois naquele período, não existia aversão à CONTAG, devido ao fato do movimento sindical acreditar na necessidade de enfrentar o regime militar de maneira coesa. Em segundo lugar, porque a direção da CONTAG não era avaliada como pelega, mas apenas equivocada nos seus encaminhamentos. Em terceiro, o Ministro da Agricultura, Delfim Netto, compareceu ao congresso, unindo as forças em acaloradas manifestações de repúdio. Além disso, não podemos esquecer que a CONTAG havia organizado previamente, seminários referentes ao III Congresso, no qual faziam um balanço da situação de cada região, sistematizando as experiências existentes e as formas de luta encaminhadas.

No que concerne às bandeiras de luta, a reforma agrária continuava como grande temática do movimento sindical. Conforme Medeiros²⁸¹:

A demanda resultante do encontro era de uma reforma agrária ampla (em todo o território nacional), massiva, imediata (com fixação de prazos para o assentamento das famílias beneficiadas) e com participação dos trabalhadores em todas as suas etapas e níveis, desde as decisões a nível nacional até o acompanhamento dos projetos, sua execução e fiscalização. Pedia-se ainda, a redistribuição imediata das terras que se encontravam em áreas prioritárias e em áreas já desapropriadas, a discriminação e titulação de terras públicas, com entrega ao legítimo trabalhador rural. Já então apontado para os limites do Estatuto da Terra, propunham a perda sumária da propriedade pela não utilização de pelo menos 70% de sua área agricultável, de forma a impedir a aquisição de terras com fins especulativos.²⁸²

Além da ênfase no cumprimento da lei, a autora enfatiza a proposta de novas formas de luta: estímulo às mobilizações, a ênfase nas ações de resistência, pressão coletiva e a valorização das ações dos trabalhadores. Assim:

É sob essa ótica que se pode entender, por exemplo, uma resolução tal como a de que o movimento sindical assumia o compromisso de desenvolver trabalhos de base programados, de organização, motivação e mobilização dos trabalhadores rurais, no sentido de ocuparem as terras improdutivas, nela fixando residência e tornando-as produtivas.²⁸³

No III Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, considerava-se que a implantação da reforma agrária não poderia ser adiada pelo poder público, posto que os homens sem terra tornar-se-iam força ativa e produtiva, dotada de necessária participação política. Em relação ao conceito da reforma sobredita, vejamos:

Reforma agrária não é, pura e simplesmente, a ocupação de espaços vazios das terras públicas, mediante o processo de colonização, mas sim, o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra, mediante

²⁸⁰RICCI, *Op. Cit.*, 1999.

²⁸¹MEDEIROS, *Op. Cit.*, 1989.

²⁸²*Ibidem*, p. 117.

²⁸³MEDEIROS, *Op. Cit.*, 1989. p. 119.

modificações no regime de sua posse e uso a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.²⁸⁴

Para colocar em prática tal proposição do movimento sindical, o governo deveria realizar as seguintes medidas:

a) distribuição “massiva” da terra, em áreas de maior concentração de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e ocupantes; b) redistribuição imediata, ao trabalhador rural, das terras que se encontram em áreas prioritárias de reforma agrária e em áreas desapropriadas; c) discriminação e titulação das terras públicas, com entrega imediata ao legítimo trabalhador rural; d) luta pela não destinação de áreas às grandes empresas.²⁸⁵

Em entrevista a Ricci²⁸⁶, Abdias de Carvalho analisava a necessidade de articulação entre o Estado e a CONTAG, de forma que o movimento sindical viabilizasse legalmente seu projeto de reforma agrária. Segundo Carvalho, a maior dificuldade se relacionava a elaboração, de como concretizar a reforma agrária. Notemos:

O III Congresso deve ser entendido no contexto de transição da política brasileira, onde o grande ministro era o Delfim Netto. É neste contexto que a sociedade brasileira discute novamente a reforma agrária. A SBPC organiza em São Paulo, em 1978, um painel sobre a questão agrária no Brasil, que foi um sucesso tão grande que precisou ser transferido para um anfiteatro. A Igreja destaca o tema com intervenções de Dom Pelé e Dom Helder. Havia duas tendências no congresso: a reforma agrária como uma disposição do governo, onde a culpa maior era do Delfim; e aquela que achava que a reforma agrária se daria com a transição política. O clima era tão quente que um sindicalista de Goiás defendeu está segundo posição e foi vaiado na Comissão de Questões Agrárias.²⁸⁷

Percebemos através do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, uma crescente disputa pela direção da CONTAG. Na prática, o questionamento se dava pela paralisia de boa parte das direções sindicais – questão esta colocada em pauta, devido ao envolvimento de setores da Igreja Católica, através da CPT, na crítica aos sindicatos inoperantes.

A proposta da CONTAG colocava o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais como um órgão de pressão junto ao governo, com o escopo de que o processo de reforma agrária fosse iniciado. Assim, para as suas finalidades sociais serem cumpridas deveriam, portanto:

a) levantar e indicar as áreas críticas; b) cadastrar todos aqueles que tenham competência para as atividades agrícolas, como é o caso de milhares de bóias-frias, exigindo prioridade para sua ocupação de áreas desapropriadas; c) levantar e cadastrar toda a mão-de-obra ociosa, nas propriedades minifundiárias, e lutar por seu assentamento, mediante a desapropriação de áreas nas periferias dos centros urbanos e de áreas agricultáveis, mas não utilizadas.²⁸⁸

²⁸⁴CONTAG. *Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, 1979, p. 158.

²⁸⁵CONTAG. *Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, 1979, p. 159.

²⁸⁶RICCI, *Op. Cit.*, 1999.

²⁸⁷RICCI, *Op. Cit.*, 1999, p. 105.

²⁸⁸CONTAG. *Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, 1979, p. 159-160.

Em relação à distribuição da terra, verificamos uma perspectiva social de prioridades, no qual deveria adotar a seguinte ordem de preferência: 1) aos que trabalhassem no imóvel desapropriado como assalariados, posseiros, parceiros ou arrendatários; 2) aos chefes de famílias numerosas, cujos membros se propusessem a exercer atividades agrícolas nas áreas a serem distribuídas; 3) aos jovens que fossem construir família e escolhessem trabalhar em atividades agrícolas; 4) aos agricultores cujas prioridades fossem comprovadamente insuficientes para o sustento próprio de sua família.²⁸⁹

Propôs-se ao movimento sindical, a elaboração de uma lei criando o instituto de perda sumária da propriedade de um módulo rural, pela não utilização de no mínimo 70% de sua área agricultável. Desta forma, seria combatida, a justificativa oficial mais utilizada para a não desapropriação dos latifúndios: a ausência de recursos para indenizações.

Diante do exposto, o projeto da CONTAG lutava pelo cumprimento do artigo 28 do Estatuto da Terra, devendo o Fundo Nacional de Reforma Agrária ser constituído:

- a) do produto da arrecadação da Contribuição da Melhoria cobrada pela União, de acordo com a legislação vigente; b) do restabelecimento da destinação específica de 3% (três por cento) da receita tributária da União, extinta pelo Decreto-Lei nº 200; c) de doações recebidas; d) da receita do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.²⁹⁰

No referido Congresso, defendeu-se a propriedade familiar como ideal, uma vez que esta seria capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador rural e cumpriria os princípios da justiça social. Além disso, lutava-se pela valorização das formas coletivas de exploração da terra, especialmente em cooperativas. Vejamos um trecho da seção “Terras Públicas”, dos Anais do III Congresso:

- 1- que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais continue condenando e denunciando o desvio massivo de incentivos fiscais e, favor de “grandes proprietários” manifestamente antisociais; 2- que exija que os incentivos fiscais passem a ser aplicados em favor dos trabalhadores rurais de baixa renda, posseiros, arrendatários, parceiros, pequenos proprietários, e não mais contra eles como vem ocorrendo até o presente; 3- que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais exija uma investigação ampla e vertical sobre o surgimento de imensos novos latifúndios a partir da concessão ou venda simbólica de terras públicas, com expulsão de posseiros e surgimento de áreas de tensão social e conflito (...); 6 - que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais exija do governo que, em vez de incentivar os grandes projetos pecuários, destine esses recursos para a desapropriação de latifúndios, transformando-os em unidades de produção de tamanho familiar.²⁹¹

Logo, as resoluções do Congresso, sobretudo as concernentes à reforma agrária “massiva e drástica”, a partir das normas presentes no Estatuto da Terra, não demonstravam o nível de divergência entre os delegados. O plenário do Congresso divulgava um grupo de delegados, cuja avaliação assinalava ser necessária a superação da legislação em vigor e outros acreditavam que a questão central do sindicalismo não era essa.

²⁸⁹CONTAG. *Op. Cit.*, 1979. p. 160.

²⁹⁰*Idem*, p. 161.

²⁹¹*Idem*, p. 165.

2.4 – “Igreja e problemas da terra” (CNBB, 1980)

Trata-se de um documento²⁹² elaborado na XVIII Assembléia Geral da CNBB, realizada em Itaci (SP), entre os dias 05 e 14 de fevereiro de 1980. Os principais temas abordados foram: vida familiar, catequese e os problemas da terra. Em relação a este último tópico, evidenciava-se a concentração fundiária, uma vez que muitos dos grandes proprietários possuíam o domínio de vasta extensão de terras.

Ao analisarmos a seção “A terra de todos como terra de poucos”, observamos a ausência de incentivos fiscais para os pequenos produtores, mesmo sendo comprovado que a maior parte da nossa alimentação provém destes. Essa política revelava um governo comprometido com os interesses dos grandes grupos econômicos.

A política de incentivos fiscais é uma das causas fundamentais da expansão das grandes empresas agropecuárias à custa e em detrimento da agricultura familiar. Até julho de 1977, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investidos 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância, apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas, enquanto os restantes 5 bilhões, mais de 70% do total, eram provenientes dos chamados incentivos fiscais.²⁹³

Dentro desse contexto, a *Revista Eclesiástica Brasileira* publicou na íntegra, o documento “Igreja e problemas da terra”²⁹⁴, no fascículo de março de 1980. No trecho intitulado “Responsabilidade pela situação”, buscava-se identificar as verdadeiras causas dos problemas agrários. Assim:

A responsabilidade maior cabe aos que montam e mantêm, no Brasil, um sistema de vida e trabalho que enriquece uns poucos às custas da pobreza ou da miséria da maioria. A injustiça que cai sobre os posseiros, os índios, e muitos trabalhadores rurais não é apenas ação de um grileiro e seus capangas, de um delegado e seus policiais, de um juiz e seus oficiais de justiça, de um cartório e seu escrivão, é, antes, a concretização localizada da “injustiça institucionalizada” de que fala o documento de Puebla.²⁹⁵

Deste modo, a reforma agrária não seria uma demanda pela mudança radical da sociedade, mas uma condição básica para que o sistema legal funcionasse. Conforme crescia a percepção de que o sistema legal não funcionava, aumentava a demanda pela reforma. Esta questão, ora justificada como uma maneira de fazer o direito funcionar, ora como parte de uma visão mais radical de justiça social, no qual a “propriedade privada absoluta” é compreendida como um entrave para a efetivação da justiça.

Na parte “Fundamentação Doutrinal”, no parágrafo 73, afirmava-se:

A Igreja, embora respeitando sempre a justa autonomia das ciências jurídicas e do direito positivo, considera de seu dever pastoral a missão de proclamar as exigências fundamentais de justiça.²⁹⁶

²⁹²O documento “Igreja e problemas da terra” foi aprovado por 172 votos a 08 (04 contra e 04 abstenções).

²⁹³CNBB. *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980, p.08.

²⁹⁴CNBB. *Igreja e problemas da terra*. In: *R.E.B.* v.40, fascículo 157, mar. 1980, p.136-152. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

²⁹⁵CNBB. *Igreja e problemas da terra*. In: *R.E.B.* v.40, fascículo 157, mar. 1980, p.140. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

²⁹⁶CNBB. *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980, p.26.

No item 74, buscou-se compreender o problema da posse da terra e o uso desta numa perspectiva cristã.

É assim que, para ser fiel a essa longa tradição brevemente evocada, a Igreja, na sua doutrina social, quando defende hoje a propriedade individual da terra e dos meios de produção, enfatiza sempre a sua função social. Assim, Pio XII denuncia o capitalismo agrário que expulsa do campo os humildes agricultores forçados a abandonar sua terra em troca de ilusões e frustrações no meio urbano.²⁹⁷

A atuação da Igreja neste período foi colocada em pauta pelo governo, pelos fazendeiros, pelos grupos conservadores da instituição católica e, de certa forma, pelos próprios protagonistas das ações sociais. À medida que a influência das análises sociais, especialmente, do marxismo, tornava-se mais intensa e o movimento tornava-se mais radical, a necessidade de se estabelecer uma conexão fortalecida entre a dimensão reivindicatória da ação da Igreja e a pastoral, se reflete no esforço de criar subsídios teológicos para luta pela terra no Brasil.

Portanto, a perspectiva da terra como um direito coletivo, pautada em uma determinada interpretação teológica surge da interlocução entre posseiros, indígenas, trabalhadores rurais e a Igreja Católica. Além disso, o documento chama a atenção para dois modelos de apropriação: terra de exploração e terra de trabalho. A primeira é a que o capital se apropria, a fim de crescer e gerar novos lucros. E a segunda seria a terra possuída por quem nela trabalha, não é para especular ou explorar. A seguir mostraremos um trecho do referido documento, a respeito desses dois tipos de propriedade:

De um lado, o regime que leva o conflito aos lavradores e trabalhadores rurais, que é a propriedade capitalista; de outro, aqueles regimes alternativos de propriedade, mencionados antes, que estão sendo destruídos ou mutilados pelo capital: o da propriedade familiar, como a dos pequenos lavradores do sul e de outras regiões; o da posse, no qual a terra é concebida como propriedade de todos e cujos frutos pertencem à família que nela trabalha, regime difundido em todo o país e, sobretudo na chamada Amazônia legal; a propriedade tribal e comunitária dos povos indígenas e de algumas comunidades rurais.²⁹⁸

Dentro desse aspecto é importante distinguirmos a propriedade capitalista da terra e sua propriedade privada. Enquanto a primeira é utilizada como instrumento de exploração do trabalho; a segunda é usada como instrumento de trabalho do próprio camponês, ou cultivada pelo proprietário como mão-de-obra assalariada, respeitando os direitos básicos do trabalhador rural e apresentando uma função social. No parágrafo 91, verificamos:

“A terra é uma dádiva de Deus”. Ela é um bem natural que pertence a todos e não um produto do trabalho. Mas, é o trabalho, sobretudo que legitima a posse da terra. É o que entendem os posseiros quando se concedem o direito de abrir suas posses em terras livres, desocupadas e não trabalhadas, pois entendem que a terra é um patrimônio comum e que enquanto trabalharem nela, não poderão ser expulsos.²⁹⁹

²⁹⁷ *Ibidem*, p.26.

²⁹⁸ CNBB. *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980, p.30-31.

²⁹⁹ *Ibidem*, p.32.

Segundo Rossana Reis³⁰⁰, a partir da ideia de que a “terra é dádiva de Deus”, a Igreja Católica desenvolveu uma proposta de reforma agrária em uma direção mais radical do que aquela apreendida originalmente. A autora nos mostra que se a legislação brasileira, e também a internacional, reconhecem o direito à terra quando ele está ligado à preservação de uma cultura específica, como por exemplo, os grupos indígenas, a perspectiva vai caminhar no intuito de defender a “posse da terra para os que nela trabalham”, o que não significa necessariamente, a reivindicação da propriedade individual da terra para o trabalhador rural.

No que concerne ao compromisso pastoral, a Igreja assumiu a tarefa de denunciar situações de violência e injustiça, como podemos observar no artigo 96:

Assumimos o compromisso de denunciar situações abertamente injustas e violências que se cometem em áreas de nossas dioceses e prelazias e combater as causas geradoras de tais injustiças e violências, em fidelidade aos compromissos assumidos em Puebla.³⁰¹

Acreditamos que o ativismo no campo e a reivindicação de mudanças levaram ao recrudescimento da violência no meio rural contra trabalhadores e religiosos, isto confluía com a luta que vinha sendo desenvolvida contra os excessos do regime militar e colaborou para um engajamento mais evidente da CNBB na defesa dos direitos humanos.

O documento “Igreja e problemas da terra”³⁰² apoiava um modelo de reforma agrária pautado na propriedade familiar, bem como a mobilização dos trabalhadores rurais para sua aplicação e a conquista de uma política agrária trabalhista e previdenciária, correspondente aos anseios da população.

Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária, em várias oportunidades já definida, que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo. Para efetivá-la, queremos valorizar, defender e promover os regimes de propriedade familiar, da posse, da propriedade tribal dos povos indígenas, da propriedade comunitária em que a terra é concebida como instrumento de trabalho. Apoiamos igualmente a mobilização dos trabalhadores para exigir a aplicação e/ou reformulação das leis existentes, bem como para conquistar uma política agrária, trabalhista e previdenciária que venha ao encontro dos anseios da população.³⁰³

É importante ressaltar que apesar do comprometimento da CNBB por uma verdadeira reforma agrária, percebemos a condenação tanto do sistema capitalista quanto do socialista, sendo a proposta da Igreja Católica uma terceira via. Assim:

Comprometemo-nos a condenar, de acordo com o documento de Puebla, tanto o capitalismo, cujos efeitos funestos foram em parte apontados neste documento, como o coletivismo marxista de cujos malefícios temos notícia em outros países.³⁰⁴

³⁰⁰REIS, Rossana Rocha. “O direito à terra como um direito humano: A luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil” In: *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 86, 2012, p.253-260.

³⁰¹CNBB. *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980, p.34.

³⁰²*Ibidem*.

³⁰³*Idem*. p.34-35.

³⁰⁴CNBB. *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980, p.35

Para Rossana Reis³⁰⁵, a partir da crítica ao capitalismo, a propriedade privada e à dependência, é formulada uma concepção de terra entre os movimentos sociais pautada na ideia de sua apropriação coletiva. Portanto, a problemática da terra só terá solução após uma mudança de mentalidade e a estrutura de funcionamento de nossa sociedade. Vejamos o item 107 publicado na *R.E.B.*:

Enquanto o sistema político-econômico estiver a favor dos lucros do pequeno número de capitalistas, e enquanto o modelo educacional servir de instrumento de manutenção desse sistema, inclusive desestimulando a vida rural e seus valores, então não terá solução verdadeira a situação de injustiça e de exploração de trabalho da maioria.³⁰⁶

Logo, setores progressistas da instituição católica estiveram presentes e contribuíram para o surgimento de movimentos sociais de demanda por reforma agrária em nosso país. É o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), instituído no Paraná em 1984 com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, cujos principais quadros de lideranças eram compostos por quatro ex-seminaristas, como veremos na próxima seção.

2.5 – Programa de Reforma Agrária do MST (1984)

O MST nasceu a partir das lutas pela terra iniciadas no final da década de 1970, numa conjuntura de organização e luta pela redemocratização do país, travada contra a ditadura militar. O marco de sua fundação só se deu em janeiro de 1984, no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado em Cascavel (Paraná), cujo lema era: “Terra para quem nela trabalha”. Diante do exposto, a *Revista Eclesiástica Brasileira* publicou no fascículo de março de 1985, o texto “Movimentam-se os trabalhadores sem terra”³⁰⁷, na seção “Crônica Eclesiástica”. Vejamos um trecho:

Num encontro realizado em Cascavel, PR, no ano de 1984, os trabalhadores sem terra resolveram mobilizar-se a fim de reivindicar seus direitos a um pedaço de chão, para ganharem a vida. Nesse encontro estavam presentes líderes dos sem terra, agentes, sindicalistas e várias entidades classistas de 14 estados da Federação.³⁰⁸

A revista³⁰⁹ destaca, ao longo do texto, os principais tópicos definidos no referido encontro, com o escopo de se organizar nacionalmente uma luta conjunta em defesa da conquista da terra. Na plataforma política aprovada no Primeiro Encontro Nacional do MST, verificamos que o movimento considerava sem-terra:

³⁰⁵REIS, Rossana Rocha. “O direito à terra como um direito humano: A luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil” In: *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 86, 2012, p.253-260.

³⁰⁶CNBB. *Igreja e problemas da terra*. In: *R.E.B.* v.40, fascículo 157, mar. 1980, p.151. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

³⁰⁷BOFF, Frei Leonardo. Movimentam-se os trabalhadores sem terra. In: *R.E.B.*, v.45, fascículo177, mar.1985, p. 169. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 11.

³⁰⁸BOFF, Frei Leonardo. Movimentam-se os trabalhadores sem terra. In: *R.E.B.*, v.45, fascículo177, mar.1985, p. 169. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 11.

³⁰⁹Ao examinarmos a *Revista Eclesiástica Brasileira* não encontramos textos que abordassem o afastamento do MST da Igreja Católica, no período em que o movimento aderiu a uma perspectiva leninista. Assim, o periódico não destacou tais tensões do MST e optou por mostrar uma suposta unidade do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de 5 hectares.³¹⁰

Em relação aos objetivos gerais propostos pelo movimento, ficou estabelecido:

1) Lutar pela reforma agrária; 2) Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo; 3) Reforçar a luta dos sem terra com a participação dos trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários; 4) Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha, tirando o seu sustento e de sua família; 5) O Movimento dos Sem Terra deve sempre manter sua autonomia política.³¹¹

Como objetivos mais práticos propunham:

1) Unir-se na luta pela conquista da terra; 2) Articular as nossas lutas através de encontros, visitas e trocas de experiências; 3) Fortalecer o Movimento no nível estadual e nacional; 4) Sensibilizar a opinião pública para os nossos direitos; 5) Unir a luta do campo, da cidade e dos irmãos indígenas; 6) Ampliar o Movimento nos municípios e regiões onde ainda não está organizado; 7) Buscar apoio das entidades, sindicatos, igrejas e denunciar os que não assumem a luta; 8) Divulgar as lutas e conquistas; 9) Envolver e pressionar os sindicatos para que assumam, junto conosco, a luta e ajudar os novos sindicatos e também derrubar as diretorias pelegas; 10) O acesso à terra deve ser através da pressão e da luta; 11) Não queremos terra por crédito fundiário, por BNH rural ou outros projetos e fundos de terra, que só desviam as verdadeiras soluções para nossos problemas; 12) Os que conquistam a terra, trabalhar, cuidar e mostrar que quer a terra para trabalho e não para negócio; 13) Os que conquistam a terra devem continuar apoiando o Movimento, inclusive materialmente; 14) Em todas as conquistas de terra, deve-se discutir formas alternativas de posse e cultivo da terra; 15) Somos contra a colonização do Norte e exigimos reassentamento dos sem terra nos estados de origem.³¹²

Concernente, as terras que o movimento deveria conquistar. Observemos:

³¹⁰Plataforma política no I Encontro Nacional do MST. 1º Quem consideramos sem terra. Para ter acesso consultar:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1985%20E2%80%93%20Hist%C3%B3rico%20do%20Movimento%20Sem%20Terra%20E2%80%93%20MST.pdf>

Acesso em: 22 mar.2018.

³¹¹Plataforma política no I Encontro Nacional do MST. 2º Princípios gerais. Para ter acesso consultar:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1985%20E2%80%93%20Hist%C3%B3rico%20do%20Movimento%20Sem%20Terra%20E2%80%93%20MST.pdf>

Acesso em: 22 mar.2018.

³¹²Plataforma política no I Encontro Nacional do MST. 3º Princípios práticos. Para ter acesso consultar:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1985%20E2%80%93%20Hist%C3%B3rico%20do%20Movimento%20Sem%20Terra%20E2%80%93%20MST.pdf>

Acesso em: 22 mar.2018.

1) Terras das multinacionais. 2) Terras dos latifúndios extensivos. 3) Terras do Estado. 4) As terras mal aproveitadas. 5) As terras que estão nas mãos de quem não precisa delas e que não são agricultores.³¹³

Desta forma, após anos de perseguição e extinção das Ligas Camponesas, do MASTER e da ULTAB, surgiu um novo movimento camponês que através das ocupações começou a dar novos termos a reforma agrária. Muito embora, tal pauta foi reinserida no campo político pela CONTAG, como vimos na seção anterior. Segundo Fernandes³¹⁴, “a partir dessas lições históricas e do fazer-se na luta, os sem-terra tinham aprendido que: terra não se ganha, terra se conquista.”³¹⁵

Estabeleceram ocupações e acampamentos por todo o país, sobretudo nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul³¹⁶. Isto resultou no surgimento do MST como um movimento social de grande visibilidade, tendo como marca fundamental o enfrentamento e a resistência contra a política agrária brasileira, marcada pela concentração fundiária nas mãos de uma minoria de fazendeiros e empresas multinacionais, enquanto a maioria dos trabalhadores rurais fica excluída de seu acesso. Para Fernandes³¹⁷:

O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização, dimensionando-a.³¹⁸

Portanto, a ocupação da terra é uma realidade determinadora, estabelecendo uma cisão entre o assentamento e o latifúndio, dando significado especial à resistência do MST por meio do seu permanente processo de recriação. Segundo Stédile³¹⁹, no que concerne a organização do Movimento, a ocupação é um ponto chave, pois aglutina as pessoas em um acampamento sem necessariamente recorrer a um cadastro.

Nenhuma reforma agrária do mundo foi feita com cadastro. Nem as capitalistas nem as socialistas (...). Foram feitas com o ato prático das pessoas (...). A ocupação dá esse sentido de unidade às pessoas, para lutarem por um mesmo objetivo (...). Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentido de comunidade, de aliança.³²⁰

³¹³Plataforma política no I Encontro Nacional do MST. 4º Terras que reivindicamos e devemos conquistar. Para ter acesso consultar: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1985%20E2%80%9320Hist%C3%B3rico%20do%20Movimento%20Sem%20Terra%20E2%80%9320MST.pdf>

Acesso em: 22 mar.2018.

³¹⁴FERNANDES, Bernardes Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

³¹⁵FERNANDES, Bernardes Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 84.

³¹⁶É importante ressaltar que a nacionalização do MST foi relativamente lenta.

³¹⁷FERNANDES, Bernardes Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

³¹⁸FERNANDES, Bernardes Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 19.

³¹⁹STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mancano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

³²⁰STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mancano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 114-115.

Para Martins³²¹, o MST não deseja somente a reforma agrária, mas também o atendimento de suas necessidades sociais.

Querem mais que a reforma agrária encabrestada pelos agentes de mediação. Querem uma reforma social para as novas gerações, uma reforma que reconheça a ampliação histórica de suas necessidades sociais, que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito à contrapartida de seu trabalho, aos frutos do trabalho. Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação não os suprime historicamente. A falta da reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis.³²²

Durante o regime militar, os trabalhadores resistiram à repressão da ditadura, que objetivava restringir o avanço do movimento camponês, construindo a alternativa da ocupação da terra. A origem do MST é fruto dessa luta contra o processo de militarização da questão agrária.

A primeira ocupação que marcou a resistência dos camponeses e deu origem ao processo de formação do MST foi a ocorrida em setembro de 1979, quando 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta (RS). Vendramini³²³ sintetiza, desta forma, o processo de organização que culminou com o nascimento do referido movimento:

O MST existe, nos estados do Sul do país, desde 1979, quando seu lema era “Terra para quem nela trabalha”. No 1º Congresso, em 1985, consolidou sua organização nacional, levantando a bandeira: “Ocupação é a única solução”. A orientação atual é continuar a ocupar os imóveis em desapropriação, sob o lema “Ocupar, resistir e produzir”. No congresso de 1995, o MST reforçou tal lema e conclamou “a união dos trabalhadores do campo e da cidade: “Reforma agrária: uma luta de todos”. A bandeira de luta atual consagrada no mais recente congresso, em 2000, é a seguinte: “Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio”.³²⁴

De acordo com a autora, o MST se diferencia de outros movimentos sociais, pois se mantém em permanente articulação e organização quando conquista a terra. Isso ocorre quando os trabalhadores já assentados permanecem em contínua e persistente luta pela organização da produção agrícola junto aos assentamentos, em função de uma exigência da própria evolução histórica que pode levar os já assentados a um processo de exclusão futura.

Trata-se de uma forma de reação frente à perda constante do espaço e meio fundamental do trabalho das famílias atingidas pela violenta “modernização” empresarial da agricultura. Assim, o MST apresentaria um duplo caráter que aponta uma heterogeneidade da base do movimento.

³²¹MARTINS, José de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

³²²*Ibidem*, p. 56.

³²³VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

³²⁴VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000, p. 50-51.

Os assentados têm de concretizar esforços no sentido de consolidar economicamente a sua permanência na terra, enquanto o movimento, que é dos sem-terra, tem de operar pressionando pelo atendimento da demanda por terra. Aqui entre a discussão do peso a atribuir às lutas econômicas (por créditos, insumos, comercialização etc.) e às lutas políticas.³²⁵

De acordo com Fernandes³²⁶, o caráter político do MST é compreendido pelo próprio movimento, como sentido de pluralidade e da coerência, porque é a política que sustenta a convivência na diversidade, marca principal do MST, pois envolve pessoas de todos os credos, religiões e culturas. Nesse sentido, o movimento supracitado tem a adesão de diversos segmentos da sociedade, como professores, intelectuais, profissionais liberais dos mais variados campos, representantes da Igreja Católica e demais igrejas. Desta forma:

O MST, em seu desenvolvimento, reúne o povo pobre do campo e da cidade disposto a lutar (...) os camponeses sem-terra foram percebendo que a luta pela terra e a luta pela reforma agrária só se desenvolvem se forem feitas no contexto da luta de classes (...). Em seu desenvolvimento, o MST sempre teve como referências estes princípios: lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo o tempo e lugar a participação igualitária da mulher.³²⁷

No que concerne a nomenclatura do movimento, esta foi aprovada no Primeiro Congresso do Movimento, em 1985, incorporando-se as palavras “movimento” e “sem terra”. Já conhecidas na história de luta dos camponeses. Buscou-se contextualizar essas expressões no âmbito do caráter de classe, introduzindo o termo trabalhador rural.³²⁸

Roseli Caldart³²⁹ concebe o MST como um sujeito educativo, uma vez que participa ativamente no processo de formação de seus integrantes, apresentando uma pedagogia própria, no qual visa ensinar seus militantes não somente a luta pela reforma agrária, mas também a combater o capitalismo em diversos aspectos. A autora estabelece cinco matrizes educativas no processo de formação do sem terra. A primeira delas é a pedagogia da luta social, que valoriza a postura política e cultural de contestação social. A segunda matriz é a pedagogia da organização coletiva, ou seja, o movimento insere os sem-terra em uma coletividade construída por eles mesmos, nas lutas e na organização. A terceira refere-se à pedagogia da terra, no qual visa mostrar sua relação com a terra, o trabalho e a produção. Já a quarta matriz diz respeito a pedagogia da cultura, ou como os sem terra se educam cultivando o modo de vida produzido pelo movimento. E por fim, a quinta matriz seria a pedagogia da

³²⁵VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000, p. 55.

³²⁶FERNANDES, Bernardes Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

³²⁷FERNANDES, Bernardes Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 85-86.

³²⁸Em relação ao termo trabalhador rural e não camponês, Stédile justifica: “Porque a palavra ‘camponês’ é meio elitista. Nunca foi usada pelos próprios camponeses. Não é, digamos, um vocábulo comum. O Partido Comunista do Brasil foi o único que usou o termo ‘camponês’. O homem do campo geralmente se define como agricultor, trabalhador rural ou como meeiro, arrendatário. É, na verdade, mais um conceito sociológico e acadêmico, que até pode refletir a realidade em que eles vivem, mas que não foi assimilado”. Ver: STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 31.

³²⁹CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

história, em outras palavras, como os sem terra do MST se educam cultivando a memória e compreendendo a história.

Neste momento destacamos algumas matrizes educativas no processo de formação da identidade do sem-terra, como pensam, enxergam a terra e a luta social que compõem. Logo:

O MST não quer apenas lutar pela terra. Quer fazer a reforma agrária e quer alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura, e do campo como um todo. Quer também formar novos seres humanos, sujeitos criadores da sua própria história.³³⁰

Para Antunes³³¹, as ações do MST e sua luta pela reforma agrária consolidaram-se como um exemplo de organização que contesta a lógica do capital e do mercado, devendo servir como fonte de inspiração para a esquerda sindical no sentido de atuarem na construção de uma sociedade para além do capital. Por outro lado, Martins³³² avalia de forma crítica a atuação de movimentos que reivindicam a reforma agrária em permanente confronto com o governo, como por exemplo, o posicionamento do MST e da CPT, definindo a questão agrária como fundamentalmente histórica, que tem sua própria temporalidade, isto é, um tempo conjuntural histórico, divergente do contexto político e eleitoral, ou presa a um determinado governo, sendo permeada por dilemas que mediatizam a dinâmica social e, por fim, a dinâmica política.

MST e CPT querem uma reforma agrária que atinja as causas, que são causas históricas, que se tornaram causas institucionais e políticas, sem, entretanto, oferecerem perspectivas de saída política para elas no marco da lei e da ordem. Pois, para isso é preciso ganhar eleições e não as ganhando é preciso estar disponível para a negociação política de questões como essa, que são questões sociais e nacionais, suprapartidárias, como foi a abolição da escravatura. É aí que a credibilidade e a legitimidade do confronto se perdem.³³³

Já Bezerra Neto³³⁴, afirma:

O MST difere de todos os movimentos de luta pela terra que existiriam na história do Brasil por constituir-se num movimento nacionalmente organizado e por possuir uma proposta socialista de sociedade. Essa nova sociedade se dá através da formação educacional implementada pelo movimento, nas regiões de acampamento e assentamentos de trabalhadores rurais sem terra.³³⁵

³³⁰CALDART, *Op. Cit.*, p. 225.

³³¹ANTUNES, R. “Lutas sociais e desenho socialista no Brasil dos anos 90” In: *Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, n. 7, 1998, p. 89-110.

³³²MARTINS, José de Souza. “Reforma Agrária – o impossível diálogo sobre a história possível” In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, 2000.

³³³MARTINS, José de Souza. “Reforma Agrária – o impossível diálogo sobre a história possível” In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, 2000, p. 124.

³³⁴BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-Terra Aprende e Ensina: um estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

³³⁵BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-Terra Aprende e Ensina: um estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999, p. 18.

Martins³³⁶ destoa desse quadro, pois examina o MST no sentido de buscar atingir as causas da problemática da terra, cobrando ao movimento alternativas dentro da ordem. O ponto de partida do autor é díspar de outros profissionais, no qual visam investigar no MST o seu núcleo revolucionário. Precisamos destacar que a análise de Martins expõe uma contradição do MST: a luta pela propriedade coletiva da terra, pela reforma agrária dentro de uma sociedade capitalista que tem como alicerce a propriedade privada. E também mostra seu caráter mais político, percebido através de sua articulação com o governo para conseguir se conservar organizado, amortecendo a sua legitimidade de movimento, no qual luta por uma sociabilidade para além do capital.

Para Vendramini³³⁷, o MST tem um caráter revolucionário e se preocupa com as questões do campo político e econômico, envolvendo trabalhadores rurais, como meeiros, arrendatários, pequenos proprietários e parceiros. Portanto, a autora acredita que o MST questiona a ordem, opondo-se ao direito vigente da terra, criticando a estrutura agrária, responsável pela exclusão social.

A ideia de formação de uma personalidade coletiva nos integrantes do MST contraria o discurso dominante de algumas correntes históricas, pois não se caracteriza em termos de individualidade, mas de comunidade (...). O MST é um movimento de luta pela terra que manifesta preocupações com os desafios das lutas em geral, tem um projeto e uma estratégia política de transformação radical da sociedade.³³⁸

Segundo Stédile³³⁹, ao examinarmos a origem do MST, encontramos sua caracterização como movimento social.

Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao surgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade.³⁴⁰

E ainda afirma que o MST³⁴¹ almeja ser uma organização de cunho político, sindical e popular, mas não partidário. Assim: “Queremos ser organizados com características populares, sindicais e políticas de outro tipo. Não somos uma organização partidária, nem queremos ser, nem devemos ser.”³⁴²

³³⁶MARTINS, José de Souza. “Reforma Agrária – o impossível diálogo sobre a história possível” In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, 2000.

³³⁷VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

³³⁸VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. p. 59-60.

³³⁹STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mancano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

³⁴⁰*Ibidem*, p. 22.

³⁴¹Na concepção de Moraes, Menezes e Navarro, que analisaram a segunda fase da história de organização do MST (entre 1986 e 1993), este teria aderido um ideário leninista e, desta forma, priorizava ações de confronto e recusava-se à contribuição da até então mediadora Igreja Católica. Para uma maior compreensão ler: NAVARRO, Zander; MORAES, Maria Stela; MENEZES, Raul. “Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

³⁴²STÉDILE, Op. Cit., p. 38.

Em relação à legislação sobre a terra, tanto no Estatuto da Terra como na Constituição Federal de 1988 não possuem uma definição específica do que é a função social da propriedade. Encontram-se alguns critérios que devem ser obedecidos, com o intuito da função social da propriedade ser cumprida. Enxergamos tal indefinição como uma manobra política para controlar o conceito de direito a propriedade, segundo uma perspectiva liberal.

Podemos dizer que o MST é hoje um dos movimentos mais conhecidos no Brasil. Apresenta um alto grau de articulação interna e uma organização em âmbito nacional. Conta com o envolvimento de um número crescente de trabalhadores sem terra e com assalariados que perderam seus empregos nas grandes indústrias agrícolas.

2.6 – Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (1985)

O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)³⁴³ surgiu como resultado da política de modernização conservadora do setor agropecuário imposto pelos governos militares, baseado em um pacote tecnológico excludente, no qual privilegiava a monocultura para exportação e também todo o processo de luta pela terra, como estamos analisando nesse capítulo. Desta forma, ocorreu um aumento da concentração de terra e da renda no campo.

Tal situação se multiplicou por todo o país e deu origem posteriormente ao Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cujo objetivo principal era a aplicação dos dispositivos do Estatuto da Terra, no que concerne a melhor distribuição da terra, a partir da fixação de metas e prazos com maior viabilidade prática ao processo de reforma agrária. Buscava também indicar alguns programas integrantes ao processo de reforma agrária, assim como a colonização, a tributação da terra e a regularização fundiária.

O artigo 2º afirma:

Art. 2º. O Plano Nacional de Reforma Agrária a que se refere o artigo anterior será executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia especial, vinculada ao MIRAD, em Áreas Regionais Prioritárias, mediante Planos Regionais de Reforma Agrária e respectivos Projetos de execução, nos termos do que estabelecem os arts. 35 e 36 do Estatuto da Terra.³⁴⁴

Sendo assim, no período de redemocratização, o presidente José Sarney criou o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), tendo o INCRA como seu subordinado. No decorrer deste governo foi elaborado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no qual tinha como meta assentar 1.400.000 famílias em quatro anos. Vejamos:

O estabelecimento de metas para o assentamento dessas famílias, dentro de um horizonte de tempo considerado exequível, onde estejam contemplados o planejamento e a caracterização das ações previstas, dependerá diretamente da situação econômica e política do País, da capacidade operacional do MIRAD/INCRA e das demais instituições que estarão envolvidas no processo de Reforma Agrária. O contingente de novos trabalhadores rurais sem terra, que poderá surgir será contemplado no próprio processo de reajustamento periódico das metas estabelecidas. Para fins deste Plano, estabeleceu-se o horizonte de tempo de 4 (quatro) anos. Nesse período,

³⁴³O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária está disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 28 mar. 2018.

³⁴⁴Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, p. 1. Disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 28 mar. 2018.

estima-se atender aproximadamente a 1,4 milhão de famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.³⁴⁵

Segundo Fernandez³⁴⁶, o governo Sarney não conseguiu assentar 10% da meta estipulada inicialmente, devido às dificuldades no processo de desapropriação. Entretanto, os referidos problemas só foram atenuados, com a promulgação da Constituição de 1988, elaborada durante o referido governo, tratando da expropriação de terras para fins de reforma agrária em capítulo específico.

Em verdade, como assinala Moacir Palmeira³⁴⁷ ao tratar das primeiras desapropriações feitas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985, quem estava sendo desempossado não era mais o “grande latifundiário” das regiões menos dinâmicas do Nordeste, mas sim grandes empreendimentos econômicos estrangeiros e nacionais da região Sudeste do Brasil, que haviam adquirido terras do Estado –mormente na região Amazônica – a preços irrisórios.³⁴⁸

Na primeira parte “Pressupostos legais da Reforma Agrária” afirma-se:

O desafio que se coloca à sociedade é o de saber se o Brasil pode continuar convivendo com a terra ociosa, ao mesmo tempo em que precisa criar empregos, gerar riquezas, promover a Justiça Social, o progresso do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País. Essa questão torna-se ainda mais oportuna, ao constatarmos que a geração de um posto de trabalho produtivo na agricultura custa bem menos do que a de um emprego em qualquer setor urbano. O problema afigura-se ainda mais dramático, quando se verifica que grande parte das terras aptas à agricultura podem estar apropriadas com intuítos meramente especulativos.³⁴⁹

Percebe-se nesta assertiva a preocupação do governo federal em atenuar as desigualdades entre as classes sociais, uma clara intenção de usar as terras ociosas para promover a justiça social, bem como gerar empregos no campo. Neste Plano, se mencionava a perspectiva de garantir o direito a propriedade da terra, mais condicionada ao interesse social. Portanto, mediante ao pagamento de uma justa indenização, ocorria a desapropriação para fins de Reforma Agrária.

Essa desapropriação tem por finalidade, promover a justa e adequada distribuição da propriedade; induzir exploração racional da terra; permitir a recuperação social e econômica das regiões; estimular pesquisas pioneiras; entre outros fins (art. 18 do Estatuto da Terra). É, por isso, um meio e não

³⁴⁵Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. III. Objetivos e Metas, p. 18. Disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 28 mar. 2018.

³⁴⁶FERNANDEZ, Fernando Negret; AZEVEDO, Nayara Juliana Daniel de. “Objetivos e resultados da reforma agrária no Brasil. Estudo de caso do assentamento Canudos em Goiás”. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano 26, n. 30, Salvador, dez. 2014.

³⁴⁷PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. In: *Revista Estudos Avançados*, v.3, n.7, 1989.

³⁴⁸Portanto, o reverso deste processo contribuiu para a redução do papel da pequena produção junto ao capitalismo, perdendo seu espaço, quer como reserva de mão-de-obra, quer como produtora de bens.

³⁴⁹Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. I. Pressupostos legais da Reforma Agrária, p. 05. Disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 28 mar. 2018.

um fim em si mesmo. A negociação e o entendimento é o instrumento primeiro a ser tentado.³⁵⁰

Dentre outros princípios o Plano prevê a política agrícola e preservação ambiental. No que tange à primeira, o documento propõe democratizar o crédito rural, assistir milhões de pequenos produtores, não condicionando essa prioridade ao abandono do setor modernizado que também produz bens para o mercado interno e para a geração de divisas, agroenergia e dar prioridade à produção de alimentos básicos. Em relação ao meio ambiente, o PNRA prevê o zoneamento ambiental, a fim de ordenar o território baseado nas suas vulnerabilidades e potencialidades. Referente às terras indígenas, o plano supracitado estabelece que estas terras e suas áreas de posse imemorial constituem patrimônio histórico e cultural inviolável, conforme dispõe a Lei 6.001 de 1973 (Estatuto do Índio) e o art. 198 da Constituição.

Os objetivos do I PNRA buscam melhor distribuição da terra, mediante transformações no regime de sua posse e uso, adequando-a as exigências de desenvolvimento do país. Propõe a supressão progressiva do minifúndio e do latifúndio, com a finalidade de permitir o incremento da produção e atender o direito de cidadania do trabalhador rural e os princípios de justiça social. Na seção, “Objetivos e metas”, verificamos os escopos específicos do Plano:

a) contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, visando ao atendimento prioritário do mercado interno; b) possibilitar a criação de novos empregos no setor rural, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a subutilização da força de trabalho; c) promover a diminuição do êxodo rural, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes; d) contribuir para aumentar os benefícios sociais proporcionados pelas inversões públicas direta ou indiretamente relacionadas com o desenvolvimento do setor rural; e) promover a paz social no meio rural, mediante a erradicação dos focos de tensão.³⁵¹

De acordo com Fernandez³⁵², os objetivos deste Plano estavam em consonância com as necessidades do país e dos trabalhadores de campo, na medida em que buscava gerar emprego, aumentar a produção de alimentos e melhorar as condições de vida no meio rural.

Devemos salientar que no fascículo de dezembro de 1985, da *Revista Eclesiástica Brasileira*, destacou-se a decepção com o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Assim:

Grande era a expectativa armada em torno do tão anunciado Plano de Reforma Agrária governamental, uma das metas prometidas solenemente pela assim chamada Nova República. (...) Ao final, depois de muitas emendas, teve-se uma reforma decepcionante, militarizada (pois contara com a assessoria direta de conselheiros militares como o general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, e o general Ivan de

³⁵⁰Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. I. Pressupostos legais da Reforma Agrária, p. 05-06. Disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 28 mar. 2018.

³⁵¹Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. III. Objetivos e Metas, p. 17. Disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 28 mar. 2018.

³⁵²FERNANDEZ, Fernando Negret; AZEVEDO, Nayara Juliana Daniel de. “Objetivos e resultados da reforma agrária no Brasil. Estudo de caso do assentamento Canudos em Goiás”. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano 26, n. 30, Salvador, Dez. 2014.

Souza Mendes, chefe do serviço Nacional de Informações), e incapaz de satisfazer os anseios da classe rural e dos índios.³⁵³

E ainda:

Este plano, inclusive, atendendo a preocupação manifestada pelo Conselho de Segurança Nacional, chega ao abuso de propor que a desapropriação de latifúndios, por interesse social, não é essencial e que a Reforma Agrária deva ser um capítulo da política agrícola. Pelo sim, pelo não, os índios exigem uma Reforma Agrária que, ao garantir a demarcação de suas terras, resolva também os problemas de violências contra eles.³⁵⁴

Todavia, ao analisarmos o periódico percebemos a existência de uma enorme expectativa em relação ao plano supracitado e este não correspondeu aos interesses básicos dos camponeses, pois atendeu aos anseios do Conselho de Segurança Nacional, que ao propor que a “desapropriação de latifúndios, por interesse social, não era essencial” e que a “reforma agrária deveria ser um capítulo da política agrícola”, o PNRA não extinguiu a violência contra os grupos indígenas e a expropriação dos meios de sobrevivência dos trabalhadores rurais.

Diante do exposto, o texto da *R.E.B.* enfatiza a concentração fundiária em nosso país e a necessidade de união entre indígenas e camponeses, a fim de pressionarem por uma autêntica reforma agrária. Vejamos um trecho publicado na seção “Crônica Eclesiástica” de 1985:

A estrutura agrária no Brasil é cinicamente concentracionista: um por cento dos grandes proprietários detém 45% das terras no país. Por isso, índios e trabalhadores rurais vão tomando consciência de que a Reforma Agrária só vai sair na base da pressão. Sabendo disto, a União das Nações Indígenas (UNI), em seu encontro nacional de junho, em Goiânia, GO, defendeu a busca de uma aproximação entre a luta dos índios e a dos movimentos dos trabalhadores rurais. Para a UNI, a Reforma Agrária deve também colaborar na demarcação das terras indígenas.³⁵⁵

O fragmento supracitado mostra o caráter concentracionista de nossas terras e a impossibilidade de se realizar uma reforma agrária que não fosse pela pressão popular. Para Medeiros³⁵⁶ após o fracasso do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, a idéia seria criar canais que viabilizassem as modificações de nossa estrutura fundiária, através da Constituinte:

Nesse momento, constitui-se a campanha Nacional pela Reforma Agrária, liderada por uma série de organizações da sociedade civil, envolvendo organizações não governamentais, organismo de representação de trabalhadores, entidades vinculadas à Igreja, etc. Apesar da forte pressão popular pela introdução de medidas que viabilizasse uma ampla reforma agrária (a emenda popular que conseguiu reunir cerca de 1,5 milhões de assinaturas), os interesses ligados à propriedade da terra cerraram fileiras,

³⁵³BOFF, Frei Leonardo. Plano de reforma agrária decepciona. In: *R.E.B.*, v.45, fascículo180, dez.1985, p. 791. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 12.

³⁵⁴BOFF, Frei Leonardo. Plano de reforma agrária decepciona. In: *R.E.B.*, v.45, fascículo180, dez.1985, p. 792. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 12.

³⁵⁵BOFF, Frei Leonardo. Plano de reforma agrária decepciona. In: *R.E.B.*, v.45, fascículo180, dez.1985, p. 792. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 12.

³⁵⁶MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ampliaram sua influência no Congresso Nacional e conseguiram criar bloqueios a essa possibilidade.³⁵⁷

Portanto, o governo Sarney não dialogou com as bases trabalhadoras (CUT-CGT) ou com a Comissão Pastoral da Terra, não implementando uma reforma agrária que atendesse aos grupos camponeses. Deste modo, a *Revista Eclesiástica Brasileira*, no fascículo de setembro de 1987, publicou um texto deixando claro o fato do Presidente Sarney não ter se preocupado em atender as reivindicações populares, mas sim às aspirações dos grandes proprietários de terras. Observemos:

O calcanhar de Aquiles do plano governamental, segundo os grandes proprietários, estaria na desapropriação de terras por interesse social, coisa que lhes cheira a comunismo, ou a menos a socialismo. Acham eles melhor que se proceda a uma reforma agrária por via de tributos e com o recurso à colonização. E o governo Sarney procura tratar a questão da reforma agrária não como expressão de um confronto de forças sociais, mas procura fazer, diante dessa grave questão, o papel de mediano e conciliador. Concebe a reforma agrária como espaço para ações negociadas e demora ao máximo para efetivar qualquer desapropriação. Assim, a presente reforma agrária – nas palavras do professor da Paraíba – torna-se um excelente negócio para os proprietários de terras, ao provocar a elevação do preço da terra, abrindo perspectivas para especulação e manobra com o “preço justo”, tido como referência para a desapropriação.³⁵⁸

Logo, o referido plano foi elaborado em uma fase de abertura política e gerou controvérsias e reações dos anti-reformistas, legitimando a luta pela terra como um direito de todos. No entanto, tal plano não provocaria alterações das estruturas fundiárias em nosso país e tampouco satisfazia aos interesses da população camponesa, que cada vez mais via suas formas de sobrevivência ser desapropriadas.

2.7 – Constituição de 1988

O debate da reforma agrária continuava intenso no Brasil e os conflitos no campo estavam cada vez mais exacerbados. Diante desse cenário, os grupos conservadores organizavam-se para impedir transformações no meio rural e aos poucos a Constituinte delineava alguns gestos de reforma. Na seção “Crônica Eclesiástica”, da *R.E.B.*, pode-se ler:

A Constituinte vai timidamente esboçando alguns gestos de reforma. A direita se organiza e agrupa forças, para impedir que se mexam nos mais que centenárias estruturas rurais. A organização dos trabalhadores do campo enfrenta uma série de obstáculos e barreiras, dada a dificuldades em mobilizar uma classe tradicionalmente dispersa. Nesse quadro de conflitos e lutas violentas, a Igreja, mediante a Pastoral da Terra, procura colocar-se ativa e solidariamente do lado de posseiros e bóias-frias, ao lado dos sem-terra que lutam pela sobrevivência condigna, sem deixar sua condição de lavrador.³⁵⁹

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 39.

³⁵⁸ PIVA, Frei Eloi. “Reforma Agrária: o sonho acabou?” *In: R.E.B.*, v. 47, fascículo 187, set. 1987, p. 717-718. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 16.

³⁵⁹ PIVA, Frei Eloi. Campo: os desafios da organização. *In: R.E.B.*, v.48, fascículo 191, set.1988, p. 708. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 18.

Através do trecho acima, compreendemos que a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra encontrava-se ao lado dos camponeses, com o intuito de realizar uma reforma agrária capaz de atender as demandas da população sem-terra. Vejamos o fascículo de setembro de 1988 da *R.E.B.*:

No Brasil, estado e grande capital não querem permitir a verdadeira reforma agrária, que permita o acesso de milhões de pessoas à posse da terra. Torna-se urgente adequar a ação pastoral das Igrejas ao discurso apresentado em seus documentos: assumir a luta pela terra, apoiando e participando nas iniciativas dos sem terra que objetivam conquistar terra para viver e trabalhar, derrotando o privilégio e a prepotência dos grandes proprietários. (...) É tempo de clarear o conceito de propriedade utilizado pelas Igrejas cristãs, revelando e anunciando o sentido bíblico da terra.³⁶⁰

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal apresentando um capítulo controverso sobre a questão da Reforma Agrária. Em dezembro do referido ano, a *R.E.B.* publicou a crônica intitulada: “Promulgada a nova Constituição brasileira”³⁶¹. Vejamos um trecho:

Com muita habilidade, a elite política refreou as aspirações do povo e concedeu pequenos ganhos na área social, especialmente possibilitando, assim se espera, melhor distribuição da renda e mais efetiva participação política. No entanto, as oligarquias rurais, especialmente representadas na dura e combativa UDR, nada cederam de seu terreno e a Reforma Agrária ficou sendo a enorme dívida, não paga, nesse processo constituinte.³⁶²

Segundo Chemeris³⁶³, a Constituinte realizou uma alteração da abrangência do direito público constitucional ao garantir o direito de propriedade desde que atenda sua função social. Deste modo, a CNBB influenciou a inclusão da função social na Carta Magna. Vejamos um trecho do pronunciamento da CNBB sobre a reforma agrária, em 1988:

A Assembléia Nacional Constituinte trata, nestes dias, da Ordem econômica, em especial da Reforma Agrária. Todos percebemos a importância que tem a questão para a concórdia social e o bem comum. Em sucessivas mensagens, Bispos e Pastores da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas têm solicitado medidas para distribuir mais equitativamente a terra e para implantar uma adequada política agrícola. São meios de eliminar a pobreza que grassa no campo, o conflito rural, cada dia mais disseminado e violento, e de promover, de modo pacífico, a justiça social. Respondendo a esses apelos, comunidades cristãs, em todo o país, uniram-se ao movimento que coletou 1.200.000 assinaturas de eleitores para as Emendas Populares da Reforma Agrária. Tudo isto porque a Reforma Agrária é tão importante que levou o Santo Padre João Paulo II, em audiência ao Presidente da República, a afirmar “A Reforma Agrária, no Brasil, não pode fracassar. A Reforma Agrária é uma questão de paz e justiça social e garantia da democracia.” Por isso, a Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de acompanhamento à

³⁶⁰PIVA, Frei Elói. Campo: os desafios da organização. In: *R.E.B.*, v.48, fascículo 191, set.1988, p. 709. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 18.

³⁶¹PIVA, Frei Elói. Promulgada a nova Constituição brasileira. In: *R.E.B.*, v.48, fascículo 192, dez.1988, p. 978-980. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 18.

³⁶²PIVA, Frei Elói. Promulgada a nova Constituição brasileira. In: *R.E.B.*, v.48, fascículo 192, dez.1988, p.979. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 18.

³⁶³CHEMERIS, Ivan R. *A função social da propriedade: o papel do judiciário diante das invasões de terra*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

Constituinte vêm, com grande apreensão, o tratamento à questão na Assembléia Nacional Constituinte. Não se justificam, seja uma omissão que levaria a um lamentável retrocesso na legislação agrária, seja a dissociação indevida entre a produção e a função social da propriedade.³⁶⁴

A presente influência contribuiu para o direito de propriedade fosse precedido pela exigência da função social. Como podemos observar no artigo 186:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.³⁶⁵

De acordo com Medeiros³⁶⁶, a Constituição de 1988 estabeleceu que as desapropriações deveriam passar pelo pagamento prévio das indenizações com preço justo, sem determinar critérios de fixação, diferentemente do Estatuto da Terra, no qual estabelecia o pagamento posterior das indenizações.

A ênfase maior à reforma agrária é dada pela Constituição de 1988, em seu Título VII, mais precisamente no capítulo III (Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária). Assim, ela se expressa no artigo 184:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.³⁶⁷

Por conseguinte, compete à União a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. No *caput* deste artigo está o ponto central do direito agrário vigente no Brasil: a desapropriação só incidirá sobre as propriedades que não estejam cumprindo com a sua função social. No artigo 186 da Constituição exige-se a propriedade rural o cumprimento desse desiderato:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de

³⁶⁴Pronunciamento da CNBB sobre a Reforma Agrária, 06 maio 1988. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico da CNBB: <http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_download/113-51-pronunciamentos-da-cnbb-1988-coletanea-1992> Acesso em: 28 mar. 2018.

³⁶⁵A Constituição de 1988 pode ser encontrada no seguinte sítio eletrônico: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 28 mar. 2018.

³⁶⁶MEDEIROS, *Op. Cit.*, 2003.

³⁶⁷Constituição de 1988. Título VII – Ordem Econômica e Financeira, Capítulo III – Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Artigo 184. Pesquisar: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 28 mar. 2018.

trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.³⁶⁸

Desta forma, o Estado pode intervir na propriedade rural que não esteja cumprindo com a sua função social, a qualquer tempo, movido pelo interesse social. Entretanto, existem exceções, consoante o artigo 185: “São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I- a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II- a propriedade produtiva.”³⁶⁹

Segundo Araújo³⁷⁰, no caso de pequenas e médias propriedades, não seria recomendável mexer em uma estrutura de distribuição, mesmo apresentando insuficiências econômicas, pois resguardam uma conveniência social, sendo a grande preocupação o atendimento a grande massa não detentora de nenhuma fração da terra. Em relação à propriedade produtiva, como o interesse maior é a produção, nada mais correto desonerá-la dessa possibilidade.

Assim, a desapropriação para fins de reforma agrária³⁷¹ só poderia ser motivada pelo interesse social, entendendo-se este como sendo interesse de terceiros, no caso a comunidade, isto é, a ordem econômica deixa de estar sob a égide do individualismo e passa a ter um destino social, devendo trazer benefícios a todos.

Em relação à desapropriação, a terra nua terá uma justa e prévia indenização em títulos da dívida agrária, enquanto que as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. Após efetuada a expropriação, o INCRA terá um prazo máximo de três anos, contados da data de registro do título translativo de domínio, para destinar a respectiva área aos beneficiários da reforma agrária, admitindo-se, para tanto, formas de exploração individual, cooperativa, mista ou associativa.

De acordo com Araújo³⁷², o artigo 5º estabelece que para ser o imóvel rural declarado de interesse social para fins de reforma agrária, faz-se necessário passar por um processo de avaliação, cujo laudo deve conter uma descrição com todas as características do imóvel, para o juiz ter diante de si as informações plausíveis para o despacho da petição inicial.

Na prática, as desapropriações de imóvel rural para fins de reforma agrária eram outras. Na sua maioria eram interpostos recursos por parte dos proprietários, seja através de mandado de segurança ou ação cautelar, questionando a qualificação de “improdutiva” dada ao imóvel pelo INCRA.

Segundo Silva³⁷³, a questão da “propriedade produtiva” trata-se de um dos mais sérios recuos ocorridos na história das Constituições brasileira.

³⁶⁸Constituição de 1988. Título VII – Ordem Econômica e Financeira, Capítulo III – Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Artigo 186. Pesquisar: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 28 mar. 2018.

³⁶⁹Constituição de 1988. Título VII – Ordem Econômica e Financeira, Capítulo III – Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Artigo 185. Pesquisar: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 28 mar. 2018.

³⁷⁰ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso. “A Reforma agrária na Constituição de 1988”. In: *Revista Vidya*, jul-dez. 2001, p.113-120.

³⁷¹Segundo Araújo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão federal responsável para executar a reforma agrária, o qual está autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular para realizar levantamentos de dados e informações, com prévia notificação. Ver: ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso. “A Reforma agrária na Constituição de 1988”. In: *Revista Vidya*, jul-dez. 2001, p.113-120.

³⁷²ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso. “A Reforma agrária na Constituição de 1988”. In: *Revista Vidya*, jul-dez. 2001, p.113-120.

³⁷³SILVA, José Gomes da. “A reforma agrária no Brasil”. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 165-190.

Ao dispor, no inciso II do artigo 185, que a chamada “propriedade produtiva” não é suscetível de desapropriação, a Constituição Federal de 1988 introduziu na prática tamanhas dificuldades de ordem legal, agrônômica e operacional, que complica extraordinariamente qualquer tentativa séria de mudar a nossa estrutura fundiária. Do ponto de vista agrônômico, a expressão “terra produtiva” ou “propriedade produtiva”, ou ainda “imóvel rural produtivo” é usada para identificar a gleba, o estabelecimento agropecuário ou imóvel rural que está sendo usado satisfatoriamente, seja no tocante à fração mínima de aproveitamento espacial, seja no referente à produtividade alcançada. Com o desenvolvimento da consciência ecológica, a conservação dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente também foram introduzidas como referenciais para avaliar essa condição de racional aproveitamento, além do cumprimento da legislação trabalhista.³⁷⁴

Silva³⁷⁵ afirma que todos esses parâmetros constam no artigo 186, no qual define a função social e cujo cumprimento isenta a gleba, o imóvel rural ou o estabelecimento da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Concernente aos beneficiários, com a desapropriação, seria feita a distribuição das glebas, conforme estabelece o artigo 189:

Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.³⁷⁶

É importante ressaltar que o forte apoio da Igreja Católica na luta pela reforma agrária, sofreu alterações após o Papa João Paulo II promover a “conservadorização” da Igreja no Brasil, através da diminuição de poderes de lideranças da chamada Teologia da Libertação e da nomeação constante de bispos não-progressistas. Podemos verificar tal processo no texto “Conselho de Segurança Nacional propõe maior controle sobre a Igreja Católica”³⁷⁷, publicado na *R.E.B.* em dezembro de 1988:

Documento confidencial do conselho de Segurança Nacional (CSN), publicado recentemente na Europa, pelo DIAL (Difusão de Informação sobre a América latina), revela que é necessário controlar melhor as atividades e operações da “Igreja progressista”. (...) Acha também o documento que o vaticano, ultimamente vem fazendo esforços para trazer a Igreja à linha tradicional, enquanto o principal responsável pelo desvio à esquerda seria o movimento encabeçado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que vem mobilizando no Brasil inteiro os sem-terra, os posseiros e bóias-frias, aguçando ainda mais os já graves conflitos no campo.³⁷⁸

³⁷⁴SILVA, José Gomes da. “A reforma agrária no Brasil”. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 174-175.

³⁷⁵SILVA, José Gomes da. “A reforma agrária no Brasil”. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 165-190.

³⁷⁶Constituição de 1988. Título VII – Ordem Econômica e Financeira, Capítulo III – Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Artigo 189. Pesquisar: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 28 mar. 2018.

³⁷⁷PIVA, Frei Elói. Conselho de Segurança Nacional propõe maior controle sobre a Igreja Católica. In: *R.E.B.*, v.48, fascículo 192, dez.1988, p. 986-987. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 18.

³⁷⁸PIVA, Frei Elói. Conselho de Segurança Nacional propõe maior controle sobre a Igreja Católica. In: *R.E.B.*, v.48, fascículo 192, dez.1988, p. 986-987. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 18.

O referido documento publicado na *R.E.B.* nos mostra a realização de transformações na Doutrina Social Católica. As pressões da Santa Sé cooperaram para essa mudança interna, liderada pelo Papa João Paulo II, de modo que o episcopado brasileiro teve de encarar um novo debate em torno da separação entre religião e política.

Referente a Constituição de 1988, Silva³⁷⁹ explicita que os trabalhadores rurais pagaram o preço de alguns avanços sociais contidos na Carta. Portanto, as contradições do texto, a pobreza do conteúdo e os recuos notórios constituem alguns dos aspectos negativos do Capítulo III, presente no Título VII do texto constitucional, cuja pretensão era regular as relações homem e terra em nosso país.

Por outro lado, analisando através de um prisma mais positivo, compreendemos o fato da questão agrária ter um avanço significativo em termos legais com a Constituição de 1988. Deste modo, o instituto da reforma agrária se tornou um importante instrumento para mudanças expressivas na estrutura fundiária. A legislação complementar, com a lei 8.629 e a lei nº 76, também se encaminhava no sentido de disponibilizar ao poder público ferramentas aptas para atender o tão reclamado direito à terra.

Apesar das contradições e retrocessos da Carta de 1988, nem tudo está perdido, pois não existe nação moderna, desenvolvida que em algum momento de sua história não tenha realizado uma reformulação em sua estrutura fundiária, sendo esta a base física para a edificação de uma democracia.

³⁷⁹SILVA, José Gomes da. “A reforma agrária no Brasil”. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 165-190.

CAPÍTULO III – A EDITORA VOZES E A R.E.B.: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO E A ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

3.1– O Periódico

Para melhor compreender o nosso objeto de pesquisa, cujo *corpus* se constitui a *Revista Eclesiástica Brasileira*, faz-se necessário realizar, ainda que de maneira breve, uma pequena história dos periódicos. Desta forma, procuramos compreender a origem do gênero revista ao longo da história. O primeiro registro sobre periódicos ocorreu em Colônia, Alemanha, no século XVI, quando o austríaco Michel Von Aitizing lançou o primeiro semestral. Segundo Martins³⁸⁰, o imperador Rodolfo II havia publicado “edições mensais, noticiando feitos políticos, bélicos e cortesãos, fora do sacro Império”³⁸¹. Foi lançada em Estrasburgo e Augsburg, uma gazeta semanal. De acordo com a autora, posteriormente foram lançados periódicos hebdomadários³⁸² em diversas regiões da Europa.

Para Martins³⁸³ os estudos sobre a origem dos periódicos mostram a França como a “pioneira no periodismo literário”, isto devido aos jornais *Journal des Sçavans* e *Journal des Savants*. Por outro lado, Cruz e Peixoto³⁸⁴ demonstram os caracteres histórico, cultural, social e lingüístico inseridos em conflitos que demonstram relações de poder e de interesses dentro da composição do periódico.

O jornal e a revista e outros veículos impressos não nasceram prontos. A própria configuração do que hoje entendemos como um jornal, ou uma revista, um gibi, uma revista semanal noticiosa, um jornal da imprensa sindical são elas mesmas produto da experimentação e da criação social e histórica. Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o fazer imprensa a cada momento histórico.³⁸⁵

A revista teve seus primórdios na Grã-Bretanha, com as revistas *Edinburgh Review* (1802), *Quarterly Review* (1809), *Blackwood’s Magazine*. Porém, estas publicações “são marcos sinalizadores tão só do surgimento impresso ‘revista’, pois as primeiras edições periódicas estavam configuradas na forma de jornal.”³⁸⁶ Na Itália, o precursor foi o *Giornale de Letterati*, com diversos textos literários, de 1668 a 1881.

No Brasil, o primeiro periódico a circular, oficialmente, foi a Gazeta do Rio de Janeiro de 1808, com a instalação da Imprensa Regente sob o regime de Dom João VI. No entanto, Hipólito da Costa, três meses antes, criou o *Correio Braziliense* como forma de propagar, no

³⁸⁰MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Edusp, 2001.

³⁸¹*Ibidem*, p. 38.

³⁸²Corresponde a uma publicação periódica semanal.

³⁸³MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Edusp, 2001.

³⁸⁴CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre a história da imprensa”. In: *Revista do Programa de Estudo Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p.253-270.

³⁸⁵CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre a história da imprensa”. In: *Revista do Programa de Estudo Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p.259.

³⁸⁶MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 38.

Brasil, as ideias que circulavam na Europa. Existe uma controvérsia, pois para alguns, ele seria o fundador da imprensa brasileira.

Ademais, a revista é aberta, pelo fato de possuir o privilégio de continuar a transformação a cada número, podendo haver rotatividade de temas, autores e debates. Diferentemente do livro, a revista “faz” e se “refaz” ao longo de sua existência. Portanto, existem grupos de intelectuais adeptos de ideários semelhantes, no qual estabelecem alianças e, por outro lado, temos intelectuais que se tornam adversários, travam “batalhas” fomentadas, sobretudo na revista.

3.2 – Composição da revista

Buscamos compreender o papel que as revistas desempenharam como construtoras de uma cultura original, influenciadora de uma nova sociedade. Segundo Darnton³⁸⁷, tudo o que está ao redor da elaboração da revista, ou seja, a relação autor/editor, até o leitor que “encerra o circuito, porque ele influencia o autor, tanto antes quanto depois do ato de composição”³⁸⁸. Durante o circuito, encontram-se os fornecedores, gráficos, distribuidores e livreiros.

Procuramos manter um diálogo com Gramsci, pois este faz uma proposta para a organização da revista, e com Darnton³⁸⁹, este propõe estudar e aprofundar seu cíclico. Na obra *Cadernos do Cárcere*³⁹⁰, Gramsci elabora um projeto de estudos com os mais variados temas e dentre eles busca pesquisar os “tipos de revistas”, compreendendo-as como de natureza teórica, crítico-histórico-bibliográfico e de cultura geral.

Darnton³⁹¹ realiza questionamentos e alvitra pesquisas posteriores que merecem atenção. Cruz e Peixoto³⁹² indicam estudos realizados. Primeiro, elencamos como Darnton³⁹³ entende, o ciclo da revista e, concomitantemente, como Cruz e Peixoto³⁹⁴ a compreendem. E também utilizaremos Nicolás González Ruiz³⁹⁵ como uma terceira via de compreensão deste estudo.

3.3 – O autor e o editor

Gramsci³⁹⁶ elucida que as revistas teóricas possuem um grau elevado de intelectualidade e homogeneidade intelectual. O autor elenca diversas atribuições à redação e seus editores, como forma de organização, e até mesmo elementos novos, capazes de contribuir com suas atribuições.

A primeira delas é que a redação “deve ter estatuto escrito, o qual, quando coubesse, impediria as improvisações, os conflitos e as contradições (por exemplo: o conteúdo de cada número deve ser aprovado pela maioria da redação, antes de ser publicado)”³⁹⁷.

³⁸⁷DARNTON, Robert. *O beijo da Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³⁸⁸DARNTON, Robert. *O beijo da Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.112.

³⁸⁹DARNTON, Robert. *O beijo da Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³⁹⁰GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

³⁹¹DARNTON, *Op. Cit.*, 1990.

³⁹²CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre a história da imprensa”. In: *Revista do Programa de Estudo Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p.253-270.

³⁹³DARNTON, *Op. Cit.*, 1990.

³⁹⁴CRUZ; PEIXOTO, *Op. Cit.*, 2007.

³⁹⁵RUIZ, Nicolás Gonzáles. *El periodismo: Teoría e Práctica*. Barcelona: Noguera, 1953.

³⁹⁶GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

³⁹⁷*Ibidem*, p. 201.

Para Ruiz³⁹⁸, o editor é mais que um informador, pois se caracteriza por “rapidez de concepção e realização”, a fim de ser “objetivo, realista e certo”. O editor trata-se de uma das peças fundamentais do periódico, isto porque o editorialista pode ser nomeado como “filósofo da atualidade”, pois é capaz de captar “a origem e a finalidade última”³⁹⁹ da notícia. Desta forma, Ruiz considera o editor capaz de captar as nuances que configuram o fazer, o elaborar e o construir o periódico, além de estar atento aos acontecimentos da sociedade podendo influir na construção do periódico. Assim, o realismo e a objetividade levam o editor a se portar de maneira pragmática na construção do periódico para que as informações, as notícias e artigos estejam em conformidade com a realidade e suscitem no leitor uma concepção própria de mundo.

A segunda atribuição da redação é informar-se dos “erros mais difundidos, para informar as próprias fontes”⁴⁰⁰, com o intuito de corrigir erros de informação e, principalmente, erros de conhecimentos gerais ou de caráter científico. A terceira atribuição é da “abertura de elementos estranhos à redação (jovens e estudantes)”⁴⁰¹, com o objetivo das redações serem verdadeiras escolas político-jornalísticas, como forma de resolver o problema da escola profissional, contando com a contribuição de “especialistas alheios ao jornal e que saibam compreender suas necessidades”⁴⁰².

No que concerne ao público leitor, Gramsci propõe a necessidade de serem compreendidos a partir de dois pontos de vista.

1) como elementos ideológicos "transformáveis" filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos "econômicos", capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação.⁴⁰³

Quando o leitor está aberto à leitura de um periódico, ele se expõe a um ideário que o levará a uma transformação de postura diante do mundo. Nesse sentido, Cruz e Peixoto⁴⁰⁴ percebem quão os “leitores são mobilizados e se mobilizam pela leitura do periódico enquanto um campo de força”. Já o aspecto econômico, nos mostra quem pode consumir o periódico e desta forma, fornece vestígios do tipo de leitor, nos quais se configuram suas “marcas da presença de interesses, valores e perspectivas desses grupos”⁴⁰⁵. No entanto, Darnton⁴⁰⁶ nos mostra a existência de uma preocupação em detectar o tipo de leitor e a dificuldade em situá-lo em seu contexto social e histórico.

Como os leitores entendem os sinais na página impressa? [...] O historiador do livro pode empregar suas noções de ‘públicos fictícios’, ‘leitores implícitos’ e ‘comunidades interpretativas’. Mas ele também pode achar que suas considerações são um pouco estáticas no tempo. Embora os críticos saibam percorrer a história literária (e são muito fortes no século XVII inglês) eles parecem presumir que os textos sempre afetaram a sensibilidade

³⁹⁸RUIZ, Nicolás Gonzáles. *El periodismo: Teoría e Práctica*. Barcelona: Noguer, 1953.

³⁹⁹*Ibidem*, p.190.

⁴⁰⁰GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.203.

⁴⁰¹GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.213.

⁴⁰²*Idem*.

⁴⁰³GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 163.

⁴⁰⁴CRUZ; PEIXOTO, *Op. Cit.*, 2007.

⁴⁰⁵*Ibidem*, p. 263-264.

⁴⁰⁶DARNTON, *Op. Cit.*, 1990.

dos leitores de uma mesma maneira. Mas um habitante seiscentista de Londres vivia num universo mental diferente do de um professor americano do século XX. A própria leitura se transformou ao longo do tempo. Ela era freqüentemente feita em grupo e em voz alta, ou em segredo e com uma intensidade que hoje talvez nem consigamos imaginar.⁴⁰⁷

As “marcas” na composição editorial feitas pelos leitores possuem um movimento contínuo, estabelecendo um “diálogo constante como universo social e o campo de forças constituído pelo público leitor”.⁴⁰⁸ Deste modo, existe uma reciprocidade em alguns momentos e aparece de maneira paradoxal, em que na imprensa, de forma específica a revista, “busca conformar e, em aparente contradição, perscrutar interesses e perspectivas do público leitor”.⁴⁰⁹ Portanto, o exame minucioso de quem é o leitor compõe um elemento precioso na configuração do periódico, posto que ele “incide sobre seu projeto editorial”⁴¹⁰.

A incidência deste público leitor ocorre constantemente, sob formas de “pressão” e isto, talvez, devido ao fato de Rothen⁴¹¹ intitular de “leitor imaginário”, ou seja, aquele a quem o diretor ou o escritor pretende atingir; e o leitor explícito é o que vai ler a obra de fato. Este último, segundo Rothen⁴¹², nos ajuda a compreender a influência de uma obra em um determinado contexto social.

O estudo do leitor explícito pode ser feito tanto no sentido obra impressa/leitor ou no sentido oposto. O estudo do sentido da obra impressa/leitor busca a influência da obra sobre o meio social. Os estudos do sentido leitor/obra impressa são estudos que pretendem identificar quais obras têm importância na construção de uma determinada visão de mundo para um grupo social específico.⁴¹³

A distinção feita acima é fundamental para identificarmos na *Revista Eclesiástica Brasileira* a relação dos editores/autores, isto é, dos franciscanos responsáveis pela Editora Vozes com os intelectuais (escritores/autores) e estes com seus leitores.

Avaliar o público leitor implica estudar a comercialização do periódico. Porém, numa investigação apressada, pode-se incorrer no seguinte risco: os periódicos de grande circulação, com a venda de vários números, demonstram uma forte comercialização, sejam qualitativamente superiores. Um periódico com uma distribuição menor pode indicar um público restrito, devido a sua especialização.

3.4 – Funções Administrativas

Em relação aos diretores, esse grupo “é o que mantém a disciplina na redação, assume as responsabilidades que afetam o periódico (jornal) em seu aspecto político e legal, e se preocupa em aumentar a tiragem”⁴¹⁴. A identificação do diretor com o grupo social mencionado anteriormente assemelha-se ao agente que, “identificado com as ideias do partido, decide a orientação do periódico”.⁴¹⁵

⁴⁰⁷DARNTON, *Op. Cit.*, p. 127.

⁴⁰⁸CRUZ; PEIXOTO, *Op. Cit.*, p. 264.

⁴⁰⁹*Idem.*

⁴¹⁰*Idem.*

⁴¹¹ROTHEN, José Carlos. *Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação*. Tese (Doutorado em Educação). Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

⁴¹²*Ibidem.*

⁴¹³ROTHEN, *Op. Cit.*, p.108.

⁴¹⁴RUIZ, *Op. Cit.*, p.200.

⁴¹⁵*Ibidem*, p. 205.

Entender a função do grupo social ou do partido se faz necessário, pois este só existe quando há objetivos comuns, interesses convergentes, a fim de que haja identificação no interior do grupo, e se consolide a ponto de ser reconhecido pela sociedade.

Segundo Cruz e Peixoto⁴¹⁶, os diretores, proprietários, redatores e colaboradores são tratados de forma conjunta, sem ao menos descrever a função de cada componente. Tal grupo, de acordo com Gramsci⁴¹⁷, precisa de um “ponto de partida” por se tratar de dirigentes de periódico. Este princípio sugerido diz respeito a “um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de certo tipo, de certo nível e, particularmente, com certa orientação geral”⁴¹⁸. Para Cruz e Peixoto⁴¹⁹, a homogeneidade aponta:

Proprietários, diretores, redatores e colaboradores indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto força social que orienta e propõe o projeto político do periódico. Aqui não se trata de uma análise meramente formal que identifica nomes de proprietários e de principais anunciantes, pois entendemos que o processo da constituição de tais grupos enquanto grupos editoriais não é exterior, nem anterior ao movimento de produção do próprio periódico. É no processo de produção da publicação que o grupo se constitui enquanto agente ativo, constituindo ao mesmo tempo aliados e adversários.⁴²⁰

De acordo com Gramsci, os grupos editoriais vistos anteriormente correspondem ao chamado “edifício cultural”, no entanto ele deve ser pautado em “princípios racionais”, ou seja, devem ser funcionais e ter como base premissas para atingir determinados objetivos. Desta forma, o que os redatores e diretores projetaram inicialmente como orientação ao periódico pode ser confirmado durante o percurso ou até mesmo alterado. Isto não expressa a exclusão total das premissas iniciais, mas elas podem continuar presentes de forma contínua, e isto ocorre pelo caráter dinâmico do periódico e das necessidades que possam surgir.

Uma outra atribuição faz com que as redações estejam “ligadas a um movimento de base disciplinado”⁴²¹, isto porque as revistas devem ser a “força motriz e formadora de instituições culturais de tipo associativo de massa, isto é, cujos quadros não estão fechados”⁴²². Aqui se evidencia o aspecto central da redação, dos editores, redatores e, mormente, das revistas orgânicas tanto no trabalho externo quanto interno, a fim de formarem uma esfera cultural. Em outras palavras, uma atividade intelectual, instituindo em seu bojo um círculo cultural próprio, cujas atividades todo organismo diretivo tende a cindir em duas: a cultural-informativa e a deliberativa. De acordo com Gramsci⁴²³, as funções técnicas e administrativas não devem dissociar-se do caráter próprio da revista.

3.5 – Os meios materiais

Os meios materiais abrangem diversos aspectos da revista como a produção, composição e distribuição. Para Gramsci⁴²⁴, a revista compreende a sua composição interna e o seu exterior. Assim, focar na aparência da revista significa torná-la apresentável do ponto de vista estético:

⁴¹⁶CRUZ; PEIXOTO, *Op. Cit.*, 2007.

⁴¹⁷GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

⁴¹⁸*Ibidem*, p.162.

⁴¹⁹CRUZ; PEIXOTO, *Op. Cit.*, 2007.

⁴²⁰CRUZ; PEIXOTO, *Op. Cit.* p. 267

⁴²¹GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.237.

⁴²²*Ibidem*.

⁴²³GRAMSCI, *Op. Cit.*, 1968.

⁴²⁴GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Fatores: páginas, composição das margens, do espaço entre as colunas, largura entre as colunas, densidade das colunas, isto é, o número de letras por linha e do corpo usado em cada letra, do papel e da tinta (beleza dos títulos, nitidez dos caracteres devido ao maior desgaste das matrizes ou das letras manuais, etc.).⁴²⁵

Apesar de Gramsci considerar o aspecto ideológico o mais relevante, pois este irá satisfazer os anseios políticos e intelectuais dos seus leitores, o autor não descarta o fato da credibilidade de um periódico está associada ao cuidado que se deve ter tanto pelo conteúdo intelectual quanto pelo exterior da obra.

3.6 – Editorial

O editorial procura traduzir numa linguagem acessível o que se produz no periódico, com o escopo de introduzir o leitor, especializado ou não, em tal universo. Segundo Carvalho, o “editorial é enquadrado como gênero opinativo”, pois além de conter a subjetividade do editorialista, há uma empresa a qual ele representa. Portanto, o editorial emite uma opinião, uma ideologia e expressa os interesses de um determinado grupo. Assim:

Entendemos como editorial o gênero do discurso jornalístico que expressa a opinião do veículo de comunicação sobre os fatos mais importantes no espaço político-social-econômico com abrangência local, nacional, internacional. Oferece o ponto de vista da instituição e, como consequência, a sua redação é afetada por certo protocolo, em que se emprega uma linguagem impessoal, concisão na apresentação de argumentos que defende, refutação de opiniões opostas e conclusão que enfatiza o ponto de vista da empresa. Normalmente, ocupa um espaço fixo e costuma não ser assinado. Por tratar de temas da atualidade, tem como finalidade influenciar a opinião pública.⁴²⁶

O editorial se destaca com assuntos tratados nos artigos que estão em voga no âmbito eclesial e social. Para Sousa⁴²⁷, o editorial possui uma natureza argumentativa e sugere cinco etapas para a elaboração de um editorial. Apesar de o autor utilizá-las no gênero do jornal, vamos aplicá-las ao estudo da *R.E.B.*:

- a) identificação do ponto de vista defendido pela empresa jornalística;
- b) identificação dos argumentos que sustentam esse ponto de vista;
- c) identificação dos segmentos textuais que não constituam argumentos ou conclusão;
- d) apresentação da ordem na qual as informações foram distribuídas nos editoriais, isto é, apresentação da seqüência em que aparecem as unidades retóricas em todos os exemplares;
- e) apresentação de uma primeira versão do padrão da organização retórica.⁴²⁸

⁴²⁵GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.249.

⁴²⁶CARVALHO, Francisco de Assis. *O gênero editorial e a polêmica do Ensino Religioso*. Dissertação (mestrado em Letras). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p.72.

⁴²⁷SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. “A organização textual argumentativa em editoriais de jornais”. In: *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

⁴²⁸SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. “A organização textual argumentativa em editoriais de jornais”. In: *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.140.

Logo, mesmo o editorial sendo um lugar de opinião, está associado à natureza crítica. Portanto, nesse espaço podemos observar o caráter ideológico de um grupo de intelectuais, as suas concepções da realidade, bem como a releitura da vida política e social, debatidas sequencialmente nas páginas do periódico. Deste modo, enxergamos um embate entre o editor e a própria empresa. Função delicada em se tratando do regime militar no Brasil, período a ser analisado em nossa pesquisa.

Acreditamos que se faz necessário compreender a natureza do editorial para analisarmos o ideário vigente, assim como a percepção social e política do grupo de intelectuais da revista supracitada. Ao estudarmos os editoriais e os redatores, queremos entender as “indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado”⁴²⁹. Portanto queremos identificar no periódico as suas posições políticas e também os sujeitos sociais, tais temas nos remetem a correlação de forças e ao campo das lutas sociais do movimento.

3.7 – O escopo da *R.E.B.*

Procuraremos compreender o posicionamento da *R.E.B.* sobre a questão da terra no Brasil e suas estratégias de intervenção política e social nas temáticas relativas à vida do campo entre 1964-1988. Buscaremos entender a trajetória institucional da *Revista Eclesiástica Brasileira* e os projetos e concepções políticas de Reforma Agrária expressos em tal periódico no período supracitado. Iremos demonstrar como a *R.E.B.* e seus colaboradores se posicionaram frente aos principais acontecimentos políticos da fase por nós analisada e como enfrentaram o intenso debate sobre a questão agrária. Além disso, procuraremos analisar como a *R.E.B.* estabeleceu uma ligação entre intelectuais e o povo, ou seja, de que forma os primeiros aproximam-se da população, como intelectuais orgânicos, no qual veremos mais adiante. É importante ressaltar a possibilidade de um intercâmbio de saberes entre o intelectual e o povo e como a revista cumpriu esse papel.

Acreditamos que o editor Leonardo Boff⁴³⁰, concomitantemente com os demais colaboradores da revista, estabeleceu uma “guerra de posição”⁴³¹, apresentando sua própria

⁴²⁹CRUZ; PEIXOTO, *Op. Cit.*, p. 264.

⁴³⁰Leonardo Genésio Darci Boff nasceu no dia 14 de dezembro de 1938 em Concórdia (SC). Graduiu-se em Teologia no Instituto dos Franciscanos de Petrópolis do Rio de Janeiro. Doutorou-se em Filosofia e Teologia pela Universidade de Munique, na Alemanha, em 1970. Exerceu as atividades de professor de Teologia Sistemática e ecumênica para os Franciscanos, em Petrópolis. Foi professor de ética, Filosofia e Religião na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Realizou conferências em diversos países, na área de Teologia, filosofia, ética, espiritualidade e ecologia. Em 1982, Leonardo Boff publicou o livro “Igreja: Carisma e Poder”, onde explica os princípios da Teologia da Libertação na própria Igreja, procurando mostrar que a libertação não vale só para a sociedade, mas também para a Igreja e suas relações internas. Que é papel da Igreja pregar a libertação na sociedade e se comprometer com os oprimidos para que eles se organizem e busquem sua libertação. Sustenta a tese de que a Igreja Católica Romana pode e deve mudar. Em 1985, como castigo, foi proibido pelo Vaticano a um ano de silêncio. Em 1992, fez parte da comissão da redação da Carta da Terra, uma declaração dos princípios éticos fundamentais para a construção do século XXI. Sofreu nova condenação e renunciou às atividades religiosas. Para maiores informações ver: ANDRADES, Marcelo Ferreira de. *Editora Vozes: 100 anos de História*. Petrópolis: Vozes, 2001. E o site: https://www.ebiografia.com/leonardo_boff/ Acesso em: 27 abr. 2018.

⁴³¹Segundo Gramsci, a “guerra de posição” é preparada minuciosamente pelos Estados e pelas classes sociais em tempo de paz. E corresponde à conquista de posições relevantes para a constituição da hegemonia. Torna-se adequada às sociedades ocidentais nas quais o Estado compreende tanto a sociedade política quanto a sociedade civil; sendo, esta última, a esfera da guerra por hegemonia. Logo, a “guerra de posição” permite, de fato, a realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento. Para uma maior compreensão ler: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 358-360.

organização interna, uma estrutura assinalada por autonomia, possuindo uma relação intrínseca e extrínseca com a obra.

O periódico realizou, no período de 1972 a 1986, momento do Frei Leonardo Boff⁴³² como redator, um intercâmbio entre o povo e os intelectuais, por meio do qual, estes puderam se apropriar de novos conhecimentos populares, culminando em uma “batalha” entre o grupo *R.E.B.*, os intelectuais tradicionalistas e o próprio Estado.

Cruz e Peixoto⁴³³ analisam a *R.E.B.* como um circuito e indicam algumas características pertinentes ao grupo da revista. Trata-se de um grupo estruturado, cujo interior existem relações de interesse convergentes e divergentes, no qual ocorrem estratégias de atores das instituições envolvidos nas guerras de posição em busca de hegemonia⁴³⁴. É nesse campo que o grupo, mediante a obra, terá maior capacidade de mobilização e irá propor o projeto político da revista.

Diante do exposto nesta seção, iremos analisar mais adiante, a partir dos artigos e editoriais, como ocorreu o intercâmbio entre os intelectuais e o povo; como se deu a guerra de posição travada no âmbito da sociedade civil, entre o grupo da *R.E.B.* e o Estado e quando entra o elemento eclesiástico conservador.

3.8 – Editora Vozes e *R.E.B.*: Origem e principais características

Para compreendermos a relevância da *Revista Eclesiástica Brasileira*, realizaremos um breve estudo da Editora Vozes, sobretudo dos atores envolvidos no seu processo de expansão, como uma editora de penetração nos múltiplos campos do saber.

Portanto, elaboramos um percurso histórico da referida editora, sua origem e os mais variados acontecimentos, tanto no campo eclesiástico quanto na sociedade como um todo. Mesmo de maneira concisa, destacamos também os administradores da editora, que se envolveram em soluções, problemas, investimentos e empreendimentos. Em paralelo, abordaremos algumas publicações relevantes para a Vozes. Dentre as quais, ressaltamos a *R.E.B.*, sua origem, seus redatores e suas características ao longo do período estudado. A fim de aprofundarmos nossa análise sob o periódico, utilizamos a bibliometria para “medir” e delinear as peculiaridades presentes em seu interior.

3.8.1 - Origem da “Vozes”

Em 1897, Frei Inácio⁴³⁵ recebeu a doação, dos padres vicentinos⁴³⁶, de uma impressora da marca *Alauzet*, que se encontrava em péssimo estado. Posteriormente, os frades a

⁴³²Ver nota 51.

⁴³³CRUZ; PEIXOTO, *Op. Cit.*, 2007.

⁴³⁴O conceito de hegemonia refere-se à liderança de uma classe social sobre as demais, no qual o sistema de poder assenta-se não só na coerção, mas também no consentimento voluntário da classe dominada. Gramsci desenvolveu tal conceito após analisar a ampla base social que apoiou o Estado burguês após a Revolução Francesa em contraste com o *Risorgimento* italiano que contou com uma fraca base de apoio por parte dos demais setores da população. Desta forma, a classe hegemônica faz concessões à classe dominada pensando em um projeto a longo prazo para se perpetuar no poder. Para uma maior compreensão ver: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 1. edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁴³⁵Estêvão Hintze nasceu no dia 04 de abril de 1876, na cidade de Hultrop, na região da Westfália (Alemanha) e viveu até os 15 anos, quando concluiu os estudos da escola primária e complementar e manifestou a seus pais o desejo de ser missionário franciscano. Aos 19 anos, entrou para o Seminário Franciscano de Harreveld, na Holanda. Em 1896, desembarcou na cidade do Rio de Janeiro com os freis Lulo Mus e Hipólito Zureck. Posteriormente foi para Petrópolis. Posteriormente, Estêvão Hintze partiu para o Convento de São Francisco, em Salvador. Vestiu o hábito franciscano em fevereiro de 1896, recebendo o nome de Frei Inácio. Em 1897, Frei Inácio dirigiu uma pequena encadernação, onde buscava restaurar e conservar livros e cadernos antigos. Neste

restauraram e utilizaram em seguida, para impressão de livros aos alunos da Escola Gratuita de São José

Dez anos depois, Frei Inácio criou uma revista católica de cultura. O nome “Vozes de Petrópolis” foi inspirado no jornal alemão *Stimmenn der Zeit* (Vozes do Tempo), do qual Frei Ambrósio⁴³⁷ era assinante e leitor assíduo. A presente revista tornou-se um marco, pois não abordava somente assuntos religiosos, mas tratava diversos aspectos da cultura. O nome “Editora Vozes” foi cunhado no ano de 1911, tomando emprestado uma parte do nome do periódico.

A Editora Vozes desenvolveu-se com a publicação dos mais variados livros e revistas, entretanto dificuldades não faltavam, mormente, durante a Primeira Guerra Mundial, em que alguns franciscanos fizeram apologia aos alemães e isto gerou protestos por parte dos assinantes. Além disso, tal episódio foi comentado na imprensa em diversas regiões do país, e isto gerou a suspensão temporária das publicações da editora no ano de 1917.

A despeito dos problemas enfrentados, a “Vozes” continuou a crescer e em 1923 possuía um catálogo expressivo com 244 títulos, no qual compreendia: devocionários, vida de Santos, bibliografias, livros de religião, uma biblioteca universal que contava com 25 volumes, sobre variados temas, como história, ciência, sociedade, dentre outros.⁴³⁸

Em 1927, ocorreu uma expansão para a editora, com a aquisição de novas máquinas, a inovação na propaganda de seus produtos e nas divulgações. Assim, lançou-se a publicação do jornal o *Arauto*, com uma tiragem de 50.000 exemplares, muito expressivo para a época. Possuía como público alvo os religiosos e nele havia resenhas de livros, artigos e propagandas do que era publicado pela editora.

Segundo Andrades⁴³⁹, a grande iniciativa de divulgação foi o “código de serviço telegraphico”⁴⁴⁰, porque favorecia a agilidade nos pedidos feitos pelos leitores. Criaram-se códigos para saber o título da obra e a quantidade de exemplares.

3.8.2 - Frei Cândido e Frei Inácio (1935-1941)

De acordo com Andrades⁴⁴¹, na administração de Frei Cândido⁴⁴² e Frei Inácio ocorreu um crescimento visível da empresa, quando se verificou “um crescimento de 151% de 1932 a 1935 e de 310% de 1932 a 1940”⁴⁴³.

mesmo ano, Frei Inácio voltou a Petrópolis para assumir a função de professor da recém-inaugurada Escola Gratuita São José. E foi ordenado sacerdote em 1903. Já em 1907, Frei Inácio criou uma revista católica de cultura: a *Vozes de Petrópolis*. Para uma maior compreensão consultar: ANDRADES, Marcelo Ferreira de. *Editora Vozes: 100 anos de História*. Petrópolis: Vozes, 2001.

⁴³⁶Congregação religiosa, fundada em Paris, em 1625, por São Vicente de Paulo.

⁴³⁷Frei Ambrósio Johanning nasceu no ano de 1878, em Wildeshausen, na Alemanha. Estudou nos seminários de Harrveld e Bleyerheide e com 16 anos de idade, veio como missionário para o Brasil. aqui continuou seus estudos nos seminários de Olinda, Blumenau e Petrópolis, onde foi ordenado sacerdote em 1901. Em seguida, assumiu o cargo de Reitor da Escola Gratuita São José. Em 1904, foi nomeado guardião do convento de Petrópolis e, conseqüentemente, responsável pela tipografia (a futura Editora Vozes), que funcionava no porão do convento, pela Escola Gratuita São José e pelo Instituto Teológico Franciscano. Permaneceu como guardião do convento de Petrópolis até 1911, quando foi transferido para Santa Catarina. Ver: ANDRADES, Marcelo Ferreira de. *Editora Vozes: 100 anos de História*. Petrópolis: Vozes, 2001.

⁴³⁸Para uma maior compreensão ler: ANDRADES, Marcelo Ferreira de. *Editora Vozes: 100 anos de História*. Petrópolis: Vozes, 2001.

⁴³⁹ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001.

⁴⁴⁰ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001, p. 59.

⁴⁴¹ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001.

⁴⁴²João Schutstal nasceu em Lonneker, na Holanda, em 28 de maio de 1878. Após os estudos básicos, mudou-se para Dusseldorf, na Alemanha, onde cursou Belas Artes, especializando-se como pintor. Em 1902, tornou-se franciscano, entrando para a Ordem Terceira Regular. No ano seguinte veio para o Brasil como missionário. Residiu em Quissamã (RJ), Paranaguá (PR) e Blumenau (SC), sempre trabalhando como pintor e exercendo

Nesta gestão, com o intuito de melhorar e facilitar a administração da empresa, a “Vozes de Petrópolis” transformou-se em “sociedade por cotas de responsabilidade limitada”. Deste modo, “a razão social da empresa ficou então convencionada, desde 1939, como *Editora Vozes Ltda*”.⁴⁴⁴

Em 1939 foi criada a revista *COR*, precursora da *R.E.B.* O *COR* da revista refere-se ao Sagrado Coração de Jesus e na capa de cada periódico havia estampado um coração, com o subtítulo Revista Eclesiástica Brasileira (REB). A partir de 1941, permaneceu somente Revista Eclesiástica Brasileira, como veremos mais adiante. Foi também inaugurada uma filial a pedido do Cardeal Dom Sebastião Leme⁴⁴⁵, a primeira filial na cidade do Rio de Janeiro.

3.8.3 - Frei Tomás Borgmeier (1941-1952)

Uma das primeiras realizações de Borgmeier⁴⁴⁶ foi a fundação da *Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.)* em 1941, em substituição à revista *COR*, fundada por ele mesmo dois anos

outras funções, como porteiro e sacristão. Fez o noviciado em Rodeio (SC) recebendo o nome de Frei Cândido. Foi transferido para Petrópolis com a missão de fazer a escrita contábil e conduzir os negócios da administração da *Vozes de Petrópolis*. Colaborou com a *Vozes* por mais de 40 anos. Ver: ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001.

⁴⁴³ANDRADES, *Op. Cit.*, p. 66.

⁴⁴⁴*Ibidem*, p. 68.

⁴⁴⁵Sebastião Leme de Oliveira Cintra nasceu no município de Espírito Santo do Pinhal, atual Pinhal (SP), em 1882. Clérigo católico ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo, em 1894. Tendo se destacado em seus estudos, foi enviado para Roma em 1896, onde estudou filosofia na Universidade Gregoriana. De volta ao Brasil em 1904, passou a exercer o sacerdócio em São Paulo. Em 1910, foi convidado pelo cardeal Joaquim Arcoverde para assumir o cargo de bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916, assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco. Nessa época, desenvolveu um ativo trabalho de evangelização e passou a exigir do governo da República um tratamento especial para o catolicismo, que segundo ele não tinha reconhecida a sua posição de religião da maioria dos brasileiros. Em 1921, voltou ao Rio de Janeiro, agora como arcebispo coadjutor. Em 1922, apoiou Jackson de Figueiredo na criação do Centro Dom Vital, órgão voltado para o estudo e difusão do catolicismo. Sempre em busca de uma participação maior dos católicos na vida do país, fundou, ainda em 1922, a Confederação Católica, com o objetivo de melhor coordenar a ação dos leigos e das associações católicas. Procurado por familiares de militares envolvidos no levante tenentista daquele ano, sugeriu ao governo que anistiasse os revoltosos, mas não teve o seu pedido atendido. Em 1925, junto com Jackson de Figueiredo, buscou introduzir duas modificações na Constituição: a instituição da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas e o reconhecimento oficial do catolicismo como religião da maioria dos brasileiros. Ambas as propostas foram, contudo, rejeitadas. Em julho de 1930, foi elevado a cardeal pelo Papa Pio XI e, após a morte do cardeal Arcoverde, assumiu a arquidiocese do Rio de Janeiro.

Em 1933, com o início do processo de reconstitucionalização do país, organizou e dirigiu a Liga Eleitoral Católica (LEC), associação civil de âmbito nacional, cujo objetivo era apoiar candidatos de diversos partidos, que concordassem com seu programa, nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, marcadas para aquele ano. Dessa maneira, a LEC evitou constituir-se ela própria em um partido, bem como vincular-se prioritariamente a qualquer um deles, como pretendeu os líderes da Ação Integralista Brasileira (AIB). Dom Leme moveu intensa campanha contra o trabalho do pedagogo Anísio Teixeira à frente da Secretaria de Educação do Distrito Federal, durante o governo de Pedro Ernesto Batista. Alinhado ao Movimento da Escola Nova, Anísio defendia um ensino público gratuito e laico, o que se chocava frontalmente com o projeto educacional da Igreja. Com a instalação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, dom Sebastião Leme procurou evitar manifestações do clero que pusessem em risco as relações entre Estado e Igreja. Em 1942, solidarizou-se com Vargas quando do rompimento diplomático do Brasil com as potências do Eixo. Defensor da criação de uma universidade católica teve seu projeto concretizado no início da década de 40, quando foi criada no Rio de Janeiro a Pontifícia Universidade Católica (PUC). Para uma maior compreensão consultar o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, no seguinte sítio eletrônico: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/sebastiao_leme>

Acesso em: 27 abr. 2018.

⁴⁴⁶Frei Tomás nasceu na cidade Vestfaliana de Bielefeld, Alemanha, em 31 de outubro de 1892. Seu pai, que era ferreiro, deve ter falecido bastante cedo, chamava-se Hermann; sua mãe, D. Sophia Juennemann. No batismo recebeu o nome de Heinrich Fritz Hermann. Ele resolveu deixar o ginásio, vir para o Brasil e fazer-se

antes. Além disso, Andrades⁴⁴⁷ ressalta a preocupação de Frei Tomás concernente à qualidade e à relevância dos livros publicados pela editora, adotando critérios semelhantes aos utilizados pelo meio científico para a avaliação de obras sugeridas para publicação.

Ampliando ainda mais a editoração, lançou-se a revista *Música Sacra*, no ano de 1941, caracterizada basicamente por canções litúrgicas. Em 1947, o frei supracitado criou o periódico *Sponsa Christi*, que alterou o nome para *Grande Sinal*, em 1968; trata-se de uma revista sobre espiritualidade.

Em 1942, foi aberta a terceira loja, desta vez localizada em São Paulo. Podemos dizer que os frades colaboravam com Frei Tomás na administração da empresa. Deste modo, o Gerente geral era Frei Frederico Vier⁴⁴⁸ e o subgerente era Frei Cândido Schutstal, com formação na área de Ciências Contábeis. Em 1943, Frei Tomás Borgmeier assumiu a redação da revista “Vozes”.

Para termos uma ideia da venda e produção, na administração de Frei Tomás, no ano de 1943, “incluindo todos os livros impressos, (157 edições), a *Folhinha*⁴⁴⁹ e as revistas, a *Vozes* imprimiu, em 1943, 1.284.954 exemplares”⁴⁵⁰. Em 1945, “a *Vozes* produziu 1.354.921 exemplares de livros e mais a *Folhinha*, 198.000”⁴⁵¹. No ano de 1950, ocorreu um grande aumento na editora “Vozes”:

Neste ano, a *Vozes* ultrapassou a marca de dois milhões de livros produzidos. Foram 370.000 folhinhas (e ainda mais de 30.000 pedidos não puderam ser atendidos), 631.808 livros de catecismo, 855.866 livros diversos e 265.396 exemplares de revistas e jornais. O escoamento da produção continuou sendo feito basicamente pelo Correio, sendo despachados, neste

franciscano. Sua chegada ao Brasil ocorreu em 1910. A recomendação do vigário, que foi enviada pelo correio, menciona seu grande interesse nas aulas de religião e sua participação nos retiros espirituais organizados para os ginásianos nos anos anteriores. Em 1917, ainda clérigo, Frei Tomás começou sua atividade publicitária. Durante 10 anos foi colaborador assíduo da revista “Vozes de Petrópolis”, publicando uns 40 artigos sobre física, biologia, vultos de naturalistas, cientistas, músicos e também sobre formigas. Estes ensaios dão prova do gênio polímorfo de Frei Tomás, que por meio desta atividade, logrou para si uma formação igual à universitária. Embora autodidata, alcançou uma cultura científica bem ampla, equilibrada e profunda. Com o Capítulo Provincial de 1941, Frei Tomás foi eleito Definidor Provincial, e na redistribuição subsequente dos cargos, foi nomeado Diretor da Editora Vozes. Para atender a um pedido do Cardeal Leme, na fundação de uma revista para o clero a ser lançada pela Vozes, Frei Tomás aceitou o compromisso, demitindo-se do serviço público e renunciou ao direito de aposentadoria. A REB – “Revista Eclesiástica Brasileira”, talvez sua contribuição máxima para a Igreja do Brasil, saiu ainda no mesmo ano, aparecendo regularmente até os dias de hoje, conservando basicamente as mesmas feições que lhe imprimiu o fundador. Com esta revista, Frei Tomás criou um precioso instrumento de formação e de apoio para o clero do Brasil, e com ela estimulou a atividade publicitária do mesmo, sobretudo dos nossos próprios professores de teologia. Frei Tomás foi o idealizador, fundador e redator assíduo da REB durante os primeiros doze anos de sua existência. Para maiores informações consultar: ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001. E o site dos Franciscanos: <http://franciscanos.org.br/?page_id=942> Acesso em: 27 abr. 2018.

⁴⁴⁷ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001.

⁴⁴⁸José Leopoldo Vier nasceu em Bom Princípio (RS), no dia 17 de julho de 1908. Aos 14 anos entrou para o seminário franciscano de Blumenau (SC), onde foi escolhido com dois colegas para estudar seminário de Vlodrop, na Holanda. Ao retornar da Europa, fez o noviciado em Rodeio (SC), onde recebeu o nome de Frei Frederico. cursou Filosofia em Curitiba (PR) e Teologia em Petrópolis (RJ), quando lecionou na Escola Gratuita São José e auxiliou na revisão de livros na Editora Vozes. Foi ordenado sacerdote em 1934 e permaneceu na editora até 1973, trabalhando como gerente, redator, revisor e censor.

Frei Frederico participou do Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, como secretário. Foi um dos maiores colaboradores de Frei Boaventura Kloppenburg na divulgação do Concílio, tendo organizado o Compêndio do Vaticano II. Foi organizador do Diretório Litúrgico anual da CNBB e também da coleção Documentos Pontifícios. Ver: ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001.

⁴⁴⁹Folhinha do sagrado Coração de Jesus.

⁴⁵⁰ANDRADES, *Op. Cit.*, p. 92.

⁴⁵¹*Ibidem*, p. 94.

ano, 53.615 pacotes. Para as filiais do rio de janeiro e São Paulo foram despachadas 57.915 caixas de madeira pelas transportadoras Comissário Hugo e Expresso Ring.⁴⁵²

O crescimento e a rentabilidade da editora refletiram na vida dos funcionários, que passaram a ter direito a uma espécie de “14^a salário” como gratificação. Já em 1951, celebrou-se o Jubileu de Ouro da Vozes, e teve como homenagens a Bênção Apostólica do Papa Pio XII e um livro intitulado “O Cinquentenário da Editora Vozes”⁴⁵³.

3.8.4 - Frei Ludovico Gomes de Castro (1953-1956)

No período de Frei Ludovico⁴⁵⁴, o grande diferencial foi o aumento da produção editorial. No ano de 1953, “a produção total da Vozes foi de 2.515.988 publicações. O *best seller* continuou sendo a *Folhinha*, com 461.000 unidades impressas e mais 100.000 encomendas que não puderam ser atendidas”⁴⁵⁵.

Nesta época trabalhavam na editora 100 funcionários, quando houve um grande investimento em máquinas para a oficina. Isto gerou um aumento inexaurível na produção editorial, sendo assim, a revista *Voz de Santo Antônio* aproximou-se dos 20.000 exemplares e a *R.E.B.*, atingiu a expressiva venda de 4.141 exemplares – mesmo sendo voltada para um público específico.⁴⁵⁶

3.8.5 - Frei Aurélio Stulzer (1956-1961)

Nesta gestão foi criado um conselho editorial e gestor, a fim de democratizar as decisões da “Vozes”. Segundo Andrades⁴⁵⁷, em administrações anteriores havia o conselho, mas foi a partir do comando de Frei Aurélio que encontraram atas, momento pelo qual o grupo se tornou mais coeso.

Desta forma, o Conselho Editorial publicou obras com temáticas político-sociais, infantis e também sobre a *Rerum Novarum*⁴⁵⁸. Houve ainda a participação da editora no Primeiro Curso de Jornalismo para Religiosos, promovido pela Conferência dos Religiosos do Brasil e pela PUC-RJ, demonstrando uma maior profissionalização na área.

⁴⁵²*Ibidem*, p. 96.

⁴⁵³O livro buscou retratar os mais variados setores da gráfica, da editora, assim como suas filiais no Rio de Janeiro e em São Paulo.

⁴⁵⁴Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1909. Iniciou seus estudos no Colégio Werneck, em Petrópolis. Em 1920, foi terminá-los no seminário franciscano em Blumenau (SC). Fez o noviciado em Rodeio (SC), em 1927, onde recebeu o nome Frei Ludovico. Foi ordenado em Petrópolis, em 1932. Em 1934, foi para a Alemanha cursar o doutorado em Teologia Dogmática na Universidade de Friburgo. Posteriormente, ao retornar para o Brasil, Frei Ludovico foi nomeado reitor do Seminário Rio Negro (PR), em 1939. Na década de 1940, atuou como Ministro – Provincial. Em 1962 foi nomeado diretor geral da editora Vozes, função que exerceu até 1986. Sua gestão na Vozes foi caracterizada por uma maior abertura aos profissionais leigos no processo de decisão da empresa; pelo investimento na publicação de livros leigos e religiosos, marcados pela pluralidade; pela expansão da rede de comercialização e do parque gráfico. Ver: ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001.

⁴⁵⁵ANDRADES, *Op. Cit.*, p. 105.

⁴⁵⁶ANDRADES, *Op. Cit.*, p. 106.

⁴⁵⁷ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001.

⁴⁵⁸Encíclica *Rerum Novarum*. Disponível em: www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerumnovarum_po.html Acesso em: 27 jan. 2014.

3.8.6 - Frei Ludovico Gomes de Castro (1962-1986)

O regresso de Frei Ludovico a Editora Vozes caracterizou-se como uma gestão inovadora e corajosa, frente aos desafios internos e externos ao meio eclesialístico.

Sua gestão marcou a história da Editora Vozes em vários sentidos: pela sua relação com os funcionários; pela formação de um competente grupo de assessores; pelo investimento em um editorial cultural e religioso caracterizados pela ousadia e a pluralidade; pela expansão do parque gráfico e da rede de filiais da Editora; e por sua postura firme na defesa das opções da Editora frente às dificuldades enfrentadas com setores conservadores da Igreja e a repressão do governo militar.⁴⁵⁹

Em relação ao grupo de assessores, Frei Ludovico preocupou-se em montar uma competente equipe. Ao mesmo tempo buscou orientação no mercado editorial e no mundo acadêmico, deixando aos frades apenas as tarefas ligadas ao editorial religioso. Trouxe para os cargos-chave da administração da Editora profissionais experientes com os quais podia contar para os desafios que previa enfrentar.

O grande marco foi a entrada de uma mulher na editora, Rose Marie Muraro⁴⁶⁰, como produtora cultural e que havia trabalhado com o Pe. Hélder Câmara⁴⁶¹ na CNBB. Além disso, a mulher em questão era uma feminista, que publicava livros progressistas dentro da editora de uma instituição conservadora e tradicional. De acordo com Lowy⁴⁶², a “Vozes” tornou-se uma editora católica progressista, quando desempenhava o papel de transmissora de um conhecimento refinado intelectualmente e diversificado.

Frei Ludovico e seus assessores, como Rose Marie, elevaram a “Vozes” à categoria de uma das maiores e melhores editoras culturais do país. Segundo Andrade⁴⁶³ durante a Semana do Livro em 1971, recebeu da Câmara Brasileira do Livro, o título de *Editora do Ano*, pela destacada atividade desenvolvida no presente ano, no setor a que se dedica.

No campo editorial, a “Vozes” tornar-se-ia uma grande potência com publicações nas áreas de Filosofia, Antropologia, História, Linguística e Economia. Intelectuais brasileiros como Otavio Ianni, Luis Carlos Bresser Pereira, Florestan Fernandes, Leonardo Boff, Rubem Alves, entre outros, publicaram pela editora, que crescia e ganhava crédito no âmbito intelectual.

⁴⁵⁹*Ibidem*, p. 126.

⁴⁶⁰Nasceu em 1930 no Rio de Janeiro quase cega. Foi uma escritora e feminista brasileira. Autora de mais de 40 livros e também atuou como editora em 1600 títulos, quando foi diretora da Editora Vozes. Publicou livros polêmicos e inovadores dos valores sociais modernos. Nos anos 70, foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil. Na década de 80, quando a Igreja adotou uma postura mais conservadora, passou a ser perseguida pelos seus ideais. A atuação intensa no mercado editorial foi fruto de sua mente libertária, cuja visão crítica da sociedade pode ser comparada a de muito poucos intelectuais da contemporaneidade. Para maiores informações, ler: ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001.

⁴⁶¹Hélder Pessoa Câmara nasceu no dia 7 de fevereiro de 1909 em Fortaleza (CE). Ordenou-se padre em 1931 e no mesmo ano organizou a Juventude Operária Cristã.

Em 1947 o padre Hélder organizou o secretariado nacional da Ação Católica Brasileira (ACB). Este movimento tinha por objetivo integrar leigos e a Igreja, e fora implantado no Brasil em 1935 pelo Cardeal Leme. Nomeado primeiro assistente-geral da ACB, cargo que ocuparia até 1962, a partir de 1949, o padre Hélder dirigiu a *Revista Catequética*, colaborando também com as revistas *Ação Católica*; *Assistente Eclesialístico* e *Revista Eclesialística Brasileira*. Em 1952, padre Hélder foi eleito bispo-auxiliar no Rio de Janeiro. No mesmo ano foi eleito secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 31 jul. 2014.

⁴⁶²LOWY, *Op. Cit.*, 2000.

⁴⁶³ANDRADES, *Op. Cit.*, 2000.

Com a influência desses intelectuais, a Editora Vozes passou a traduzir e publicar obras de Claude Lévi-Strauss, Michel Foucault, Peter Berger, Immanuel Kant e Tzvetan Todorov.

Logo, o fato da editora divulgar obras de intelectuais brasileiros e estrangeiros demonstra a importância atribuída a propagação do conhecimento. Assim, na gestão de Frei Ludovico, a “Vozes” não se fechou ao campo religioso, mas teve a abertura necessária para que a editora se tornasse uma das mais respeitáveis e expressivas no país. Entretanto, o fato da editora publicar livros diversificados gerou um desconforto e reprovação de algumas pessoas.

Além da condenação dos setores conservadores da instituição católica com relação às publicações, existia também a repulsa de algumas pessoas envolvidas nesse processo de modificação e renovação da editora. Assim, a heterogeneidade de ideias e pessoas do mesmo “gueto” causaram rejeição, sobretudo, pela presença feminina em um ambiente extremamente masculino.

Para Andrades⁴⁶⁴, Frei Ludovico era respeitado e foi coerente com sua proposta de transformações no interior da editora, apesar das contrariedades geradas pela sua administração. Para termos uma noção, iremos analisar um breve percurso de publicações.

Algumas obras merecem ser destacadas, como as que abordavam o universo feminino: “A mulher na construção do futuro”⁴⁶⁵, “A mulher na construção do mundo futuro”⁴⁶⁶; “A automação e o futuro do homem”⁴⁶⁷, de Rose Marie Muraro. Livros que tratavam fundamentalmente da relação de opressão dos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos. Essa exploração ocorre nos âmbitos político, econômico, cultural e social. De forma análoga, a autora trata da opressão masculina sobre a mulher e introduz uma espécie de “movimento feminista” no Brasil. Essa elaboração intelectual efetuada por Muraro aparece na valorização da mulher frente ao homem e também na superação da submissão feminina.

É importante ressaltar que a editora abordou temáticas consideradas tabu dentro da Igreja Católica, como a sexualidade. Podemos exemplificar com o livro intitulado “Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil”⁴⁶⁸ fruto de uma pesquisa de campo coordenada por Rose Marie Muraro.

Além disso, foi publicado pela editora o livro “Mística feminina”⁴⁶⁹, de Betty Friedan, “Mulher: Objeto de cama e mesa”⁴⁷⁰, de Heloneida Studart e “Conversando sobre sexo”⁴⁷¹, de Marta Suplicy. Este último foi um marco na “Vozes”, por abordar temas como virgindade, fecundação, homossexualidade e masturbação e demonstrar maturidade e compromisso da editora com todas as realidades humanas.

O catálogo era diversificado, possuindo livros acadêmicos e religiosos. A obra “O acaso e a necessidade”⁴⁷², escrita pelo biólogo Jacques Monod, cujo tema central era filosofia natural da biologia moderna, foi de enorme aceitação dentro do meio universitário, entretanto foi rejeitada por alguns membros eclesiásticos, uma vez que o autor defendia a teoria da vida ser fruto do acaso, contrariando assim o ideário criacionista.

⁴⁶⁴ ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001.

⁴⁶⁵ MURARO, Rose Marie. *A mulher na construção do futuro*. Rio de Janeiro: Zit Editora, 2007.

⁴⁶⁶ MURARO, Rose Marie. *A mulher na construção do mundo futuro*. Petrópolis: Vozes, 1966.

⁴⁶⁷ MURARO, Rose Marie. *A automação e o futuro do homem*. Petrópolis: Vozes, 1969.

⁴⁶⁸ O livro é consequência de entrevistas realizadas com a elite carioca, que servia de modelo para as telenovelas brasileiras. Ver: MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

⁴⁶⁹ FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

⁴⁷⁰ STUDART, Heloneida. *Mulher: Objeto de cama e mesa*. Petrópolis: Vozes, 1975.

⁴⁷¹ SUPPLICY, Marta. *Conversando sobre sexo*. Petrópolis: Vozes, 1983.

⁴⁷² MONOD, Jacques. *O acaso e a necessidade*. Petrópolis: Vozes, 1971.

A editora também publicou livros de Leonardo Boff. Em 1972, “Jesus Cristo Libertador”⁴⁷³ e dez anos depois, “Igreja, Carisma e Poder”⁴⁷⁴, rendendo ao autor sanções por parte do Vaticano. O primeiro possui como tema central o Jesus histórico, bem como o Jesus da fé, isto é, interpretado pela comunidade nascente que faz uma leitura teológica sobre a vida e os atos de Jesus Cristo, à luz do evento Pascal. Nesse sentido, Boff foi acusado de esvaziar o sentido transcendental da fé e negar a divindade de Jesus Cristo. Já o segundo livro, reflete a estrutura eclesial da Igreja e aborda o significado de poder dentro das estruturas eclesiais. Além disso, são tratadas temáticas como: a violação dos direitos humanos dentro da instituição, o papel do leigo e se, de fato, Jesus Cristo, quis esse tipo de estrutura hierárquica vigente na atualidade.

A editora também ficou conhecida, nessa ocasião, como uma das vozes de resistência ao regime militar instaurado em 1964. Foram publicadas diversas obras denunciando as atrocidades cometidas pela ditadura, como por exemplo, “Brasil: Nunca mais”⁴⁷⁵, no qual se tratava de um relato sintetizado de 707 processos recolhidos nos arquivos do Superior Tribunal Militar. Segundo Dom Paulo Evaristo Arns⁴⁷⁶, autor do prefácio e principal idealizador da obra:

Quando só o Reverendo Jaime Wright e eu éramos os únicos a sabermos da publicação do Brasil: Nunca mais – mesmo o texto estando pronto, ninguém mais estava a par do que havia sido feito e de como havia sido feito –, nós combinamos que seria publicado pela Editora Brasiliense, pela qual eu já tinha publicado alguns livros. Eu fui falar com o diretor da Brasiliense, ele leu o texto, ficou muito comovido e disse que não tinha coragem de publicá-lo porque provavelmente seria confiscado, ele seria preso etc. Bom, eu não fui mais a outros. Então eu ofereci a Frei Ludovico e ele mandou que o Leonardo Boff lesse o livro e o Leonardo logo disse: “O livro deve ser publicado, porque é um livro histórico, que vai marcar época em toda a história do Brasil e vai ser um dos livros mais indispensáveis para entender o que se passou com o golpe militar.”⁴⁷⁷

Desta forma, Freis Ludovico e Leonardo Boff utilizavam-se da influência da imprensa para combater o autoritarismo militar, e por outro lado, demonstravam a preocupação com a documentação por meio de um livro dessa competência. Acreditamos que tanto esta última obra quanto as demais, citadas anteriormente, são uma pequena amostra de como a Editora Vozes na gestão de Frei Ludovico, com a participação de Leonardo Boff e Rose Marie Muraro, atingiu um prestígio que poucas editoras conseguiram, e, aliado ao trabalho de

⁴⁷³BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador*. Petrópolis: Vozes, 1972.

⁴⁷⁴BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1982.

⁴⁷⁵ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁴⁷⁶Nasceu em Forquilha (SC) em 1921. Dom Paulo Evaristo Arns iniciou seus estudos em sua cidade natal. Em 1939 ingressou na ordem franciscana do Seminário São Luiz de Tolosa, em Rio Negro (PR). Em 1940 entrou no noviciado em Rodeio (SC). Foi ordenado padre em 30 de novembro de 1945, em Petrópolis (RJ). Dom Paulo lecionou no Instituto Teológico Franciscano e na Universidade Católica, ambas em Petrópolis. cursou Filosofia Cristã e Línguas Clássicas na Universidade de Sorbonne, em Paris, onde se doutorou em 1952. Após retornar ao Brasil, lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Agudos e também em Bauru. Em seguida, voltou para Petrópolis, e como vigário, atuou junto à população carente. De volta a São Paulo, foi indicado bispo auxiliar de Dom Ângelo Rossi, em São Paulo. Em 1970, o Papa Paulo VI o nomeou Arcebispo Metropolitano de São Paulo. Em 1972, criou a Comissão Brasileira Justiça e Paz, da diocese de São Paulo, para denunciar os abusos da ditadura militar. Foi um dos principais nomes na luta contra a ditadura e ficou conhecido como o “Cardeal da Esperança”. Para maiores informações ver: ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001. E o site: <https://www.ebiografia.com/dom_paulo_evaristo_arns/> acesso em: 27 abr. 2018.

⁴⁷⁷ANDRADES, *Op. Cit.*, 2000, p. 155-156.

escritores, dirigentes e redatores, contribuiu para que eles desempenhassem o papel de intelectuais comprometidos organicamente com a sociedade.

Gramsci⁴⁷⁸ compreendia a relevância da imprensa, mormente, dos periódicos, como instrumento para a atuação política e transformação do mundo. Portanto, a Editora Vozes contribuiu para o debate nas mais diversas áreas de conhecimento, inclusive na política, sendo decisiva em temáticas polêmicas, e sofrendo em vários momentos a rejeição de grupos conservadores da sociedade e da Igreja.

Nesse contexto, observa-se uma postura interessante entre o diretor/editor da “Vozes” com alguns personagens da *R.E.B.* A editora, além da questão comercial, apresentava um papel social respeitável. Podemos compreender esse aspecto através do prisma gramsciano, no qual o periódico é considerado um centro difusor de ideias, no qual ocorrem as batalhas e as práticas políticas são divulgadas.

Perguntamo-nos o porquê da ousadia da Editora Vozes e da *R.E.B.* em relação à ditadura militar e à Igreja romana, que enxergava as obras da Teologia da Libertação com desconfiança. Entendemos Frei Ludovico como peça fundamental para editora, entretanto, existiu todo um cenário que contribuiu para esse sucesso. Dentre os quais, podemos destacar: a administração dinâmica, com publicações variadas, trouxe prestígio para a editora; um ideal que os motivava, a Teologia da Libertação e sua causa; a opção preferencial pelos pobres; a entrada de capital e o sucesso administrativo, que tornaram a editora Vozes e Frei Ludovico com poder e, conseqüentemente, respeitáveis; o apoio e a adesão de membros da alta hierarquia da Igreja Católica, como Paulo Evaristo Arns, Aloísio Lorscheider⁴⁷⁹, Helder Câmara, Pedro Casaldáliga⁴⁸⁰, entre outros.

Sendo assim, Gramsci⁴⁸¹ nos ajuda a compreender o papel da imprensa e em especial, das revistas quando elas tornam-se um órgão difusor de uma nova cultura e mentalidade, como a Teologia da Libertação. Por conseguinte, a intitulada “reforma intelectual e moral”, no interior da sociedade, pelas transformações políticas e culturais, ocorre de maneira particular pelas “guerras de posição”, ou seja, pelas ideias dispostas nos periódicos. Identificamos algumas batalhas travadas no tempo em que Frei Ludovico administrou à editora. Tal informação faz-se necessária para compreendermos nossa pesquisa.

⁴⁷⁸GRAMSCI, *Op. Cit.*, 2002.

⁴⁷⁹Nasceu no município de Estrela (RS), no dia 8 de outubro de 1924. Aos nove anos, Aluísio ingressou no seminário franciscano de Taquari (RS), onde fez seus primeiros estudos. Mais tarde foi para o convento franciscano de Divinópolis (MG), onde estudou teologia e concluiu o curso de filosofia. Em agosto de 1948 foi ordenado sacerdote da Ordem dos Frades Menores de São Francisco. Retornou em seguida a Taquari, onde lecionou latim, alemão e matemática. Em 1949 foi enviado para Roma por seus superiores, tendo feito o doutorado em teologia dogmática no Pontifício Ateneu Antonianum. Em 1968, dom Aluísio foi eleito secretário-geral da CNBB, entidade máxima da Igreja no país, durante a presidência de dom Agnelo Rossi, cardeal-arcebispo de São Paulo, em substituição a dom José Gonçalves da Costa. Assumiu a presidência da CNBB, no período de 1971 a 1979. Em setembro de 1984, dom Aluísio, acompanhado de dom Paulo Evaristo Arns e do presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, solidarizaram-se com o teólogo brasileiro Leonardo Boff, que fora acusado pela Santa Sé de cometer erros teológicos em seu livro *Igreja: carisma e poder*, ao afirmar que a Igreja nos países do Terceiro Mundo deveria contribuir para a “libertação dos oprimidos” e não limitar-se ao papel de “espectadora dos dramas sociais”. Para maiores informações, consultar o Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lorscheider-aluisio>> Acesso em 27 abr. 2018.

⁴⁸⁰Nasceu em 1928 na Espanha. Dom Pedro Casaldáliga ingressou na Congregação Claretiana em 1943, sendo ordenado sacerdote em Barcelona, no ano de 1952. Posteriormente tornou-se professor e em 1968, mudou-se para o Brasil, a fim de fundar uma missão claretiana no Mato Grosso, uma região caracterizada pela concentração fundiária e a marginalização social. Foi nomeado administrador apostólico da prelazia de São Félix do Araguaia (MT) em 1970. No ano seguinte, foi nomeado bispo prelado de São Félix do Araguaia. Nos anos de 1970 ajudou a fundar o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de ser adepto da Teologia da Libertação. Para maiores informações ler: RIBEIRO, Luiz Carlos. *Fica, Pedro*. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2016.

⁴⁸¹GRAMSCI, *Op. Cit.*, 2002.

3.8.7 - Frei Arcângelo Buzzi (1987-1991)

O período de Frei Arcângelo foi caracterizado por um colegiado. Em um primeiro momento procuraram expandir a Editora “Vozes”, comprando maquinários e abrindo novas lojas em Goiânia, Fortaleza, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Pelotas, Nova Hamburgo, Blumenau e Bauru.

Foram publicadas obras de Heidegger, Hegel, Santo Agostinho e continuou a publicação das “Obras Completas de Jung”, iniciada por Frei Leonardo Boff e Rose Marie Muraro e também se deu prosseguimento à coleção Teologia da Libertação. Esta tornou a editora “Vozes” conhecida como “divulgadora e exportadora de teologia”⁴⁸².

No entanto, a “Vozes” apresentou momentos de dificuldades, como as greves, que “podem ter sido expressão do descontentamento dos funcionários da Sede da Editora ao arrocho salarial provocado pela situação econômica do país e a expansão comercial da Editora, abrindo mais lojas”.⁴⁸³ Outro momento complicado foi à intervenção do Vaticano, em 1991, realizada por um visitador⁴⁸⁴ – Frei Félix Neefjes⁴⁸⁵ – porque “as autoridades romanas manifestaram, mais uma vez, seu descontentamento com publicações da Editora Vozes”⁴⁸⁶. De acordo com Andrades⁴⁸⁷, a publicação mais visada foi a *Revista Cultura Vozes*, dirigida por Leonardo Boff. No mesmo ano, este deixou as atividades do periódico e se afastou da Editora Vozes.

3.9 – A trajetória da R.E.B.

A ideia de fundar uma revista para todo o clero brasileiro partiu no final da década de 1930 de dois sacerdotes de Minas Gerais: o Padre Guilherme Boeing⁴⁸⁸ e o Cônego José Xavier de Maria.⁴⁸⁹ Posteriormente, foram à procura dos franciscanos que editavam a “Vozes”, na cidade de Petrópolis, e então conseguiram o apoio da empresa.

Em 1938, a Editora Vozes possuía como dirigentes o Frei Inácio Hinte, o Frei Frederico Leopoldo Vier e o Frei Cândido Schutsal. Este tomou a frente na elaboração da revista, solicitando a permissão do Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, para levar adiante o seu projeto. Nesse sentido, Cardeal Leme não só aceitou o plano da Revista, como acabou por anexar a ela o Boletim Arquidiocesano do Rio de Janeiro e tornou a assinatura da nova revista obrigatória para o clero. A princípio, o novo órgão eclesialístico intitulava-se “COR: Revista Eclesiástica Brasileira”, e, segundo os dirigentes, propunha o

⁴⁸² ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001, p. 174.

⁴⁸³ ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001, p. 175.

⁴⁸⁴ Trata-se de um frade nomeado pelo superior geral de Roma para visitar todos os conventos e religiosos de uma província. Para uma maior compreensão ler: WILLEKE, Venâncio. *Franciscanos na História do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

⁴⁸⁵ Natural da Holanda veio para o Brasil em 1950. Em 1975, foi assessor nacional da CNBB na área de Ecumenismo. De 1986 a 1988, atuou como coordenador nacional de Ecumenismo.

Antes disso, foi pároco nas arquidioceses de Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Em Salvador, atuou na Secretaria Regional da CNBB e na cúria metropolitana. Em 1994, foi nomeado membro da Comissão Franciscana Internacional para o relacionamento com os muçulmanos e atuou no Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos. Para maiores detalhes, acessar: <<https://www.diocesedivinopolis.org.br/index.asp?c=padrao&modulo=conteudo&url=0864&ss=7>> acesso em 27 abr. 2018.

⁴⁸⁶ ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001, p. 176.

⁴⁸⁷ ANDRADES, *Op. Cit.*, 2001.

⁴⁸⁸ Natural da Holanda e ligado a questões sociais. Trabalhava como missionário em Minas Gerais.

⁴⁸⁹ Nasceu em Divinópolis em 1894 e ordenou-se sacerdote no ano de 1916 em Mariana (MG). Além disso, lecionou durante muitos anos no Seminário da Arquidiocese.

Coração de Jesus como modelo de coração sacerdotal, sendo lançada em janeiro de 1939. A revista *COR* apresentava-se em fascículos de 64 páginas, e distribuía-se nas seguintes seções: “Atos da Santa Sé”, “Teologia Dogmática”, “Teologia Moral”, “História” e “Exegese”.

Contudo, o periódico não conseguia se projetar em âmbito nacional, porque apresentava uma dupla finalidade: funcionar como órgão nacional e também como boletim regular do Rio de Janeiro. Com o seu conteúdo voltado apenas para as questões da Igreja em âmbito nacional (com a retirada da sigla “COR” do seu nome), a revista começou a se firmar e chamar-se apenas *Revista Eclesiástica Brasileira*.

A nova revista intitulada *Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.)*⁴⁹⁰ foi fundada pelo Frei Thomas Borgmeier, no ano de 1941, e vem sendo publicada até os dias atuais sem interrupções. Em 1941, Borgmeier foi nomeado Diretor da Editora Vozes e no mesmo ano atendeu ao pedido de Cardeal Leme e fundou o periódico supracitado, com o intuito de ser um elo entre o clero, que se encontrava disperso pelo território nacional, o que resultava em grande dificuldade de comunicação. Sendo assim, a revista serviu como um espaço de debates, no qual padres, freis e teólogos expuseram suas reflexões acerca de diversos temas, tais como: teologia, espiritualidade e realidade sócio- religiosa. Vejamos como a Revista se apresentou:

A “Revista Eclesiástica Brasileira” se torna assim, espontaneamente, um ponto de referência, para todo o clero, de norte a sul, secular e regular, das cidades e dos sertões. Suprimindo as distâncias e aproximando os corações, despertando o zelo de uns e excitando a coragem de outros, a R.E.B. será um laço de união entre o clero do Brasil. Em “Revista Eclesiástica Brasileira” se retrata a marcha do catolicismo em nosso país. Temos certeza de que imediatamente isso será compreendido. Trabalha-se muito, entre o clero brasileiro... Nossas seções não se limitam a Teologia Dogmática, Moral Pastoral, Direito Canônico, Exegese, Homilética, Catequética, Liturgia, Ascética, etc., mas comportam qualquer assunto a fim, desde que se relacione com as coisas da religião, como sejam Filosofia, Ciências naturais, Pedagogia, História, Sociologia, Arte religiosa, etc.⁴⁹¹

O periódico, voltado para o clero católico, foi reconhecido pela CNBB como órgão oficial da Igreja, embora não fosse considerado um veículo “porta-voz da CNBB”. Desde a sua fundação em 1941, a publicação era trimestral – nos meses março, junho, setembro e dezembro. O redator inicial e fundador da revista foi Frei Thomas Borgmeier, no período de 1941 a 1952. Entre 1952 a 1971, Frei Boaventura Kloppenburg tornou-se redator-chefe. De 1972 a 1985, o redator foi Frei Leonardo Boff. E, de 1986 até o momento, Frei Elói Piva virou o redator do periódico. Todos pertenciam ao Convento dos Franciscanos. A revista era publicada pela Editora Vozes, sediada no município de Petrópolis, Rio de Janeiro. No período por nós avaliado, observamos que a *R.E.B.* possuía como objetivo influenciar o clero católico, para construir uma unidade doutrinária.

O redator-chefe, na sua apresentação da revista, publicada no primeiro número, afirmava que:

A ideia desta revista retumbou pelo clero brasileiro. Apresentada ao Sr. Cardeal D. Sebastião Leme, foi aprovada, abençoada por S. Eminência Revma. que, ainda recentemente, em telegrama dirigido ao redator desta revista assim se exprimiu: “Revmo Sr. Frei Thomaz Borgmeier, Convento de

⁴⁹⁰A Igreja Católica possui diversos veículos de comunicação, no entanto, utilizei a *Revista Eclesiástica Brasileira*, uma vez que tem sido uma fonte pouco analisada na compreensão das questões políticas do período estudado.

⁴⁹¹BORGMEIER, Frei Thomas. *Revista Eclesiástica Brasileira*. In: *R.E.B.*, v. 01, fascículo 01, mar.-jun. 1941, p. 02-03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2- 134, 01, 01.

Santo Antônio, nesta reiterando e confirmando as respeitadas conversas que tivemos, aqui lhe asseguro todo o apoio de minhas bênçãos e de meu coração de sacerdote e brasileiro para a nossa Revista Eclesiástica, em boa hora confiada ao talento e zelo de V. Revma. Honrando os foros de cultura que abonam o nome do nosso clero, a *Revista Eclesiástica Brasileira* vai ser muito bem recebida por todos.⁴⁹²

Ainda nessa primeira edição, evidenciava-se que aquela deveria ser um porta-voz das necessidades contemporâneas. Podemos perceber a *R.E.B.* como uma tentativa de estabelecimento da relação social da Igreja com a modernidade e a capacidade de a instituição católica apreender esta nova realidade. Declarava a redação daquele momento:

É uma revista para o nosso tempo, adaptada às necessidades da época e do país. O padre de hoje deve ser mais do que um repetidor de fórmulas antiquadas. “O sacerdote – escreve Pio XI – deve ser sadiamente moderno, como o é a Igreja que abraça todos os tempos e todos os lugares, e a tudo se adapta, bendiz e promove todas as iniciativas, e não se assusta nem mesmo dos mais arrojados progressos da ciência, contanto que seja verdadeira.”⁴⁹³

De 1964 a 1988, a *R.E.B.* esteve estruturada com as seguintes seções:

- 1) **Editorial:** Artigo que apresenta a opinião do periódico sobre uma determinada questão. Esta seção foi criada no fascículo de março de 1972, quando Leonardo Boff tornou-se o único redator da *R.E.B.*
- 2) **Artigos:** apresenta textos, nos quais eram expostas as discussões doutrinárias, teológicas, sendo fruto de pesquisas de variados temas. O que diferencia esta sessão da revista é a discussão mais aprofundada sobre um determinado assunto.
- 3) **Comunicações:** composta por textos pequenos de, no máximo, 10 páginas, em que eram debatidas questões da atualidade, além de comentários sobre obras consideradas relevantes para a Igreja Católica. Possuía um caráter objetivo, cuja intenção está em apresentar sumariamente as discussões que acontecem na Igreja.
- 4) **Assuntos Pastorais:** referia-se à legislação eclesiástica, escrevendo sobre normas de conduta dos fiéis e postura dos padres frente a problemas que afetavam a sua paróquia. Portanto, são textos voltados para os trabalhos do clero e que concernem às ações concretas nas comunidades.
- 5) **Documentação:** publicava na íntegra os documentos do Vaticano, da CNBB e dos Papas.
- 6) **Ministerium Verbi:** abordava a chamada liturgia da palavra, ou seja, enfatizava-se um ou mais trechos da Bíblia. Esta parte da revista sugere a reflexão e a aplicação sobre o que fora anunciado nos textos bíblicos e sua aplicação para a atualidade.
- 7) **Crônica Eclesiástica:** expressava as notícias mais recentes sobre o clero, bem como a atuação da Igreja nos mais variados setores.
- 8) **Necrologia:** noticiava o falecimento dos membros do clero naquele período.

⁴⁹²*Ibidem*, p. 01.

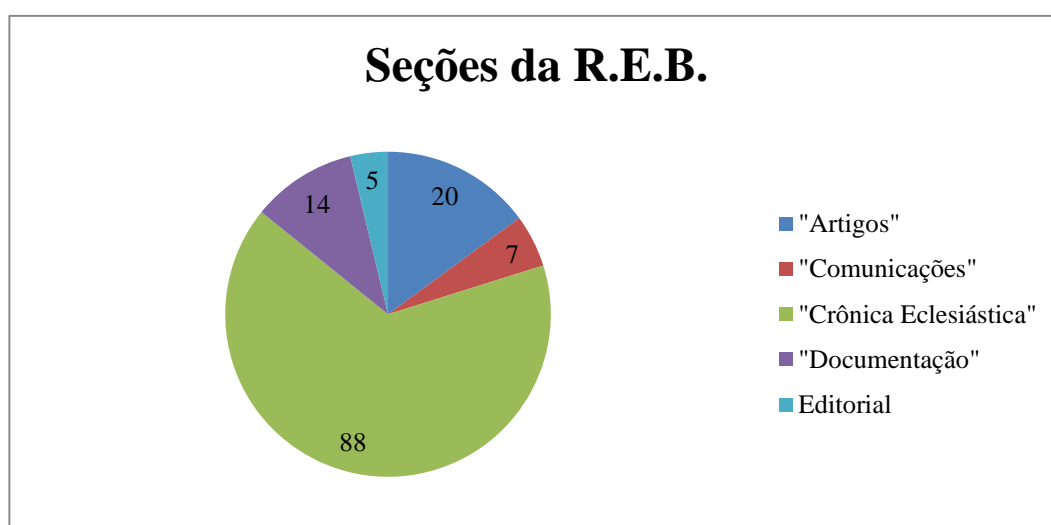
⁴⁹³BORGMEIER, Frei Thomas. Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v. 01, fascículo 01, mar.-jun. 1941, p. 03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2- 134, 01, 01.

9) **Apreciações:** formada por breves resenhas de obras consideradas relevantes para a formação do clero.

10) **Pelas Revistas:** constava a relação de artigos publicados em revistas católicas de todo o mundo.

11) **A Mesa da Palavra:** Surge em junho de 1977 e apresentava comentários exegéticos das três leituras dominicais e sugeridas pistas para a homilia. Segundo Boff, esta seção seria mantida pelo tempo que fosse necessário e auxiliava na atualização dos pastores, dos agentes de pastoral e de todos que estivessem ligados à diaconia da palavra.

Além de apresentarmos cada parte da revista, consideramos relevante expor e ilustrar, por meio de um gráfico, o espaço ocupado no periódico pelas seções da *R.E.B.* que foram mais utilizadas em nossa pesquisa. Vejamos:



Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira, volumes: 24 ao 48, correspondentes aos anos de 1964 a 1988, pesquisados na Biblioteca Nacional.

A seção “Crônica Eclesiástica” foi a mais utilizada no decorrer da pesquisa. Escrita pelo redator do periódico e testemunhando o ponto de vista e principais interesses da linha editorial, tinha como característica principal expressar as notícias mais recentes sobre o clero.

Os redatores do período por nós pesquisado foram Frei Boaventura Kloppenburg, Frei Leonardo Boff e Frei Elói Piva. No que concerne aos colaboradores, a grande maioria era composta por membros da Igreja Católica, sobretudo nos anos de 1960. Os que não pertenciam à instituição eram pesquisadores, especialmente Cientistas Sociais.

Considero de suma importância destacar dois trabalhos: o de Tânia Regina de Luca⁴⁹⁴ e o de Ana Luiza Martins Camargo de Oliveira⁴⁹⁵, posto que foram essenciais para a configuração do campo de pesquisa histórica interessado em utilizar periódicos como objetos e fontes de pesquisa. Para Oliveira⁴⁹⁶, as revistas apresentam um forte conteúdo documental, sendo uma alternativa de espaço para publicações de distintos teores com traço fragmentado e periódico, derivando em uma publicação datada.

⁴⁹⁴LUCA, Tânia Regina. “A história dos, nos e por meio dos periódicos” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

⁴⁹⁵OLIVEIRA, Ana Luiza Martins Camargo de. *Revistas em revista. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1890-1922)*. Doutorado, FFCL-USP, 1997.

⁴⁹⁶Idem.

Segundo Tânia Luca⁴⁹⁷, ao utilizarmos os periódicos como objeto de investigação histórica, devemos perceber que a imprensa é fonte de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pois estes veículos de comunicação não são transmissores imparciais de acontecimentos. Ou seja, os periódicos possuem uma posição ideológica dentro da realidade político e social na qual estão inseridos.

A *R.E.B.* apresentava como ideia central o seguinte lema: revista do clero, feita pelo clero e para todo o clero. Assim, a revista deveria apresentar artigos e comunicações científicas que abordassem questões pastorais e pontos de vista da atualidade percebidos pelo olhar privilegiado do próprio clero.

Há de se destacar que o periódico supracitado expressou fases importantes da história da Igreja, tais como: pontificado de Pio XII⁴⁹⁸; problemas do pós-guerra; pontificado de João XXIII; Concílio Vaticano II, pontificado de Paulo VI⁴⁹⁹, de João Paulo II⁵⁰⁰; período da ditadura militar brasileira.

Na seção “Comunicações” de setembro de 1941, encontra-se o texto “Pareceres sobre a *Revista Eclesiástica Brasileira*”⁵⁰¹. Trata-se de algumas mensagens escritas por bispos e arcebispos a respeito do primeiro número da *R.E.B.* no qual percebemos a repercussão positiva do periódico entre o clero brasileiro. Vejamos:

Dom Sebastião Leme (Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro): Felicitando pelo êxito do primeiro número da *Revista Eclesiástica Brasileira*, mais uma vez a recomendo ao bom espírito, zelo e patriotismo do nosso clero. Dom José Gaspar de Afonseca e Silva (Arcebispo de São Paulo): Recebi o primeiro número da nossa suspirada *Revista Eclesiástica Brasileira* e minha impressão foi a melhor possível. Ótima colaboração, boa disposição das matérias e excelente trabalho tipográfico. Na reunião do Revdo Clero Secular e Regular do Arcebispado, neste mês, recomendei calorosamente nossa Revista, pedindo a todos os sacerdotes a assinarem logo. Vamos para a frente. Nossa Revista há de vencer e Deus nosso Senhor abençoará tantos esforços.⁵⁰²

Ainda nesse comunicado, notamos que antes da criação da *R.E.B.*, o Brasil não apresentava uma revista capaz de fazer frente aos periódicos dos demais países. Segundo Dom José Carlos de Aguirre, Bispo de Sorocaba (SP):

⁴⁹⁷LUCA, *Op. Cit.*, p. 111-153.

⁴⁹⁸Nasceu em Roma em 1876. Tornou-se Papa em 1939 e anteriormente participou como Secretário de Estado da política de Pio XI. Seu pontificado (1939-1958) foi caracterizado pela luta implacável contra o comunismo; além disso, apresentou uma postura passiva perante o nazismo e o holocausto. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/biography/documents/hf_p-xii_bio_20070302_biography_it.html> Acesso em: 11 dez.2014.

⁴⁹⁹Nasceu em 26 de setembro de 1897, em Concesio, na Itália. Ocupou cargos relevantes dentro da Igreja Católica, desenvolvendo funções de confiança dos Papas Pio XI e Pio XII. Ocupou o pontificado de 1963 até o seu falecimento em 1978. Inicialmente, determinou a reabertura do Concílio Vaticano II e lhe atribuiu prioridade e direção. Além disso, publicou a encíclica *Humae Vitae* referente ao controle de natalidade, documento que tornou-se referência para a instituição católica a respeito dos métodos contraceptivos, esterilização e aborto. Consultar o seguinte sítio eletrônico: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/biography/index_po.htm> Acesso em: 16 jan. 2015.

⁵⁰⁰Nasceu em 18 de maio de 1920, em Wadowice, na Polônia. Ele foi ordenado em 1946, e se tornou o bispo de Ombi, em 1958, e arcebispo da Cracóvia, em 1964. Ele se tornou cardeal em 1967 pelo Papa Paulo VI e, em 1978, foi o primeiro papa não italiano em mais de 400 anos. Ele foi defensor dos direitos humanos e utilizou sua influência para realizar mudanças políticas. Para maiores informações consultar o site: <<http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt.html>> Acesso em: 08 mai. 2018.

⁵⁰¹BORGMEIER, Frei Thomas. Pareceres sobre a *Revista Eclesiástica Brasileira*. In: *R.E.B.*, v.1, fascículo 03, set. 1941, p. 573-574. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 02.

⁵⁰²*Idem.*

(...) quando eu recebia o *Christus* da Igreja do México, impressa no estrangeiro sabe Deus com que dificuldades, sentia-me humilhado por faltarmos no Brasil uma revista, que com aquela se pudesse emparelhar. Agora, porém, já desapareceu o motivo dessa humilhação, pois nossa Revista é completa quanto ou mais que a modelar mexicana. Alvíçarás! Alvíçarás! Abençoada seja a Editora “Vozes” por essa iniciativa. Louvado seja Deus! Imagino a soma de bens, que há de produzir esta Revista, não só no meio do clero, mas, por meio do clero, no boníssimo povo brasileiro.⁵⁰³

Todavia, a repercussão da *R.E.B.* não ficou restrita ao Brasil. Ao analisarmos a seção “Comunicações” do ano de 1961, ou seja, duas décadas após a sua criação, encontramos uma reportagem sobre a revista no periódico sacerdotal *Incunabile*. O texto foi caracterizado por realizar elogios a *Revista Eclesiástica*. Deste modo:

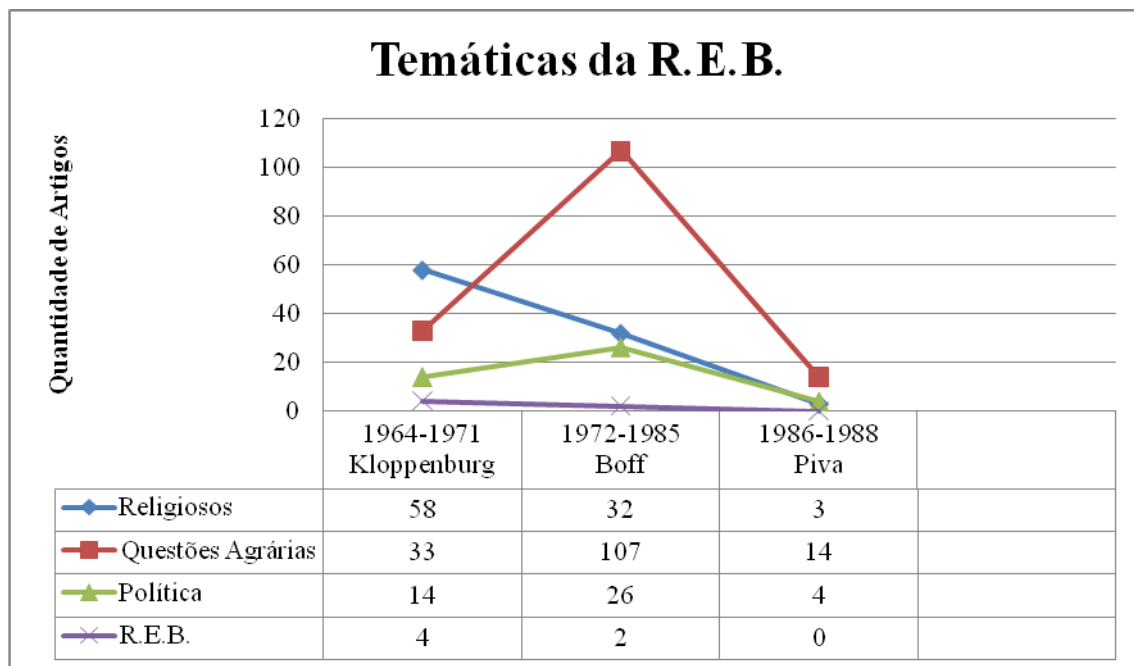
No es que lleve consigo uma originalidad extrema. Antes, al contrario, responde al plan tradicional de lo que suele ser una revista eclesiástica. Ni em temática ni em critério hay en ella nada que pueda llamarla atención, y acaso esto contribuya a su desconocimiento. La estridencia y la agresividad se cotizan más, a la hora de darse a conocer que la orientación y el buen critério. Y desde luego proporciona, con extraordinaria abundancia, datos muy interesantes sobre la evolución religiosa del Brasil moderno. La “Revista Eclesiástica Brasileña” podría, si estuviera presente con más frecuencia en los anaquiles de los Seminarios, servir maravillosamente para un conocimiento actual de tan interesantes realidades. Porque los franciscanos que la dirigen podrían haber dicho que una revista así no era realizable entre necesidades tan inmensas como las que en Brasil se presentan. Pero... aunque no podían, quisieron y la revista ha sido un hecho. Que ha producido ya, y producirá cada día más, magníficos frutos.⁵⁰⁴

Portanto como afirma Luca,⁵⁰⁵ a imprensa periódica, no caso da *R.E.B.*, seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. Assim, ao pesquisarmos a nossa principal fonte – *Revista Eclesiástica Brasileira* –, não encontramos o documento *Estatuto da Terra* em nenhuma seção do periódico, o que nos permite pensar que, nesse primeiro momento, a *R.E.B.* esteve mais preocupada com os assuntos religiosos em detrimento das temáticas temporais. Mas, à medida que o debate agrário foi “engrossando” e “esquentando” em nossa sociedade, a questão agrária ganhou destaque na revista. Além disso, percebemos que a mudança de redator, também contribuiu para o aumento de publicações ligadas a questão agrária e a política da época. Como podemos elucidar através do gráfico a seguir:

⁵⁰³ *Idem*.

⁵⁰⁴ “Revista Eclesiástica Brasileira”, *Incunabile*, Periódico Sacerdotal. Salamanca, jul.-ago. 1961, p. 02. Apud KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *R.E.B.*, v.21, fascículo 04, dez.1961, p. 968. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

⁵⁰⁵ LUCA, *Op. Cit.*, 2005.



Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira, volumes: 24 ao 48, correspondentes aos anos de 1964 a 1988, pesquisados na Biblioteca Nacional.

Gostaríamos de salientar que o descritor “Religiosos” inclui as seguintes temáticas: assuntos religiosos de uma forma geral; CNBB; Encíclicas; Concílio Vaticano II; Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e o Plano Pastoral de Conjunto; o descritor “Questões Agrárias” abrange assuntos como: Frentes Agrárias; Movimento de Educação de Base (MEB); Problemas rurais; Reforma Agrária; Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e Comissão Pastoral da Terra (CPT); o descritor “Política” envolve textos sobre a ditadura militar; o período de redemocratização e a Constituição de 1988; por último, o descritor “R.E.B.” refere-se aos textos sobre o próprio periódico.

Através do gráfico, observamos que, no período por nós estudado, ocorreu um decrescente interesse em relação aos temas religiosos e, em contrapartida, um aumento em relação aos assuntos ligados à questão agrária e a política da época. Isso nos mostra que a mudança de redator do periódico contribuiu para a ampliação de textos sobre a questão agrária e política na *R.E.B.* No período do Frei Boaventura Kloppenburg, os assuntos religiosos eram maioria na revista, enquanto na fase do Frei Leonardo Boff a frente da *R.E.B.*, a temática agrária triplicou no periódico, além do aumento de textos relacionados à política, sobretudo, o cerceamento das liberdades provocado pelo regime militar.

Logo, a *R.E.B.* possui um ponto de vista teológico e político. Diante do conteúdo organizado pela revista, dispomos de ferramentas próprias da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio, questão que não é exclusiva do texto da imprensa.

3.10 - Análise Bibliométrica: Continuidades e rupturas na *R.E.B.*

Após termos realizado um breve percurso histórico buscando compreender a trajetória da Editora Vozes e substancialmente da *R.E.B.*, apresentaremos dados da pesquisa referente ao nosso recorte cronológico: de 1964 a 1988. Utilizaremos a análise bibliométrica, com o objetivo de levantarmos dados, para aprofundarmos diversos objetos de estudo.

Segundo Otlet⁵⁰⁶, bibliométrica é “a parte definida que se ocupa da medida ou da quantidade aplicada ao livro”⁵⁰⁷. Portanto, procurou definir-se a aplicação estatística ao livro, em um processo de mensuração, em que dados quantitativos pudessem servir para captar elementos não perceptíveis na pesquisa, somente bibliográfica.

Assim, utilizamos a bibliometria aplicada à revista, um instrumento fundamental para interpretar e contextualizar os dados obtidos. Nesse sentido, os dados levantados serão avaliados à luz do que foi publicado.

Fizemos um levantamento a fim de analisarmos as continuidades e rupturas do corpo editorial da *R.E.B.*. Inicialmente, examinamos o período de 1964 – começo da ditadura militar – até 1971, último ano de Frei Boaventura Kloppenburg à frente da *R.E.B.* Posteriormente pesquisamos de 1972 a 1986, momento que o Frei Leonardo Boff tornou-se o redator da revista. Buscamos compreender quem continuou publicando, quem deixou de publicar e aqueles que começaram a escrever no periódico. E por fim, examinamos de 1986 a 1988, momento que Frei Elói Piva assumiu a redação do periódico.

No primeiro fascículo de 1972 foi lançada a seção da revista, intitulada “Editorial”, no qual observamos uma nova orientação nos rumos da *R.E.B.*:

Ao assumirmos os serviços de redação professamos nosso comprometimento às intenções de seu fundador, Frei Tomás Borgmeier, que, velhinho, ainda se dedica a especializados estudos entomológicos, e que foram retomadas por Frei Boaventura em 1953: “a REB será uma revista do clero, feita pelo clero e para o clero... A REB será uma verdadeira revista no sentido etimológico da palavra; será uma revista eclesial atendendo aos interesses da Igreja e de toda a Igreja; e será uma revista eclesial brasileira” refletindo a fé e a história da salvação como é aqui vivida, tentada, desafiada e refletida teologicamente... A REB não poderá deixar de refletir semelhante pluralismo.⁵⁰⁸

A transição de redatores não foi amistosa, pois houve conflitos ideológicos que mudaram o perfil do periódico, pois Boff – o novo redator – rompeu com uma tradição conservadora e imprimiu-lhe outro caráter. Desta forma, estabeleceu-se uma nova orientação para a *R.E.B.* e por sua vez, provocou uma intensa ligação entre os intelectuais e o povo com a problemática política e social do continente latino-americano.

No primeiro editorial, Frei Leonardo Boff realizou elogios ao antigo redator, Frei Boaventura Kloppenburg:

Com rara competência teológica que o fez como articulista e autor de inúmeros livros internacionalmente conhecido. Com acurado engajamento eclesial que o tornou talvez um dos teólogos brasileiros mais especializados na problemática teológico-pastoral de nosso país. (...) Sem subversão teológica, mas também sem subserviência, propôs corajosamente e defendeu ardentemente opiniões teológicas que a vida e não a especulação o exigia.⁵⁰⁹

Assim, as palavras de Boff demonstram que Kloppenburg foi um teólogo ligado ao dogmatismo eclesial, entretanto não se prestou ao servilismo teológico. Foi capaz de

⁵⁰⁶OTLET, Paul. “O livro e a medida: bibliometria”. In: OTLET, Paul. *Bibliometria: teoria e prática*. São Paulo: Cultrix, 1986.

⁵⁰⁷*Ibidem*, p. 20.

⁵⁰⁸BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.32, fascículo 125, mar.1972, p.03-04. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 05.

⁵⁰⁹BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.32, fascículo 125, mar.1972, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 05.

pronunciar que as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II colocaria os seus fundamentos doutrinários em ruínas. Boff reconhece a grandeza do seu antecessor quando afirma: “o novo Redator, seu discípulo, cresceu à sua sombra”⁵¹⁰, no entanto tal serenidade anunciada no editorial não mostra os conflitos de pensamentos ideológicos e teológicos entre o mestre e o discípulo.

Percebemos as contradições nas entrelinhas, ao lermos: “Os tempos mudaram. Não à fé. As orientações teológicas aqui e alhures se abriram para novos horizontes e se orientam por outras estrelas”⁵¹¹. A menção concernente às alterações do tempo implica a fé comprometida com questões sociais e desenvolvimento do senso crítico. Entretanto, a problemática na alteração do redator se encontra não só nas transformações dos tempos, mas também nas “orientações teológicas”.

Portanto, os “novos horizontes” aludidos tratam de uma Teologia Política, voltada para temáticas da vida social. A referida teologia tornar-se-ia, em Nuestra América, a Teologia da Libertação. Desta forma, era essa nova orientação teológica, que estava por detrás dos conflitos entre Kloppenburg e Boff na *R.E.B.*. Vejamos:

Como consta literalmente no meu diário de 30 de novembro de 1971, “eu não combino com o modo de pensar dele (de Frei Leonardo, declarado adepto da teologia da libertação. Para mim seria praticamente impossível continuar a trabalhar com ele, sem que nos desentendamos em coisas fundamentais. E assim para não brigar, é melhor que eu me vá. Mas é dominante. Quero vê-lo daqui a vinte anos. Eu disse ao Frei Ludovico que, se, em alguns anos, a REB andar para trás em matéria de assinantes (pois desconfio que com a nova orientação vai perder leitores), e se então necessitarem outra vez de uma mão firme e ortodoxa, estarei disposto a ajudar ou a retomar a direção. Mas faço votos de que isso não aconteça. Nos meus vinte anos de REB, não tive nenhum problema grave com autoridades eclesásticas, apesar dos tempos difíceis e delicados pelos quais passamos”⁵¹².

Ainda no “Editorial”, Boff agradece a Kloppenburg e enfatiza sua saída de forma gentil, demonstrando admiração por ele. Deste modo: “À sua saída como redator, ela quer prestar a Frei Boaventura Kloppenburg sua homenagem de gratidão. Cremos que essa gratidão encarna também os sentimentos de seus leitores por todos esses anos”⁵¹³. Além disso, Boff destaca que ao longo dos vinte anos redigidos por Kloppenburg, a *R.E.B.* continuou como desde sua fundação, a ser a revista principal do clero brasileiro. Logo ela “se conta, ainda hoje, entre as grandes revistas eclesásticas do continente e do mundo”⁵¹⁴.

No entanto, Kloppenburg em seu artigo contradiz a cordialidade do redator Leonardo Boff. E demonstra certo descontentamento com episódios ocorridos tanto na Editora Vozes quanto na *Revista Eclesiástica Brasileira*:

⁵¹⁰BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.32, fascículo 125, mar.1972, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 05.

⁵¹¹BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.32, fascículo 125, mar.1972, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 05.

⁵¹²KLOPPENBURG, Boaventura. Bispo jubilar com suas vicissitudes eclesiais. *Revista Teocomunicações*. Porto Alegre, v.37, n.158, dez 2007, p.511-512.

⁵¹³BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.32, fascículo 125, mar.1972, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 05.

⁵¹⁴BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.32, fascículo 125, mar.1972, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 05.

Como professor de teologia dogmática, eu me sentia cada dia mais superado. Assim sendo, pensava que seria melhor deixar as preleções sobre teologia e a REB em mãos mais novas. Propus que Frei Leonardo Boff assumisse minhas aulas e direção da revista. (...) E foi assim, quase fugindo, que abandonei a minha querida Editora Vozes de Petrópolis e minhas preleções de teologia no convento franciscano. Meus livros começaram a ser retirados do catálogo. Não só não queriam publicar outro livro meu, mas a própria REB ficou até proibida de mencionar meu nome na lista de artigos publicados em outras revistas. Fui rigorosamente censurado pela direção da própria Editora e simplesmente silenciado por meu sucessor. E não era apenas um silêncio obsequioso de um ano. Minha exclusão fora total e brutal.⁵¹⁵

Embora, Frei Boaventura Kloppenburg tenha feito as afirmações referentes a proibição de suas obras e pesquisa, encontramos alguns artigos de sua autoria na *R.E.B.*, tais como: *Conversações Ecumênicas sobre o Ministério*⁵¹⁶, publicado em 1973; *As Razões do Coração*⁵¹⁷, baseado na filosofia de Pascal, do ano de 1974 e no periódico de 1975, na seção “Comunicações” encontramos o texto *Análise do Consenso entre Luteranos e Católicos estadunidenses sobre o primado Papal*⁵¹⁸.

Na tabela, a seguir, demonstraremos o fato de 1964 a 1971, Kloppenburg ter sido o que mais escreveu, com 32 artigos, seguido por José Comblin com 11 textos. Já no período de 1972 a 1986 – momento que Boff assumiu a redação da *R.E.B.* – Kloppenburg publicou 5 artigos ao longo de 14 anos. E de 1964 a 1971 – últimos anos de Boaventura Kloppenburg à frente da *R.E.B.* – Leonardo Boff escreveu 5 textos. É importante destacar que José Comblin e Eduardo Hoornaert mantiveram-se de maneira contínua na produção intelectual do periódico.

Tabela 1:

Autores com mais de 4 artigos publicados entre 1964 e 1971

Autores	Número de Artigos
Boaventura Kloppenburg	32
José Comblin	11
Eduardo Hoornaert	9
Alberto Beckhauser	7
Jaime Snoek	7
A. Bugnini	6
Arlindo Rubert	6
Leonardo Boff	5
Jesús Hortal	4
Valfredo Tepe	4
Demais autores	177
Total	268

Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira, volumes: 24 ao 31, correspondentes aos anos de 1964 a 1971, pesquisados na Biblioteca Nacional.

⁵¹⁵ KLOPPENBURG, Boaventura. Bispo jubilar com suas vicissitudes eclesiais. *Revista Teocomunicações*. Porto Alegre, v.37, n.158, dez 2007, p. 514.

⁵¹⁶ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Conversações ecumênicas sobre o ministério. *In: R.E.B.*, v.33, fascículo 130, jun. 1973. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 08.

⁵¹⁷ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. As razões do coração. *In: R.E.B.*, v.34, fascículo 134, jun.1974. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,10.

⁵¹⁸ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Análise do Consenso entre Luteranos e Católicos estadunidenses sobre o primado Papal. *In: R.E.B.*, v.35, fascículo 138, jun. 1975. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 12.

Na próxima tabela, analisaremos os autores que mais publicaram entre 1972 e 1986. Como se observa, Leonardo Boff, o redator, foi quem mais escreveu no periódico, seguido de Clodovis Boff, publicando de maneira expressiva. E Eduardo Hoornaert, João Batista Libânio e José Comblin, completam o grupo dos cinco com mais publicações. É importante ressaltar que José Oscar Beozzo⁵¹⁹ e Alberto Libânio Christo (Frei Betto)⁵²⁰, são considerados expoentes da Teologia da Libertação.

Tabela 2:
Autores com mais de 6 artigos publicados entre 1972 e 1986

Autores	Número de Artigos
Leonardo Boff	36
Clodovis Boff	23
Eduardo Hoornaert	21
José Comblin	17
João Batista Libânio	12
Pedro A. Ribeiro de Oliveira	11
Antônio Moser	11
Hubert Lepargneur	10
Riolando Azzi	10
José Oscar Beozzo	10
Luiz Alberto Gómez de Souza	9
Francisco C. Rolim	9
Antônio da Silva Pereira	7
Bernardino Leers	7
B. Beni dos Santos	6
Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto)	6
Demais Autores	379
Total	584

Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira, volumes: 32 ao 46, correspondentes aos anos de 1972 a 1986, pesquisados na Biblioteca Nacional.

Além disso, entre os dois períodos fizemos um levantamento de quantas mulheres escreveram na revista. Dentre os artigos publicados entre 1964 e 1971, somente um foi escrito por uma mulher. E entre 1972 e 1986, 19 mulheres publicaram na *R.E.B.*, no qual podemos

⁵¹⁹Doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo, USP (2001). Mestre em Sociologia da Religião, pela *Université Catholique de Louvain* (Bélgica, 1968). Especializado em Comunicação Social, pela *Université Catholique de Louvain* (Bélgica, 1972) e em História do Brasil, pela Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras (Lins, SP, 1970). Graduado em Ciências Políticas e Sociais pela *Université Catholique de Louvain* (1968). Graduado em Teologia, pela *Pontificia Università Gregoriana* (Roma, 1964) e em Filosofia, pelo Seminário Central do Ipiranga/Seminário Central de Aparecida (1960). Coordena o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular, CESEP. Professor de História da Evangelização na América Latina e no Caribe no Curso de Pós-Graduação em Missiologia do Instituto e Teologia de São Paulo, ITESP.

⁵²⁰Estudou Filosofia, Jornalismo, Antropologia e Teologia. Frade dominicano e escritor, ganhou em 1982 o prêmio Jabuti, por seu livro de memórias *Batismo de Sangue*. Foi coordenador da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais), participou da fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CMP (Central de Movimentos Populares). Prestou assessoria à Pastoral Operária do ABC (São Paulo), ao Instituto Cidadania (São Paulo) e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). E também foi consultor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para maiores informações, consultar o site: <<http://www.freibetto.org/index.php/perfil>> Acesso em: 22 mai. 2018.

destacar 3 artigos escrito por Maria Clara Bingemer⁵²¹ e 2 por Ivone Gebara⁵²² e as demais autoras um texto somente. Acreditamos que a pouca presença feminina na revista, possa ser explicada, hipoteticamente, pelo ambiente masculino, próprio do universo eclesiástico.

Na tabela abaixo, examinaremos os dois primeiros anos do Frei Elói Piva⁵²³ como redator da *R.E.B.*. Como podemos observar, o referido redator apresentou o maior número de artigos, seguido de Leonardo Boff, Manoel J. de F. Castelo Branco e José Comblin.

Tabela 3:

Autores com mais de 2 artigos publicados entre 1986 e 1988

Autores	Número de Artigos
Elói Piva	9
Leonardo Boff	6
Manoel J. de F. Castelo Branco	4
José Comblin	3
Antônio Moser	2
Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto)	2
Eduardo Hoornaert	2
José Geraldo Vidigal de Carvalho	2
José Oscar Beozzo	2
Luiz Carlos Susin	2
Paulo Suess	2
Riolando Azzi	2
Demais Autores	58
Total	96

Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira, volumes: 46 ao 48, correspondentes aos anos entre 1986 e 1988, pesquisados na Biblioteca Nacional.

É importante destacar que Frei Elói Piva assumiu a redação do periódico em 1986 e permanece até aos dias atuais. No entanto, só analisaremos seus dois primeiros anos à frente da revista, devido ao nosso recorte cronológico. Ele começa em 1964, ano de elaboração do Estatuto da Terra e termina em 1988, com a promulgação da Constituinte brasileira.

Diante de nossas análises, acreditamos que o período de Leonardo Boff como redator da *R.E.B.* foi o mais vivo, porém o mais polêmico. E tornou-se um espaço aberto aos pensadores ligados a Teologia da Libertação, além de terem muitos trabalhos de caráter acentuadamente pastoral publicados nesta fase. No entanto, desde 1986, sob a direção de Frei Elói Piva, a *R.E.B.* voltou ao estilo de normalidade impresso por seu fundador Frei Tomás Borgmeier. A tônica atual tem sido, segundo Saranyana⁵²⁴, “gentileza e cidadania, longe de todo sensacionalismo. Evitando controvérsia e partidarismo”. Foi essa tônica de normalidade

⁵²¹Doutora em Teologia Sistemática, pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Foi decana na PUC-RJ, durante seis anos e pesquisa sobre a mulher, a espiritualidade e a violência.

⁵²²Doutora em Filosofia pela PUC-SP, ligada a uma corrente da Teologia da Libertação, intitulada Teologia Feminista. Lecionou no Instituto Teológico de Recife, durante 17 anos, com Dom Helder Câmara. Em 1989, o Instituto Teológico foi fechado por determinação do Vaticano. Além disso, foi condenada ao silêncio obsequioso por ser contrária à moral da Igreja, especialmente, no que concerne ao aborto.

⁵²³Doutor em História Eclesiástica pela Pontifícia Universidade Gregoriana, também professor no Instituto de teologia Franciscano (ITF) e continua como redator da *Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.)* até a presente data.

⁵²⁴SARANYANA, Joseph-Ignasi. Medio siglo de la Revista Eclesiastica Brasileira (REB). In: *R.E.B.*, v.48, fascículo 220, mar.1986, p. 267. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-145, 01, 02.

que caracterizou a revista por décadas e trouxe um prestígio reconhecido, não somente no Brasil, mas em todo o mundo católico.

3.11- O surgimento da Revista Serviço de Documentação (SEDOC)

No ano de 1968, foi criada a revista Serviço de Documentação (*SEDOC*) por sugestão de Frei Boaventura Kloppenburg, a partir da *Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.)*. Esta possuía uma seção de documentação, que estava tendo problemas de espaço devido ao grande volume de documentos elaborados após o Concílio Vaticano II. O primeiro número da *SEDOC* foi publicado em julho de 1968, organizado por Frei Odilon Orth, redator, com o auxílio do Pe. Romeu Dale e do jornalista leigo José Kosinski de Cavacanti. Frei Odilon foi redator até 1969, quando o cargo foi assumido por Frei Orlando Bernardi. Frei Orlando exerceu a função até 1980, quando foi substituído por Frei Antônio Moser.

O periódico era publicado mensalmente e abordava um campo específico de documentação no período por nós estudado, como: a palavra do Papa, os pronunciamentos do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), os documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as cartas pastorais de repercussão nacional, as definições do episcopado nacional e internacional e os atos do poder público que digam respeito à missão da Igreja.

A revista⁵²⁵ encontrava-se dividida nas seguintes seções: “Papa”, “Santa Sé”, “Ecumenismo”, “Brasil”, “América Latina”, “Outros Continentes” e “Atos do Poder Público”. O periódico destinado ao clero católico apresentava como um de seus objetivos: a publicação de documentos oficiais dos diversos organismos da Igreja Católica. Os documentos eram apresentados em português, na íntegra e sem comentários (apenas com uma introdução que contextualizava o documento), no entanto a *SEDOC*, ao realizar tal seleção do conteúdo presente no periódico, mostrava uma forma de discurso. Portanto, no fascículo da *R.E.B.*, de junho de 1968, encontramos na seção “Crônica Eclesiástica” o texto intitulado “*SEDOC: Serviço de Documentação, Nossa Nova Revista*”⁵²⁶, no qual enfatiza o propósito do periódico:

SEDOC não pretende ser a melhor no gênero, mas quer servir bem, consciente de sua limitação, mas consciente também de sua possibilidade de aperfeiçoamento. A equipe redacional se compõe de pessoas propositadamente selecionadas de ambientes heterogêneos e com mentalidades diversas. A única finalidade dessa escolha de pessoal e outros detalhes minuciosamente estudados é a de servir com mais objetividade, sem ideologia única ou extremada. *SEDOC* quer documentar, não condicionar os leitores a uma linha de pensamento. Quer tão só apresentar o documento, as conclusões ficam a gosto de cada leitor. Ainda que a documentação da nova revista tenha caráter universal, *SEDOC* dará mais ênfase ao que é nosso: brasileiro e latino-americano. Infelizmente, estamos mais a par das atividades européias no setor eclesiástico, do que das nossas. E não que a América Latina e o Brasil nada tenham a oferecer. Pelo contrário. Além de numeroso, o nosso Episcopado, Clero e Laicato são eficientes. Tem muito a dizer, especialmente agora quando as atenções do mundo e da Igreja se voltam esperançosas para o nosso continente. Esperamos que nossa

⁵²⁵A revista *SEDOC* encontra-se em formato original e disponível ao acesso público na Biblioteca do Seminário São José.

⁵²⁶KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *SEDOC: Serviço de Documentação, Nossa Nova Revista*. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun.1968, p.470. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 16.

documentação convirja para SEDOC e por ela será divulgada pelo Brasil e pela América Latina.⁵²⁷

Observamos que a *SEDOC* almejava documentar e despertar um senso crítico no leitor, além de enfatizar mais as atividades brasileiras e latino-americanas, pois de um modo geral eram colocadas em segundo plano. Vejamos um trecho do primeiro Editorial da Revista *SEDOC*, referente a julho de 1968: “O seu único compromisso com o leitor é o de servi-lo, com consciência crítica – o que a obrigará a aperfeiçoar-se, sempre que possível.”⁵²⁸

Seu público-alvo são bispos, vigários-gerais de dioceses, cúrias diocesanas, professores de teologia, casas provinciais, bibliotecas de institutos teológicos ou faculdades e tribunais eclesiásticos.

Assim, a revista *SEDOC* é um importante instrumento de referência para documentos oficiais a nível eclesiástico. É um periódico fundamental para aqueles que necessitam acompanhar as declarações oficiais da Igreja, pois publica sistematicamente os documentos de todos os níveis da instituição e dos outros organismos afins.

3.12 - A *R.E.B.* reaviva a sua memória

Antes de abordar os artigos publicados na *R.E.B.* referente à memória da mesma, gostaria de levantar a seguinte questão: o que é memória? Pois bem, na sua denominação mais habitual, corresponde a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados. Segundo José D’Assunção Barros⁵²⁹, a memória coletiva era interpretada como um depósito de dados não problematizados, tornando-se natural que, diante de uma significação como essa, a noção de memória fosse contraposta à ideia de História, esta compreendida como uma área do conhecimento fundamentalmente problematizadora.

Tal concepção de memória não cabe, na atualidade, à operacionalização das questões que são discutidas no seio das ciências humanas. Nesse sentido, existe um campo de estudos intitulado “Memória Social”, institucionalizado academicamente nas últimas décadas.

Para Jacques Le Goff⁵³⁰, a memória é a propriedade de conservar determinadas informações. Por outro lado, Nora⁵³¹ enxerga a memória como aberta a uma dialética de lembrança e esquecimento. Assim, a memória deixa de ser limitação para a historiografia, e passa a ser fator de enriquecimento de perspectivas. Vejamos as palavras de Nora⁵³² sobre memória:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.⁵³³

⁵²⁷KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *SEDOC: Serviço de Documentação, Nossa Nova Revista*. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun.1968, p.470. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 16.

⁵²⁸CAVALCANTI, Frei José Kasinski de; DALE, Frei Romeu; ORTH, Frei Odilon. *Editorial da Revista Sedoc*. In: *Sedoc*, v. 1, fascículo 01, jul.1968, p. 06.

⁵²⁹BARROS, José D’Assunção. “História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço”. *Revista Mouseion*, v. 3, n. 5, jan – jul/2009, p. 35-67.

⁵³⁰LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

⁵³¹NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Tradução: Yara AunKhoury. *Apud*: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, 1981.

⁵³²*Idem*.

⁵³³*Ibidem*, p. 19.

Já Michael Pollak⁵³⁴ acredita que a memória é constituída por pessoas, acontecimentos, lugares e personagens. Os acontecimentos podem ter sido vividos pessoalmente ou pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencer. As pessoas podem ou não ter participado do acontecimento naquele espaço-tempo, mas contribuem para a construção da memória. Por sua vez, os lugares são aqueles ligados a uma lembrança que favorece um sentido de pertencimento.

Portanto, tais critérios colaboram para a construção da memória, seja de forma inconsciente ou consciente. Para Pollak⁵³⁵, a memória é, deste modo:

(...) um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.⁵³⁶

No que concerne aos discursos de memória, Huyssen⁵³⁷, a partir das análises sobre eventos traumáticos no século XX, sobretudo o Holocausto, afirma que tais discursos de memória, fundamentados pelo deslocamento da sensação quanto à passagem do tempo e da experiência, passam por uma ruptura. Para o autor, a mudança na sensação de temporalidade é decorrente da interseção entre a transformação tecnológica, novos padrões de consumo e mídia de massa.

Hartog⁵³⁸ intitula essa nova historicidade de “presentismo”, ou seja, conceito baseado no tempo presente. Tanto Hartog⁵³⁹ quanto Huyssen⁵⁴⁰ concordam que a patrimonialização⁵⁴¹ é fruto do dito “presentismo”.

Segundo Fico⁵⁴², a noção de episódio traumático como vinculado ao período da ditadura militar brasileira deve ser utilizada com prudência. Vejamos:

A violência foi muito diferente em países como o Chile, a Argentina ou o Brasil. Se na Argentina ela definitivamente perpassou a sociedade, no Brasil ela foi escamoteada pela censura e outros mecanismos. A Guerrilha do Araguaia foi censurada, as ações armadas urbanas eram vistas pela sociedade como terrorismo, a tortura era negada e ocultada do grande público.⁵⁴³

Para o autor, o que marca “a memória sobre a ditadura militar brasileira não é o trauma pela violência, mas a frustração das esperanças”, haja vista a existência da impunidade dos crimes cometidos, uma vez que os delituosos beneficiaram-se com a lei da Anistia. Assim, a falta de ruptura com essa época da nossa história caracterizada pelo cerceamento das liberdades democráticas nos dá a impressão de não ter acabado.

⁵³⁴POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio.” *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n. 3, 1989, p. 03-16.

⁵³⁵*Idem*.

⁵³⁶*Ibidem*, p. 16.

⁵³⁷HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

⁵³⁸HARTOG, François. “Tempo e patrimônio”. In: *Varia História*. v. 22, n.36. 2006, p. 261-273.

⁵³⁹*Idem*.

⁵⁴⁰HUYSSSEN, *Op. Cit.*, 2000.

⁵⁴¹Podemos dizer que a patrimonialização seria o reconhecimento social e político de acontecimentos, lugares e eventos como referências ou lugares que necessitam ser preservados e não podem ser esquecidos. Para uma maior compreensão do tema, ver: PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; ASSIS, João Marcus Figueiredo. “A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de arquivo”. In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 10, 2016, p. 81-89.

⁵⁴²FICO, Carlos. “História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. In: *Varia História*. v. 28, n. 47, Belo Horizonte, jan-jun. 2012.

⁵⁴³*Ibidem*, p. 50.

Evidenciamos a complexidade dos campos de memória e não pretendemos esgotar as possibilidades de discussão desta temática tão importante. No entanto, levantamos esse assunto porque a *R.E.B.* em vários artigos demonstrou a preocupação de criar e manter acesa a sua memória e o seu lugar no mundo católico.

Na edição de junho de 1951, encontramos um texto intitulado “Dez anos da *Revista Eclesiástica Brasileira*”⁵⁴⁴, escrito por Cônego Agnelo Rossi⁵⁴⁵, um dos principais colaboradores do periódico, onde tal definição se expressa claramente. Vejamos um fragmento no qual enfatiza a importância da revista nessa primeira década de existência:

A nossa revista, com efeito, triunfou. Um dos nossos mais preciosos colaboradores, Côn. Agnelo Rossi, considerando em 1951 os dez primeiros anos de existência e atividade da *R.E.B.*: 1) A *R.E.B.* tem sido para a maioria um manancial de lições utilíssimas, recordando temas já conhecidos mas não aprofundados, sugerindo problemas e soluções e despertando o gosto pelo estudo das questões eclesiais. É praticamente o único manual de estudos para diversos sacerdotes, tão assoberbados se encontram com outros problemas. 2) A publicação constante dos documentos pontifícios, a orientação segura e positiva da revista, contribuem não só para melhor formação do clero como também para a sua união, sempre mais estreita e afetuosa, com o pensamento e os desejos da Santa Sé. 3) A *R.E.B.* estimulou o espírito de pesquisa de muitos sacerdotes e lhes abriu a existência duma revista eclesial de grandes proporções. 4) Revelou a *R.E.B.* novas capacidades, tornou-as conhecidas e apreciadas por todo o país, dando um golpe ao sentimento de inferioridade, assaz frequente entre nós, que pouca confiança deposita nos valores nacionais, exaltando, por vezes desmesuradamente, os elementos estrangeiros. 5) A *R.E.B.* tem sido providencial laço de união entre o clero deste gigantesco país, plasmando uma mesma mentalidade, toda ela voltada ao serviço de Deus e da Pátria. 6) Finalmente, a *R.E.B.* é uma afirmação da cultura e do valor do clero brasileiro diante dos leigos, de outras classes intelectuais e também do Exterior.⁵⁴⁶

Após examinarmos esse trecho, cuja ênfase é a importância da *R.E.B.*, nos deparamos em março de 1953, na seção “Comunicações”, com um texto intitulado “*Revista Eclesiástica Brasileira*”⁵⁴⁷, escrito pelo redator do presente periódico, Frei Boaventura Kloppenburg. O

⁵⁴⁴ROSSI, Dom Agnelo. Dez anos da Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v. 11, fascículo 02, jun. 1951, p. 225-231. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 21.

⁵⁴⁵Nasceu em 1913, Campinas (SP). Ingressou em 1926 no Seminário Diocesano de Campinas (SP), onde fez o curso ginasial, estudou Filosofia e iniciou o aprendizado de Teologia. Em 1935, entrou para a Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, pela qual se licenciou em Teologia e Filosofia. Dois anos depois, foi ordenado sacerdote na basílica de São João de Latrão, ainda em Roma. De volta ao Brasil, iniciou sua carreira eclesial como secretário do bispo diocesano de Campinas, Dom Francisco de Campos Barreto. Liderou em Campinas o movimento de formação de meditantes da Ação Católica Brasileira (ACB), além disso, deu assistência eclesial à Juventude Independente Católica (JIC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1956, foi eleito bispo de Barra do Piraí (RJ) e empenhou-se na construção de um seminário interdiocesano para a região da Baixada Fluminense, na organização da diocese de Nova Iguaçu (RJ) e na dinamização da catequese popular. Em 1960, foi designado delegado do Episcopado Brasileiro no Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Em 1964, o papa Paulo VI designou-o para ser arcebispo de São Paulo. Consultar o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro no seguinte site: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 28 ago.2014.

⁵⁴⁶ROSSI, Dom Agnelo. Dez anos da Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v. 11, fascículo 02, jun. 1951, p. 225-231. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 21.

⁵⁴⁷KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *Revista Eclesiástica Brasileira*. In: *R.E.B.*, v. 13, fascículo 01, mar. 1953, p. 126-128. Biblioteca Nacional (BN), cód.2-135, 01, 04.

autor destaca que a *R.E.B.* foi fundada em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial – período de ameaças e incertezas. Além disso, Kloppenburg ressalta que, ao longo desses 12 volumes com um total de 12.382 páginas, podemos perceber a relevância e as dificuldades enfrentadas pela revista. No decorrer do comunicado, o redator fez citações de edições anteriores, como as do ano de sua fundação (1941) e de quando a mesma completou uma década (1951). Acreditamos, portanto, ser esta uma maneira de reavivar a memória da *R.E.B.*, com o intuito de frisar sua importância político-teológica na Igreja e também entre os leitores católicos.

No ano de 1965 – um ano depois do golpe militar de 1964 –, a *R.E.B.* completou 25 anos e nesse contexto, Dom Agnelo Rossi (Cardeal Arcebispo de São Paulo e Presidente da Comissão Central da CNBB) escreveu o artigo “25º ano da *Revista Eclesiástica Brasileira*”⁵⁴⁸. Vejamos:

Quando se planejou o lançamento da *Revista Eclesiástica Brasileira*, Frei Tomás Borgmeier teve a gentileza de procurar-me no Seminário Central do Ipiranga em São Paulo, onde era professor, para conhecer minha opinião e colher minhas sugestões. Entomólogo de renome mundial, mercê de suas pesquisas e profundos estudos sobre as formigas e também da revista internacional de Entomologia, que dirige, Frei Tomás Borgmeier lançava, em bases sólidas, a *R.E.B.*, projetando assim o clero brasileiro no cenário mundial com uma publicação periódica, em nada inferior ao que de melhor se divulga, no gênero, em outros grandes países católicos. Nossa revista avante-se até às demais por ser mais completa e volumosa. A *R.E.B.*, entretanto, seria apenas um dos grandes empreendimentos dos franciscanos do Brasil, no setor da publicidade. Por uma transformação radical passariam a própria Editora de Petrópolis e suas publicações, especialmente a revista *Vozes*. Quem visita, hoje, após 25 anos, a Editora *Vozes* vê, entusiasmado e satisfeito, quanto avançaram os franciscanos na técnica e no apostolado da imprensa...por ocasião da última sessão do Concílio pudemos verificar, em livrarias de Roma, que as edições das *Vozes* sobre o Concílio, particularmente os três volumes da série *Concílio Vaticano II* e a coletânea *A Sagrada Liturgia Renovada pelo Concílio*, se destacavam na bibliografia conciliar. Aliás, o fascículo da *R.E.B.* de dezembro de 1964, é inteiramente consagrado à última sessão conciliar e dá aos leitores uma visão panorâmica dos derradeiros trabalhos conciliares, enquanto aguardamos o volume IV da coleção *Concílio Vaticano II*, anunciado para abril próximo.⁵⁴⁹

Dom Agnelo Rossi, àquela altura, figura singular do Episcopado brasileiro, através das suas memórias sobre a fundação da *Revista Eclesiástica Brasileira*, buscou se inserir como elemento constituinte.

Sob a competente direção de Frei Boaventura Kloppenburg, a *R.E.B.* continua sua trajetória, servindo ao clero brasileiro na época do Concílio Vaticano II, decisiva na História Eclesiástica. O erudito franciscano, que faz parte do Secretariado Nacional de Teologia da CNBB, é igualmente perito solícito do Concílio, o que muito veio contribuir para o bom desempenho de sua missão de jornalista e de editor...quando a *R.E.B.* completou seus dois primeiros lustres, distinguiu-me a redação com o amável convite de redigir a

⁵⁴⁸ROSSI, Dom Agnelo. 25º ano da Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v. 25, fascículo 01, mar. 1965, p. 03-05. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 09.

⁵⁴⁹*Ibidem*, p. 03.

nota oficial do primeiro decênio, talvez por ter sido, então, colaborador assíduo, máxime com meus estudos sobre protestantismo no Brasil.⁵⁵⁰

E, para destacar ainda mais a importância dessa memória compartilhada, Dom Agnelo Rossi buscou assinalar o papel internacional que a revista desempenhou ao longo do Concílio Vaticano II e ao mesmo tempo sublinhar a sua importância:

Durante a terceira sessão conciliar, em Roma, Frei Boaventura Kloppenburg solicitou-me o artigo sobre os 25 anos da *R.E.B.*, alegando nossos vínculos de grande amizade. Acedi com a esperança de ter vagar e tempo para, em Ribeirão Preto, compulsar a coleção da *R.E.B.* e depois referir algo objetivo sobre o imenso trabalho realizado pela revista neste quartel de século. Graças a *R.E.B.*, possuem os padres do Brasil um instrumento idôneo para sua atualização pastoral. Nada poderíamos dizer de melhor em justo elogio à *R.E.B.*, aos seus fundadores, redatores e colaboradores.⁵⁵¹

Ainda no período de comemoração dos 25 anos da revista, publicou-se o artigo “Fastos Jubilares”⁵⁵², escrito pelo Padre Waldomiro Pires Martins, apresentando como temática principal a história da *R.E.B.* e o posicionamento do periódico diante dos assuntos latentes em nossa sociedade. Segundo este padre:

Nas páginas da *Revista Eclesiástica Brasileira*, palpitam e latejam os acontecimentos religiosos da atualidade. Nelas percebo um equilíbrio consciente e calculado. Há tomadas de posição firmes e decididas, dentro de inegável fidelidade à Igreja. De outro lado, ao que parece, a *Revista Eclesiástica Brasileira* não quis manifestar-se de fato, em algumas discussões que alvoroçaram círculos eclesiais e leigos do Brasil, em torno de problemas sociais e religiosos. Sempre evitou polêmicas. Por isso mesmo, nunca concordou em ser tribuna livre. A meu ver, a *Revista Eclesiástica Brasileira*, por índole, não se comprometeu em pronunciamentos apaixonados, nem sequer a propósito dos debates conciliares, ocasião em que tantos se apaixonaram. Ela quis ser sempre a revista de todo o clero e para todo clero.⁵⁵³

Na seção “Comunicações”, do fascículo de setembro de 1966, encontramos o texto “No jubileu da Revista Eclesiástica Brasileira”⁵⁵⁴, escrito pelo Monsenhor Joaquim Nabuco sobre os 25 anos do periódico. Vejamos:

Em março de 1941, a *Revista Eclesiástica Brasileira* publicava, seu primeiro número e agora, vinte e cinco anos depois, publica seu número jubilar. Eu não posso deixar de lhe enviar uma palavra minha, porquanto nestes vinte e cinco anos, deste ou daquele modo, tenho estado unido à *R.E.B.*, acompanhando sua vida em ascensão. Não sei precisar o dia, mas foi em março de 1941: Frei Thomaz Borgmeier ia lançar uma nova revista em

⁵⁵⁰ROSSI, Dom Agnelo. 25º ano da Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v. 25, fascículo 01, mar. 1965, p. 04. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 09.

⁵⁵¹ROSSI, Dom Agnelo. 25º ano da Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v.25, fascículo 01, mar.1965, p. 05. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 09.

⁵⁵²MARTINS, Waldomiro Pires. Fastos Jubilares. In: *R.E.B.*, v. 25, fascículo 04, dez.1965, p. 867. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,11.

⁵⁵³MARTINS, Waldomiro Pires. Fastos Jubilares. In: *R.E.B.*, v. 25, fascículo 04, dez.1965, p. 867. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,11.

⁵⁵⁴NABUCO, Monsenhor Joaquim. No jubileu da Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v.26, fascículo 03, set.1966, p.656. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,13.

continuação de *COR*, que apareceu nos anos de 1939 e 1940, e veio almoçar comigo aqui em Petrópolis, para falarmos da nova revista. De início, disse-me Frei Thomaz que queria uma publicação trimestral, ponto importantíssimo e no qual estava de pleno acordo: uma revista científica, nos moldes desejados se fosse mensal, como alguns queriam, teria sido necessariamente coisa de segunda ordem, como há tantas, e não uma revista de classe e de peso como é. Frei Thomaz já tinha escolhido o nome: seria a “Revista do Clero”. Ai eu discordei, dizendo que a nova publicação deveria ter uma nota brasileira: *Revista Eclesiástica Brasileira* seria um nome ideal. Frei Thomaz, que recebe imediatamente uma boa ideia, pensou e disse que sim, mas, ajuntou, “terei prejuízo porquanto o título de *Revista do Clero* já está impresso”. (até hoje esta Redação tem papel impresso com esse nome). E ficou a nossa *R.E.B.* Frei Thomaz pediu-me um artigo para o primeiro número, e escolhi um da minha velha predileção: “O direito litúrgico no Concílio Plenário brasileiro”, e nos dez primeiros anos fui um dos que mais contribuíram. Lembro-me dum artigo meu sobre “Breviário e Meditação”, publicado em dezembro de 1942, que provocou fortes discussões: em certa diocese enquanto o pregador do retiro o denunciava como perigoso, o bispo o fazia ler no refeitório. O jubileu da *R.E.B.* é motivo de grande alegria e satisfação para todo o clero brasileiro, e me congratulo com Vossa Reverência, a cujo saber e prudência a direção da revista foi confiada e com a bemérita Ordem Franciscana.⁵⁵⁵

Ao analisarmos esse trecho, percebemos que a *R.E.B.* procurava reavivar a sua memória, através de um comunicado escrito pelo Monsenhor Joaquim Nabuco ao redator da época – Frei Boaventura Kloppenburg – no ano de publicação jubilar. No decorrer do texto, Nabuco mostra a sua importância na história da revista, desde a sugestão do nome *Revista Eclesiástica Brasileira* até a contribuição com diversos artigos.

Vale salientar, contudo, que a *R.E.B.*, embora tenha sido criada pelos Franciscanos, buscou ser, acima de tudo, uma revista “do clero e para o clero”, isto é, um lugar de fala e de poder reconhecido dentro do “corpo místico” da Igreja e, por isso mesmo, capaz de influenciá-lo. Esse projeto fica especialmente visível, além disso, na própria constituição da memória sobre a criação e atuação histórica da revista, tal como vimos e analisamos.

⁵⁵⁵NABUCO, Monsenhor Joaquim. No jubileu da Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v.26, fascículo 03, set.1966, p.656. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,13.

CAPÍTULO IV – *R.E.B.* E AS ESTRATÉGIAS CATÓLICAS PARA A REFORMA AGRÁRIA

4.1 - A *R.E.B.* e o contexto agrário brasileiro

A partir dos anos 50, setores da Igreja Católica no Brasil, assim como nas demais regiões da América Latina, intensificaram os movimentos de análise das realidades socioeconômicas de seus povos, aumentando o “cristianismo da libertação”.⁵⁵⁶ Baseado no método marxista-cristão de interpretação e transformação da realidade, os movimentos do “cristianismo de libertação” não enxergavam os pobres apenas como dignos de caridade, mas como pessoas aptas a lutarem por uma sociedade mais justa e cristã, para se tornarem sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

Nas décadas de 1950 e 1960, a *R.E.B.* apoiava uma Reforma Agrária baseada na ordem pública e na paz, uma vez que contribuiria para a solução dos problemas que afligiam o país, tais como: êxodo rural; inflação; ameaça do comunismo e conflito entre grandes proprietários de terra e camponeses.

Desde a década de 1950, a região Nordeste se transformou no centro dinâmico do envolvimento da instituição católica com as lutas sociais das classes populares, gerando por sua vez, conflitos com os governos militares. As políticas desenvolvimentistas incidiram sobre a construção de grandes projetos de infraestrutura nas áreas de fronteira agrícola e o estímulo à expansão da agroindústria. Tais projetos de modernização econômica beneficiaram os latifundiários revelando-se extremamente excludentes para os camponeses, colonos e comunidades indígenas. A principal consequência foi uma série de conflitos sociais que exacerbaram com o uso da violência repressiva particular e estatal.

Diante desta situação, observamos o texto “Sugestões de D. Helder sobre o problema nordestino”⁵⁵⁷, publicado na seção “Crônica Eclesiástica”. Vejamos:

Por hoje, limitemo-nos a encarar, um instante, três problemas que estão exigindo uma atitude mais clara e decidida por parte da Igreja no Brasil, especialmente nas áreas subdesenvolvidas: a) posição em face da reforma agrária; b) posição em face do colonialismo interno e c) posição em face das vítimas do desenvolvimento. Quanto a reforma agrária, D. Helder lembrou várias experiências bem sucedidas, feitas por bispos que conseguiram transformar a situação infra-humana de numerosas famílias pela distribuição das terras da diocese. No entanto, não deixou de confessar as infintas dificuldades encontradas para tal empreendimento. Não basta dar terra ao trabalhador. Necessário se torna também assisti-lo técnica, financeira, social e espiritualmente. Do contrário nunca faltarão aproveitadores que hão de comprar o terreno por um nada e deixar os trabalhadores em miséria ainda mais lastimável.⁵⁵⁸

E ainda:

Uma sugestão foi feita aos órgãos oficiais encarregados da Reforma Agrária. Lembrou D. Helder que com o brasileiro nada se consegue mediante pressão fiscal ou confisco. O que se requer é apenas tino, jeito. Um modo de solução

⁵⁵⁶LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000. Na presente obra, nos deparamos com uma interpretação renovada desse movimento teológico (“cristianismo da libertação”), no qual se levou em consideração as tensões entre a ética católica e o espírito do capitalismo e os conflitos de classes.

⁵⁵⁷KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Sugestões de D. Helder sobre o problema nordestino. In: *R.E.B.*, v.26, fascículo 02, jun. 1966, p. 452-454. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,12.

⁵⁵⁸KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Sugestões de D. Helder sobre o problema nordestino. In: *R.E.B.*, v.26, fascículo 02, jun. 1966, p. 452-453. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,12.

seria este: O governo promover no Nordeste um encontro de órgãos como a IBRA, o INDA, o Banco do Nordeste, o IAA, a SUDENE, a COHEBE, com proprietários que se disponham a projetos válidos de promoção humana de seus trabalhadores rurais (...). Para entender o Nordeste é preciso entender o desenvolvimento. E no Brasil, para entender o desenvolvimento, é preciso entender o Nordeste.⁵⁵⁹

Nesse sentido, D. Helder apontava os principais problemas do Nordeste do país e destacava alguns caminhos para a referida região se desenvolver econômica e socialmente, incluindo os camponeses e colonos, excluídos dos projetos de modernização.

Dentro desse aspecto, consideramos importante analisarmos o texto “Problemas do canavieiro nordestino”⁵⁶⁰, no qual se retratava a triste realidade vivida pelo trabalhador rural da região Nordeste e a necessidade de lutar por um povo tão sofrido, por meio do relatório elaborado pelo Pe. Paulo Crespo. Vejamos um trecho da crônica, publicada na *R.E.B.* em setembro de 1966:

É necessário que o poder público faça funcionar os seguintes princípios: 1) Dar função social à propriedade privada. 2) Dar primazia e atenção ao trabalho e não só ao capital. 3) Planejar e executar em função do social e não apenas do econômico. Ao final de seu relatório o Pe. Crespo apresenta duas classes de medidas aptas a solucionarem o problema: a) Medidas imediatas resumindo-se nisso: 1) Cumprir o decreto n. 57.020 do ano passado que ordena a concessão de 2 hectares ao trabalhador rural da zona canavieira, para plantio e criação; 2) Não conceder financiamento aos empresários rurais que não paguem pontualmente os salários; 3) Oferecer as terras liberadas pelas usinas e engenhos às famílias de agricultores, dentro das normas do Estatuto da Terra; 4) Nomear uma equipe coordenadora dos esforços da SUDENE –CARITAS – Sindicatos Rurais e Patronais – COHAB – DER, etc; para projetos específicos de auto-ajuda, como: construção de casas, plantação orientada e financiada, etc. b) Medidas imediatas, sintetizadas nestes dois itens: 1) Reestruturação de todo o sistema de agro-indústria de Pernambuco. 2) Início “de uma política de cana e não do açúcar, procurando preparar e incentivar a implantação de projetos que industrializem a cana, para outros produtos que não apenas o açúcar, como prensados, plásticos, papel, adubo”. 3) Criação de gado em larga escala.⁵⁶¹

Portanto ao examinarmos o documento supracitado, percebemos um grito de alerta para os canavieiros nordestinos e a necessidade do poder público investir socialmente na região, através de medidas, como a “concessão de 2 hectares ao trabalhador rural da zona canavieira”, a “reestruturação de todo o sistema de agro-indústria” e o cumprimento do Estatuto da Terra, ao “oferecer as terras liberadas pelas usinas e engenhos às famílias de agricultores”.

Dentro desse panorama, a CNBB estava produzindo documentos através dos quais já demonstrava o seu posicionamento. Em 1964, a Comissão Central elaborou a “Declaração da Situação Nacional”⁵⁶². Em 1968, Dom Candido Padim publicou o documento “A Doutrina da

⁵⁵⁹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Sugestões de D. Helder sobre o problema nordestino. In: *R.E.B.*, v.26, fascículo 02, jun. 1966, p. 453-454. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,12.

⁵⁶⁰KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Problemas do canavieiro nordestino. In: *R.E.B.*, v.26, fascículo 06, set. 1966, p. 731-732. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 13.

⁵⁶¹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Problemas do canavieiro nordestino. In: *R.E.B.*, v.26, fascículo 03, set. 1966, p.732. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 13.

⁵⁶²CNBB. “Declaração da situação nacional”. In: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 147-149.

Segurança Nacional à luz da Doutrina Social da Igreja”⁵⁶³. Em 1973, a Regional Nordeste II da CNBB elaborou “Eu ouvi os clamores do meu povo”⁵⁶⁴ e a Regional Centro-Oeste escreveu “Marginalização de um povo – grito das Igrejas”⁵⁶⁵. A publicação desses documentos não significou que a Igreja tenha assumido uma luta contra a ordem econômica do país. No entanto, vale ressaltar, a desconfiança de parte do clero, com relação às possibilidades das injustiças sociais não serem superadas com a ordem social e econômica da época.

Os documentos elaborados pela CNBB não estão isolados, pois se inserem numa perspectiva progressista no continente latino-americano. Nesse sentido, devemos ressaltar o texto “Conclusões de Mar del Plata sobre a presença ativa da Igreja no desenvolvimento e na integração da América Latina”⁵⁶⁶. Trata-se de um documento aprovado pelo Papa Paulo VI, na X Assembléia Extraordinária do CELAM em Mar del Plata. A seção “III. Reformas Básicas para a transformação de estruturas” apresenta o tópico sobre reforma agrária. Inicialmente é abordada uma justificativa para a realização da mesma:

Nos quadros das reformas estruturais exigidas pelas populações latino-americanas tem fundamental importância a Reforma Agrária. Tanto para as populações como para a vida econômica de cada país, são tão graves os inconvenientes do latifúndio como os prejuízos do minifúndio. É necessário, portanto, estabelecer uma política de redistribuição da terra. Áreas imensas, improdutivas, nas mãos de poucos, clamam por um acesso mais equitativo das populações à propriedade. O bem comum deve ser respeitado em defesa do mesmo direito de propriedade. Sempre que o bem comum exija uma expropriação, a indenização deve ser avaliada com equidade, tendo em conta todo o conjunto das circunstâncias.⁵⁶⁷

No trecho acima, percebemos a relevância da reforma agrária para o desenvolvimento econômico e social de um país. Além disso, o bem comum deve ser respeitado em prol do mesmo direito de propriedade. Já na segunda parte do documento, incumbe também à Igreja esforçar-se para que fossem realizados programas de reforma agrária. Vejamos as indicações para a mesma ser colocada em prática:

- 1) Contribuir para a elevação do nível de vida da população rural, dando às propriedades ligadas à Igreja uma função social efetiva.
- 2) Contribuir para a criação de uma classe média rural capaz de participar na vida social, econômica, cultural e política de cada país.
- 3) Contribuir para a elevação da produtividade da terra, mediante a propagação e adoção de técnicas modernas de produção.
- 4) Estimular a educação fundamental nas áreas rurais, especialmente utilizando os recursos audiovisuais e associativos.
- 5)

⁵⁶³PADIN, D. Cândido. “A doutrina da segurança nacional à luz da doutrina social da Igreja”. In: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 150-167.

⁵⁶⁴CNBB. “Eu ouvi os clamores do meu povo”. In: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 168-199.

⁵⁶⁵CNBB. “Marginalização de um povo – grito das Igrejas”. In: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 200-239.

⁵⁶⁶PAPA PAULO VI. Conclusões de Mar del Plata sobre a presença ativa da Igreja no desenvolvimento e na integração da América Latina. In: *R.E.B.*, v.27, fascículo 02, jun. 1967, p. 453-466. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 14.

⁵⁶⁷PAPA PAULO VI. Conclusões de Mar del Plata sobre a presença ativa da Igreja no desenvolvimento e na integração da América Latina. In: *R.E.B.*, v.27, fascículo 02, jun. 1967, p. 458. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 14.

Assegurar, através de organismos competentes, oficiais e privados, um amplo programa de assistência técnica e de crédito financeiro.⁵⁶⁸

Pelo exposto acima, percebemos orientações direcionadas ao aumento da produtividade da terra, ao estímulo à educação e criação de uma classe média rural, gerando uma participação mais efetiva na vida política, social e econômica em nosso país. Posteriormente, o Departamento Latino-Americano de Ação Social do CELAM promoveu em maio de 1968, em Itapoã (BA), um encontro de bispos presidentes das comissões episcopais de ação social, cujo objetivo primordial da reunião foi procurar estabelecer um programa, a fim de concretizar a ação da Igreja na América Latina, em prol do desenvolvimento e integração do continente. Assim:

Dentro do atual sistema – crêem os congressistas – será impossível que a América Latina saia do subdesenvolvimento, a não ser que se chegue a uma reforma profunda, audaz e urgente das atuais estruturas sociais. Mas a reforma de que necessitamos não deve simplesmente moldar-se pelos figurinos de outros países. Entrando no campo social, a Igreja não quer usurpar as funções do Estado, mas sim influir moralmente com sua doutrina e emprestar a voz aos milhões de camponeses marginalizados do continente, a fim de reclamar seus direitos, criar consciência perante as autoridades e a opinião pública. Nesse sentido é que se devem empreender verdadeiras reformas agrárias. O que não significa simplesmente repartir terras, mas antes estabelecer condições que salvaguardem os direitos dos camponeses à produção, à produtividade, à estabilidade dos preços, à cultura, à participação na vida global da sociedade. Deve promover-se igualmente o acesso à propriedade da terra. Apela os congressistas aos cristãos para que “apóiem as justas reivindicações camponesas, favoreçam como fator indispensável para o desenvolvimento a organização dos marginalizados, a organização dos camponeses em juntas de ação comunal, cooperativas, ligas agrárias e sindicatos que sejam independentes de qualquer controle estatal e político. Sem a ação coletiva é indispensável alcançar o bem coletivo do desenvolvimento”.⁵⁶⁹

E ainda:

Como educadora a Igreja não pode esquecer a importância que se deve atribuir, no processo do desenvolvimento, à formação e educação de base. Nossas classes marginalizadas são pobres – dizem os participantes do encontro – pobres de bens materiais, mas ainda mais pobres de ideias: Não tem ideia da sua dignidade, de seus direitos e deveres, de sua posição no mundo e na sociedade. Necessitam de ideias, mas também da maneira de torná-las eficazes. É preciso educar e organizar o camponês. Diante do problema do desenvolvimento integral, os Bispos latino-americanos estão convencidos de que é preciso formar e informar os principais agentes do desenvolvimento: dirigentes econômicos, sociais e políticos, a fim de despertá-los para suas responsabilidades (...). Outro ponto a que se deve prestar atenção é a formação de líderes populares. No futuro cada Comissão de Ação Social irá elaborar programas próprios a fim de executá-los em seus

⁵⁶⁸PAPA PAULO VI. Conclusões de Mar del Plata sobre a presença ativa da Igreja no desenvolvimento e na integração da América Latina. In: *R.E.B.*, v.27, fascículo 02, jun. 1967, p. 458. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 14.

⁵⁶⁹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Presença ativa da Igreja no desenvolvimento latino-americano. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 478-479. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

próprios países. Isto também contribuirá para tornar mais efetiva a ação da Igreja no desenvolvimento e integração da América Latina.⁵⁷⁰

Percebemos, a partir dos trechos sobreditos, as estratégias utilizadas pela Igreja Católica para colocar em prática um projeto de desenvolvimento político, econômico e social no continente latino-americano, sobretudo, a reforma agrária. Portanto, a Comunidade Eclesial de Base, as lideranças rurais e as Frentes Agrárias compõem os mecanismos católicos para a implementação da reforma agrária, como analisaremos no decorrer deste capítulo.

Ao pesquisarmos o fascículo da *R.E.B.* de setembro de 1969, nos deparamos com uma crônica, em nome dos bispos do Rio Grande do Sul, a respeito da redistribuição de terras:

Os bispos pedem a redistribuição maciça das terras, com o fito de formar uma classe média rural. Depois da instalação do GERA (Grupo Executivo da Reforma Agrária), visando a acelerar a implantação da reforma agrária, os bispos julgam seu dever formular um veemente apelo a Vossa Excelência no sentido de que aquele órgão de cúpula da administração federal haja por bem assegurar prioridade de execução neste Estado, ao chamado “Projeto Litoral Sul”. Acham eles que o RS é o estado ideal para iniciar com êxito a reforma agrária, por possuir, em áreas aptas às atividades agrícolas, numerosos latifúndios e minifúndios, estes últimos com baixos índices de produtividade e alto grau de disseminação. Em vista disso, é necessário lembrar os minifúndios antieconômicos a fim de abrir novas frentes de trabalho para os agricultores minifundistas excedentes e seus filhos. Lembrando depoimento de um técnico da FAO, que vê no minifúndio não um problema, mas sim “uma das maiores possibilidades para a agricultura latino-americana” afirmam que o Projeto Litoral Sul é o único a apresentar feição de autêntica implantação da reforma agrária no RS. Realizado o Projeto, a região passará a ser uma das mais desenvolvidas do país e irá apresentar um índice triplicado de produção de arroz, multiplicação das pastagens, implantação de rebanhos leiteiros, criação de indústrias de laticínios, etc. Sob o aspecto moral citam melhorias feitas na região pelo DNOS, representando valorização para as propriedades de uns poucos à custa da coletividade, “o que revela gritante violação dos princípios morais da justiça distributiva”. Nesses casos, a desapropriação por interesse social é imperativo que o próprio poder público se impôs. Concluindo o Memorial, afirmam os bispos não assumirem responsabilidade pelo aspecto técnico da questão, mas apenas desejarem “definir as normas que estão em jogo e cuja observância, nos casos concretos acima focalizados, se faz indispensável à construção de uma sociedade humana mais justa e cristã”.⁵⁷¹

A partir da análise do “Memorial sobre a reforma agrária”⁵⁷², percebemos a defesa dos bispos pela redistribuição de terras, com o intuito de se formar uma classe média rural, sobretudo, no Rio Grande do Sul. Consideravam este estado ideal para a realização da reforma agrária, por apresentar “numerosos latifúndios e minifúndios, estes últimos com baixos índices de produtividade e alto grau de disseminação”.

⁵⁷⁰KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Presença ativa da Igreja no desenvolvimento latino-americano. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 479-480. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

⁵⁷¹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Memorial sobre a reforma agrária. In: *R.E.B.*, v. 29, fascículo 03, set. 1969, p. 710-711. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 19.

⁵⁷²*Idem.*

Posteriormente, a hierarquia elaborou os documentos “Eu ouvi os clamores do meu povo”⁵⁷³ e a “Marginalização de um povo – grito das Igrejas”⁵⁷⁴, sendo os mais ousados e importantes, pois não apresentavam o reformismo típico das instituições eclesiais. Ambos são caracterizados por textos de denúncias frente à realidade política e social brasileira.

O documento “Marginalização de um povo – grito das Igrejas”⁵⁷⁵ apresenta uma linguagem popular, com o escopo de aproximá-lo do cotidiano de seus habitantes. Outro aspecto importante é a condenação do sistema capitalista como causador dos males às sociedades. Assim, os bispos reprovavam uma sociedade dividida em classes e proclamavam o fim da propriedade privada. Posteriormente, foi realizada uma análise mais aprofundada da reforma agrária no Brasil e também descreveram as péssimas relações de trabalho no campo, bem como a estrutura fundiária em nosso país. Assim:

O que é preciso mesmo é mudar a estrutura da produção rural. Uma “reforma agrária” que não mexe na posse das propriedades não é verdadeira. É só remendo. E para mudar mesmo, dizem os técnicos (e os que experimentaram para valer), é preciso não ser muito demorada nem pode ser feita por partes. É preciso que ela seja rápida, global e profunda. É preciso que ela vença o latifúndio. Que, em vez dele, se organize outro modo de posse da terra. E se queremos uma mudança profunda, precisamos vencer a propriedade particular da terra, chegando a um modo socializado do uso da terra. Mas o erro mais sério daquilo que chamamos de “reforma agrária” é que ela é organizada e encaminhada pelos próprios latifundiários ou por técnicos pagos por eles, sem nenhuma ou com fraca presença dos maiores interessados, os camponeses. Pelo contrário, em seu lugar, entram: os representantes das associações dos grandes produtores, representantes das agências de crédito agrícola e comercial mais importantes e militares. É assim que está organizado o Instituto de Reforma Agrária, encarregado de fazer a reforma.⁵⁷⁶

Portanto, uma reforma agrária sem a participação dos camponeses seria uma reforma contra eles. Nesse sentido, o aumento da produção daria a impressão, que os problemas do meio rural estivessem solucionados, entretanto, o povo continuaria cada vez mais marginalizado. O referido documento defendia que “a verdadeira caridade para o homem do campo é transformar a estrutura da produção rural por meio do camponês”⁵⁷⁷. Tal convicção já se encontrava expressa na encíclica *Mater et Magistra*⁵⁷⁸, dispendo que “estamos convencidos que os protagonistas do próprio progresso econômico e social assim como da elevação cultural nos meios rurais devem ser os próprios interessados, isto é, os lavradores.”⁵⁷⁹

⁵⁷³CNBB. “Eu ouvi os clamores do meu povo”. In: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 168-199.

⁵⁷⁴CNBB. “Marginalização de um povo – grito das Igrejas”. In: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 200-239.

⁵⁷⁵*Idem*.

⁵⁷⁶*Idem*, p. 222.

⁵⁷⁷CNBB. “Marginalização de um povo – grito das Igrejas”. In: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 223.

⁵⁷⁸O objetivo central da encíclica consistiu em lançar um olhar sobre os problemas da vida social contemporânea, desde as primeiras luzes do ensinamento do Papa João XXIII, a fim de formular um conjunto de observações que compõem um programa. Deste modo, trata-se de resolver os problemas temporais, a partir da Doutrina Social Católica. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 26 set. 2017.

⁵⁷⁹Encíclica *Mater et Magistra*. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 26 set. 2017.

Ao analisarmos o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”⁵⁸⁰, observamos que seu conteúdo denuncia a situação de miséria da região Nordeste, abordando os seguintes aspectos: desemprego e subemprego; saúde; desigualdade regional; educação; nutrição e subnutrição; habitação. Ao longo do texto, o governo é apontado como causador da miséria da maioria da população:

O controle da propriedade da terra e do capital por minorias cujos interesses se opõem aos interessados da grande maioria do povo constitui a chave para o entendimento da situação de pobreza, opressão e injustiça social vigente no Nordeste.⁵⁸¹

Em relação ao problema agrário, o documento nos mostra a dificuldade de libertação do camponês, através do acesso a terra. Deste modo:

Não é porque falte terra no Nordeste. O cadastramento de propriedades rurais, efetuado pela IBRA em 1967, revelou que 50% do total da área cadastrada se encontram ociosos. A ociosidade das terras, de um lado, e a impossibilidade de trabalhar a terra, de outro, têm como resultado o estado de subnutrição e de fome que assola a população camponesa. Outra implicação está em que amplia o número de desempregados no campo, favorecendo a preservação de relações de trabalho que de certa maneira perpetuam formas de exploração próprias do regime de servidão.⁵⁸²

Dentro dessa conjuntura, a *R.E.B.* publicou um texto sobre o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”, na seção “Crônica Eclesiástica” no ano de 1973. Vejamos um trecho:

Trata-se de uma tomada de posição, motivada pela angústia dos pastores, diante dos sofrimentos do povo humilhado e oprimido, e na linha de fidelidade ao homem, dentro do atual contexto histórico brasileiro. Inicialmente, aborda-se a realidade do homem nordestino, onde a nota dominante é a do subdesenvolvimento, caracterizado por opressão, miséria e injustiça estrutural. O quadro é calcado à luz de dados fornecidos pelas próprias fontes oficiais (IBGE, informes da SUDENE, pesquisas diversas de órgãos federais naquela área). (...) Faz-se um balanço do que se fez nos últimos vinte anos em prol do desenvolvimento do Nordeste e coloca-se a pergunta: será que o subdesenvolvimento é ali uma fatalidade? Examina-se então o chamado “milagre brasileiro”, contra o qual se lança a crítica fundamental: os ricos estão ficando cada vez mais ricos, à custa do crescente empobrecimento dos que já são pobres. Após referir-se à crescente marginalização do povo e ao agravamento do problema agrário, a conclusão pede que se pense em resolver os problemas de nosso povo, não apenas superando o capitalismo internacional, como também levando o povo a assumir seu papel no longo processo de libertação “através da longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção”.⁵⁸³

⁵⁸⁰ CNBB. “Eu ouvi os clamores do meu povo”. In: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 168-199.

⁵⁸¹ *Ibidem*, p. 190.

⁵⁸² *Idem*, p. 191.

⁵⁸³ BOFF, Frei Leonardo Boff. Eu ouvi os clamores do meu povo. In: *R.E.B.*, v.33, fascículo 131, set. 1973, p. 723. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,09.

Observamos a angústia dos pastores em relação às condições precárias e de subdesenvolvimento do povo brasileiro, sobretudo da região Nordeste do país. Além disso, realizou-se uma crítica ao chamado “milagre brasileiro”, no qual os ricos estariam ficando cada vez mais ricos, à custa “do crescente empobrecimento dos que já são pobres”. E, portanto, o documento conclui que para solucionar tais problemas, faz-se necessário superar o capitalismo internacional, como também as classes populares deveriam assumir o papel de protagonistas no processo de libertação.

Lima⁵⁸⁴ destaca que o conteúdo dos referidos documentos, nos mostra uma relação conflituosa entre a Igreja e o Estado. Dentro desse panorama, Renato Cancian⁵⁸⁵, argumenta que a ditadura, ao reprimir os clérigos e militantes católicos, fortaleceu a unidade entre boa parte dos setores da instituição contra o regime. Desta forma, podemos elucidar com o caso do missionário francês Padre Jacques Jentel, condenado a 10 anos de prisão em sentença proferida pelo tribunal militar de Campo Grande (MT). O missionário era acusado de ter incitado à violência os posseiros espoliados pela Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), em Santa Teresinha, Prelazia de São Félix do Araguaia. A *R.E.B.* publicou uma crônica sobre este caso:

No julgamento, que não demorou mais de uma hora, a acusação expôs que o padre Jentel “pleiteara a reforma agrária por meio violento, a guerra, quando os princípios da revolução de 31 de março de 1964 aspiram essa modificação por meios pacíficos. Disse que Jentel, quando deveria ter por símbolo o Cristo, comportava-se como um guerrilheiro, distribuindo armas e munições aos posseiros violentos...” A defesa compunha-se de dois advogados: Heleno C. Fragozo, do Rio, e Nelson Trad, de Campo Grande. Um dos advogados, na argumentação de defesa, ponderou o seguinte: o IPM havia armado uma trama contra o missionário francês, apresentando-o como transgressor da lei penal. No entanto, o padre fora agredido em sua obra social (construção dum ambulatório, que homens da CODEARA queriam demolir), o que provocara a reação dos posseiros, beneficiários da obra; a reação dos posseiros fora organizada por eles mesmos, sem interferência do padre. Ora, o padre não cometera crime algum contra a segurança nacional, pois este só se configura quando ela corre risco em suas feições interna e externa.⁵⁸⁶

Deste modo, a *R.E.B.* procurou ressaltar que o referido caso, não correspondeu a um exemplo de luta de classes e sim uma escaramuça entre posseiros e dirigentes da CODEARA e seus empregados. Para Cancian⁵⁸⁷, a repressão e a tortura contra os opositores políticos e membros dos quadros eclesiais envolvidos em atividades pastorais converteram-se nos aspectos mais sensíveis do conflito Igreja-Estado. Os militares negavam a prática e a existência dos centros de tortura, entretanto o trabalho da Igreja popular na área dos direitos humanos comprovou que se tratava de uma política de Estado.

Podemos ilustrar com a crônica “O testemunho de um lavrador nordestino”⁵⁸⁸, publicada na *R.E.B.*, em setembro de 1976. Trata-se de um depoimento do líder sindicalista

⁵⁸⁴LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁵⁸⁵CANCIAN, Renato. “Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais”. *Revista Angelus Novus*, ano VII, n. II, 2016, p.95-116.

⁵⁸⁶BOFF, Frei Leonardo. Prelazia de São Félix do Araguaia. In: *R.E.B.*, v.33, fascículo 131, set. 1973, p. 726. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,09.

⁵⁸⁷CANCIAN, Renato. “Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais”. *Revista Angelus Novus*, ano VII, n. II, 2016, p.95-116.

⁵⁸⁸BOFF, Frei Leonardo. O testemunho de um lavrador nordestino. In: *R.E.B.*, v.36, fascículo 143, set. 1976, p. 701. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,15.

rural Manoel da Conceição dos Santos, que após ser preso e torturado diversas vezes, enxergou o exílio voluntário como a única solução. Segundo ele, no Brasil só restariam dois lugares: “ficar na cadeia ou debaixo do chão”⁵⁸⁹. Antes de ir para a Europa, ele deu uma entrevista coletiva à imprensa, no qual a revista reproduziu na íntegra. Vejamos alguns trechos, a fim de compreendermos melhor o contexto da época:

Em agosto de 1963 ajudei a fundar o Sindicato dos Lavradores de Pindaremirim. Em novembro já tínhamos quatro mil associados. A nossa primeira reivindicação foi pedir a mudança de uma lei municipal que dizia que o lavrador que tivesse sua propriedade invadida pelo gado devia comunicar ao dono do gado para que providenciasse a retirada e, no caso de não ser atendido, devia procurar a prefeitura. (...) Em abril de 1964 fecharam o Sindicato. Durante o mês de maio me prenderam cinco vezes, na cadeia municipal. (...) Em julho de 1968, nós chamamos um médico para tentar fazer a erradicação da malária junto aos lavradores. Acho que o prefeito não queria que o Sindicato desse essa assistência, porque ele podia perder votos. E então mandou a polícia municipal invadir a casinha onde o médico dava consultas. Fui preso novamente, dessa vez ferido na perna direita com cinco balas. Depois de seis dias de prisão, como só passavam mertiolate na minha perna, deu gangrena.⁵⁹⁰

E ainda:

Em junho de 1972, fui preso em São Luís. Logo depois me levaram para o Rio de Janeiro, para um local que não tenho a menor ideia de onde seja, acho que era um local clandestino. Me levaram encapuçado, deitado no chão de um carro, coberto com uma lona e com uma esteira bem pesada. Foi nesse lugar que sofri as torturas mais terríveis. Logo que cheguei tiraram minha perna mecânica: para andar, eu precisava me arrastar no chão. A coisa que mais me assustou foram as caveiras dependuradas. Era uma coisa imunda, os cidadãos com o couro seco, horríveis, com os olhos saltados. Os torturadores diziam que eram cadáveres de subversivos que se negaram a falar. Diziam que depois de algum tempo em que eu estivesse desaparecido, a opinião pública iria esquecer de mim e eles me jogariam no mar ou na montanha. Isso era a mesma coisa que a morte para mim, pois ninguém sabia onde eu estava, todos achavam que tinha desaparecido, e houve uma grande reação internacional ao meu desaparecimento, conforme soube depois de sair. Para comer, me deram apenas pão molhado em água, durante mais ou menos quinze dias. Eu tinha que fazer as necessidades fisiológicas no cubículo onde estava, e depois de alguns dias não agüentava mais o mau cheiro. Nos primeiros dias me espancaram muito. Depois me penduraram pelos braços e ataram meu pênis com uma corda para que eu não urinasse. Eu estava com dores terríveis, minha perna inchava demais, até que chegou um momento em que perdi a noção de que era vivo. Acordei num hospital. Depois do tratamento, voltei novamente para a tortura. Em quatro meses, fui seis vezes ao hospital levado como morto. Numa vez saía sangue do meu nariz, da orelha e da boca, e eu estava com o corpo cheio de manchas azuis e roxas. Depois sai desse local e fui levado para o CENIMAR, onde fui mais torturado ainda. (...) Queria que eu acusasse a Igreja de subversiva, e eu me neguei a fazer uma acusação falsa como essa. Uma vez estava

⁵⁸⁹ *Idem.*

⁵⁹⁰ BOFF, Frei Leonardo. O testemunho de um lavrador nordestino. *In:* R.E.B., v.36, fascículo 143, set. 1976, p. 703. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,15.

encapuçado e ouvi uma voz dizer: “Temos que fazer um feixe de padres estrangeiros e mandá-los para o inferno.”⁵⁹¹

Através dos fragmentos supracitados, identificamos a perseguição do regime militar aos movimentos sociais, como, por exemplo, aos sindicatos. Além destes terem sido extintos, suas lideranças foram duramente torturadas e presas. Segundo Manoel da Conceição “chegou um momento em que perdi a noção de que era vivo”. Após um breve tratamento, foi movido “novamente para a tortura”. Por diversas vezes foi levado ao hospital como morto e em um determinado momento “saía sangue do meu nariz, da orelha e da boca, e eu estava com o corpo cheio de manchas azuis e roxas.”

Por meio deste depoimento publicado na *R.E.B.*, percebemos o cerceamento das liberdades civis e democráticas e a violação dos direitos humanos, assim como a relação conflituosa entre Igreja-Estado. Conforme Manoel expôs em sua declaração, os militares queriam que ele acusasse a Igreja de subversiva.

Segundo Ivo Poletto⁵⁹², o projeto agrário do governo militar teve como objetivo firmar as empresas agropecuárias, a fim de modernizar seu processo de produção e com isso aumentar a sua capacidade de produzir itens para o mercado internacional. Desta forma, os empresários propunham uma “reformulação fundiária” ou uma “reorganização agrária” com o objetivo de solucionar tais conflitos e aumentar a exportação dos produtos agropecuários. Nesse sentido, o documento “Comunicação Pastoral ao Povo de Deus – Documento elaborado pela Comissão Representativa da CNBB”⁵⁹³ destaca que o problema da má distribuição da terra em nosso país remonta ao período colonial, no entanto acentuou-se na década de 1970, como fruto da política de incentivos fiscais às grandes empresas agropecuárias. A seguir citaremos um trecho publicado na seção “Documentação”, da *R.E.B.* em dezembro de 1976:

A má distribuição da terra, no Brasil, remonta ao período colonial. O problema se acentuou, porém, nos últimos anos, como resultado da política de incentivos fiscais às grandes empresas agropecuárias. Como resultado negativo, além da desenfreada especulação imobiliária levada ao interior do país, surgem às grandes empresas que, aparelhadas com recursos jurídicos e financeiros, acabam com os pequenos proprietários, expulsando indígenas e posseiros de suas terras. Estes pequenos proprietários, sitiados e posseiros, com dificuldade até para obter uma carteira de identidade não conseguem documentar a posse de terra ou fazer valer, perante a justiça, os seus direitos de usucapião. São então, expulsos das terras, tangidos para mais longe, até para países vizinhos, ou transformados em novos nômades destinados a vagar pelas estradas do país. Quando resistem, dão margem aos conflitos que se multiplicam, especialmente nas regiões amazônica e mato-grossense. Outros demandam as cidades mais próximas, provocando a vasta migração interna, que termina por “inchar” as grandes cidades onde tem que se alojar em casebres miseráveis, levando vida desumana, até que sejam varridos para mais longe, quando as áreas, nas quais se instalaram, passam a ser de interesse para especulação imobiliária ou para a implantação de grandes projetos de urbanização. Antes disso, porém, já terão sofrido os males da

⁵⁹¹BOFF, Frei Leonardo. O testemunho de um lavrador nordestino. *In: R.E.B.*, v.36, fascículo 143, set. 1976, p. 704-705. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,15.

⁵⁹²POLETTI, Ivo. “A Comissão Pastoral da Terra e a questão agrária”. *In: PAIVA, Vanilda (org.) Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

⁵⁹³CNBB. Comunicação Pastoral ao Povo de Deus – Documento elaborado pela Comissão Representativa da CNBB. *In: R.E.B.*, v.36, fascículo 144, dez. 1976, p.937-947. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,15.

cidade grande, tais como o aviltamento dos salários e a péssima qualidade, ou total ausência, dos serviços urbanos.⁵⁹⁴

Através da exposição acima, observamos o fato das grandes empresas associadas aos recursos jurídicos terem contribuído para a expulsão dos pequenos proprietários e posseiros de suas terras. E como consequência, estes se transformaram em “novos nômades destinados a vagar pelas estradas do país” ou migrar para cidades mais próximas e viverem em condições subumanas, devido a ausência dos serviços urbanos.

É importante ressaltar que os governos militares, através das exportações, decidiram transformar a agricultura em fonte de divisas. Assim, surgiram grandes projetos agrícolas, assistência técnica, política de crédito rural, tudo em função das grandes empresas e dos latifundiários, no qual podemos destacar as seguintes características: o uso da tecnologia moderna, a ampla produção e o assalariamento. Portanto, produziam não para o mercado interno e sim para o externo.

Dentro desse contexto, o episcopado paranaense distribuiu uma nota à imprensa mostrando sua preocupação com os rumos da política agrária no Paraná. O referido texto foi publicado na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.*, no fascículo de junho de 1978:

A nota de 17-2-1978 lembra situações que podem desagregar a família do lavrador (êxodo para a cidade, penetração de grandes empresas no campo, crescente empobrecimento do camponês, ambições de lucro) e pergunta: Por que dar tanto incentivo às grandes empresas sufocando a pequena propriedade? Por que deixar intactos os latifundiários paranaenses, com mais de quatro milhões de hectares de terras, não aproveitados? Como explicar, num país de dimensões continentais como o Brasil, o êxodo de mais de 300 mil brasileiros para o Paraguai? Por que a política agrária de nosso governo, com tanto estímulo à modernização, não procura alterar a estrutura fundiária e dar maior quinhão de terra aqueles que, para sobreviver, dela dependem de fato?⁵⁹⁵

Deste modo, o episcopado questionava o incentivo aos latifundiários e grandes empresários, em detrimento do trabalhador rural. Além disso, indagavam como o país apresentava uma política agrária com tanto estímulo à modernização e não buscava transformar a estrutura fundiária, valorizando as pessoas que dependiam da terra para sobreviver.

De acordo com Assunção⁵⁹⁶, o golpe de 1964 disciplinou as relações de produção na agricultura. Assim, fazia-se necessário uma evolução em tais relações, a fim de não alterar os interesses dos latifundiários, associados ao projeto de internacionalização da economia brasileira. Nesse sentido, Dom Ivo Lorscheiter afirmou em Porto Alegre ser contra a concessão de incentivos fiscais para as grandes empresas agrícolas, como na Amazônia, por exemplo. Assim:

Considerando que “não é correto dizer que a grande empresa produz melhor, pois, com exceção do gado e do café, são as pequenas e médias propriedades que produzem muito mais”. Sobre esse assunto, o assessor da Comissão

⁵⁹⁴CNBB. Comunicação Pastoral ao Povo de Deus – Documento elaborado pela Comissão Representativa da CNBB. In: *R.E.B.*, v.36, fascículo 144, dez. 1976, p.942. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,15.

⁵⁹⁵BOFF, Frei Leonardo. Política agrária no Paraná. In: *R.E.B.*, v. 38, fascículo 150, jun. 1978, p. 355. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,18.

⁵⁹⁶ASSUNÇÃO, José Carlos Siqueira de. “O movimento de evangelização rural”. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

Pastoral da Terra (CPT), José de Souza Martins, utilizando-se de dados do IBGE, constata em artigo publicado no jornal “Movimento” que “a fome está vindo da grande lavoura cuja produção é proporcionalmente inferior à dos pequenos agricultores”. Estabelecimentos com menos de 20 hectares produziram em 1970 mais da metade do amendoim, mandioca e feijão, além de 38,5% do milho; 37,8% da batata; 35,9% da soja; 28,4% do arroz. Os latifundiários produziram apenas 1,0% de amendoim; 1,2% de mandioca; 2% de feijão; 4,2% de milho; 2,1% de batata; 4,7% de soja; 11,3% de arroz. O valor da produção por hectare nos estabelecimentos pequenos foi de 377 mil cruzeiros, enquanto que nos grandes foi de apenas 27 mil cruzeiros.⁵⁹⁷

Ao analisarmos o texto publicado na seção “Crônica Eclesiástica”, em 1980, na *Revista Eclesiástica Brasileira*, percebemos que tanto a CNBB quanto a CPT defendiam a tese das pequenas e médias empresas produzirem mais, ao serem comparadas aos grandes empreendimentos. Destarte, estes órgãos basearam-se em dados do IBGE, no qual “a fome está vindo da grande lavoura cuja produção é proporcionalmente inferior à dos pequenos agricultores”. Deste modo, estabelecimentos com menos de 20 hectares produziram 38,5% de milho; 37,8% de batata; 35,9% de soja; 28,4% de arroz; e os latifúndios produziram 4,2% de milho; 2,1% de batata; 4,7% de soja e 11,3% de arroz.

Ainda na seção “Crônica Eclesiástica”, de junho de 1980, nos deparamos com um texto a respeito da questão fundiária. Nele apóia-se a reforma agrária na região do Araguaia – local de muitos conflitos pela posse da terra. Vejamos:

Decreto assinado pelo governo brasileiro vai promover uma reforma agrária na região do Araguaia. Nessa área já ocorreram muitos conflitos pela posse da terra, e mais de seis mil pessoas se acham ameaçadas de expulsão de suas lavouras e residências. Um sociólogo de São Paulo considerou inoportuna a intervenção governamental porque, segundo ele, não vai resolver o problema dos posseiros. O governo – disse o pesquisador paulista – pensa apenas em segurança nacional e, com o decreto, espera esvaziar “o nível de organização popular que está mais crescendo na região”. Segundo esse mesmo sociólogo, o decreto parece incentivar os posseiros e índios a tomarem medidas radicais e extremadas (invasão de terras, por exemplo), para chamarem a atenção e despertarem o interesse governamental para seus problemas.⁵⁹⁸

Ao longo do exposto, observamos que o decreto buscava realizar uma reforma agrária na região do Araguaia, haja vista que mais de seis mil pessoas encontravam-se ameaçadas de expulsão de suas residências e lavouras. Além disso, o documento apresentava o intuito de esvaziar “o nível de organização popular que está mais crescendo na região”.

Segundo Martins⁵⁹⁹, o regime militar procurou modernizar, mantendo a propriedade da terra. Esse processo afastava a alternativa de uma reforma agrária radical, que levasse à expropriação dos grandes proprietários com a sua conseqüente substituição por uma classe de pequenos produtores e pela agricultura familiar, comprometendo os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas. Observamos uma opção de larga

⁵⁹⁷BOFF, Frei Leonardo. Pequena e média empresa agrícola. In: *R.E.B.*, v. 40, fascículo 158, jun. 1980, p. 350. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

⁵⁹⁸BOFF, Frei Leonardo. Decreto assinado pelo governo brasileiro. In: *R.E.B.*, v. 40, fascículo 158, jun. 1980, p. 353-354. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

⁵⁹⁹MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

durabilidade e não apenas uma alternativa transitória para esvaziar as tensões sociais no campo.

Na *R.E.B.* de dezembro de 1981, publicou-se um escrito intitulado “Citação do deputado Ronan Tito (PMDB-MG)”⁶⁰⁰, no qual era abordado o fato do governo manter os privilégios e não realizar uma reforma agrária, de fato.

São 17 anos – disse o Deputado por MG – escamoteando a opinião do povo brasileiro. Quer-se apenas “tapar o sol com a peneira”. “Não se quer Justiça Agrária – disse o Sr. Ronan Tito – não se quer Reforma Agrária; o que se quer é manter os privilégios, o que se quer é usar aqui aquele ditado francês: “Mudar tudo para que nada se mude”. E ao terminar seu aparte, o Deputado mineiro frisou: ‘Qual é o sustentáculo deste sistema que está aí? Um dos tripés é justamente essa classe que V. Exa disse muito bem, que detém a posse, mas apenas a posse.

Grosso modo, para os militares a reforma agrária deveria ser um instrumento de modernização econômica e não para a transformação social. Nesse contexto, a reforma sobredita serviria para combater os comunistas, mas também todo o corporativismo concorrente, fosse *progressista* ou *conservador*, incluindo o católico. Dentro dessa conjuntura, a CNBB recebeu em maio de 1982, um comunicado da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), informando a respeito de novas perseguições:

Sabemos muito bem que não é privilégio nosso. É um clima que se generaliza nas áreas das Igrejas do Brasil, mais comprometidas com o povo. Foram demitidos das escolas ou de outros serviços públicos mais de 50 funcionários, pelo simples fato de formarem parte de nossa comunidade. A seguir, o comunicado refere-se a uma persistente campanha de calúnia contra Dom Pedro e sua comunidade, por parte de um órgão governamental e um jornal daquela região. Agentes de pastoral foram detidos arbitrariamente. A correspondência da Prelazia foi violada; apreenderam-se livros e documentos. O Delegado de Polícia de São Félix invadiu as dependências de um hotel onde se abrigava uma equipe espanhola de jornalistas e interferiu arbitrariamente no seu trabalho. A situação dos posseiros, naquela região, também não melhorou: tem havido espancamentos de posseiros, destruição de casas e queima de roças. Na região de Azulona/Gameleira, mais de 60 famílias vivem há dez anos situação de angústia por defenderem seus direitos. No dia 27 de abril, Dom Pedro foi pessoalmente ameaçado de morte e agredido publicamente com um soco na cabeça e um empurrão, no Ribeirão Bonito, por gente ligada à Polícia. O comunicado termina dizendo que faz tal denúncia ‘para ajudar a tomada de consciência da Igreja e do povo. Frente à badalada abertura oficial (...), a comunidade não pode “nem acirrar, nem esmorecer, nem dormir”. Serenos e corajosos devemos continuar a caminhada, na certeza de que o Senhor e seu povo vencerão.”⁶⁰¹

A revista divulgou o referido comunicado, na seção “Crônica Eclesiástica” em junho de 1982, no qual destacava as perseguições do regime a Dom Pedro Casaldáliga – que foi ameaçado de morte e agredido fisicamente – e a toda Prelazia de São Félix do Araguaia⁶⁰², dentre os quais podemos realçar: detenção de agentes de pastoral de maneira arbitrária;

⁶⁰⁰BOFF, Frei Leonardo. Citação do deputado Ronan Tito (PMDB-MG). In: *R.E.B.*, v. 41, fascículo 164, dez. 1981, p. 833. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,04.

⁶⁰¹BOFF, Frei Leonardo. Perseguição em São Félix do Araguaia. In: *R.E.B.*, v. 42, fascículo 166, jun. 1982, p. 384-385. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,05.

⁶⁰²Ver nota 215.

correspondências da Prelazia violada; apreensão de livros e documentos; espancamento de posseiros; destruição de casas.

Para Luciene Castravechi⁶⁰³, o trabalho de Dom Pedro foi essencial para organizar a permanência dos posseiros nas terras. Com o auxílio da Prelazia, começaram a se formar pequenas vilas onde se construía a Igreja e a escola, contribuindo para a reunião das famílias que estavam dispersas pela região, e, por conseguinte organizando os posseiros ameaçados pelo latifúndio.

Segundo Escribano⁶⁰⁴ uma das principais contribuições que Dom Pedro Casaldáliga deu à Igreja Católica no Brasil foi o impulso à criação de comissões mistas de religiosos, grupos indígenas e camponeses, para a resolução dos conflitos de terra e organização das áreas indígenas. Esse religioso foi um dos principais promotores da CPT e do CIMI⁶⁰⁵, duas organizações tidas como referência na organização dos índios e camponeses, disponibilizando inclusive auxílio técnico e subsídios financeiros que não existiam. Portanto, são entidades que surgiram a partir da Teologia da Libertação, com o escopo de apoiar o homem do campo e têm a finalidade de combater as injustiças.

Podemos dizer que Casaldáliga não se calou diante das injustiças vivenciadas no Araguaia. Mesmo em um período de repressão, ele denunciou a violência, a desigualdade e a morte, suscitados em um contexto político social cujos indivíduos não eram sujeitos da história, mas apenas um dos elementos que moviam a sociedade, os quais tiveram as suas vidas transformadas pelos interesses das forças políticas que estavam direcionadas naquele espaço para elite agrária.

Dentro desse panorama, a *Revista Eclesiástica Brasileira*, publicou a crônica “Padres e posseiros: mantida a condenação”⁶⁰⁶, em março de 1983. Observemos:

A Justiça Militar através do voto dos 13 ministros do Superior Tribunal Militar, proferido aos 03-12-1982, confirmou a sentença condenatória contra os dois padres missionários: Aristides Camio e Francisco Gouriou e os treze posseiros (João Matias e companheiros). O Superior Tribunal Militar rejeitou os argumentos da defesa e fixou as seguintes penas: Pe. Canio condenado a 10ª nos e Pe. Francisco e os restantes posseiros, sem distinção, oito anos de prisão (por maioria de votos). Houve quatro ministros que se proferiram a favor da inocência dos padres, por falta de provas. Três ministros se declararam contra a competência do Tribunal Militar, quanto aos posseiros, e remeteram os outros à Justiça Comum. Aos advogados de defesa dos padres e dos colonos resta ainda um recurso ao próprio STM, dada a não-unanimidade dos votos. A sessão teve a presença de muitos padres, religiosos e 13 bispos, e do superior dos missionários, Pe. Emile Destombes, Aristides Camio e Francisco Gouriou aceitaram com paz a

⁶⁰³ CASTRAVECHI, Luciene Aparecida; GOMES, Maria Henriqueta Santos. “Dom Pedro Casaldáliga: A Igreja do Araguaia e o novo paradigma de organização”. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de (orgs.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p.329-351.

⁶⁰⁴ ESCRIBANO, Francesc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2000.

⁶⁰⁵ O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão vinculado à CNBB, foi criado em 1972 em um ambiente de confronto com o regime militar e de renovação pós-conciliar. Seu objetivo principal era ser o centro coordenador das atividades dos missionários que labutavam entre os índios no território nacional. E desta forma, promover a pastoral indígena; desenvolver a formação antropológica e teológica dos missionários, através de cursos periódicos; conscientizar o povo brasileiro a respeito da causa indígena; estabelecer o relacionamento das missões indígenas com a CNBB e órgãos governamentais, sobretudo a FUNAI, e com missões de outros credos religiosos e assessorar juridicamente os missionários na defesa das terras e patrimônios indígenas. Para uma maior compreensão do tema, ler: PREZIA, Benedito (org.). *Caminhando na luta e na esperança: Retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

⁶⁰⁶ BOFF, Frei Leonardo. Padres e posseiros: mantida a condenação. In: *R.E.B.*, v. 43, fascículo 169, mar. 1983, p.176-177. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,07.

notícia da confirmação da condenação, e aguardam a nova fase do processo.⁶⁰⁷

Ainda na seção “Crônica Eclesiástica”, de março de 1983, nos deparamos com um texto a respeito do encerramento do processo judiciário contra os padres, expulsando-os. Vejamos:

No início de fevereiro de 1983 atribuiu-se ao senhor Raymond Marcellin, ex-ministro francês, a declaração de que seria melhor encerrar o processo judiciário contra os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, expulsando-os. Segundo o secretário geral da CNBB, Dom Luciano Mendes, esta não seria a melhor solução. Deve continuar a tramitação jurídica – disse Dom Luciano – “para que seja reconhecida a inocência deles e se esclareçam as responsabilidades nos conflitos da terra em São Geraldo do Araguaia, que envolvem os 13 posseiros também presos”. Se os padres fossem expulsos, ficaria esclarecida a morte de tantos brasileiros em conflitos por terra? Ficaria solucionado o problema da repartição da terra? Como disse Dom Luciano “continuamos na força da argumentação dos advogados de defesa em prol da inocência dos padres, como temos o direito de esperar que a decisão do poder judiciário seja realmente justa. O problema não está na nacionalidade francesa dos acusados, mas nas injustiças fundiárias e no reconhecimento do direito que a Igreja tem de exercer a sua missão evangelizadora.”⁶⁰⁸

O fascículo da *R.E.B.*, de março de 1983, é um testemunho importante sobre as tensões políticas existentes entre Igreja e Estado, em relação à conjuntura política do Brasil durante a ditadura militar, sobretudo, os conflitos no campo e a condenação dos padres missionários Aristides Camio e Francisco Gouriou. No texto acima, enfatiza-se que o problema não estaria relacionado à nacionalidade francesa dos acusados, mas nas “injustiças fundiárias” e no “reconhecimento do direito que a Igreja tem de exercer a sua missão evangelizadora.”

Assim, o posicionamento de Dom Aloísio em relação à importância da ação e do planejamento do Estado, torna-se evidente na seguinte passagem da *R.E.B.*, em dezembro de 1983:

Dom Aloísio insistiu neste ponto: deve-se despertar a consciência da Igreja nacional: que a problemática do NE não é a seca, mas a injusta distribuição das terras, a concentração de riquezas e a ganância do poder político. Por isso, frisou: “a solução (para os problemas do NE) está numa Reforma Agrária, com a ampla participação dos próprios agricultores e dos seus órgãos de representação”. Quanto à Igreja, compromete-se “a estar junto ao povo sofredor, quer nas comunidades quer nas frentes de trabalho da emergência, lutando por uma vida digna, livre e plena”.⁶⁰⁹

Ao longo da referida crônica, Dom Aloísio frisou que a problemática da região Nordeste do país não era a seca, mas a “injusta distribuição de terras”, a “concentração de

⁶⁰⁷BOFF, Frei Leonardo. Padres e posseiros: mantida a condenação. *In: R.E.B.*, v. 43, fascículo 169, mar. 1983, p.176-177. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,07.

⁶⁰⁸BOFF, Frei Leonardo. Expulsar os padres solucionaria a questão da terra? *In: R.E.B.*, v. 43, fascículo 169, mar. 1983, p.180-181. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,07.

⁶⁰⁹BOFF, Frei Leonardo. Dom Aloísio pede mudanças estruturais. *In: R.E.B.*, v.43, fascículo 172, dez. 1983, p. 846. Biblioteca nacional (BN), cód. 2-138, 01, 08.

riquezas”. Portanto, a solução estaria pautada em uma ampla reforma agrária, incluindo a participação dos agricultores e dos seus órgãos de representação.

A *R.E.B.* mostrava-se, efetivamente, preocupada com a questão da terra no Brasil e isso ficou expresso com a seqüência de escritos relacionados à temática no periódico. Dentro os quais, podemos destacar a crônica “Seminário sobre Reforma Agrária em Canindé, CE”⁶¹⁰, publicada em setembro de 1984. Então:

A reforma agrária não é só a posse da terra; a reforma agrária não pode ser feita isoladamente, sem levar em conta modificações em outros setores da estrutura econômica e social, como parte de uma grande estratégia de mudanças sociais; também não é mera mecanização da lavoura, nem colonização de terras devolutas, nem apenas o aumento dos salários dos camponeses. Mas a reforma agrária inclui modificação radical dos sistemas de posse e uso da terra, redistribuição dos fatores de produção; resgate da economia rural das mãos daqueles que consideram a terra como bem de renda e não de trabalho; o processo de organização da população camponesa, que permitia a incorporação aos processos de tomada de decisão política. (...) Para ser fator de desenvolvimento, de progresso, a reforma agrária não deve ter como objetivo a terra, e sim o homem do campo.⁶¹¹

Logo, a reforma agrária é antes de tudo um problema político. Vale ressaltar que a terra em nosso país ainda é fonte de poder. E por isso, o governo se preocupa em manter as terras nas mãos de “gente de confiança”. Portanto, a reforma agrária inclui uma transformação radical dos “sistemas de posse e uso da terra”; o “processo de organização da população camponesa”, haja vista que o grande objetivo da mencionada reforma deveria ser o homem do campo.

Diante deste cenário, temos o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na região Sul do país, quando aconteceu a ocupação da Gleba Macali, no município de Ronda Alta. Segundo Stédile⁶¹², a gênese do MST ocorreu no interior das lutas de resistência dos camponeses contra a expropriação, a expulsão e o trabalho análogo a escravidão.

No período de 1979 a 1984, tivemos a articulação de ocupações, reuniões e encontros que culminaram no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado entre os dias 21 e 24 de janeiro, no município de Cascavel (PR), oficializando-se a formação do MST. Acompanhando esta conjuntura, a *Revista Eclesiástica Brasileira* publicou no fascículo de março de 1985, o texto “Movimentam-se os trabalhadores sem terra”⁶¹³, na seção “Crônica Eclesiástica”. Vejamos um trecho:

No encontro discutiram e aprovaram entre outras coisas o seguinte: Quem deve ser considerado sem-terra. Devem ser considerados sem-terra os parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, posseiros, ocupantes, assalariados (permanentes e temporários), chacreiros e pequenos proprietários de trechos de terra menores de 5 hectares. Quanto aos princípios gerais do movimento decidiu-se lutar pela reforma agrária, já;

⁶¹⁰BOFF, Frei Leonardo. Seminário sobre Reforma Agrária em Canindé, CE. In: *R.E.B.*, v.44, fascículo 175, set. 1984, p. 632-635. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 10.

⁶¹¹BOFF, Frei Leonardo. Seminário sobre Reforma Agrária em Canindé, CE. In: *R.E.B.*, v.44, fascículo 175, set. 1984, p. 634. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 10.

⁶¹²STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

⁶¹³BOFF, Frei Leonardo. Movimentam-se os trabalhadores sem terra. In: *R.E.B.*, v.45, fascículo 177, mar. 1985, p. 169. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 11.

lutar por construir uma sociedade mais igualitária e justa, lutar para superar o capitalismo, lutar para que a terra esteja na mão de quem a trabalha. Acerca de compromissos práticos, ficou resolvido: unir-se na luta pela conquista da terra; articular lutas mediante encontros, visitas e intercâmbio de experiências, sensibilizar a opinião pública para os direitos dos sem-terra; divulgar suas lutas e conquistas; envolver e pressionar os sindicatos para que assumam a mesma luta e ajudar os sindicatos novos e os antigos a derrubarem as diretorias compostas pelos pelegos; não aceitar a terra por meio de crédito fundiário pelo BNH Rural ou algum outro projeto de fundos de terra que desviam as verdadeiras soluções para os problemas dos lavradores sem-terra. Enfim, referindo-se às terras que reivindicam e devem conquistar, os trabalhadores sem-terra afirmaram que se trata das terras pertencentes às grandes empresas multinacionais, terras de latifúndio, terras devolutas do Estado e terras mal aproveitadas; terras que se acham nas mãos dos que delas não precisam e daqueles que não são agricultores.⁶¹⁴

Através da crônica sobredita, observamos o debate sobre quem deveria ser classificado como sem-terra; os objetivos gerais do movimento e as formas de resistência aos processos de grilagem, espoliação. Já as formas de luta incluíam as ocupações na terra, acampamentos e as negociações para pressionar os governos estaduais e o INCRA.

Posteriormente, José Gomes da Silva saiu da presidência do INCRA não por hostilidade e sim porque o plano original estava muito diluído e enfraquecido. No fascículo de março de 1986 – da *R.E.B.* – publicou-se um texto a respeito do referido episódio:

“Qual a principal força que derrubara o projeto original?” Segundo José Gomes, a principal força foi “a dos fazendeiros paulistas. Eles temiam não pelas suas propriedades de São Paulo. Essas, razoavelmente produtivas, não poderiam ser desapropriadas pelo INCRA. Tinham muito receio, porém, pelo destino das fazendas que mantêm fora do Estado. Os fazendeiros paulistas têm, no conjunto, terras cuja área somada equivale a duas vezes a superfície do Estado”. Costumam usar essas terras para fins especulativos.⁶¹⁵

Durante o governo Sarney foi elaborado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)⁶¹⁶ – conforme analisamos no capítulo 2 – fruto da política de modernização conservadora do setor agropecuário imposto pelo regime militar e também pelas lutas camponesas, em prol de uma autêntica reforma agrária. Dentro desse panorama, os colonos gaúchos sem-terra fizeram uma longa caminhada da Fazenda Annoni, em Sarandi, até Porto Alegre para pedirem justiça. A seguir citaremos alguns trechos do texto “Reforma Agrária interessa a Igreja, porque interessa ao povo”⁶¹⁷, presente na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.*:

Quando chegaram perto da localidade de Nova Hamburgo, tiveram a acompanhá-los o teólogo Frei Leonardo Boff, que foi solidarizar-se com eles; durante um trecho do caminho, o teólogo ajudou os colonos gaúchos a

⁶¹⁴BOFF, Frei Leonardo. Movimentam-se os trabalhadores sem terra. *In: R.E.B.*, v.45, fascículo177, mar.1985, p. 169. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 11.

⁶¹⁵TITTON, Frei Gentil. José Gomes da Silva, ex-presidente do INCRA, explica por que saiu. *In: R.E.B.*, v.46, fascículo 181, mar. 1986, p. 183. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 13.

⁶¹⁶O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária está disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 28 mar. 2018.

⁶¹⁷PIVA, Frei Elói. Reforma agrária interessa a Igreja, porque interessa ao povo. *In: R.E.B.*, v. 46, fascículo 183, set. 1986, p. 681-683. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 14.

carregarem pesada cruz com mais de 200 kg de peso e concelebrou, com mais de 25 sacerdotes, a Santa Missa na Catedral de Nova Hamburgo. Durante a celebração do Santo Sacrifício, Frei Leonardo denunciou o Plano de Reforma Agrária do Governo Federal como demasiadamente tímido e limitado, pois talvez atinja somente uns 10% dos que não possuem terra; censurou o Ministro da Justiça; e declarou que a Reforma Agrária é um assunto que interessa à Igreja, por interessar ao Povo (recordando o recentemente assassinado Padre Josimo, declarou até: “Os latifundiários podem matar quantos padres Josimos conseguirem, porque a Igreja não vai arredar o pé dessa luta”). (...) Os Bispos e Superiores do Sul-3 divulgaram então, documento intitulado “Reforma Agrária também é assunto de Igreja”. No documento se nega que a Igreja esteja estimulando e planejando invasões de terras no Brasil. E, sobretudo se recorda que todo o esforço da CNBB, junto aos colonos, posseiros e índios, obedece as diretrizes que os bispos receberam do próprio Sumo Pontífice, que recomenda reformas corajosas e ousadas para superar os muitos desníveis econômicos e desníveis sociais ainda existentes no Brasil.⁶¹⁸

E ainda:

Entre as vozes daqueles que criticam a Igreja no Brasil, por se intrometer em questões que são exclusivamente da competência do Governo, está a de uma importante figura de Governos anteriores. Trata-se do ex-Ministro da Justiça, o cearense Armando Falcão, dono de uma propriedade em Quixeramobim, com cerca de 1.840 hectares, superfície equivalente a 41 vezes todo o Estado do Vaticano (que é de 44 hectares). Nos tempos em que servia aos Militares, o senhor Falcão se notabilizou pela original resposta que dava aos jornalistas, diante de perguntas incômodas ou irritantes: “Nada a declarar!” Mas agora, quando respiramos os ares da chamada “Nova República” e as vozes de crítica ao Governo ressoam mais franca e corajosamente, ele veio a público, para criticar a atuação da “Igreja progressista”, por ele acusada de estar criando um Brasil “a indústria do conflito”. Para o ex-Ministro da Justiça, não se deve agredir o direito de propriedade, pensando em melhorar a vida do nosso homem do campo. Para essa melhoria acha ainda ele, é indispensável modernizar a agricultura, introduzir melhorias tecnológicas no aproveitamento da terra e melhorar o nível de vida da população rural. E nada disso – afirma – “se confunde com a chamada Reforma Agrária, que no fundo é um slogan, é uma pregação constante da revolução comunista”. E logo depois de isentar o presidente Sarney dessa pecha ideológica, diz ele que a Igreja no Brasil – ou mais especificamente – “a fração marxista da Igreja” “está pregando o conflito (no campo). Está implantando e desenvolvendo a indústria do conflito. Interessante que a entrevista do senhor Falcão seja de junho, quando era bem conhecido, em todo o Brasil, o conteúdo da Carta de João Paulo II, já mencionada elogiando os nossos Bispos, por sua firme e corajosa atuação pastoral em defesa dos direitos fundamentais do povo pobre, em luta por melhores condições de vida.⁶¹⁹

Os fragmentos mencionados acima enfatizavam por um lado a necessidade de se realizar uma reforma agrária seguindo as orientações do Papa João Paulo II. Este recomendava “reformas corajosas e ousadas para superar os muitos desníveis econômicos e desníveis sociais ainda existentes no Brasil”, posto que o plano do governo Sarney era limitado e atingiria “somente uns 10% dos que não possuem terra”. Em contrapartida, o ex-

⁶¹⁸PIVA, Frei Elói. Reforma agrária interessa a Igreja, porque interessa ao povo. *In: R.E.B.*, v. 46, fascículo 183, set. 1986, p. 681-682. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 14.

⁶¹⁹PIVA, Frei Elói. Reforma agrária interessa a Igreja, porque interessa ao povo. *In: R.E.B.*, v. 46, fascículo 183, set. 1986, p. 682-683. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 14.

Ministro da Justiça, Armando Falcão, criticava a Igreja Católica de se intrometer nos assuntos econômicos e sociais. E ainda acusou os setores progressistas da instituição de serem responsáveis por criar a “indústria do conflito”.

Podemos dizer que a Teologia da Libertação foi relevante no processo de conscientização das populações desassistidas, que se organizaram de uma maneira própria através de reivindicações, alterando sutilmente as repressões impostas pelo sistema naquele contexto. Assim, a Prelazia de São Félix do Araguaia, liderada por Dom Pedro Casaldáliga, utilizou-se da referida teologia e constituiu um modo próprio para defender seu povo, uma comunidade articulada, além de priorizar a prática dos direitos humanos e combater a desigualdade social. Em relação à reforma agrária, Dom Pedro disse em entrevista:

A verdadeira reforma agrária seria em primeiro lugar tomar a decisão de acabar com o latifúndio, produtivo ou improdutivo. Eu não aceito essa distinção! Para mim, todo latifúndio que não seja coletivizado, comunitário, todo latifúndio é único, é acumulação, é privilégio, por isso mesmo é expropriação de outros muitos lavradores, de milhares de famílias, de povoados inteiros que poderiam existir dentro desse latifúndio. Pensar numa reforma agrária é responder às necessidades, às exigências e à reunião do povo lavrador. Uma reforma agrária simultaneamente deveria significar uma reforma agrícola, uma reforma da educação, sanidade, saúde, dos meios de comunicação. Uma reforma agrária significaria outra política! Eu duvido muito que esta política que aí está, capitalista liberal, faça Reforma Agrária no Brasil.⁶²⁰

Como podemos observar, para Dom Pedro, o primeiro passo para a reforma agrária seria acabar com o latifúndio, uma vez que a grande propriedade “é acumulação, é privilégio, por isso mesmo é expropriação de outros muitos lavradores” ... “que poderiam existir dentro desse latifúndio”. Portanto, Casaldáliga levou à tona as injustiças cometidas contra os segmentos mais vulneráveis e lutou para conseguir o mínimo de dignidade para a população que era totalmente desassistida.

O debate da reforma agrária continuava vivo no Brasil e os conflitos no meio rural estavam cada vez mais acentuados, as vésperas da promulgação da Constituinte. Vejamos um texto exposto na seção “Crônica Eclesiástica”:

Eis o texto da carta assinado pelos quatro bispos da região Centro e Sul do Pará: “Articulou-se mais uma vez em nossa região, sob o pretexto de garantir a paz e a tranqüilidade, uma operação de desarmamento. A operação foi violenta em vários lugares. (...) Tendo a sede da Fazenda do Banco Bamerindus como quartel general e sob o comando do Capitão Saldanha, cerca de 100 soldados e pistoleiros vestidos com fardas da PM, portando fuzis e metralhadoras, investiram contra os povoados. Mulheres estupradas, crianças amarradas e penduradas pelos cabelos, obrigadas a servir de chamariz para os pais; homens amarrados e espancados com a coronha do fuzil, pisoteados e chutados, forçados a comer excrementos de animais, engolir cigarros e folhas com espinhos; bombas de gás lacrimogêneo atiradas no templo da Assembléia de Deus; tiros ininterruptos e espancamentos dentro da Igreja Católica; mulheres grávidas e crianças tendo que rastejar na lama e entre os formigueiros, enquanto as balas zuniam por sobre as cabeças. Assim se pretendeu levar a paz e a tranqüilidade ao campo numa operação que contou com o apoio de viaturas, aviões, rádios, alimentação e

⁶²⁰PIVA, Frei Elói. Casaldáliga: O Pedro que faz História. In: *R.E.B.*, v. 46, fascículo 184, dez. 1986, p.859. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 14.

alojamento para os soldados nas fazendas Bamerindus, CIB, Pau Ferrado e Pau Preto. Aflitos, os bispos perguntam: “O que dizer das incontáveis prisões ilegais e despejos arbitrários, dos bárbaros assassinatos com mutilações e torturas? O que dizer da impunidade total e da cumplicidade descarada da Polícia, do poder Judiciário e mesmo do Executivo? Diante de tudo isto, os bispos do Centro e do Sul do Pará exclamam: “Basta!”⁶²¹

Diante desse panorama, os grupos conservadores organizavam-se para evitar mudanças no campo e aos poucos a Constituinte delineava alguns gestos de reforma e a instituição católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra, encontrava-se ao lado dos camponeses, a fim de realizar uma reforma agrária que acolhesse as demandas da população sem-terra. Logo, os anos de 1960 a 1980 foram profícuos para os movimentos sociais, sobretudo, no campo. E os membros progressistas⁶²² da Igreja Católica não apenas organizaram os trabalhadores rurais, como também fundaram a Comissão Pastoral da Terra – como analisaremos a seguir.

4.2 – As Frentes Agrárias e o processo de sindicalização rural

Ao examinarmos a seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.* de setembro de 1961, nos deparamos com o texto “Frente Agrária do Paraná”⁶²³, no qual eram abordados os objetivos da Frente Agrária Paranaense (FAP). Esta foi lançada em Maringá, no dia 13 de agosto de 1961, na Festa da Lavoura, patrocinada pelas Dioceses de Maringá, Campo Mourão, Londrina e Jacarezinho. Vejamos:

A Frente Agrária Paranaense tem por finalidade congregar os trabalhadores da lavoura, localizados no Paraná (pequenos sítiantes, colonos, peões, etc.), com o objetivo de lhes proporcionar condições mais humanas de vida, por todos os meios a seu alcance, promovendo de modo especial: 1) a realização de estudos, campanhas e movimentos que visem a apresentação objetiva da nossa verdade agrária; 2) a criação de escolas distritais e escolas radiofônicas para a educação de base dos seus associados e respectivos dependentes; 3) a prestação, aos associados e suas famílias, de assistência à saúde, à maternidade e à infância; 4) a criação de serviços de assistência jurídica aos seus associados, visando a proteção e defesa dos seus direitos junto aos empregadores, bem como o atendimento de reivindicações salariais e de outras reivindicações justas junto aos poderes públicos ou entidades particulares; 5) a prestação de assistência religiosa; 6) a fundação e difusão de serviços de assistência técnica, com o fim de levar aos seus associados, a conseguirem melhor produção em condições mais modernas e mais humanas de trabalho; 7) a fundação de cooperativas de crédito e de consumo; 8) a correta educação dos seus associados, visando prepará-los convenientemente para adequada utilização, exploração e administração de suas futuras propriedades rurais; 9) a realização de entendimentos entre trabalhadores e proprietários, com o objetivo de promover entre todos um clima de harmonia

⁶²¹PIVA, Frei Elói. Bispos compartilham angústias do homem do campo. *In: R.E.B.*, v. 47, fascículo 186, jun. 1987, p.462-463. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 15.

⁶²²O termo faz referência às mudanças adotadas pelos padres e seminaristas que inovaram a prática religiosa, em busca de uma nova teologia e projetos de ação social pelo ativismo político. Segundo Serbin, esta tendência do clero da América Latina foi constatada entre os anos de 1950 e 1980. Sendo assim: “Na Igreja progressista, agir era construir o Reino de Cristo executando o plano de Deus não no outro mundo, mas na Terra, agora.” Ver: SERBIN, Kenneth. *Padres, Celibato e conflito social*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 160.

⁶²³KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Frente Agrária do Paraná. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 780-781. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,02.

e amizade, baseado na compreensão e respeito recíprocos; 10) a colaboração com os poderes públicos ou com outras associações de classe, em campanhas, movimentos e serviços que visem melhorar as condições de vida dos trabalhadores paranaenses da lavoura.⁶²⁴

Nesse cenário, destacamos as lutas que marcaram o início da organização camponesa no Paraná, dentre os quais, podemos citar a Guerrilha de Porecatu e a Revolta do Sudoeste.⁶²⁵ Portanto, durante os anos de 1950, o Norte do Paraná foi palco de intensos conflitos com a formação da chamada Guerrilha de Porecatu, quando os camponeses se armaram, a fim de manter as terras devolutas de Porecatu e Jaguapitã sob seu domínio, uma vez que o governo do estado as haviam repassado aos grandes proprietários rurais.

Ainda no mesmo período, o Sudoeste do Paraná também foi palco de conflitos intensos. Desta forma, as lutas surgiram quando os camponeses foram expulsos de suas terras pela manobra empreendida pelo governo do estado, que concedeu as terras a uma empresa colonizadora. Os camponeses organizaram-se e avançaram para a cidade de Francisco Beltrão e, em seguida, expulsaram as autoridades, tomaram a estação de rádio e, por fim, garantiram a posse das suas terras.

Em meio a esse debate, as dioceses do Paraná, no qual podemos incluir as regiões de Jacarezinho⁶²⁶, Toledo, Palmas, Londrina, Maringá e Medianeira, buscaram realizar uma reforma agrária. A seguir examinaremos uma crônica publicada na *R.E.B.*, a respeito desse projeto de reforma agrária, proposto pelas dioceses do Paraná.

Em 1962 foi feito um levantamento cuidadoso, tendo-se procedido ao loteamento que beneficiará 500 famílias. 50 proprietários já estão trabalhando nestas terras, que agora lhes pertencem. Em breve o número de famílias se elevará a 150, provindas em grande parte do Rio Grande do Sul. Todo o plano está sendo elaborado sem auxílio do Governo, para os próximos 5 anos estão previstas despesas na ordem de quase 800 milhões de cruzeiros (sem levar em conta a desvalorização da moeda e outros imprevistos). O plano não se restringe a distribuição das terras. Tudo se faz dentro das perspectivas cristãs de ajuda ao camponês. Assim, uma cooperativa assistirá a povoação. Serão construídas, além disso, uma capela na sede da cooperativa, um Hospital, Clube recreativo, Clube cultural, Grupo escolar, Colégio, Maternidade: tudo isto na sede. Nos vários distritos também serão construídos Grupos e capelas. Numa palavra: será dada toda a assistência religiosa e social possível. Assim, a reforma, acima de qualquer demagogia, beneficiará realmente os agricultores.⁶²⁷

A Igreja demonstrava estar muito atenta aos fatos sociais desse momento, criando intervenções em áreas de conflito. As dioceses do Paraná, ao procurarem realizar o seu

⁶²⁴ *Idem.*

⁶²⁵ Para uma maior compreensão desta temática, recomendo as seguintes leituras: GOMES, Iria Zanoni. *1957: A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar, 1987. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Geografia e os movimentos sociais. In: *Perspectiva Geográfica*. Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, n° 3, 2007, p. 7-28.

⁶²⁶ É importante frisar a importância do bispo de Jacarezinho, um dos que subscreveu o livro *Reforma Agrária: Questão de consciência*, um manifesto da Igreja conservadora. Para uma maior compreensão das tensões dentro da Igreja Católica e os diversos projetos de reforma agrária, recomendo a leitura: CABRAL, Bruna Marques. *“Do clero e para todo o clero”*: *A Revista Eclesiástica Brasileira e a reforma agrária (1950-1964)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

⁶²⁷ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Dioceses do Paraná fazem Reforma Agrária. In: *R.E.B.*, v.23, fascículo 03, set. 1963, p. 790. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,06.

modelo de reforma agrária, terminaram entrando na disputa pela hegemonia dos trabalhadores rurais.

Para Bassani⁶²⁸, a Igreja Católica agiria como mediadora do conflito, na medida em que teria a incumbência de liderar uma Frente Agrária que, ao invés de se transformar em um instrumento de luta de classe em favor das camadas camponesas, teria como função a interposição entre as classes para se levar ao consenso de como caminhar a problemática agrária. A reflexão de Bassani⁶²⁹ sobre a experiência gaúcha serve para pensarmos e problematizarmos o papel das frentes agrárias de modo geral, embora em cada região elas lidassem com conjunturas políticas e conflitos rurais específicos. Deste modo, as Frentes Agrárias, em especial a Frente Agrária Gaúcha, buscavam, nos ensinamentos do Evangelho, das Encíclicas Papais e nos escritos dos pensadores e ideólogos da instituição católica, a orientação para solucionar os problemas econômicos e sociais. Assim:

(...) a Igreja necessitava sair vitoriosa de qualquer maneira, pois estava em jogo a própria dinâmica de sua manutenção como Instituição. Isso porque era exatamente nas camadas camponesas que a Igreja se encontrava mais enraizada e era nesse mesmo meio camponês que ela buscava a maioria de seus seguidores leigos e fiéis.⁶³⁰

Nessa conjuntura, a Igreja encarregou-se de trazer mais trabalhadores rurais para sua esfera de influência, tendo em vista que os bispos reuniam os camponeses, incentivando-os a desenvolver uma pressão por uma reforma agrária nos moldes cristãos. Com essa finalidade, foram criadas, em diversos estados, as Frentes Agrárias que, segundo a interpretação católica, estariam combatendo o comunismo e introduzindo a verdadeira reforma agrária cristã no país.

Em setembro de 1962, a *R.E.B.* publicou o texto “A fôrça das nossas Frentes Agrárias”⁶³¹, na seção “Crônica Eclesiástica”, dizendo:

As Frentes Agrárias promovidas em vários Estados por Exmos. Senhores Bispos não estão apenas salvando os agricultores brasileiros dos agitadores comunistas, mas estão introduzindo no país a verdadeira reforma agrária cristã (...) os pequenos agricultores e assalariados rurais são a maioria do povo brasileiro, mas os únicos para os quais não existe na prática nem legislação nem previdência social adequada. Os únicos para quem não é concedida garantia de preços e assistência técnica e financeira, justa e eficiente. Os únicos a quem era negado, não no papel mas de fato, o direito de se associarem em órgãos de defesa de classe. De nada adiantarão as medidas de cúpulas se não houver participação ativa do trabalhador rural. No setor agrícola a associação é atualmente uma exigência vital e muito mais quando o setor produtivo se baseia na empresa familiar. Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns com os outros, colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais.⁶³²

Ao analisarmos este trecho da *R.E.B.*, percebemos a preocupação de setores da Igreja Católica com as precárias condições de vida e cidadania mutilada dos camponeses, em um contexto de propagação de ideias comunistas. Por isso, devemos ter em mente que as medidas tomadas pela instituição apresentavam a finalidade de incentivar a criação de sindicatos

⁶²⁸BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: EDUEL, 2009.

⁶²⁹BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: EDUEL, 2009.

⁶³⁰*Ibidem*, p. 92.

⁶³¹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A fôrça das nossas frentes agrárias. In: *R.E.B.*, v. 22, fascículo 03, set. 1962, p. 752-753. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,04.

⁶³²*Idem*.

cristãos, uma vez que a Igreja manifestava o receio das Ligas Camponesas se expandirem para outras regiões do país. Assim, desenrolou-se uma disputa nos sindicatos rurais entre a influência da Igreja e das organizações de esquerda. Vejamos um trecho da crônica, onde são evidenciados os principais objetivos das Frentes Agrárias:

(...) realizáveis pela informação, pela formação de líderes, pela formação da massa rural (educação de base, semanas ruralistas, programas radiofônicos, cursos paroquiais, imprensa rural), pela organização de sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos de proprietários rurais, e por um programa mínimo de ação, visando legislação justa para as diversas regiões do país segundo os princípios marcantes da *Mater et Magistra*.⁶³³

Como se pode observar, os objetivos das Frentes eram amplos e audaciosos, pois visava por sob a tutela ideológica e moral da Igreja, a sociedade rural, tanto a “massa rural” quanto os “proprietários rurais”. No entanto, observando o conjunto de propostas apresentadas, era finalmente a “massa rural” o foco principal das Frentes, que atuavam por meio da formação de líderes, educação das “massas” e organização de sindicatos. Dentro desse panorama, devemos ressaltar o movimento liderado por Dom Eugênio Sales, no Rio Grande do Norte, na Arquidiocese de Natal. Lá ele sindicalizou mais de 25 mil camponeses, além de servir de exemplo para outros estados, no início da década de 1960. Assim noticiou-se na *R.E.B.*:

(...) se a obra de D. Eugênio fosse conhecida e seguida no Brasil inteiro, certamente já teria saído a Reforma Agrária, em bases humanas e cristãs. Em Pernambuco os Bispos procuraram aplicar a obra de D. Eugênio, num movimento liderado pelos padres Melo e Crêspo. Em menos de um ano, quase 20 mil camponeses sindicalizados. D. Antônio Campelo, Bispo de Petrolina, ajuda os agricultores num plano de cooperações denominadas “Legiões Agrárias”. A meta legionária é atingir a família camponesa, dando-lhe formação moral, religiosa e cívica à altura de sua compreensão. – Sergipe começou a mesma obra, com D. Távora. – Ceará e Maranhão igualmente. – A Baía tem o grande sindicato de Itabuna, com mais de 10 mil agricultores associados. Resolveu-se estender a experiência a todo o Estado. – O próprio Ministério do Trabalho já, reconheceu 23 desses sindicatos do Nordeste.⁶³⁴

Nessa mesma crônica, destacou-se a criação da Frente Agrária Paranaense (FAP) em 13 de agosto de 1961, que segundo a *R.E.B.*, produziu excelentes frutos. Já a Frente Agrária Gaúcha (FAG) foi responsável por cadastrar, em pouco mais de um ano, 500.000 associados; além de ter realizado em 1962, na Universidade Católica de Porto Alegre, o I Congresso Estadual, reunindo 650 delegados dos agricultores e 180 presidentes de sindicatos agrícolas, escolhidos em mais de 2.000 assembleias realizadas no território gaúcho. Por fim, menciona a Frente Agrária Goiana (FAGO). Ela foi criada em 30 de março de 1962 e o seu lançamento foi retransmitido por oito estações de rádio e contou com a presença das mais altas autoridades do estado de Goiás e de todos os bispos da província.

Mais uma vez, a Igreja realizou intervenções em zonas de conflito, posto que, desde a década de 1950, o estado de Goiás estava sendo palco de violentos enfrentamentos nas regiões de Trombas e Formoso, extensa área de terras devolutas disputada entre jagunços armados a

⁶³³KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A força das nossas frentes agrárias. In: *R.E.B.*, v. 22, fascículo 03, set. 1962, p. 752. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,04.

⁶³⁴KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A força das nossas frentes agrárias. In: *R.E.B.*, v. 22, fascículo 03, set. 1962, p. 752-753. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,04.

serviço de fazendeiros atuantes na região e pequenos posseiros. Em consequência da gravidade assumida pelos confrontos, a partir de meados dos anos de 1950, o governo de Goiás enviou para o local um aparato policial que esteve prestes a invadir os povoados e dar fim à “revolta”. Entretanto, uma intensa resistência foi organizada pelos posseiros, que realizaram esforços armados nas trincheiras espalhadas pelas matas e conseguiram a ampliação dos espaços de luta, para além da ação local.⁶³⁵

Segundo Bassani⁶³⁶, as Frentes Agrárias apresentavam uma postura mediadora entre as classes e interpretava a questão agrária como o resultado da má distribuição de terras e do uso de métodos e técnicas atrasadas no processo produtivo. Desta forma, o autor argumenta que a instituição católica propunha uma reforma agrária de cunho distributivista, visando à disseminação de propriedades familiares e à formação de uma classe média rural, a fim de não abalar a estrutura social. Sendo assim:

Vale a pena ressaltar a valorização ideológica que a Igreja Católica dava ao fortalecimento da classe média: mediante a disseminação de propriedades familiares, vincula-se a ideia presente em quase toda a América Latina, no início da década de 1960, quando da implantação do plano Aliança para o Progresso, que o governo norte-americano elaborou para os países latinos. A ideia de que uma classe média forte seria fundamental para a estabilidade da América Latina, nessa ocasião, foi muito divulgada.⁶³⁷

Observamos que as Frentes, sobretudo a Frente Agrária Gaúcha (FAG), apresentavam uma postura sindical conservadora e pretendiam formar uma consciência camponesa dentro dos pressupostos doutrinários, políticos e ideológicos que seus principais articuladores haviam formulado, a partir das interpretações da Doutrina Social Cristã. Por conseguinte, a FAG defendia a propriedade privada por meio da difusão da pequena propriedade capitalista, além de ser a favor da preservação das grandes empresas rurais. Evidenciava-se, portanto, que a FAG lutava por uma reforma agrária, sugerindo inclusive mudanças na Constituição que viabilizassem sua execução. Mas, por outro lado, não pretendia ferir os interesses dos latifundiários, pois considerava que, como todo homem tem o direito à propriedade, os latifundiários também teriam esse direito. Seguindo essa lógica, os desapropriados deveriam receber uma indenização, aproximando-se aos valores do mercado.⁶³⁸

Logo, as Frentes Agrárias caracterizavam-se como uma alternativa concreta à ação comunista no meio rural, via aplicação da política ideológica da Doutrina Social Cristã, interpretada e traduzida pelos seus líderes. Deste modo, a ação sindical das Frentes foi restritiva e conservadora, posto que procurava controlar os homens e mulheres do campo, não permitindo aos camponeses descobrir e formar a sua própria consciência, libertar-se da sua submissão e lutar contra a sua condição de objeto, para tornar-se sujeito de sua própria história.⁶³⁹

⁶³⁵AMADO, Janaina. “Eu Quero Ser Uma Pessoa: revolta camponesa e política no Brasil”. *Resgate*, n. 5. Centro de Memória da Unicamp, Campinas, 1993, p. 47-59. CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu Longe Demais: A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. ESTEVES, Carlos L.S. *Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) – uma resistência ampliada*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, Niterói, 2007.

⁶³⁶BASSANI, *Op. Cit.*, 2009.

⁶³⁷BASSANI, *Op. Cit.*, 2009. p. 108.

⁶³⁸A Frente Agrária Gaúcha (FAG) sugeria que fossem usadas para a reforma agrária, terras públicas e latifúndios improdutivos ou mal utilizados, e delegava a responsabilidade da execução desse projeto ao Poder Legislativo Federal.

⁶³⁹BRUMER, Anita. *Sindicalismo e participação dos agricultores em sindicato, em Candelária, Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Dissertação de Mestrado), 1971.

Na *R.E.B.* de março de 1964 – às vésperas do golpe – publicou-se um escrito intitulado “Plano Piloto”⁶⁴⁰, no qual era abordado o fato de que, após várias reuniões de Bispos no Brasil, surgiu um movimento visando uma experiência de reforma agrária, sendo o coordenador do projeto o Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos. Nesse sentido, a Arquidiocese cedeu o imóvel denominado Fazenda Nossa Senhora da Conceição (município de Corumbá) para tornar-se a sede dos trabalhos dessa experiência de reforma agrária rural. Vejamos:

O Serviço Social Rural assumiu o compromisso de Cr\$ 10.000,00 para financiar a execução do Plano. Na F.N.S. da Conceição foram instaladas 51 famílias de agricultores e graças aos recursos oriundos do Serviço Social Rural a Fazenda faz pequenos financiamentos às famílias, facilitando a aquisição dos meios adequados ao desenvolvimento da lavoura. Recebem igualmente boa assistência social e religiosa (...) Há professoras dedicadas aos mais diversos ministérios como seja: economia doméstica, artesanato, arte, música e curso primário. A assistência médica também é desempenhada a contento de todos. Para proporcionar de uma maneira mais vantajosa os benefícios assistenciais e sócio educacionais, de que tanto necessita o homem rural, foi criado um centro-urbano dentro da Fazenda. Assim permitirá que as famílias formem verdadeiramente uma comunidade.⁶⁴¹

Ao longo do exposto, observamos que as Frentes Agrárias, em sua orientação, não permitiram romper os pilares que atrelavam e subordinavam a estrutura sindical do Estado, inviabilizando a possibilidade de um projeto político camponês autônomo. Diversos fatores contribuíram para o estabelecimento dessas relações assimétricas. O primeiro relaciona-se à origem, cuja iniciativa não partiu de bases camponesas, mas sim dos interesses conservadores da instituição católica. O segundo aspecto concerne à ação político-ideológica desenvolvida pelas Frentes, sendo respaldada pela Doutrina Social Cristã.

Em setembro de 1971, a *R.E.B.* publicou o texto “O V Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul”⁶⁴², na seção “Crônica Eclesiástica”, dizendo:

O V Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e pela Frente Agrária Gaúcha (FAG), tem lugar em Porto Alegre, contando com a presença de 800 representantes de 225 municípios e departamentos da FAG e de 500 mil membros dos 225 sindicatos da FETAG no RS. Ao final dos trabalhos, executados sob uma perspectiva cristã, os congressistas gaúchos divulgaram uma carta de reivindicações e de ação, da qual destacamos três pontos: 1. “Lamentamos o retardamento na implantação de uma reforma agrária autêntica em nosso estado, que vetou o acesso à terra aos assalariados e minifundiários rurais, que nela trabalham e nela desejam viver, ameaçando sempre mais a existência da pequena família do agricultor, fator de estabilidade social e de orgulho do Rio Grande, e conduzindo a força jovem do meio rural para as vilas marginais das cidades, para outros estados e mesmo para o estrangeiro.” 2. “Consideramos que a pequena agricultura só se tornará economicamente viável se vier amparada por uma política agrária que atenda à justiça no estabelecimento dos preços e à

⁶⁴⁰KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Plano Piloto. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 213. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

⁶⁴¹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Plano Piloto. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 213. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07

⁶⁴²KLOPPENBURG, Frei Boaventura. O V Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul. In: *R.E.B.*, v. 31, fascículo 123, set. 1971, p. 736-737. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,04.

eficiência na assistência técnica no que diz respeito aos nossos principais produtos.” 3. “Constatamos – dizem finalmente os agricultores gaúchos – que as constantes diretrizes legais pertinentes ao enquadramento sindical rural vêm criando obstáculos e problemas para o perfeito e tranquilo desenvolvimento do movimento sindical de trabalhadores; que o sindicalismo de trabalhadores rurais nasceu de um trabalho consciente de base, sendo fruto efetivo da solidariedade clássica e conquista obtida conscientemente pelo homem do campo; que não é, nem nunca foi, preocupação básica do movimento sindical de trabalhadores rurais a de lutar pela obtenção de simples recursos financeiros oriundos da contribuição sindical, mas sim a de deter a representatividade da classe que em torno dele se congregou e que tem como legítimo representante de suas aspirações e interesses.”⁶⁴³

Ao analisarmos este trecho da *R.E.B.*, percebemos a preocupação da Frente Agrária Gaúcha com o retardamento na implantação de uma autêntica reforma agrária no Rio Grande do Sul. Tal atraso representou uma ameaça à “existência da pequena família do agricultor”. Além disso, no V Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul, destacaram que a pequena agricultura só se tornaria viável economicamente se fosse auxiliada por uma política agrária que atendessem “à justiça no estabelecimento dos preços e à eficiência na assistência técnica no que diz respeito aos nossos principais produtos”.

Na *R.E.B.* de junho de 1980, publicou-se o documento “Bispos e Provinciais do Rio Grande do Sul enviam mensagem aos trabalhadores rurais”⁶⁴⁴, elaborado pelos bispos da província da Regional Sul-3 da CNBB, no qual saudaram a vitória dos lavradores de soja, que obtiveram êxito na luta pela abolição do confisco de soja. Vejamos um trecho do texto publicado na parte “Documentação”, do periódico em análise:

Encorajamos e estimulamos os membros da Frente Agrária Gaúcha a executarem as resoluções de seu último encontro de março, entre os quais destacamos as seguintes: apoiar os esforços do homem por uma autêntica reforma agrária; defender e promover a sustentação e a multiplicação dos regimes de propriedade familiar, esplêndida e eficiente maneira de realizar uma das formas comunitárias de posse da terra, incentivar o espírito criativo dos agricultores na descoberta e na experiência de novas formas comunitárias e cooperativas de possuir e de cultivar a terra.⁶⁴⁵

Como se pode observar, os bispos no documento supracitado incentivavam os membros da Frente Agrária Gaúcha a apoiarem uma autêntica reforma agrária, e saírem em defesa da propriedade familiar, além de incentivarem a criatividade dos agricultores na invenção de novas formas de organização comunitária e cooperativa.

Segundo Bassani⁶⁴⁶, a FAG criou um maior número de sindicatos, no período pós-1964, inclusive em áreas controladas pelo MASTER, mas onde, após o golpe militar, a instituição católica passa a agir de forma absoluta, condicionando a criação dos sindicatos sob sua tutela.

⁶⁴³KLOPPENBURG, Frei Boaventura. O V Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul. In: *R.E.B.*, v. 31, fascículo 123, set. 1971, p. 736-737. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,04.

⁶⁴⁴BOFF, Frei Leonardo. Bispos e Provinciais do Rio Grande do Sul enviam mensagem aos trabalhadores rurais. In: *R.E.B.*, v. 40, fascículo 158, jun. 1980, p. 335-337. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

⁶⁴⁵BOFF, Frei Leonardo. Bispos e Provinciais do Rio Grande do Sul enviam mensagem aos trabalhadores rurais. In: *R.E.B.*, v. 40, fascículo 158, jun. 1980, p.337. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

⁶⁴⁶BASSANI, *Op. Cit.*, 2009.

Portanto, com o regime militar, ocorreu uma desarticulação do movimento camponês, gerando o fim do MASTER e das Ligas Camponesas. Entretanto, o Estado permitia a existência da organização sindical sob o seu controle. Vejamos um trecho de Bruno⁶⁴⁷ sobre a ação do Estado junto ao sindicalismo:

Com os trabalhadores mais intimidados, perseguidos e presos, o governo então começou a defender a necessidade e a importância da organização sindical. Sob o lema “Vamos refazer o sindicalismo”, acelerou-se, em nível nacional, o processo de intervenção nos sindicatos “através dos recursos legais que norteiam o atrelamento sindical”, e com o objetivo de promover uma verdadeira depuração no sindicalismo.⁶⁴⁸

Desta forma, o Estado passou a agir de duas maneiras, sobre a organização sindical pós- 1964: 1) manteve a mesma estrutura sindical atrelada, forçando a substituição das lideranças mais combativas; 2) impôs outra direção ao movimento sindical, que se adequava à nova ordem, intervindo sobre os sindicatos mais combativos.

Para Bassani⁶⁴⁹, esta “nova” maneira apresentada no campo era a única forma de organização sindical admitida pelo Estado. Nesse sentido, a práxis sindical durante o regime militar sofreu um patrulhamento direto do Estado. Tais lideranças, em grande medida, eram provenientes da Igreja Católica que, no momento posterior ao golpe, especificamente, na gestão 1964/1967 da CONTAG, ficou nas mãos de duas lideranças pertencentes aos círculos operários cristãos de São Paulo e do Rio de Janeiro: José Rotta, como presidente, e Agostinho José Netto, como tesoureiro, ambos pertenciam aos segmentos conservadores da instituição católica.

Em contrapartida, não podemos esquecer que a força sindical também está relacionada ao nível de organização e de participação dos trabalhadores que dele fazem parte, ao mesmo tempo a ação dos associados dependerá da linha política do movimento sindical, como um todo.

Dentro dessa lógica, Gramsci⁶⁵⁰ argumenta:

O sindicato chega a ser uma definição e uma determinada figura histórica, enquanto as forças e a vontade dos trabalhadores que o constituem, impõem-lhe uma direção e outorgam-lhe à sua ação, aos fins que são afirmados na definição.⁶⁵¹

Assim, o sindicato poderia constituir-se como instrumento de luta, caso os trabalhadores que o compõem tivessem força e certa autonomia para poder determinar sua vontade e não a vontade da direção do movimento.

Por fim, a orientação sindical assumida pelas Frentes Agrárias e a práxis desenvolvida pelo sindicalismo rural demonstra um conteúdo reformista e conservador, assumindo um caráter assistencialista. Por outro lado, quando eram discutidas questões de ordem estrutural dentro dos sindicatos, como a reforma agrária, a organização sindical, tutelada pelas *Frentes*, relegava sua feição assistencialista e assumia uma postura legalista, a fim de retificar as deficiências da estrutura agrária brasileira e o cumprimento do Estatuto da Terra.

⁶⁴⁷BRUNO, Regina. *O liberalismo e a reforma agrária: o governo Castelo Branco*. São Paulo: ANPOCS, 1985.

⁶⁴⁸BRUNO, Regina. *O liberalismo e a reforma agrária: o governo Castelo Branco*. São Paulo: ANPOCS, 1985, p. 59.

⁶⁴⁹BASSANI, *Op. Cit.*, 2009.

⁶⁵⁰GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

⁶⁵¹*Ibidem*, p. 125.

Em suma, as Frentes Agrárias, em sua orientação sindical, não permitiu romper os pilares que atrelavam e subordinavam a estrutura sindical do Estado, tornando inviável a possibilidade de um projeto político camponês autônomo.

4.3 – A formação de líderes e a atuação da CPT

Em meados dos anos 60, foram enviados religiosos adeptos da Teologia da Libertação para o continente latino-americano que, na ocasião, estava sob o regime militar. Portanto, a vulnerabilidade de diversos segmentos era uma constante, que se encontravam desassistidos, em necessidades básicas, devido à fragilidade estatal, especialmente nas regiões periféricas do Brasil.

Podemos dizer que o final da década de 1960 e início dos anos de 1970 foi um período de recrudescimento da ditadura militar, sobretudo no que tange a supressão de direitos e garantias individuais, possibilitada pela vigência da Emenda Constitucional de 1969 e pela edição dos Atos Institucionais⁶⁵². Logo, vivíamos um momento de violação dos direitos humanos, políticos e civis.

Ao examinarmos a seção “Artigos” da *R.E.B.* de setembro de 1968, nos deparamos com o texto “A Igreja na América Latina e a promoção humana”⁶⁵³, no qual Dom Eugênio Sales abordava a importância da preparação de líderes. Vejamos:

A Igreja, que tem uma doutrina e aponta soluções, poderá ver concretizados seus anseios e diretrizes somente através de seus filhos engajados na construção da ordem temporal. A estratégia de uma Igreja, como serviço, para empenhar-se na promoção humana da América Latina, deve abrir caminhos com seu testemunho e ensinamentos, ajudando assim os homens, e especialmente os governos, a perceberem os sinais dos tempos. Ela deve ser co-educadora dos homens e dos grupos humanos para que eles, apoiados em sua consciência cristã e na força moral da Igreja, realizem com rapidez, com coragem, em profundidade, e na justiça as indispensáveis transformações estruturais do continente.⁶⁵⁴

E ainda:

Quanto às estruturas, eu tomo a título de exemplo a agrária. Embora em muitos países adiantados o problema possa ser considerado de maneira totalmente diversa, entre nós, da América Latina, uma corajosa divisão de terras, uma desapropriação audaz se faz indispensável para proporcionar nos homens concretos o sentido de sua dignidade despertada e alimentada pela liberdade de quem é senhor de sua própria terra. Não deço aos aspectos técnicos, trago apenas uma palavra de incentivo para que seja enfrentado esse problema sem demagogia (é certo!), sem improvisação, mas com aquela audácia do Evangelho que pode ser loucura para muitos. Focalizando esse objetivo das transformações estruturais para onde convergem nossos esforços de formação de líderes e de quadros, ação sobre instituições e elaboração de sistemas, não podemos esquecer a procura de modelos próprios de ação para o continente. Não é na radicalização de posições

⁶⁵²Definimos Ato Institucional pela legislação oriunda do Poder Executivo que versa sobre matéria constitucional, tendo modificado significativamente matéria prevista na Constituição Federal. Tais medidas foram expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em março de 1964.

⁶⁵³SALES, Dom Eugênio. A Igreja na América Latina e a promoção humana. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 03, set. 1968, p. 537-554. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 17.

⁶⁵⁴SALES, Dom Eugênio. A Igreja na América Latina e a promoção humana. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 03, set. 1968, p. 549-550. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 17.

unilaterais, ou na insensata adesão incondicional ao comunismo ou ao capitalismo liberal, que tentaremos encontrar caminhos próprios. Será, porém com as luzes de uma cosmovisão e uma antropologia evangélica. Cada época tem sua alma, suas aspirações e o Evangelho, que é eterno, inspira uma variedade extraordinária de aplicações concretas para melhor ser ouvido e entendido pelas diversas gerações.⁶⁵⁵

No meio rural, os párocos e os leigos apresentavam um papel de extrema importância, uma vez que eram considerados chaves de regeneração social para a população local. Assim, Dom Eugênio destacava a importância de “formação de líderes e de quadros” no meio rural, a fim de transformar a estrutura agrária em nosso país.

Dentro desse contexto, a instituição católica, por meio de requerimento do Bispo de Goiás – à época Dom Tomás Balduino – contactou algumas ordens religiosas simpatizantes da Teologia da Libertação, dentre os quais podemos destacar Dom Pedro Casaldáliga⁶⁵⁶. Este – segundo Gonzaga⁶⁵⁷ – deparou-se com as péssimas condições de vida das pessoas e diante de todas as dificuldades, procurou auxiliar na resolução dos problemas do Araguaia.

Desta forma, Casaldáliga contrariou os interesses dos latifundiários e de representantes da ditadura militar, o que contribuiu para que o mesmo ganhasse a confiança dos moradores pobres da região. Assim, o referido bispo, em conjunto com sua equipe pastoral, passou a exercer atividades de combate a desigualdade, além de construir uma pastoral de acordo com a realidade local.

Castravechi⁶⁵⁸ destaca que Dom Pedro Casaldáliga contou com a ação de ordens religiosas femininas e masculinas, além da importante atuação de um diaconato e de leigos muito comprometidos com a Prelazia e com a região. Assim, passaram a identificar os problemas locais, dentre os quais podemos realçar: as questões indígenas; o trabalho no campo; a ausência de serviços públicos essenciais e os conflitos agrários. Casaldáliga relata na Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”⁶⁵⁹, o seguinte fato:

Tanto em São Félix, como em Santa Terezinha trabalhavam, vinculados a Prelazia, leigos brasileiros: no ensino ginásio, primário e alfabetização, nas Campanhas Missionárias, na catequese e na promoção humana. Em São Félix este ano (1971) os leigos universitários são cinco. (...). No primeiro período de nossa chegada à missão, percorremos quase todo o território, em

⁶⁵⁵SALES, Dom Eugênio. A Igreja na América Latina e a promoção humana. In: *R.E.B.*, v.28, fascículo 03, set. 1968, p. 551. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 17.

⁶⁵⁶Pedro Maria Casaldáliga Plá nasceu em Balsareny, cidade da Província de Barcelona na Catalunha, no dia 16 de fevereiro de 1928. No ano de 1943, ingressou na ordem Claretiana, sendo consagrado sacerdote em Montjuic em 1952. Desta forma, Casaldáliga foi enviado para a região do Araguaia. Para maiores informações, consultar: <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2018-02/90-anos-dom-pedro-casaldaliga.html>> Acesso em: 31 jul. 2018.

⁶⁵⁷GONZAGA, Agnaldo Divino. *Anel de Tucum: A missão evangelizadora de Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2005. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências da Religião.

⁶⁵⁸CASTRAVECHI, Luciene Aparecida; GOMES, Maria Henriqueta Santos. “Dom Pedro Casaldáliga: A Igreja do Araguaia e o novo paradigma de organização”. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de (orgs.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p.329-351.

⁶⁵⁹A presente carta pastoral pode ser acessada no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>> Acesso em: 01 set. 2015. E também encontra-se disponível na *Revista Sedoc (Serviço de Documentação)*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p. 955- 984. Biblioteca do Seminário São José.

repetidas viagens e visitas, por água com muita freqüência. Sertão, beiras dos rios e povoados.⁶⁶⁰

Em dezembro de 1971, a *R.E.B.* publicou o escrito “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”⁶⁶¹, na seção “Crônica Eclesiástica”, dizendo:

O longo documento divide-se em duas partes: a primeira traça uma visão sócio-pastoral da região abrangida pela Prelazia de São Félix; a segunda apresenta uma série de documentos comprovando as injustiças e irregularidades cometidas principalmente contra os posseiros da região pelas grandes empresas agro-pastoris, que ali se vem instalando nos últimos anos. (...). A população da Prelazia compõe-se de sertanejos, índios, posseiros, peões, fazendeiros, gerentes e pessoal administrativo das fazendas. O atendimento pastoral acha-se a cargo de sete sacerdotes (sendo que o Bispo e quatro dos padres são espanhóis); três irmãs de Jesus (na aldeia dos Tapirapés); seis religiosos de São José e alguns leigos, ligados principalmente ao ensino. (...). Dom Pedro lança a seguir um apelo aos latifundiários da região, para que se abram a justiça; a CNBB, para que dê prioridade à pastoral na Amazônia; ao próprio governo, para que subordine a política dos interesses particulares à política do homem, atendendo as suas necessidades concretas e direitos primordiais. Pede também o Bispo de São Félix que ninguém o qualifique de subversivo, por erguer a voz em defesa dos oprimidos, pois, afirma: “Nós reportamos mais uma vez ao Evangelho. E também ao Vaticano II, a Medellín e ao último Sínodo”. E acrescenta: “Estas páginas são simplesmente um grito de uma Igreja da Amazônia – a Prelazia de São Félix, no Nordeste do Mato Grosso – em conflito com o latifúndio e sob a marginalização social, institucionalizada de fato”.⁶⁶²

Ao analisarmos este trecho da *R.E.B.*, percebemos a preocupação de setores da Igreja Católica com as precárias condições de vida e cidadania mutilada dos camponeses, em um contexto de criação de grandes empresas agro-pastoris, no qual se caracterizou por uma agricultura predatória e uma colonização pouco humana. Segundo Casaldáliga, a defesa dos oprimidos está pautada no “Evangelho, no Vaticano II, Medellín e no último Sínodo”. Portanto, o referido documento trata-se de um grito de uma Igreja da Amazônia, em “conflito com o latifúndio e sob a marginalização social”.

Ainda no mesmo fascículo da revista, nos deparamos com a crônica “Os problemas pastorais da Amazônia”⁶⁶³. Tais questões foram examinadas no Encontro de Bispos e Agentes de Pastoral da Regional Norte-II, sob a direção de Dom Alberto Gaudêncio Ramos – na época era arcebispo de Belém, PA. O referido encontro buscou debater a ausência da Igreja no planejamento e execução da política de desenvolvimento da Amazônia e tinha como escopo fundamental elaborar um plano de emergência e um de pastoral orgânica para a região. Vejamos:

⁶⁶⁰CASALDÁLIGA, Dom Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. In: *Revista Sedoc (Serviço de Documentação)*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p. 957. Biblioteca do Seminário São José.

⁶⁶¹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. In: *R.E.B.*, v.31, fascículo 124, dez. 1971, p. 1018-1019. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 04.

⁶⁶²KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. In: *R.E.B.*, v.31, fascículo 124, dez. 1971, p. 1018-1019. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 04.

⁶⁶³KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Os problemas pastorais da Amazônia. In: *R.E.B.*, v.31, fascículo 124, dez. 1971, p.1021. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 04.

A Igreja promoverá assistência social “para garantir ao homem da Amazônia, para si e a própria família, a obtenção dos direitos sociais compatíveis com o nível de sociedade organizada, bem como atendê-lo em suas necessidades primárias em caráter de emergência”. O encontro decidiu ainda criar em cada estado da região amazônica uma Subcomissão de Justiça e Paz, que se encarregará de manter a Pontifícia Comissão do mesmo nome a par de qualquer irregularidade ou injustiça praticada na Amazônia. Quanto ao plano de emergência, elaborado no encontro, terá como objetivos principais: sensibilizar os brasileiros para a responsabilidade comum no crescimento da região amazônica; favorecer maior entrosamento e coordenação de trabalhos e serviços entre os agentes de pastoral e os funcionários do governo; cuidar que a atividade religiosa salve os autênticos valores que estão em jogo atualmente; criar novo tipo de pastoral para atender a formação dos trabalhadores da região. Com respeito à distribuição de terras na região, pede o documento dos Bispos do Norte-II que se fixem critérios seguros, evitando tanto o inconveniente do latifúndio como do minifúndio, principalmente impedindo a especulação; em vista das injustiças, que tem ocorrido nesta matéria, o Encontro sugeriu que se lance um apelo às autoridades governamentais e a todos os cristãos para que seja executada uma verdadeira reforma agrária na zona; que se regule melhor a posse de terras por estrangeiros; que se criem também estímulos adequados aos produtores primários, para livrá-los do regime de sujeição imposto pelo aviamento e outras práticas regionais.⁶⁶⁴

O encontro buscou promover uma assistência social, a fim de garantir os direitos dos habitantes da região Amazônica. E também foi criada a Subcomissão Justiça e Paz, que era encarregada de “manter a Pontifícia Comissão do mesmo nome a par de irregularidades ou injustiça praticada na Amazônia”. Em relação, à distribuição de terras, consideravam necessária a fixação de critérios seguros, “evitando tanto o inconveniente do latifúndio como do minifúndio, principalmente impedindo a especulação”. Diante das injustiças ocorridas, o Encontro sugeriu um apelo aos governantes e aos cristãos para que fosse colocada em prática uma verdadeira reforma agrária.

Além dos leigos, havia também a presença de estrangeiros que compunham os agentes pastorais. Assim, a presença do leigo foi fundamental, pois os mesmos desempenharam importantes funções na estrutura eclesial da Prelazia, tendo em vista o reduzido número de religiosos quando consideramos a área que esta ocupava.

Em um primeiro momento, a equipe pastoral da Prelazia, se deparou com a alienação dos estratos sociais mais vulneráveis, buscando procedimentos para o que entendia ser uma libertação nos seus aspectos elementares. Casaldáliga aponta para esse tema, na Carta Pastoral:

42% ignoram o nome do prefeito; 80% do governador, 79% do Presidente da República. À pergunta “o que acham dos políticos?”, 33% responderam que “não conhece esta gente, não se preocupa com isto, não tem opinião formada, não tem paixão por isso”. Não se fala, porque nunca se pode falar; porque as represálias – da política local, dos manda-chuvas das fazendas, dos poderosos na política ou no comércio – são automáticas. “Pobre não tem vez”. “Peão não é gente”. “É fuá desse povo”.⁶⁶⁵

⁶⁶⁴KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Os problemas pastorais da Amazônia. In: *R.E.B.*, v.31, fascículo 124, dez. 1971, p.1021. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 04.

⁶⁶⁵CASALDÁLIGA, Dom Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. In: *Revista Sedoc (Serviço de Documentação)*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p. 955. Biblioteca do Seminário São José.

Para Cantuário⁶⁶⁶, o grupo pastoral tinha como prioridade desenvolver a consciência crítica nos moradores. Diante dessa citação, Dom Pedro Casaldáliga lança um olhar acerca da atuação ou a falta de atuação desses moradores na sociedade, em relação aos cumprimentos dos deveres e direitos, do afastamento das esferas que compõem a sociedade e que se reflete na vida de cada cidadão. Deste modo, observamos o papel protagonista da instituição católica junto à população mais vulnerável. Destacamos que a base dessa Igreja era a Teologia da Libertação, conhecida, grosso modo, por sua participação ativa no âmbito político, e não somente na esfera religiosa.

Esta nova corrente contribuiu para uma Igreja comprometida com os problemas políticos e sociais, aflorando um sentimento de apoio aos povos latino-americanos, voltando-se para os problemas locais no que concerne à reforma agrária e às causas indígenas. Portanto, na região do Araguaia, Dom Pedro sociabilizou-se com diversos grupos daquele espaço caracterizados por uma dicotomia: de um lado os favorecidos pelo capital e de outro a população marginalizada. Assim Casaldáliga se posicionou a favor dos oprimidos:

A Igreja desta região assumia uma posição bem clara ao lado do lavrador e com ele se comprometia ao mesmo tempo em que se descomprometia dos fazendeiros e seus aliados. A luta dos lavradores se tornou a luta da Igreja. A luta pela terra se tornou o centro da ação pastoral da Igreja; abertura de escolas, cursos de alfabetização, atuação na área de saúde, a presença do padre visava ao apoio ao pequeno na defesa de seu pedaço de chão. (...) primeiro era necessário defender o homem para depois formar o cristão.⁶⁶⁷

Segundo Castravechi⁶⁶⁸, o trabalho de Dom Pedro foi vital para organizar a permanência dos posseiros nas terras. Com o auxílio da Prelazia, começaram a se formar pequenas vilas contribuindo para a reunião das famílias que estavam dispersas pela região e, por conseguinte organizando os posseiros ameaçados pelo latifúndio.

Em 1970, Casaldáliga fez uma denúncia de trabalho escravo, intitulado “Feudalismo e escravidão no Nordeste do Mato Grosso”, descrevendo a situação dos trabalhadores da região, caracterizada como servidão feudal. Tal denúncia foi incluída na Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”⁶⁶⁹, publicada em outubro de 1971. Vejamos a seguinte passagem:

Enquanto isto, a população, primeira desbravadora da região, ocupando áreas das quais freqüentemente é expulsa, pois na hora menos pensada aparece o assim chamado “tubarão”, dono das terras, que quer fazer valer o seu título de propriedade, como veremos detalhadamente mais adiante, todas as terras deste imenso Nordeste Mato grossense já estão vendidas. Mesmo as que pertencem ao Parque Nacional do Xingu. Por isto a esperança do povo

⁶⁶⁶CANTUÁRIO, Maria Raimunda dos Santos. “Descalço sobre a terra vermelha – D. Pedro Casaldáliga”. In: PERARO, Maria Adenir (org.). *Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. Cuiabá: EDUFMT, 2008.

⁶⁶⁷CANTUÁRIO, Maria Raimunda dos Santos. “Descalço sobre a terra vermelha – D. Pedro Casaldáliga”. In: PERARO, Maria Adenir (org.). *Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. Cuiabá: EDUFMT, 2008, p. 193.

⁶⁶⁸CASTRAVECHI, Luciene Aparecida; GOMES, Maria Henriqueta Santos. “Dom Pedro Casaldáliga: A Igreja do Araguaia e o novo paradigma de organização”. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de (orgs.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p.329-351.

⁶⁶⁹CASALDÁLIGA, Dom Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. São Félix do Araguaia. 10 out. 1971. Para acessar a Carta, consultar o site:

<<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2018.

por um pedaço de terra é quase nula, tendo em vista que o mesmo decreto presidencial declarando “indispensáveis à segurança e desenvolvimento nacionais” faixas de 100 quilômetros de todos os lados das vias Amazônicas (entre as quais estão citadas a BR-80 – Trecho Araguaia – Cachimbo, e a BR-158 – Trecho Barra do Garças – S. Félix) se refere unicamente a terras devolutas, o que na região não existe.⁶⁷⁰

Casaldáliga em depoimento prestado a Escribano⁶⁷¹, afirmou que só lançou a Carta Pastoral quando foi consagrado Bispo, pois, na condição de um simples padre, sua fala não teria credibilidade e não causaria tanto impacto, além do risco de ser facilmente eliminado por contrariar interesses locais poderosos. Isso nos mostra a importância do lugar na hierarquia católica, bem como suas divisões e relações de poder.

O religioso denunciava a carência espiritual e material da população do Araguaia, assim como o monopólio da terra, na tentativa de auxiliar os segmentos sociais mais vulneráveis a demandarem e construir uma realidade mais favorável. Naquela conjuntura, as denúncias acerca da estrutura fundiária ganharam centralidade, posto que era identificada como a causa fundamental das injustiças recorrentes na Prelazia e no seu entorno.

Diante deste cenário, houve uma tentativa do Vaticano em conter a atuação dos seus membros, sobretudo pela natureza dos interesses em conflito na região. Desde Puebla, o Vaticano realizou ações a fim de reduzir ou até mesmo neutralizar a influência da Teologia da Libertação no continente latino-americano. Na Conferência de Puebla, a Igreja Católica da América Latina fez uma opção preferencial pelos pobres. De tal modo:

Esta Igreja real, palpável, com seus quadros e organizações, aproximou-se e está se aclimatando ao mundo popular. Não só trabalha para os pobres e com eles, mas, trabalha para o mundo popular. De fato, os pobres na América Latina não são apenas uma imensa soma de desvalidos. Eles configuram um mundo.⁶⁷²

É importante ressaltar que a Igreja não era uma instituição homogênea, por isso consideramos necessário utilizar Romano⁶⁷³, como um de nossos referenciais, por compreendermos os diversos modelos de Igreja e seu projeto teológico-político. Segundo Escribano⁶⁷⁴, a divisão da instituição pode ser evidenciada quando destacamos às pressões da Nunciatura Apostólica por meio de Dom Sigaud⁶⁷⁵, que acusou publicamente Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino⁶⁷⁶ de serem comunistas. Estes últimos foram vozes importantes da população desassistida, sendo reconhecidos por suas atuações junto aos camponeses e indígenas.

A violência contra a Igreja vinha tanto de círculos privados como do Estado. Em 1971, a Associação dos Empresários do Amazonas tentou impedir que Dom Pedro fosse consagrado bispo, apelando ao núncio apostólico. Tendo

⁶⁷⁰CASALDÁLIGA, Dom Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. São Félix do Araguaia. 10 out. 1971, p. 03. Para acessar a Carta, consultar o site: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2018

⁶⁷¹ESCRIBANO, Francesc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000, p. 28.

⁶⁷²FARIA, Ana Costa de. *Catolicismo Popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Movimento Social: O caso da reserva extrativista Cazumbá- Iracema*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002, p. 138. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências da Religião.

⁶⁷³ROMANO, *Op. Cit.*, 1979.

⁶⁷⁴ESCRIBANO, *Op. Cit.*, 2000, p. 45.

⁶⁷⁵Arcebispo de Diamantina.

⁶⁷⁶Bispo emérito de Goiás, pertencente à ordem dominicana e assessor da Comissão Pastoral da Terra.

falhado em sua tentativa, tentaram colocar as agências de segurança do Estado contra ele. Em fevereiro de 1972, a AEAA declarava oficialmente que a Igreja era um foco de agitação e responsável por conduzir camponeses a rebelião. No início de 1973, um grande fazendeiro, conhecido pelo uso de violência contra os camponeses, iniciou uma campanha difamatória contra a Igreja.⁶⁷⁷

Dentro desse contexto, a *Revista Eclesiástica Brasileira* publicou em março de 1972, a seguinte crônica sobre os confrontos entre posseiros e grandes companhias, na região de São Félix do Araguaia:

Dom Ivo Lorscheiter, Secretário Geral da CNBB e Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, debatem com o ministro da Justiça, Sr. Alfredo Buzaid, os problemas na Prelazia de São Félix pelo confronto de posseiros e grandes companhias (quanto à Carta Pastoral de Dom Pedro, denunciando injustiças e abusos na região). Ao que se informou, entre os dias 16 e 25 de dezembro do ano, havia sido detido em Barra do Garças o líder dos posseiros, Sr. Luiz Barreira de Souza, em cuja casa o próprio Bispo estivera hospedado durante uma campanha missionária. No mesmo dia 16 a polícia entregou uma intimação ao Bispo Dom Pedro para que se apresentasse “a fim de prestar esclarecimentos de interesse da Justiça Pública, no inquérito que corre nesta Delegacia de Polícia”. Quanto à carta pastoral de Dom Pedro, divulgada em outubro do ano passado, teve repercussão nacional e também no exterior. Por exemplo, o órgão da Ação Católica espanhola, *Ecclesia* resumiu os pontos principais do documento e proferiu este juízo a respeito: “Em 130 páginas a primeira carta pastoral do Bispo de São Félix, no estado de Mato Grosso, reflete as injustiças que existem nessa região do Brasil. E isto de maneira tão crua, que a CNBB, saindo de sua tradicional atitude de reserva, publicou oficialmente a carta de Dom Pedro Casaldáliga”. Sobre o encontro dos Bispos com o Sr. Ministro da Justiça assim falou *O São Paulo*, órgão arquidiocesano paulista, na edição do dia 29 de janeiro corrente: “O encontro foi muito útil para desanuviar uma nova situação de tensões entre a Igreja e o Estado, que vinha causando desagradáveis constrangimentos. Para Dom Ivo e Dom Casaldáliga a adoção das providências acima referidas (o Ministro prometeu que o desenvolvimento da região seria feito sem espoliações e anunciara que iria consultar a respeito diversos outros Ministros de Estado bem como convocar os Bispos para uma nova reunião, em fins de fevereiro) satisfaz, já que conseguiram seu objetivo de chamar a atenção das autoridades para os graves problemas sociais de São Félix do Araguaia”.⁶⁷⁸

Naquele contexto, as denúncias acerca da estrutura fundiária da região ganharam centralidade, visto que era identificada como principal causa das injustiças recorrentes na Prelazia e no seu entorno. Neste período foi publicado um texto na *R.E.B.*, sobre as preocupações da CNBB, a respeito do agravamento das tensões na região do Araguaia. Vejamos a seção “Crônica Eclesiástica”, de junho de 1972:

Os problemas daquela Prelazia agravaram-se particularmente desde princípios de fevereiro do corrente ano quando funcionários da CODEARA (Companhia para o Desenvolvimento do Araguaia) invadiram uma área de

⁶⁷⁷MAINWARING, *Op. Cit.*, 1989, p. 112.

⁶⁷⁸BOFF, Frei Leonardo. Dom Ivo Lorscheiter e Dom Pedro Casaldáliga. In: *R.E.B.*, v.32, fascículo 125, mar. 1972, p.205-206. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 05.

propriedade da Prelazia e destruíram os alicerces do ambulatório e o poço que fornecia água aos moradores das imediações. Diz, entre outras coisas, a Nota da Presidência da CNBB: “Nossa preocupação principal, relativamente aos problemas de tensão social ... foi a de aprofundarmos, com os elementos de que dispúnhamos, a análise da situação e tentarmos uma interpretação coerente: Observaram os nossos Bispos que naquela região habitam muitas pessoas humildes, que ali antigamente viviam em tranqüilidade. Agora, porém, essas regiões estão sendo exploradas em função de projetos monumentais”. Em face disso, afirma o comunicado da CNBB: “Defendemos o justo direito das famílias simples do interior e sua integração no processo de crescimento global do Brasil”. A nota reconhece ainda a sensibilidade das autoridades governamentais no sentido de encontrar uma solução adequada dos problemas na Prelazia de São Félix. Posteriormente o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) iria publicar portaria mandando a CODEARA respeitar as áreas ocupadas pelas 500 famílias de posseiros, estabelecendo inclusive que nenhuma família poderá ser deslocada sem prévia autorização do órgão.⁶⁷⁹

Segundo a citação do periódico, os problemas de São Félix agravaram-se, sobretudo, com a invasão dos funcionários da CODEARA a uma “área de propriedade da Prelazia”. E para a nota da CNBB, “essas regiões estão sendo exploradas em função de projetos monumentais”. Desta forma, Casaldáliga conseguiu através de poesias, textos sagrados e arte relembrar o abuso que tomou o Araguaia durante a implantação dos projetos agropecuários durante a ditadura militar. De acordo com Castravechi⁶⁸⁰, Casaldáliga teve muita habilidade ao denunciar a violência no Mato Grosso, evitando um enfrentamento direto com a elite dominante.

As linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia foram fixadas ao final do IV Encontro de Pastoral dos Bispos e agentes de pastoral da região Amazônica, realizado em Santarém, em maio de 1972. Como podemos observar na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.*:

As quatro prioridades referem-se à formação de agentes de pastoral; à promoção da comunidade cristã de base; à pastoral indígena; e as estradas e outras frentes pioneiras. No primeiro item (formação de agentes de pastoral) embora reconhecendo a validade da contribuição de outros leigos voluntários procedentes de fora da Amazônia, insiste-se em que a formação de agentes deve considerar prioritariamente os elementos locais, autóctones, pois ninguém melhor que o homem do próprio meio tem condições para exercer liderança na comunidade. No segundo ponto, relativamente à formação de comunidades de base, insiste-se particularmente na necessidade de transformar as paróquias dos centros urbanos, de sorte que passem dum aglomerado de fiéis a verdadeiro fermento na massa da população; nos meios rurais e urbanos supera-se a condição de simples pontos de passagem das “desobrigas sacramentalistas”, para que se tornem verdadeiros centros de vida comunitária. (...) Entre as medidas práticas sugeridas, destacam-se: entrosamento entre agentes de pastoral e entidades locais; criação de equipes de formação; criação de pólos de irradiação evangélica, montados em pontos estratégicos; valorização dos meios de comunicação social (especialmente

⁶⁷⁹BOFF, Frei Leonardo. A presidência da CNBB mostra-se preocupada com o agravamento das tensões na Prelazia de São Félix. In: *R.E.B.*, v.32, fascículo 126, jun. 1972, p.449. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 06.

⁶⁸⁰CASTRAVECHI, Luciene Aparecida; GOMES, Maria Henriqueta Santos. “Dom Pedro Casaldáliga: A Igreja do Araguaia e o novo paradigma de organização”. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de (orgs.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p.329-351.

rádio e imprensa) que servem de ligação, formação e informação; montagem de projetos e programas em nível prelatício e oportunamente encaminhados ao regional para o devido apoio.⁶⁸¹

E ainda:

Finalmente, dizem os bispos da Amazônia nas conclusões de seu Encontro, “enfátizamos a necessidade de a Igreja estar presente nos meios de comunicação social, particularmente na TV e na imprensa dos centros urbanos, e na rádio da zona rural, criando agências noticiosas que podem fornecer informações seguras e distribuir colaborações que traduzem o verdadeiro pensamento da Igreja”.⁶⁸²

No meio rural, os párocos e os autóctones apresentam um papel de extrema importância, uma vez que eram considerados chaves de regeneração social para a população local. Com uma prática pastoral sensível e totalmente dedicada aos pobres da região, a missão da Prelazia vai caracterizando-se, como fronteira, por constituir-se de agentes estrangeiros e por ser umas das raras instituições locais capazes de relacionar-se com o resto do mundo.

Em 1975, bispos e prelados da Amazônia Legal reuniram-se em Goiânia e refletiram sobre a problemática dos conflitos da terra. E juntamente com religiosos, sacerdotes e leigos, divulgaram as resoluções finais do presente encontro e mandaram uma mensagem ao povo, dirigida aos lavradores e posseiros daquela região. Vejamos o que diz o texto “A promoção da Amazônia Legal”⁶⁸³, publicado na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.*, em 1975:

Igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia em Encontro de Pastoral, respondendo a dramática situação e à aspiração de nosso povo sem terra, decidem o seguinte: assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de reforma agrária de nosso país, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições e organismos sociais que trabalham com este mesmo objetivo. Criar uma Comissão de Terras que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar, com agilidade, o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins. Cabe a esta Comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à legislação trabalhista rural procurando divulgá-las em linguagem popular. Que ela promova também, campanhas de ampla e inteligente conscientização, em favor dos direitos dos dez milhões de famílias sem terra. Que cada diocese, prelazia ou conjunto de prelazias, em ligação com a Comissão de Terras, se empenhe no seguinte: criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, possa ajudar para que se abranja vitalmente a problemática da terra e suas conseqüências no planejamento pastoral; organizar uma assessoria jurídica para promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral.⁶⁸⁴

⁶⁸¹BOFF, Frei Leonardo. As linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia. In: *R.E.B.*, v.32, fascículo 127, set. 1972, p.703-704. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 07.

⁶⁸²BOFF, Frei Leonardo. As linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia. In: *R.E.B.*, v.32, fascículo 127, set. 1972, p.704. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 07.

⁶⁸³BOFF, Frei Leonardo. A promoção da Amazônia Legal. In: *R.E.B.*, v.35, fascículo 139, set. 1975, p.704-705. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 13.

⁶⁸⁴BOFF, Frei Leonardo. A promoção da Amazônia Legal. In: *R.E.B.*, v.35, fascículo 139, set. 1975, p.704-705. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 13.

A mensagem dirigia-se aos posseiros e trabalhadores na agricultura da região e nos mostra o interesse da Igreja em defender o cumprimento do Estatuto da Terra, articulando-se com organismos sociais que apresentavam o mesmo objetivo. Além disso, decidiram criar a Comissão Pastoral da Terra, “organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB”, cujo escopo seria “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais”.

No fascículo de junho de 1977, da *Revista Eclesiástica Brasileira*, nos deparamos com o artigo “O canto do galo”⁶⁸⁵ e um trecho dedicado a Pastoral da Terra, escrito pelo Frei Alberto Libânio Christo:

A luta pela terra é a causa dos maiores conflitos na região. O povo diz que “quem mora no Acre não tem terra, quem tem terra não mora no Acre. Há “paulistas” comprando 500 mil hectares na Amazônia! Derrubam a mata e queimam a madeira, por falta de aproveitamento industrial e transporte. Colocam o gado, plantam café, exploram a borracha e a castanha e expulsam os posseiros que ali moram há várias gerações. Na esperança de obterem o seu pedaço de chão, centenas de famílias chegam todo ano do Sul. Lá vendem tudo: terra, casa, pertences. Aqui, compram uma área que lhes é oferecida bem barata, comparada com os preços do Sul. Gastam nisso todo o dinheiro que trouxeram. Quando vão verificar, a área fica a 50 km dentro da selva, em lugar de difícil acesso, terreno alagadiço. Ou já tem dono legítimo: o documento passado pelo grileiro era falso. A família, sem nenhum recurso, cai na miséria, distribui os filhos, vai engrossar o cinturão de pobreza em volta de Rio Branco. Em geral, os posseiros não conseguem regularizar seus títulos de propriedade, por falta de documentos e de interesse dos órgãos públicos. (...) Para os ricos, porém, tudo é fácil. O INCRA se encarrega de marcar e lotear o terreno. Há incentivos fiscais.⁶⁸⁶

O trecho revela a consciência que a Igreja tem de não se manter indiferente diante de tal realidade. Por isso, faz-se necessário documentar os conflitos pela terra, fazer um levantamento da situação e colocar-se ao lado dos camponeses, denunciando os casos de injustiça e a ineficiência dos organismos do sistema, e ao mesmo tempo realizar um trabalho de conscientização com as pessoas das comunidades do interior, habilitando-os a defender seus direitos sobre a terra.

No mesmo fascículo, encontramos a crônica “Depoimentos de bispos na CPI da terra”⁶⁸⁷, no qual se destacou a realidade agrária brasileira e o direito do homem do campo defender seus interesses. O trecho a seguir mostra a problemática agrária, através do olhar de alguns bispos:

O bispo de Propriá, SE, Dom José Brandão de Castro, acusou de grilagem diversas empresas estatais e grupos particulares, entre os quais se incluem a Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. No dia 11-5-1977 foi a vez de Dom Moacyr Grechi, presidente da Comissão Pastoral da Terra e Prelado do Acre-Purus. Dom Moacyr fez um longo histórico de nossa realidade agrária e afirmou o direito de nosso homem do campo associar-se para a defesa de seus interesses; afirmou ainda, entre outras coisas, que a reforma agrária “foi

⁶⁸⁵CHRISTO, Frei Alberto Libânio. O canto do galo. In: *R.E.B.*, v.37, fascículo 146, jun. 1977, p. 243-282. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 17.

⁶⁸⁶CHRISTO, Frei Alberto Libânio. O canto do galo. In: *R.E.B.*, v.37, fascículo 146, jun. 1977, p. 277-278. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 17.

⁶⁸⁷BOFF, Frei Leonardo. Depoimentos de bispos na CPI da terra. In: *R.E.B.*, v.37, fascículo 146, jun. 1977, p. 386-387. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 17.

reduzida a uma questão de desenvolvimento agrícola” e solidarizou-se com os bispos Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga (acusados publicamente de comunistas por Dom Geraldo Sigaud) que “vivem o problema da terra em sua própria carne, na carne dos seus diocesanos, lavradores e índios espoliados da condição primeira de sobrevivência, que é o direito à terra”.⁶⁸⁸

Através da citação acima constatamos uma realidade agrária caracterizada pela grilagem de diversas empresas estatais e grupos particulares. Além disso, o presidente da CPT, Dom Moacyr Grechi, afirmou a legitimidade do camponês associar-se para a defesa de seus interesses e também ressaltou que a reforma agrária delimitou-se a uma “questão de desenvolvimento agrícola”.

Em 1978 foi publicado na *R.E.B.*, o documento “A difícil situação de nosso homem do campo”⁶⁸⁹, elaborado após quatro anos de estudos e reflexões e divulgado ao final da I Assembléia Nacional da CPT, no qual fizeram parte bispos, padres, religiosos, leigos e lavradores.

Pode-se ver o êxodo forçado para outras áreas ou para a periferia das cidades explodindo com violência sempre maior, sobretudo no Nordeste. A invasão da Amazônia pelos chamados ‘novos bandeirantes’ está expulsando daquelas plagas o sertanejo nortista e nordestino, injustamente acusado de atrasado e indolente. A concentração de terras, processo que se vem generalizando no Brasil inteiro, é feita ali de modo tão desumanamente uniforme, que a CPT chega a imaginar a existência de uma cartilha de iniquidade que orienta os espoliadores nos seus métodos de ação. Preocupamos – diz então o documento da CPT – nessa política, o que nela existe de tragédia e de injustiça: são expulsos da terra exatamente aqueles que mais a fazem cumprir sua função de produzir alimentos, porque vivem a terra, amam a terra, não a consideram uma mercadoria. E os que tomam a terra são aqueles que dela não precisam e, por isso, deixam-na improdutiva ou exploram-na apenas para a obtenção de produtos que jamais irão à mesa da população faminta, mas serão exportados para os países que já comem com abundância. (...) O documento conclui, finalmente, elencando um dos casos mais graves ocorridos ultimamente: no Sergipe, 486 famílias de lavradores da fazenda Betume estão ameaçadas de perderem a luta na questão contra a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco); no Oeste do Paraná, as terras férteis de oito mil famílias de agricultores serão atingidos pelas águas da represa que vai alimentar a usina de Itaipu; no litoral fluminense, centenas de famílias de lavradores e pescadores são expulsos de seus lotes de especulação imobiliária, sobretudo de empresas turísticas que, com a abertura da Rio-Santos, tomaram de assalto as terras dos lavradores que ali trabalham há mais de cem anos; no Maranhão, à violência de grileiros e capangas veio agora somar-se a insegurança de uma discriminação de terras que não respeitará certamente, os direitos dos pequenos.⁶⁹⁰

⁶⁸⁸BOFF, Frei Leonardo. Depoimentos de bispos na CPI da terra. In: *R.E.B.*, v.37, fascículo 146, jun. 1977, p. 386-387. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 17.

⁶⁸⁹BOFF, Frei Leonardo. A difícil situação de nosso homem do campo. In: *R.E.B.*, v.38, fascículo 149, mar.1978, p. 142-143. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 18.

⁶⁹⁰BOFF, Frei Leonardo. A difícil situação de nosso homem do campo. In: *R.E.B.*, v.38, fascículo 149, mar.1978, p. 142-143. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 18.

Percebemos claramente, a concentração de terras e a prepotência dos donos do poder contra os camponeses. Estes são expulsos, para dar lugar a grandes empresas agropecuárias, com o intuito de aumentar a sua capacidade de produzir para o mercado internacional. Assim, “os que tomam a terra são aqueles que dela não precisam” e exploram a terra para a obtenção de produtos que “serão exportados para os países que já comem com abundância.”

Segundo Assunção⁶⁹¹, o regime militar, através das exportações, decidiu transformar a agricultura em fonte de divisas. Deste modo, surgiram grandes projetos, assistência técnica, política de crédito rural, tudo em função dos latifundiários e das empresas agrícolas, que apresentavam como principais características o uso da tecnologia moderna, a ampla produção e o assalariamento.

Dentro desse contexto, nos deparamos com uma nota da CPT, publicada na *R.E.B.* de 1980, a respeito da violência no meio rural.

Nota da Comissão Pastoral da Terra (CPT) descreve o clima de violência que reina ultimamente em Propriá, SE, onde autoridades policiais, a mando de políticos e grandes proprietários de terras, “invadem igrejas, espancam padres e trabalhadores, invadem as terras dos trabalhadores rurais, desmoralizam os agentes pastorais, apoderam-se das chaves das igrejas, tentam seqüestrar irmãs, interrompem a Missa do Bispo, ameaçando-o de morte, enviam cartas anônimas com ameaças, invadem a cooperativa.” A nota da CPT condena todos esses abusos, afirma solidariedade a Dom José Brandão, Bispo de Propriá, e declara que todo esse clima de violência se deve ao fato de Dom José e sua equipe de pastoral se ter colocado decididamente ao lado dos pobres e oprimidos.⁶⁹²

A CPT buscava descrever e denunciar o clima de violência no campo, no qual policiais, a mando de latifundiários e políticos, invadiam igrejas, terras dos trabalhadores rurais, espancavam padres e camponeses. A nota da CPT condenava os referidos abusos, e no caso de Dom José Brandão, alegavam que esse clima de violência era em decorrência do bispo ter ficado ao lado dos pobres e oprimidos.

No periódico de 1981, na seção “Crônica Eclesiástica” encontramos um texto intitulado “Recomendações ao pequeno lavrador”⁶⁹³. Vejamos:

Eis algumas das recomendações feitas pela Comissão Pastoral da Terra, de Alagoinhas, BA, aos pequenos lavradores da região: Não venda sua terra de forma alguma. Legalize quanto antes a sua gleba. Una-se a outros lavradores, em reuniões para debater seus problemas comuns, trocar ideias, ver como se podem ajudar mutuamente. Não se deixe iludir pelo preço oferecido em troca do seu terreno. O dinheiro hoje logo perde o valor. Não acredite em promessas bonitas. Cuidado com os intermediários! Qualquer dúvida ou problema que surgir, comunique à comunidade ou procure a CPT ou o sindicato. Não tente resolver os problemas isolados. Esta é à hora de trabalhar juntos, para não ficar pisado e sim conseguir mais justiça.⁶⁹⁴

⁶⁹¹ASSUNÇÃO, José Carlos Siqueira de. “O movimento de evangelização rural (MER)”. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

⁶⁹²BOFF, Frei Leonardo. Nota da CPT. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez.1980, p. 774. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

⁶⁹³BOFF, Frei Leonardo. Recomendações ao pequeno lavrador. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 161, mar.1981, p. 162-163. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 03.

⁶⁹⁴BOFF, Frei Leonardo. Recomendações ao pequeno lavrador. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 161, mar.1981, p. 162-163. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 03.

O trecho supracitado nos mostra algumas recomendações feitas pela Comissão Pastoral da Terra aos lavradores de Alagoinhas (BA), dentre os quais podemos destacar: a legalização da terra, a união de camponeses em reuniões para discutirem problemas afins e a cautela para não se iludirem com o valor oferecido em troca do terreno. Além disso, orientam a população local a procurar auxílio da CPT ou do sindicato em caso de problemas ou dúvidas.

Portanto, a *R.E.B.*, enfatiza ao longo de diversos fascículos a problemática agrária e os conflitos no meio rural. A seguir, citaremos um trecho no qual Dom José Gomes – presidente da CPT – explicava a violência no campo brasileiro:

A violência tem dois pólos bem definidos. De um lado, a estrutura fundiária, que a partir de 1964 privilegia a expansão do latifúndio de maneira escandalosa, fazendo do Brasil o país da maior concentração de terras do mundo, apesar de sua extensão territorial; de outro, a grande “multidão dos sem-terra, dos bóias-frias, dos migrantes que vagueiam de um lado para o outro, exigindo um lugar ao sol e o direito de trabalhar na terra”.⁶⁹⁵

Devemos ressaltar que, apesar da *R.E.B.* considerar a reforma agrária inexorável, defendia um projeto dentro dos moldes capitalistas – isto é, calcado na pequena propriedade familiar privada e não no controle estatal ou coletivo da terra. Observamos que a reforma deveria ser um instrumento de modernização econômica e não de profundas transformações sociais. O escopo principal seria manter a população no campo de maneira sustentável, com o intuito de conservar os valores tradicionais e, desta forma, o catolicismo permanecer com o seu espaço de liderança na zona rural garantido.

Por fim, buscamos mostrar, ao longo deste subitem, que uma das estratégias utilizadas pela Igreja Católica para implementar o seu projeto de reforma agrária seria inserir os agentes pastorais na condução dos problemas agrários de suas localidades, paróquias, e formar lideranças para defender o referido projeto, tendo como base a atuação da Comissão Pastoral da Terra. Assim, o papel dos sacerdotes ajustava-se perfeitamente à lógica das relações de classe descritas por Gramsci⁶⁹⁶, pois, efetivamente, a ligação entre o camponês e o grande proprietário rural deveria dar-se por meio da figura do intelectual, seja secular ou eclesiástico.

4.4 – As Comunidades Eclesiais de Base

Segundo Novaes⁶⁹⁷, no âmbito interno da Igreja Católica, para concretizar sua “opção preferencial pelos pobres” havia dois pressupostos básicos: 1) transformar leigos, religiosos e parte do clero em engajados agentes de pastoral; 2) modificar a Igreja hierárquica em uma horizontalizada e proporcionar reuniões de comunidades eclesiais de base.

Nesse sentido, as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – iniciaram no Brasil em torno da década de 1960, porém, não podemos determinar onde ocorreu seu surgimento de maneira precisa. Alguns pesquisadores afirmam que ela nasceu em Volta Redonda, município pertencente ao interior do Rio de Janeiro, enquanto outros consideram que a sua eclosão ocorreu na Diocese de Natal, mais especificamente em Nísia Floresta.⁶⁹⁸

⁶⁹⁵BOFF, Frei Leonardo; PIVA, Frei Elói. Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1985). In: *R.E.B.*, v.46, fascículo 182, jun.1986, p. 432. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 13.

⁶⁹⁶GRAMSCI, Antonio. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁶⁹⁷NOVAES, Regina. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

⁶⁹⁸BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

Mesmo não tendo uma precisão com relação ao lugar de surgimento, esse modelo de igreja caracterizou-se pela conexão entre fé e política, incentivando a constituição das Comunidades Eclesiais de Base, como um espaço de luta, para ter acesso a terra e nela permanecer.

Para Brito⁶⁹⁹, tais comunidades apresentavam a capacidade de desenvolver traços próprios da região onde se encontravam inseridas, entretanto, existem características que as unificam. A primeira seria a de territorialidade, isto é, comunidades que reúnem indivíduos de uma mesma localidade. Organizam-se em grupos de pessoas que vivem na mesma realidade e compartilham os mesmos problemas. A segunda peculiaridade era a leitura da palavra de Deus com centralidade do encontro de seus membros. Portanto, fazia-se a leitura e interpretação da Bíblia, não como um livro de histórias de uma época passada, ou como um livro que transmite lições de moral, mas, como uma fonte de reflexão sobre a história de um povo – o chamado povo de Deus – relida por este mesmo povo, a luz da fé em um Deus considerado libertador.⁷⁰⁰

Para Faustino Teixeira⁷⁰¹, as CEBs, apresentam um potencial transformador, uma vez que apresentam como centro de reflexão a leitura bíblica, além de promover uma inserção no mundo, ressaltando as mazelas deste e criando uma relação de compromisso com os mais pobres. Nesse sentido, na *R.E.B.* de junho de 1976, na seção “Comunicações” encontramos o texto “II Encontro Intereclesial sobre Comunidades de Base (Vitória-ES)”⁷⁰², no qual fizeram alguns apontamentos a respeito dos objetivos das comunidades:

1.2.1 - Diante dos fatos da vida, as comunidades devem criar consciência política pela reflexão e pela ação; ver o jeito de o povo acordar e de usar ferramentas de entendimento do sistema de exploração e dominação econômicas de âmbito nacional e internacional. 1.2.2 – Tomar como responsabilidade evangelizadora de anúncio da Palavra de Deus, a defesa dos direitos humanos, especialmente a luta pela terra, por melhores salários e pela liberdade sindical. 1.2.3 – Criar condições para que o povo se conscientize a respeito da política brasileira, a fim de que ele se sinta animado para uma verdadeira participação política.⁷⁰³

E ainda:

...a opressão em que vive nosso povo e que se manifesta principalmente nas questões da posse da terra, sistema de meeiros, salários, habitação, êxodo rural e vida na periferia das grandes cidades, política partidária e politicagem, sindicato controlado e desvirtuado, assistência social (saúde e aposentadoria), repressão policial e atritos internos da própria Igreja (Igreja renovada e Igreja tradicional). Em tudo isso, de um modo geral, as comunidades ajudam o povo a se libertar, unindo as pessoas, animando-as e abrindo os olhos a respeito das verdadeiras causas de todos esses males. É

⁶⁹⁹Segundo Brito, as Comunidades Eclesiais de Base no espaço urbano apresentavam uma versão embrionária: os *Círculos Bíblicos*. Para uma maior compreensão ver: BRITO, Gláucia Ferreira Lima de. “Religião e política não se misturam? Pastoral de Favelas e os Círculos Bíblicos, espaços de fé e de política nas favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro”. In: CABRAL, Bruna Marques; ALBUQUERQUE, Bruno da Silveira; BRITO, Gláucia Ferreira Lima de. (organizadores). *Religião não se discute? Diálogos entre religiões, política e história*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

⁷⁰⁰BETTO. *Op. Cit.* p, 17.

⁷⁰¹TEIXEIRA, Faustino. *A Gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

⁷⁰²MELO, Pe. Antônio Alves de. II Encontro Intereclesial sobre Comunidades de Base (Vitória – ES). In: *R.E.B.*, v.36, fascículo 143, set.1976, p.686-696. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 15.

⁷⁰³MELO, Pe. Antônio Alves de. II Encontro Intereclesial sobre Comunidades de Base (Vitória – ES). In: *R.E.B.*, v.36, fascículo 143, set.1976, p.696. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 15.

um trabalho lento e que exige do agente pastoral muita paciência e pedagogia para não se tornar um novo opressor, impondo suas ideias e seu modo de agir. É preciso saber ouvir o povo e respeitar seu caminhar.⁷⁰⁴

De acordo com Adriance⁷⁰⁵, desenvolveu-se um apoio mútuo entre as CEBs e a luta pela terra, com a espiritualidade desenvolvida nas comunidades de base, por um lado, servindo de apoio à luta das pessoas e, por outro, com a própria luta reforçando a solidariedade dentro da comunidade de base.

Para a autora, as CEBs são um elo entre religião e transformação social. Assim, no meio rural, a maioria dos membros das referidas comunidades eram compostos por lavradores, na maioria das vezes sem a própria terra. Nesse sentido, a comunidade de base rural representava a Igreja no nível cotidiano da desigualdade e do conflito agrário. E como as comunidades de base são organismos práticos, na medida em que seus membros debatiam a aplicação de suas crenças religiosas, a fim de solucionar os problemas de seu meio social, eles tenderiam a ser participantes ativos nos esforços pela reforma agrária. Portanto, no artigo “III Encontro Intereclesial das Comunidades de Base: ‘Igreja, Povo que se liberta’.”⁷⁰⁶ – publicado na *R.E.B.* em setembro de 1978 – evidencia-se a atuação das CEBs nos problemas agrários. Vejamos:

Lutar para que a terra seja dividida entre nós, camponeses e índios, que dela tiram os produtos para o seu sustento, para que a gente possa viver na terra sem ser tocado como gado. Na cidade, nós, operários, queremos ter maior participação em tudo, principalmente na posse comum dos nossos meios de trabalho (ferramentas, máquinas, indústrias).⁷⁰⁷

Entretanto, a mudança social não foi explicitamente o primeiro objetivo dos clérigos que desenvolveram a ideia das comunidades de base. Inicialmente, era uma inovação pastoral, um meio de revitalizar a Igreja, a despeito da carência de padres, em virtude do proselitismo vigoroso dos protestantes pentecostais.⁷⁰⁸

É importante ressaltar que com o início da ditadura militar, o novo regime proscreeu as ligas camponesas e solidificou o controle corporativista sobre os sindicatos rurais. Esse controle permaneceu até 1978, quando a abertura política voltou a permitir mais autonomia dentro do movimento dos trabalhadores.

Para Adriance⁷⁰⁹, em muitos casos, os membros das CEBs organizaram sindicatos rurais, e esses ajudaram muitos trabalhadores rurais a tornarem-se conscientes de seus direitos legais, a ganhar a posse da terra e a desenvolver a crença de que faz-se necessário mais mudanças estruturais por meio da reforma agrária.

De acordo com o sociólogo Jean-Guy Vaillancourt⁷¹⁰ cada papa procurou influenciar a sociedade, através do comportamento político dos católicos. Para o autor, a doutrina social do

⁷⁰⁴MELO, Pe. Antônio Alves de. II Encontro Intereclesial sobre Comunidades de Base (Vitória – ES). In: *R.E.B.*, v.36, fascículo 143, set.1976, p.688. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 15.

⁷⁰⁵ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra Prometida: As Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996.

⁷⁰⁶BOFF, Leonardo. III Encontro Intereclesial das Comunidades de Base: “Igreja, Povo que se liberta”. In: *R.E.B.*, v.38, fascículo 151, set.1978, p.509-511. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 19.

⁷⁰⁷BOFF, Leonardo. III Encontro Intereclesial das Comunidades de Base: “Igreja, Povo que se liberta”. In: *R.E.B.*, v.38, fascículo 151, set.1978, p.511. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 19.

⁷⁰⁸ADRIANCE, *Op. Cit.*, 1996.

⁷⁰⁹ADRIANCE, *Op. Cit.*, 1996.

⁷¹⁰VAILLANCOURT, Jean-Guy. *Papal Power: A Study of Vatican Control over Lay Catholic Elites*. Berkeley: University of California Press, 1980.

catolicismo consiste numa tentativa em manter os fiéis longe de tendências esquerdistas e não exatamente de promover uma transformação estrutural.

Nesse sentido, os agentes de pastoral e os membros de comunidades de base apresentavam um papel na promoção de reivindicações. Assim, poderiam fazer com que os trabalhadores rurais almejassem algo além da aquisição de um lote de terras, lembrando-lhes das modificações estruturais que deveriam ser feitas, para os seus direitos serem protegidos em longo prazo.

Contudo, os membros das CEBs e os agentes de pastoral deveriam mostrar aos camponeses que somente a obtenção de um lote de terra, não resolveria os problemas, sendo necessário lutar por modificações estruturais. Segundo Adriance⁷¹¹, continuaria a ter violência contra eles e contra os dirigentes sindicais. Isso impediria o avanço da reforma agrária, pois ocuparia os sindicatos e a CPT em protestos contra a violência. Além disso, a falta de escolas, estradas, saúde pública, de bons preços para a produção agrícola, de crédito e de assistência técnica contribuiu para a manutenção de milhares de famílias na pobreza.

Para Novaes⁷¹², as CEBs são comunidades de fé renovada e são apresentadas sob uma tipologia heterogênea, como: religiosas, assistencialistas, reivindicativas, libertadoras, missionárias e perseguidas. Apesar da diversidade, acreditamos que o papel dos agentes de pastoral: “é dar voz aos que não tem voz”⁷¹³.

No período da ditadura militar se indaga sobre o estatuto da agricultura de base familiar existente ou futura, fruto da almejada reforma agrária. Nas palavras de Novaes:

...a Comissão Pastoral da Terra, as Comunidades Eclesiais de Base e as oposições sindicais, que se constituíram em torno de conflitos localizados pela posse da terra, traduziam politicamente várias reivindicações com a mesma expressão sintetizadora: reforma agrária.⁷¹⁴

Portanto, a reforma agrária é uma característica unânime do episcopado brasileiro, ou seja, é a única questão na qual todos os bispos se unem ao menos em termos de compromisso verbal, apesar das divergências de seus pontos de vista sobre outros temas pastorais e sociais.

Para Sader⁷¹⁵, os movimentos sociais ganharam nova fisionomia com o ciclo expansivo da economia brasileira, a partir da segunda metade dos anos 60 e no transcurso da década de 70, para ganhar seus contornos mais definidos já no processo de crise da ditadura. Segundo o autor, no desenvolvimento da resistência democrática, movimentos como as CEBs, CPT e CUT adquiriram características comuns e diferenciadas, conforme sua prática política e social. Por outro lado, Gohn⁷¹⁶ argumenta que a Constituinte de 1988 provocou a desmobilização da maioria dos movimentos sociais.

Devemos ressaltar que os membros do clero e lideranças pastorais colaboraram com o processo de tomada de consciência por parte do povo e estariam implementando as diretrizes da ação pastoral para a Igreja no Brasil, em outras palavras, estavam concretizando os apontamentos dos documentos formulados ao longo do Concílio Vaticano II, das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla e, por conseguinte, os documentos elaborados

⁷¹¹ADRIANCE, *Op. Cit.*, 1996.

⁷¹²NOVAES, Regina. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

⁷¹³*Ibidem*, p.165.

⁷¹⁴NOVAES, Regina. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. p.217.

⁷¹⁵SADER, Emir (org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

⁷¹⁶GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

pela CNBB. Nesse sentido, nos deparamos com a crônica “Dinamismo das Comunidades de Base”⁷¹⁷, no fascículo de junho de 1977, da *R.E.B.*:

Existem no Brasil cerca de 40 a 50 mil Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o que demonstra o dinamismo e a intensa participação do laicato na vida eclesial brasileira. Esses números, aproximativos, foram apresentados pelo sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, do CERIS, ao analisar em uma entrevista os principais aspectos das CEBs no Brasil. Segundo o sociólogo, já se podem notar aspectos de maior dinamismo na Igreja do Brasil, tendo em vista essa intensa participação do leigo, assumindo papéis tradicionalmente reservados ao padre, tais como as funções de evangelizador, celebrante e líder de comunidade. Todavia, ressaltou ele, em muitas CEBs apenas se continua reproduzindo o espírito paroquial tradicional, ou seja, “o leigo que é chefe da comunidade nada mais é do que o representante do padre ali”. Muda apenas de nome, e se chama coordenador ou líder, quando antigamente se chamaria sacristão ou capelão.⁷¹⁸

O início da década de 1980 caracterizou-se pela estruturação dos chamados campos de realização e atuação do ideário da Teologia da Libertação, ou seja, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) puderam vivenciar, na prática, a luta libertadora advinda da elaboração sistemática dos intelectuais da *R.E.B.* Nos editoriais do periódico franciscano, podemos observar que a opção preferencial pelos pobres ocorreu de maneira privilegiada nas CEBs. No editorial da *R.E.B.* de 1980, percebemos o estreitar de interesses comuns.

A Revista Eclesiástica Brasileira sempre pautou sua orientação teológico-pastoral à luz dos grandes marcos traçados pela Igreja no Brasil, pelas decisões maiores do Episcopado Latino-americano e pela referência ao centro de unidade que está em Roma.⁷¹⁹

A referida “orientação teológico-pastoral” faz menção ao ideário, no entanto demonstra interesses comuns do grupo. O viés teológico é o da libertação, com empenho nas questões das realidades histórico-sociais. A pastoral apresenta um comprometimento com o povo, sobretudo, com os pobres, pelos quais fizeram a opção preferencial.

Ao dedicar um número do periódico a Dom Helder Câmara, que se tornou um dos principais atores junto às CEBs, a *Revista Eclesiástica Brasileira* demonstra a solidez do grupo:

Todo este número da REB quer ser uma homenagem a Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, pelos seus 50 anos de vida sacerdotal. É por causa de seu carisma que os pobres puderam ouvir de novo a bem-aventurança de Jesus dirigida a eles. Dom Helder está na raiz do evangelismo que pervarve grande parte de nossas Igrejas. Sua presença produz aquilo que o evangelho produz: coragem de ser, alegria, sensação de liberdade reconquistada (...). Só assim, pensamos a causa dos direitos dos

⁷¹⁷BOFF, Frei Leonardo. Dinamismo das Comunidades de Base. In: *R.E.B.*, v.37, fascículo 146, jun.1977, p.388. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 16.

⁷¹⁸BOFF, Frei Leonardo. Dinamismo das Comunidades de Base. In: *R.E.B.*, v.37, fascículo 146, jun.1977, p.388. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 16.

⁷¹⁹BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 157, mar.1980, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

pobres, a opção por sua libertação integral e por uma Igreja que se refaz a partir da fé dos humildes por meio da qual ganham sua plena consagração.⁷²⁰

Percebemos a identificação do grupo na linguagem utilizada. Expressões como “Teologia da Libertação”, “opção pelos pobres”, “práxis”, demonstram que os intelectuais trilham o mesmo ideário. A valorização tanto do intelectual quanto do povo, na práxis, é sempre destacada nos editoriais.

Portanto, a opção pelos pobres, tornou-se uma temática constante nas páginas do periódico, mormente, após Puebla. No editorial de junho de 1980, levantou-se a questão: “como pode um cristão de classe média ou um intelectual viver a opção de toda a Igreja pelos pobres?”⁷²¹. Na mesma lógica, o fascículo de dezembro do mesmo ano abordou uma temática espinhosa. Trata-se dos “envolvidos na opção preferencial pelos pobres, especialmente em termos de sua implementação por parte das classes beneficiadas”⁷²². E a grande questão levantada: “Redistribuir a renda é optar pelos pobres?”⁷²³

Em novembro e dezembro, o redator desta revista, Frei Leonardo Boff, teve a oportunidade de passar na Diocese do Acre e Purus e participar do movimento das comunidades eclesiais de base. O que aqui se publica é um diário teológico onde se põe a descoberto como, numa confissão, os passos e descompassos da reflexão teológica em contacto com o continente dos pobres. Desde Agostinho, este gênero possui cidadania teológica.⁷²⁴

Com a opção preferencial pelos pobres, emergiram duas outras questões relevantes. A primeira é se o intelectual ou alguém da classe média faz a opção que segmentos da instituição católica fizeram. A segunda é o que se entende por pobreza, e mais ainda: o que de fato é o pobre? Optar pelos pobres significa excluir os ricos?

A questão da pobreza pode ser examinada desde o contexto sociológico, filosófico e econômico, este talvez seja o mais ligado às realidades da vida. Do prisma teológico, como destacou Boff, este ponto existe desde Agostinho.

No artigo “CEBs e práticas de libertação”⁷²⁵, escrito pelo Frei Clodovis Boff, aborda-se o modelo dialético de compreensão da fé cristã. Vejamos:

Por isso o modelo mecânico e dogmático que entende a fé como regra ou princípio e a política como sua aplicação ou o que põe a fé como opção e a política como simples consequência é insuficiente para dar conta da experiência da fé tal como a vivem as CEBs e segundo a qual a política é parte integrante da fé. Por isso, nas CEBs a fé se mostra como uma “concepção ativa do mundo” (Gramsci). Mais ainda: ela se define

⁷²⁰BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 163, set.1981, p.417. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

⁷²¹BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 158, jun.1980, p.209. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

⁷²²BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez.1980, p.593. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

⁷²³BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez.1980, p.593. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

⁷²⁴BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 161, mar.1981, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 03.

⁷²⁵BOFF, Clodovis. CEBs e práticas de libertação. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez.1980, p.595-625. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

fundamentalmente pela prática, dentro da melhor tradição profética e evangélica.⁷²⁶

A partir da citação acima, percebemos o modelo dialético de compreensão da fé dentro da lógica cristã, com o intuito de entendermos como viviam as CEBs. Assim, nas comunidades, a fé aparece como uma “concepção ativa do mundo” (segundo a visão gramsciana), no qual se define pela práxis.

Podemos dizer que o diálogo com as ciências é contínuo nos fascículos da *R.E.B.* Na Campanha da Fraternidade de 1981, cujo tema era “Saúde para todos”, o periódico ofereceu um material sobre “o lugar da saúde na cultura atual”⁷²⁷. Em setembro do mesmo ano, o editorial acena para um diálogo importante “sobre São Tomás de Aquino e a teologia da libertação”⁷²⁸. E também afirma que “toda verdadeira teologia – como aquela de Tomás – é sempre libertadora porque lança suas raízes na concretude de seu tempo, aponta-lhes os desafios essenciais e confronta-os com as exigências do Evangelho”⁷²⁹.

O editorial de março de 1980 menciona o “fazer teologia sobre a realidade social, decifrada por um instrumento analítico adequado”⁷³⁰. Somado a isso, o redator faz referência ao artigo “A Igreja, o Poder e o Povo”⁷³¹ de Clodovis Boff, que “monta um discurso rigoroso, e, ao mesmo tempo, prático, sobre questões pastorais, políticas e populares”⁷³², o que destaca mais ainda a importância do povo e das CEBs, quando diz que “mais e mais leigos e intelectuais se articulam organicamente como base da Igreja e da sociedade”⁷³³.

Com o escopo de demonstrar maior articulação entre intelectuais e povo, no mês de junho do mesmo ano, o editorial da revista destaca que Clodovis Boff visa a “uma reflexão muito pertinente, nascida de sua própria prática de teólogo e animador de comunidades eclesiais, acentua, de modo particular, o pólo que vai do povo ao agente pastoral. O povo tem muito a ensinar.”⁷³⁴

Segundo Clodovis Boff, de um modo geral, o povo, favorece o intelectual a ter uma visão mais crítica de sua realidade, e o povo, concomitantemente, a adquirir essa mesma consciência, e por sua vez ocorre uma troca de saberes que contribui para uma reforma cultural e intelectual. Desta forma, compreende-se que o conhecimento ocorre em um intercâmbio de saberes, que constroem de forma mútua, pois tanto o intelectual quanto o povo tem o que oferecer, na sua vivência cotidiana, isto é, com seus saberes na formulação da consciência crítica.

Para Clodovis Boff, o povo oferece além da força econômica, a força política. Assim, a contribuição do saber encontra-se em uma vivência concreta. A práxis no cotidiano

⁷²⁶BOFF, Clodovis. CEBs e práticas de libertação. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez.1980, p.597-598. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

⁷²⁷BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 161, mar.1981, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 03.

⁷²⁸BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 163, set.1981, p.417. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

⁷²⁹BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 163, set.1981, p.417. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

⁷³⁰BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 157, mar.1980, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

⁷³¹BOFF, Clodovis. A Igreja, o povo e o poder. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 157, mar.1980, p.50-75. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

⁷³²BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 157, mar.1980, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

⁷³³BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 157, mar.1980, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

⁷³⁴BOFF, Frei Leonardo. Editorial. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 157, jun.1980, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

contribui para que o povo enquanto maioria se reinvente e crie suas próprias formas de luta. O intelectual nem sempre consegue captar essa sabedoria, que é expressa em prosas, ditados populares. Portanto, o saber do povo está ligado a prática, o fazer e realizar transformações.

Segundo Clodovis Boff existem três níveis de saber que manifestam a contribuição do povo ao intelectual. O primeiro é o filosófico, situado na realidade, longe do mundo das ideias. O segundo é o ético, pautado na bondade e a solidariedade que permeia a vida do povo. Não corresponde a uma atitude meramente passiva, como sujeição à classe dominante, mas é uma forma de buscar a sua própria consciência crítica, que implica na presença de outrem. O terceiro nível é o religioso. Cabe ressaltar que se trata de forma específica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no qual o olhar histórico da fé, em que Deus age na história, busca um nível de compreensão da sua realidade, criada pela divisão de classes, que o domina e o oprime.

De acordo com Gramsci⁷³⁵, o intelectual orgânico não só ensina como também recebe conteúdos do povo. Deste modo, o espaço em que o intelectual atua como ator social incide sobre ele. Assim, ele age de maneira ativa e passiva simultaneamente, recria o seu saber, ensina e aprende.

Acreditamos que o intercâmbio de saberes contribui para o despertar da autonomia do povo e ao mesmo tempo para a formação progressiva do intelectual. Na *R.E.B.* evidencia-se:

Isso significa que a grande lição que o povo pode dar aos intelectuais não tem nada a ver com mensagens, mas é a lição da transformação de sua posição social (de sua imagem, de sua prática) no processo de mudança global. O povo ensina mais que aos intelectuais por suas ações e mesmo ameaças, ou então por sua solidariedade concreta, do que por qualquer outra coisa. Colocar a questão do aporte do povo em outro terreno é falsear toda discussão. Colocá-la no terreno da teoria é colocá-la no terreno favorável ao intelectual. Tal é a tentação deste. E ele tende a isso e ele cai nisso, porque é ele que levanta essa questão, é ele que está preocupado com isso e não o povo.⁷³⁶

O povo encontra-se no fazer, realizar e superar, em outro sentido da práxis da vida. Desta forma, o povo ensina no ser/fazer, pois este transmite o que é e faz. Já o intelectual tradicional se preocupa com teorias, enquanto o orgânico é o que aprende com o ser/fazer do povo.

O editorial do fascículo de dezembro de 1981 demonstra a articulação do grupo de intelectuais da *R.E.B.* com o povo, sobretudo, nas CEBs, cuja relevância é observada quando trata da sua diversidade de dimensões. Constata-se que:

O fenômeno das CEBs é muito complexo, exigindo distintas abordagens a partir de várias ciências. Efetivamente entre os assessores estavam, além de teólogos e biblistas, sociólogos, politólogos, pedagogos, antropólogos e outros. Encontramos nas páginas da revista, suas apreciações, dentro de um espírito crítico que ajuda a caminhada e, ao mesmo tempo, profundo engajamento pela causa da libertação integral que ocorre nas CEBs. Além da ciência, existe, nos analistas, fé e compromisso pessoal com esta Igreja que nasce da fé do povo oprimido. Não existe quase nos membros das comunidades eclesiais de base alergia ao conhecimento teórico. Ao contrário, nota-se grande fome de saber como exigência dos desafios e das práticas. Por isso estimam sobremaneira aqueles intelectuais que entram em

⁷³⁵GRAMSCI, *Op. Cit.*, 2002.

⁷³⁶BOFF, Clodovis. Agentes de pastoral e a Igreja. In: *R.E.B.*, v.40, fascículo 158, jun.1980, p.229 Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

sua caminhada. O aprendizado mútuo é extremamente frutuoso, como se pode constatar no teor destes estudos.⁷³⁷

Assim, o intercâmbio de saberes ocorre dentro das CEBs, por iniciativa do povo que começa a tomar gosto pelo conhecimento sistematizado. Segundo Lowy⁷³⁸, o “cristianismo da libertação” acontece de maneira contínua, ou seja, a preparação e a troca de saberes retornam à base, que se reinventa e oferece algo novo, para ser reelaborado de forma conjunta com os intelectuais orgânicos. Nesse sentido, a *R.E.B.* de junho de 1981 trabalhou com o tema das CEBs, cujo título era: *CEBs: Povo de Deus que se organiza*. O redator constata que “uma Igreja está verdadeiramente nascendo da fé do povo que se organiza para a libertação”⁷³⁹.

Segundo Frei Betto, as CEBs surgiram com Dom Agnello Rossi, em Volta Redonda, RJ, e Dom Eugênio Sales, quando era bispo de Natal (RN). Tais comunidades, a princípio eram para auxiliar o trabalho pastoral de padres, na preparação para os sacramentos como batismo, crisma, matrimônio. Entretanto, com o golpe militar as CEBs adquiriram um novo significado tanto na instituição católica quanto na sociedade civil:

A partir de 1964, com o golpe militar, as CEBs, passaram a ter uma importância que até então elas não tinham. Isto porque, como quase todos os movimentos populares foram praticamente reprimidos pelo governo, o único espaço que sobrou para as camadas populares se organizarem foi o espaço das CEBs. O poder militar no Brasil se sentiu no direito de interferir em todas as instituições do país – a ponto de nomear um oficial da Aeronáutica para ser reitor da Universidade de Brasília, ou um major para ser diretor da empresa. O que não dava era nomear um general para ser arcebispo de São Paulo! Então, praticamente, a igreja ficou como único espaço em que as classes populares podiam se reorganizar à sombra de um trabalho pastoral. Isso provocou uma explosão das CEBs no Brasil.⁷⁴⁰

Portanto, as CEBs⁷⁴¹ como conhecemos atualmente, surgiram como uma opção democrática dentro de um regime de exceção, que buscava silenciar qualquer reivindicação, desrespeitando assim o Estado democrático de direito. Diante de tal conjuntura, um movimento de caráter religioso, preocupado com interesses eclesiais, tornar-se-ia lugar de fomentação de movimentos populares.

Essas comunidades, através do trabalho de educação popular, começaram a servir de sementeira para os movimentos populares. Das comunidades que se encontravam para rezar, para nutrir e cultivar sua fé, surgem movimentos populares, como movimentos de creches, água, luz, defesa da terra, etc., que vão se formar além das fronteiras da Igreja. Aqui não participa só quem é cristão. Participa quem é o povo interessado em suas reivindicações.⁷⁴²

⁷³⁷BOFF, Frei Leonardo. Editorial. *In: R.E.B.*, v.41, fascículo 164, dez.1981, p.641. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

⁷³⁸LOWY, *Op. Cit.*, 2000.

⁷³⁹BOFF, Frei Leonardo. Editorial. *In: R.E.B.*, v.41, fascículo 162, jun.1981, p.209. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 03.

⁷⁴⁰BETTO, Frei. “Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular”. *In: FLEURI, Reinaldo Matias. Movimento popular, política e religião*. São Paulo: edições Loyola, 1985, p. 28.

⁷⁴¹É importante destacar que, as CEBs não foram só espaço de política. Em diversos lugares foram apenas lugar de oração.

⁷⁴²BETTO, Frei. “Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular”. *In: FLEURI, Reinaldo Matias. Movimento popular, política e religião*. São Paulo: edições Loyola, 1985, p. 28.

No artigo “Oprimidos: A opção pela Igreja”⁷⁴³, Pedro de Oliveira ressalta o surgimento e a transformação das CEBs. Portanto:

No seu início as CEBs eram experiências isoladas no interior de paróquias ou dioceses que as colocavam entre suas prioridades pastorais. Surgidas principalmente nas áreas rurais, elas reuniam pessoas em torno a uma reflexão bíblica, a um culto dominical ou a alguma atividade de promoção humana. Só em 1975, quando se realiza o I encontro Intereclesial de Vitória, ES, começa a articulação entre elas.⁷⁴⁴

E ainda:

Como dizia um lavrador: “a Comunidade Eclesial de Base nos dá a força, a coragem e as ideias, mas os meios de luta estão fora dela”. Explicando o que isso significa, ele disse: “a comunidade me dá força que vem da união, a coragem que vem da oração e as ideias que vêm da reflexão bíblica, mas para lutar a gente precisa é do sindicato e do partido político”. Embora no passado – e ainda hoje – muitas CEBs tenham assumido diretamente alguma luta popular, tudo indica que esta função vem sendo cada vez menos importante para elas.⁷⁴⁵

Compreendemos que a educação popular tornou-se uma das características das CEBs, pois, além de se alastrarem, atingiram um patamar de atuação em cujo interior o elemento educacional encontrava-se solidamente. Para Frei Betto e Luis Eduardo Wanderley, a educação nas CEBs apresenta uma particularidade. No artigo publicado na *R.E.B.*, intitulado “Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular”, Wanderley faz uma distinção: a educação popular apresenta maior coerência quando produzida pelas classes populares, diferentemente daquelas que são produzidas para as classes sociais. O autor sugere que seus próprios agentes produzam seu conteúdo, diferentemente da educação imposta por agentes externos, de maneira tradicional, que representa interesses da elite.

Semelhante ao pensamento de Wanderley, João Batista Libânio, no artigo “Igreja: Povo oprimido que se organiza para a libertação”⁷⁴⁶, realiza uma distinção entre as CEBs que estão ligadas à hierarquia, considerando-as mais fortes, já que estariam ligadas aos sacramentos. Estas comunidades de base se aproximam daquela noção de educação para as classes populares, contudo, sem esquecer que estas iniciam uma desvinculação de dependência do clero. Também existem, as CEBs que nascem dos círculos bíblicos, no qual o cerne da questão é a palavra de Deus com a vida. Nas duas conjunturas, existe um elemento decisivo nas comunidades que é “articulação fé e vida, compromisso com as lutas e Evangelho, a inspiração da Palavra de Deus e os problemas concretos”⁷⁴⁷.

Tanto Libânio, como Frei Betto e Wanderley concordam que as CEBs desenvolveram-se e ganharam vitalidade na busca por responder de maneira concreta as necessidades que permeiam a vida humana. Segundo, os autores supracitados, as CEBs contribuíram para o processo de conscientização.

⁷⁴³ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Oprimidos: A opção pela Igreja. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 164, dez.1981, p.643-653. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

⁷⁴⁴ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Oprimidos: A opção pela Igreja. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 164, dez.1981, p.644. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

⁷⁴⁵ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Oprimidos: A opção pela Igreja. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 164, dez.1981, p.648-649. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

⁷⁴⁶ LIBÂNIO, João Batista. Igreja: Povo oprimido que se organiza para libertação. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 162, jun.1981, p.279-311. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 03.

⁷⁴⁷ LIBÂNIO, João Batista. Igreja: Povo oprimido que se organiza para libertação. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 162, jun.1981, p.287. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 03.

Logo que as comunidades estão mais estruturadas, as pessoas se conscientizam de elementos condicionantes da realidade local ou mais abrangente, as reivindicações se tornam mais socializadas, as necessidades de formas mais organizativas coletivas mais permanentes ganham corpo: assim surgem as cooperativas, os sindicatos, as comissões de direitos humanos e outras modalidades de associações populares. Tudo isto tem aspectos pedagógicos evidentes: elimina-se a “educação bancária”, a educação rural inadequada, o elitismo, as ideias vagas e abstratas que não deitam raízes, o oportunismo. Com base nessas necessidades, num segundo passo, passa-se a exigir mais e melhor conhecimento para desvendar as causas, as estruturas e os processos, e para fornecer elementos que aperfeiçoem as práticas.⁷⁴⁸

As concepções de mundo elaboradas pelas CEBs ajudaram na compreensão dos mecanismos políticos e econômicos de exploração causadores da pobreza. Assim, desenvolveu-se no interior das comunidades, uma pedagogia popular para que seus membros desvendassem as contradições e alienações do senso comum. Para realizar tal feito, as CEBs adotaram o método ver-julgar-agir. Resumidamente o método compreende no VER, o estudo da realidade concreta, o JULGAR deve ser feito à luz do Evangelho e das reflexões teológicas. E o AGIR trata-se da aplicação. Para Wanderley, desta pedagogia popular emergem métodos e técnicas que auxiliariam numa nova concepção de mundo e na busca de uma reforma intelectual e moral da sociedade.

As CEBs estão elaborando uma original pedagogia popular, que utiliza vários desses métodos e técnicas, ademais de outros criativos e imaginosos adaptados às condições e recursos locais. No IV Encontro, as manifestações dos participantes, objetivando exprimir as conclusões de debates em grupos e assembléias, através de relatórios escritos em cartazes e com desenhos a guisa de resumo, através de dramatizações, através de músicas, foram de molde a deixar os assessores encantados. Tal era a riqueza, a perspicácia, o humor, que demonstravam, dentro de seus limites, a sabedoria do saber popular.⁷⁴⁹

Constatamos que o elemento motivador é o da fé, que, aliás, nas CEBs conjuga-se com o da vida, no cotidiano. Portanto, a fé no aspecto intimista é deixada de lado e acentua-se o lado comunitário, através do qual se toma consciência de direitos e dos problemas sociais que afetam a vida humana. Assim, a conscientização nas Comunidades ocorre, mormente, nas celebrações, momentos em que se aprende a partir do Evangelho, a superação entre fé e vida.

Podemos dizer que a dimensão política nas CEBs levantou problemáticas de frente à Igreja, Estado e sociedade civil. Na *R.E.B.* de março de 1983, encontramos o documento “Comunidades Eclesiais de Base no Brasil”⁷⁵⁰, este foi elaborado na 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente da CNBB realizado em Brasília e lançou-se um olhar pastoral sobre as CEBs.

A Igreja tem, igualmente, consciência da dimensão política da pregação do Evangelho. “A missão da Igreja é evangelizadora e de natureza eminentemente pastoral. Tal missão, entretanto, de nenhum modo a conduz a

⁷⁴⁸WANDERLEY, Luiz Eduardo. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 164, dez. 1981, p.690. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

⁷⁴⁹WANDERLEY, Luiz Eduardo. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 164, dez. 1981, p.697-698. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

⁷⁵⁰BOFF, Frei Leonardo. Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. In: *R.E.B.*, v.43, fascículo 169, mar.1983, p148-161. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 07.

se omitir a respeito de problemas sócio-políticos do país, na medida mesma em que esses problemas sempre apresentam uma relevante dimensão ética. A Igreja não é interprete de aspirações partidárias, nem mediadoras de facções políticas. Isto não significa, porém, que ela seja apolítica. Ela sabe que um pretense apoliticismo significa, na prática, uma atitude política de anuência tácita a uma determinada configuração do poder político, qualquer que ele seja.”⁷⁵¹

Portanto, há uma preocupação no interior das comunidades sobre a questão política, posto que sem esta, era impossível o desenvolvimento de uma libertação integral. Nesse sentido, as CEBs eram consideradas um espaço eclesial privilegiado para se reunir e debater questões políticas e sociais e, deste modo, era necessário o desenvolvimento da educação política.

No fascículo da *R.E.B.* de setembro de 1983, examinamos o artigo “Crônica Teológica do V Encontro Intereclesial de CEBs”⁷⁵², no qual apresenta algumas reflexões do referido encontro e citaremos alguns trechos, a seguir:

16. Pelo apreço que as CEBs manifestam aos pastores e crítica aos governantes políticos, se pode dizer que há, no âmbito das CEBs, uma questão social (outra sociedade) e não tanto uma questão eclesial (outra Igreja). 19. Uma das lutas mais significativas das CEBs é a recuperação dos sindicatos das mãos dos pelegos. Isso é muito importante, muito mais que atos e iniciativas isoladas. Um sindicato é órgão permanente e gerador de reivindicações e ações variadas. 23. Grande parte – a maioria esmagadora – dos problemas expressos se situam na área rural. A representação operária é pequena, pelo que aparece nos depoimentos. As lutas são mais na área do sindicalismo rural e na área dos movimentos populares urbanos (nos bairros ou lugar de moradia). Talvez as CEBs nos dêem uma visão do “proletariado” distinta do marxismo clássico. Trata-se mais de “povo” que de “classes trabalhadoras”. O participante das CEBs tem que estar nas frentes da luta, mas também nos encontros de oração e reflexão do Evangelho.⁷⁵³

Os intelectuais e os agentes de pastorais apresentaram grande atuação nas CEBs. Entretanto, o povo desenvolveu uma conscientização, que levou ao conhecimento da sociedade e de suas realidades circuncindantes, como por exemplo, o capitalismo, e seus mecanismos de produção que geram a pobreza e a exclusão. Desta forma, no interior das comunidades, realizava-se análise histórica, baseado em relatos bíblicos, no qual opressores e oprimidos emergiam de forma explícita e eram atualizados no cotidiano:

Sabe-se que os movimentos sociais populares, muito deles formados a partir da ação das comunidades eclesiais, e as próprias CEBs originam-se quase sempre de problemas locais e em função de interesses imediatos, aglutinando pequenos grupos solidários e marcados pela vivência concreta de uma mesma situação de vida. Eles e criam e desenvolvem fórmulas criativas e imaginosas de ajuda mútua. Aos poucos, na dependência de fatores internos e externos que os condiciona, eles ampliam suas reivindicações para níveis mais amplos, vão se conscientizando e se politizando, e seus participantes

⁷⁵¹BOFF, Frei Leonardo. Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. In: *R.E.B.*, v.43, fascículo 169, mar.1983, p.156. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 07.

⁷⁵²BOFF, Clodovis. Crônica Teológica do V Encontro Intereclesial de CEBs. In: *R.E.B.*, v.43, fascículo 171, set. 1983, p.474-475 e 493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 08.

⁷⁵³BOFF, Clodovis. Crônica Teológica do V Encontro Intereclesial de CEBs. In: *R.E.B.*, v.43, fascículo 171, set. 1983, p.471-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 08.

sentem a necessidade de resolver os problemas, de desvendar as causas, de encontrar soluções que implicam mudanças qualitativas e estruturais de caráter nitidamente político, muitas das quais escapam às possibilidades locais.⁷⁵⁴

Através da conscientização nas CEBs desenvolveu-se a organização política, e isto ocorreu através da prática educativa, pois buscava as alternativas, estratégias e métodos diante do aparelho estatal, a fim de manter a hegemonia, por meio do seu aparato. No artigo “Aspectos morais da caminhada das CEBs no Brasil”⁷⁵⁵, o autor evidencia que o mais relevante para as Comunidades era analisar as causas dos variados problemas, fosse no espaço urbano ou rural. Vejamos:

Mais importante do que a simples constatação dos problemas, por ninguém contestado, é a análise das suas causas. E aqui emerge um dos traços mais marcantes das CEBs, a consciência ao mesmo tempo político-social e teológico-crítica: ambas agudas. Sem esta dupla consciência não existe verdadeira comunidade eclesial de base. Admitir como positivistas as CEBs “não conscientizadas” e revestir as conscientizadas com o espantalho de “Igreja Popular”, é desnaturar as CEBs naquilo que constitui sua força. É como anunciar um Evangelho sem conotações sócio-políticas, ou seja, é tirar o sal do Evangelho.⁷⁵⁶

No que concerne a questão agrária, acreditamos que as CEBs foram uma das estratégias da instituição católica para incentivar a realização da reforma agrária e, sobretudo, conscientizar o povo para esta luta:

No contexto rural as CEBs se propõem a conscientizar para a reforma agrária; apoiar toda luta pela conquista e permanência na terra, por parte daqueles que nela trabalham; conhecer as leis sobre a posse e uso da terra; lutar por uma Reforma Agrária que seja acompanhada por uma política que atenda aos pequenos.⁷⁵⁷

De acordo com Gramsci, o trabalho do intelectual deve ser freqüente, com o escopo de elevar o conteúdo cognitivo das classes populares, a fim de surgir uma nova camada de intelectuais no meio do povo, ou seja, o intelectual orgânico, que participe de suas vicissitudes.

Em suma, nos escritos da *R.E.B.* evidencia-se a chamada “preparação das CEBs para uma ação efetiva (de resistência, de articulação mais ampla entre elas e outros grupos sociais) face aos grandes projetos”⁷⁵⁸. Para a realização de tal feito, fazia-se necessário a capacitação intensa dos membros das comunidades, por meio de constantes trocas de saberes com os agentes pastorais e os intelectuais. Por outro lado, vale destacar que tal ação efetiva tornou-se presente em algumas comunidades com a presença de seus membros em partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos.

⁷⁵⁴WANDERLEY, Luiz Eduardo. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular. In: *R.E.B.*, v.41, fascículo 164, dez. 1981, p.699. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

⁷⁵⁵MOSER, Frei Antônio. Aspectos morais da caminhada das CEBs no Brasil. In: *R.E.B.*, v.43, fascículo 171, set. 1983, p.494-503. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 08.

⁷⁵⁶MOSER, Frei Antônio. Aspectos morais da caminhada das CEBs no Brasil. In: *R.E.B.*, v.43, fascículo 171, set. 1983, p.508-509. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 08.

⁷⁵⁷MOSER, Frei Antônio. Aspectos morais da caminhada das CEBs no Brasil. In: *R.E.B.*, v.43, fascículo 171, set. 1983, p.511. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 08.

⁷⁵⁸BOFF, Clodovis. “E uma pedrinha soltou-se...” - As bases do povo de Deus. In: *R.E.B.*, v.42, fascículo 168, dez. 1982, p.659-687. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 06.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos a Igreja Católica como uma instituição que se “move no tempo com uma lógica própria” e como um “Corpo Místico”, portador de uma verdade transcendente, reconhecemos, assim como Roberto Romano⁷⁵⁹, a sua capacidade e interesse em adequar-se às questões do seu tempo. Por tal razão, para o autor, a Igreja não pode ser interpretada exclusivamente como um instrumento ideológico do Estado, pois é uma instituição que estabelece alianças de cunho temporal, tendo em perspectiva a ideia de salvação espiritual do ser humano e os seus próprios interesses institucionais.

Ao examinarmos nossa principal fonte: a *R.E.B.*, constatamos a sua postura a favor de uma providência imediata, com o intuito de sanar os conflitos no meio rural brasileiro. Entretanto, a revista no período que Frei Boaventura Kloppenburg foi o redator, apoiou uma Reforma Agrária baseada na ordem pública e na paz, pois contribuiria para a solução dos problemas que afligiam o país, tais como: êxodo rural; inflação; ameaça do comunismo e conflito entre grandes proprietários de terra e camponeses. O periódico defendia um projeto dentro dos moldes capitalista – isto é, calcado na pequena propriedade familiar privada e não no controle estatal ou coletivo da terra.

Por conseguinte, a reforma deveria ser um instrumento de modernização econômica e não de profundas transformações sociais. O escopo principal era manter a população no campo de maneira sustentável, com o intuito de conservar os valores tradicionais e, desta forma, o catolicismo permanecer com o seu espaço de liderança na zona rural garantido.

Contudo, ao longo da pesquisa, constatamos que os pronunciamentos católicos sobre o Estatuto da Terra na *R.E.B.* ficaram muitíssimo aquém do debate sobre a necessidade de uma reforma agrária que se desenrolava no periódico antes do golpe de 1964.

Quando Frei Leonardo Boff assumiu a redação da *R.E.B.*, houve um aumento exponencial em relação aos assuntos ligados à questão agrária e a política da época. No período do Frei Boaventura Kloppenburg, os assuntos religiosos eram maioria na revista, enquanto na fase do Frei Leonardo Boff a frente da *R.E.B.*, a temática agrária triplicou no periódico, além do acréscimo de textos relacionados à política, sobretudo, o cerceamento das liberdades provocado pelo regime militar.

Com a troca de redatores ocorreu uma alteração no modelo de reforma agrária proposto na revista. Em diversos textos evidenciava-se o episcopado questionando o incentivo aos latifundiários e grandes empresários, em detrimento ao trabalhador rural. E também, indagavam o fato do país apresentar uma política agrária com estímulo à modernização e não buscar transformar a estrutura fundiária.

Portanto, ao longo da década de 1970 até meados dos anos 80 – quando Frei Leonardo Boff esteve à frente da revista – debateu-se no periódico que a reforma agrária não era somente a posse da terra, sendo necessário levar em conta transformações em outras esferas da estrutura econômica e social, como parte de uma grande estratégia de mudanças sociais.

Deste modo, verificamos as guerras internas do sistema religioso, sobretudo, no interior da Igreja Católica, marcada por uma multiplicidade de correntes, que embora fossem divergentes, deveriam seguir lealdades institucionais. Assim, a Igreja seria palco de disputas concernentes a projetos, ideias, relação com o mundo, dentre outros, pois como instituição histórica estaria sujeita a choque e contradições internas. Levando tais disputas para a *R.E.B.*, constatamos que a transição de redatores não foi amistosa, pois houve conflitos ideológicos que mudaram o perfil do periódico, pois Boff – o novo redator – rompeu com uma tradição conservadora e imprimiu-lhe outro caráter. Desta forma, estabeleceu-se uma nova orientação

⁷⁵⁹ROMANO, *Op. Cit.* 1979.

para a *R.E.B.* e por sua vez, provocou uma intensa ligação entre os intelectuais e o povo com a problemática política e social do continente latino-americano.

Ao assumir a redação da revista, Frei Leonardo Boff, destacou que às alterações do tempo implicava a fé comprometida com questões sociais e desenvolvimento do senso crítico. Entretanto, a problemática na alteração do redator se encontrava não só nas transformações dos tempos, mas também nas “orientações teológicas”. Assim, os “novos horizontes” aludidos tratam de uma Teologia Política, voltada para temáticas da vida social. A referida teologia tornar-se-ia, em *Nuestra América*, a Teologia da Libertação. Desta forma, era essa nova orientação teológica, que estava por detrás dos conflitos entre Kloppenburg e Boff na *R.E.B.*

Por fim, diante de nossas análises, acreditamos que o período de Leonardo Boff como redator da *R.E.B.* foi muito vivo, porém o mais polêmico. E tornou-se um espaço aberto aos pensadores ligados a Teologia da Libertação, além de terem muitos trabalhos de caráter bem pastoral, publicados nesta fase. No entanto, desde 1986, sob a direção de Frei Elói Piva, a *R.E.B.* voltou ao estilo de normalidade impresso por seu fundador Frei Tomás Borgmeier. Foi essa tônica que caracterizou a revista por décadas e trouxe um prestígio reconhecido, não somente no Brasil, mas em todo o mundo católico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes Primárias:

Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Campinas, v. 11, n. 06, nov.-dez. 1981 p. 1-52. Disponível em: <www.abrareformagraria.org> Acesso em: 21 abr. 2014.

Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”

A presente carta pastoral pode ser acessada no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>> Acesso em: 01 set. 2015. E também encontra-se disponível na *Revista Sedoc (Serviço de Documentação)*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p. 955- 984. Biblioteca do Seminário São José.

Comissão Pastoral da Terra. Ata de Constituição da Comissão Pastoral da Terra. Manuscrito. Assembléia Nacional 1977, p. 2. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. <https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00> Acesso em: 07 mar. 2018.

Comissão Pastoral da Terra. Das linhas de ação aprovadas pela Primeira Assembléia Nacional da CPT. 1977. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. <https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00> Acesso em: 07 mar. 2018.

Comissão Pastoral da Terra – Mato Grosso do Sul. 20 anos de luta pela terra no Rio Grande do Sul, 1984. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. <https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00> Acesso em: 09 mar. 2018.

Comissão Pastoral da Terra- Maranhão. Luta e organização dos trabalhadores pela Reforma Agrária, 1984. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. <https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00> Acesso em: 09 mar. 2018.

Constituição de 1988:

A Constituição de 1988 pode ser encontrada no seguinte sítio eletrônico: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 28 mar. 2018.

Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Consultar:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>> Acesso em: 19 abr. 2014.

Discurso do Presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964:

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 283-291.

Documentos da CNBB:

CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970)**. Brasília, 1966.

CNBB. “Declaração da situação nacional”. *In*: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 147-149.

CNBB. “Eu ouvi os clamores do meu povo”. *In*: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 168-199.

CNBB. “Marginalização de um povo – grito das Igrejas”. *In*: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 200-239.

CNBB. **Igreja e problemas da terra**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

ENGELKE, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (MG – 10/09/1950) *In*: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. **Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais)**. São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 43-53.

PADIN, D. Cândido. “A doutrina da segurança nacional à luz da doutrina social da Igreja”. *In*: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 150-167.

Pronunciamento da CNBB sobre a Reforma Agrária, 06 maio 1988. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico da CNBB: <http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_download/113-51-pronunciamentos-da-cnbb-1988-coletanea-1992> Acesso em: 28 mar. 2018.

Estatuto da Terra:

O estatuto encontra-se no seguinte site:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>> Acesso em: 07 dez. 2013.

Encíclicas Papais:

Rerum Novarum (1891)

<www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

Quadragesimo Anno (1931)

<www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19310515_quadrag-esimo-anno_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

Mater et Magistra (1961) <www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 28 jan. 2014.

Pacem in Terris (1963) <www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 29 jan. 2014.

Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (1964)
 <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html> Acesso em: 27 fev. 2018.

Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965)
 <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html> Acesso em: 27 fev. 2018.

Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária:

Está disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 28 mar. 2018.

Plataforma política no I Encontro Nacional do MST. Para ter acesso consultar: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1985%20E2%80%93%20Hist%C3%B3rico%20do%20Movimento%20Sem%20Terra%20E2%80%93%20MST.pdf>
 Acesso em: 22 mar.2018.

Sítios eletrônicos utilizados para a pesquisa:

Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP:

<http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao_catolica_brasileira.html> Acesso em: 10 dez.2014.

Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas:

<<http://www.fgv.br/cpdoc>> Acesso em: 06 ago. 2018.

Sites relacionados à história da Igreja Católica:

<<http://cleofas.com.br/historia-da-igreja-de-leao-xiii-a-pio-xii-1878-1939/>> Acesso em: 10 dez. 2014.

<www.franciscanos.org.br> Acesso em: 27 abr. 2018.

<<http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt.html>> Acesso em: 15 ago. 2018.

<<https://www.ebiografia.com>> Acesso em: 27 abr. 2018.

<<https://www.diocesedivinopolis.org.br/index.asp?c=padrao&modulo=conteudo&url=0864&ss=7>> acesso em 27 abr. 2018.

<<http://www.freibetto.org/index.php/perfil>> Acesso em: 22 mai. 2018.

Periódico: Revista Eclesiástica Brasileira

Volume 01 e do volume 10 ao 48, correspondentes aos anos de 1941 e 1950 a 1988, pesquisados na Biblioteca Nacional.

Revista Eclesiástica Brasileira. BOFF, Clodovis. A Igreja, o povo e o poder. *In: R.E.B.*, v.40, fascículo 157, mar.1980, p.50-75. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

BOFF, Clodovis. CEBs e práticas de libertação. *In: R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez.1980, p.595-625. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

_____ BOFF, Clodovis. Agentes de pastoral e a Igreja. *In: R.E.B.*, v.40, fascículo 158, jun.1980, p.229 Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

_____ BOFF, Clodovis. “E uma pedrinha soltou-se...” - As bases do povo de Deus. *In: R.E.B.*, v.42, fascículo 168, dez. 1982, p.659-687. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 06.

_____ BOFF, Clodovis. Crônica Teológica do V Encontro Intereclesial de CEBs. *In: R.E.B.*, v.43, fascículo 171, set. 1983, p.474-475 e 493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 08.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Editorial. *In: R.E.B.*, v.32, fascículo 125, mar.1972, p.01-04. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 05.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Dom Ivo Lorscheiter e Dom Pedro Casaldáliga. *In: R.E.B.*, v.32, fascículo 125, mar. 1972, p.205-206. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 05.

_____ BOFF, Frei Leonardo. A presidência da CNBB mostra-se preocupada com o agravamento das tensões na Prelazia de São Félix. *In: R.E.B.*, v.32, fascículo 126, jun. 1972, p.449. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 06.

_____ BOFF, Frei Leonardo. As linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia. *In: R.E.B.*, v.32, fascículo 127, set. 1972, p.703-704. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 07.

_____ BOFF, Frei Leonardo Boff. Eu ouvi os clamores do meu povo. *In: R.E.B.*, v.33, fascículo 131, set. 1973, p. 723. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,09.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Prelazia de São Félix do Araguaia. *In: R.E.B.*, v.33, fascículo 131, set. 1973, p. 726. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,09.

_____ BOFF, Frei Leonardo. A promoção da Amazônia legal. *In: R.E.B.*, v.35, fascículo 139, set. 1975, p. 704-705. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,13.

_____ BOFF, Frei Leonardo. O testemunho de um lavrador nordestino. *In: R.E.B.*, v.36, fascículo 143, set. 1976, p. 701. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,15.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Depoimentos de bispos na CPI da terra. *In: R.E.B.*, v.37, fascículo 146, jun. 1977, p. 386-387. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 17.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Dinamismo das Comunidades de Base. *In: R.E.B.*, v.37, fascículo 146, jun.1977, p.388. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 16.

_____ BOFF, Frei Leonardo. A difícil situação de nosso homem do campo. *In: R.E.B.*, v.38, fascículo 149, mar. 1978, p. 142-143. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,18.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Política agrária no Paraná. *In: R.E.B.*, v. 38, fascículo 150, jun. 1978, p. 355. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,18.

_____ BOFF, Frei Leonardo. III Encontro Intereclesial das Comunidades de Base: “Igreja, Povo que se liberta”. *In: R.E.B.*, v.38, fascículo 151, set.1978, p.509-511. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 19.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Objetivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT). *In: R.E.B.*, v.39, fascículo 155, set. 1979, p.686-687. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 21.

_____ BOFF, Frei Leonardo. O III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. *In: R.E.B.*, v.39, fascículo156, dez.1979, p. 509. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 21.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Editorial. *In: R.E.B.*, v.40, fascículo 157, mar.1980, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Editorial. *In: R.E.B.*, v.40, fascículo 158, jun.1980, p.209. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 01.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Bispos e Provinciais do Rio Grande do Sul enviam mensagem aos trabalhadores rurais. *In: R.E.B.*, v. 40, fascículo 158, jun. 1980, p. 335-337. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Pequena e média empresa agrícola. *In: R.E.B.*, v. 40, fascículo 158, jun. 1980, p. 350. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Decreto assinado pelo governo brasileiro. *In: R.E.B.*, v. 40, fascículo 158, jun. 1980, p. 353-354. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Editorial. *In: R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez.1980, p.593. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Nota da CPT. *In: R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez. 1980, p. 774. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

_____ BOFF, Frei Leonardo. A força do povo contra a covardia dos poderosos. *In: R.E.B.*, v.40, fascículo 160, dez. 1980, p. 774-775. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 02.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Editorial. *In: R.E.B.*, v.41, fascículo 161, mar.1981, p.03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 03.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Recomendações ao pequeno lavrador. *In: R.E.B.*, v.41, fascículo 161, mar.1981, p. 162-163. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 03.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Editorial. *In: R.E.B.*, v.41, fascículo 163, set.1981, p.417. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Editorial. *In: R.E.B.*, v.41, fascículo 164, dez.1981, p.641. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Citação do deputado Ronan Tito (PMDB-MG). *In: R.E.B.*, v. 41, fascículo 164, dez. 1981, p. 833. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,04.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Perseguição em São Félix do Araguaia. *In: R.E.B.*, v. 42, fascículo 166, jun. 1982, p. 384-385. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,05.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Padres e posseiros: mantida a condenação. *In: R.E.B.*, v. 43, fascículo 169, mar. 1983, p.176-177. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,07.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. *In: R.E.B.*, v.43, fascículo 169, mar.1983, p148-161. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 07.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Expulsar os padres solucionaria a questão da terra? *In: R.E.B.*, v. 43, fascículo 169, mar. 1983, p.180-181. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,07.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Dom Aloísio pede mudanças estruturais. *In: R.E.B.*, v.43, fascículo 172, dez. 1983, p. 846. Biblioteca nacional (BN), cód. 2-138, 01, 08.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Seminário sobre Reforma Agrária em Canindé, CE. *In: R.E.B.*, v.44, fascículo 175, set. 1984, p. 632-635. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 10.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Movimentam-se os trabalhadores sem terra. *In: R.E.B.*, v.45, fascículo177, mar.1985, p. 169. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 11.

_____ BOFF, Frei Leonardo. Plano de reforma agrária decepciona. *In: R.E.B.*, v.45, fascículo180, dez.1985, p. 791. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 12.

_____ BOFF, Frei Leonardo; PIVA, Frei Elói. Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1985). *In: R.E.B.*, v.46, fascículo 182, jun.1986, p. 432. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 13.

_____ BORGMEIER, Frei Thomas. Revista Eclesiástica Brasileira. *In: R.E.B.*, v. 01, fascículo 01, mar.-jun. 1941, p. 01-03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2- 134, 01, 01.

_____ BORGMEIER, Frei Thomas. Pareceres sobre a *Revista Eclesiástica Brasileira*. *In: R.E.B.*, v.1, fascículo 03, set. 1941, p. 573-574. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 02.

_____ CHRISTO, Frei Alberto Libânio. O canto do galo. *In: R.E.B.*, v.37, fascículo 146, jun. 1977, p. 243-282. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 17.

_____ CNBB. Declarações da CNBB sôbre a situação nacional. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 491-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

_____ CNBB. Comunicação Pastoral ao Povo de Deus – Documento elaborado pela Comissão Representativa da CNBB. *In: R.E.B.*, v.36, fascículo 144, dez. 1976, p.937-947. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,15.

_____ CNBB. Igreja e problemas da terra. *In: R.E.B.* v.40, fascículo 157, mar. 1980, p.136-152. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01,01.

_____ GOULART, João. O presidente da República sobre a *Pacem in Terris*. *In: R.E.B.*, v. 23, fascículo 02, jun.1963, p.496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,05.

_____ *INCUNABLE*, Periódico Sacerdotal. Salamanca, jul.-ago. 1961, p. 02 *Apud* KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *R.E.B.*, v.21, fascículo 04, dez.1961, p. 968. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A reunião dos arcebispos do Brasil no Rio de Janeiro. *In: R.E.B.*, v.12, fascículo 04, dez. 1952, p. 990-991. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01,03.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Revista Eclesiástica Brasileira. *In: R.E.B.*, v. 13, fascículo 01, mar. 1953, p. 126-128. Biblioteca Nacional (BN), cód.2-135, 01, 04.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Frente Agrária do Paraná. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 780-781. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,02.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A fôrça das nossas frentes agrárias. *In: R.E.B.*, v. 22, fascículo 03, set. 1962, p. 752-753. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,04.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Dioceses do Paraná fazem Reforma Agrária. *In: R.E.B.*, v.23, fascículo 03, set. 1963, p. 790. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,06.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Plano Piloto. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 213. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A Revolução de Abril e os comprovantes da subversão comunista. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 493-495. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Marchas da família com Deus pela liberdade. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Sugestões de D. Helder sobre o problema nordestino. *In: R.E.B.*, v.26, fascículo 02, jun. 1966, p. 452-454. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,12.

_____ KLOPPENPURG, Frei Boaventura. As tribulações da Igreja do Nordeste. *In: R.E.B.*, v. 26, fascículo 03, set. 1966, p. 729. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,13.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Problemas do canavieiro nordestino. *In: R.E.B.*, v.26, fascículo 06, set. 1966, p. 731-732. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 13.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. SEDOC: Serviço de Documentação, Nossa Nova Revista. *In: R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun.1968, p.470. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 16.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Presença ativa da Igreja no desenvolvimento latino-americano. *In: R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 478-479. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. “Presença ativa da Igreja no desenvolvimento latino-americano”. *In: R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 479-480. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Memorial sobre a reforma agrária. *In: R.E.B.*, v. 29, fascículo 03, set. 1969, p. 710-711. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 19.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. O V Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul. *In: R.E.B.*, v. 31, fascículo 123, set. 1971, p. 736-737. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,04.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. *In: R.E.B.*, v.31, fascículo 124, dez. 1971, p. 1018-1019. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 04.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Os problemas pastorais da Amazônia. *In: R.E.B.*, v.31, fascículo 124, dez. 1971, p.1021. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 04

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Conversações ecumênicas sobre o ministério. *In: R.E.B.*, v.33, fascículo 130, jun. 1973. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 08.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. As razões do coração. *In: R.E.B.*, v.34, fascículo 134, jun.1974. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01,10.

_____ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Análise do Consenso entre Luteranos e Católicos estadunidenses sobre o primado Papal. *In: R.E.B.*, v.35, fascículo 138, jun. 1975. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 12.

_____ LIBÂNIO, João Batista. Igreja: Povo oprimido que se organiza para libertação. *In: R.E.B.*, v.41, fascículo 162, jun.1981, p.279-311. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 03.

_____ MARINS, Pe. José. Plano Pastoral de Conjunto. *In: R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 356-366. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

_____ MARTINS, Waldomiro Pires. Fastos Jubilares. *In: R.E.B.*, v. 25, fascículo 04, dez.1965, p. 867. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,11.

_____ MELO, Pe. Antônio Alves de. II Encontro Intereclesial sobre Comunidades de Base (Vitória – ES). *In: R.E.B.*, v.36, fascículo 143, set.1976, p.686-696. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 15.

_____ MOSER, Frei Antônio. Aspectos morais da caminhada das CEBs no Brasil. *In: R.E.B.*,v.43, fascículo 171, set. 1983, p.494-503. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 08.

_____ NABUCO, Monsenhor Joaquim. No jubileu da Revista Eclesiástica Brasileira. *In: R.E.B.*, v.26, fascículo 03, set.1966, p.656. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,13.

_____ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Oprimidos: A opção pela Igreja. *In: R.E.B.*, v.41, fascículo 164, dez.1981, p.643-653. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

_____ PAPA PAULO VI. Conclusões de Mar del Plata sobre a presença ativa da Igreja no desenvolvimento e na integração da América Latina. *In: R.E.B.*, v.27, fascículo 02, jun. 1967, p. 453-466. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 14.

_____ PAPA PAULO VI. “Documentos para a presença da Igreja pós-conciliar na América Latina”. *In: R.E.B.*, v.28, fascículo 02, jun. 1968, p. 431-432. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,16.

_____ ROSSI, Dom Agnelo. Dez anos da Revista Eclesiástica Brasileira. *In: R.E.B.*, v. 11, fascículo 02, jun. 1951, p. 225-231. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 21.

_____ ROSSI, Dom Agnelo. 25º ano da Revista Eclesiástica Brasileira. *In: R.E.B.*, v. 25, fascículo 01, mar. 1965, p. 03-05. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 09.

_____ SALES, Dom Eugênio. A Igreja na América Latina e a promoção humana. *In: R.E.B.*, v.28, fascículo 03, set. 1968, p. 537-554. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 17.

_____ SANTOS, Frei João Batista. A Revolução de Cristo. *In: R.E.B.*, v.24, fascículo 01, mar. 1964, p. 123-125. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

_____ SARANYANA, Joseph-Ignasi. Medio siglo de la Revista Eclesiastica Brasileira (REB). *In: R.E.B.*, v.48, fascículo 220, mar.1986, p. 267. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-145, 01, 02.

_____ SILVA, Dom Augusto Álvaro da. Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 207-208. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

_____ SOUZA, Pe. Marcelo de Barros. Espiritualidade da Terra. *In: R.E.B.*, v. 48, fascículo 190, jun. 1988, p. 353-367. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 17.

_____ TITTON, Frei Gentil. José Gomes da Silva, ex-presidente do INCRA, explica por que saiu. *In: R.E.B.*, v.46, fascículo 181, mar. 1986, p. 183. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 13.

_____ PIVA, Frei Elói. Casaldáliga: O Pedro que faz História. *In: R.E.B.*, v. 46, fascículo 184, dez. 1986, p.859. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 14.

_____ PIVA, Frei Elói. Reforma agrária interessa a Igreja, porque interessa ao povo. *In: R.E.B.*, v. 46, fascículo 183, set. 1986, p. 681-683. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 14.

_____ PIVA, Frei Elói. Bispos compartilham angústias do homem do campo. *In: R.E.B.*, v. 47, fascículo 186, jun. 1987, p.462-463. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 15.

_____ PIVA, Frei Eloi. “Reforma Agrária: o sonho acabou?” *In: R.E.B.*, v. 47, fascículo 187, set. 1987, p. 717-718. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 16.

_____ PIVA, Frei Elói. Campo: os desafios da organização. *In: R.E.B.*, v.48, fascículo 191, set.1988, p. 708. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 18.

_____ PIVA, Frei Elói. Promulgada a nova Constituição brasileira. *In: R.E.B.*, v.48, fascículo 192, dez.1988, p. 978-980. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 18.

_____ PIVA, Frei Elói. Conselho de Segurança Nacional propõe maior controle sobre a Igreja Católica. *In: R.E.B.*, v.48, fascículo 192, dez.1988, p. 986-987. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 18.

_____ WANDERLEY, Luiz Eduardo. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular. *In: R.E.B.*,v.41, fascículo 164, dez. 1981, p.690. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138, 01, 04.

Revista Sedoc:

Disponível na Biblioteca do Seminário São José.

CAVALCANTI, Frei José Kasinski de; DALE, Frei Romeu; ORTH, Frei Odilon. *Editorial da Revista Sedoc*. *In: Sedoc*, v. 1, fascículo 01, jul.1968, p. 06. Biblioteca do Seminário São José.

CASALDÁLIGA, D. Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. *In: Sedoc*,v.4, fascículo 45, fev.1972, p. 955- 984. Biblioteca do Seminário São José.

Bibliografia:

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. **Terra Prometida: As Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais**. São Paulo: Paulinas, 1996.

ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AMADO, Janaina. “Eu Quero Ser Uma Pessoa: revolta camponesa e política no Brasil”. **Resgate**, n. 5. Centro de Memória da Unicamp, Campinas, 1993, p. 47-59.

ANDRADES, Marcelo Ferreira de. **Editora Vozes: 100 anos de História**. Petrópolis: Vozes, 2001.

APTER, David Ernest; VALLIER, Ivan. **Metódos comparativos em Sociologia: Ensaio sobre tendências e aplicações**. Califórnia: Editora da Universidade da Califórnia, 1971.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2009.

BEOZZO, José Oscar. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Paulinas, 1985.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 – 1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra Aprende e Ensina: um estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

BOBINEAU, Olivier; TANK- STORPER, Sébastien. **Sociologia das religiões**. São Paulo: Loyola, 2011.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo libertador**. Petrópolis: Vozes, 1972.

BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRANCO, Carlos Castelo. **Introdução a Revolução de 1964**. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.

BRUMER, Anita. **Sindicalismo e participação dos agricultores em sindicato, em Candelária, Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Dissertação de Mestrado), 1971.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

BRUNO, Regina. **O liberalismo e a reforma agrária: o governo Castelo Branco**. São Paulo: ANPOCS, 1985.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992.

CABRAL, Bruna Marques. **“Do clero e para todo o clero”**: A Revista Eclesiástica Brasileira e a reforma agrária (1950-1964). Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CANTUÁRIO, Maria Raimunda dos Santos. “Descalço sobre a terra vermelha – D. Pedro Casaldáliga”. In: PERARO, Maria Adenir (org.). **Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)**. Cuiabá: EDUFMT, 2008.

CELAM. **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Conclusões de Medellín**. São Paulo: Paulinas, 1987.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHEMERIS, Ivan R. **A função social da propriedade: o papel do judiciário diante das invasões de terra**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

COMISSÃO NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CPT (org.). **CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

CONTAG. **Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília: CONTAG, 1979.

COSTA, Luiz Flavio de Carvalho (org.). **O Congresso nacional camponês: Trabalhadores rurais no processo político brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda e Editora da UFRRJ (Edu), 2010.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu Longe Demais: A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DARNTON, Robert. **O beijo da Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1995.

ECKERT, Córdula. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1984.

ESCRIBANO, Francisc. **Descalço sobre a terra vermelha**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2000.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FARIA, Ana Costa de. **Catolicismo Popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Movimento Social: O caso da reserva extrativista Cazumbá- Iracema.** Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002.

FERNANDES, Bernardes Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961- 1964.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina.** Petrópolis: Vozes, 1971.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez Editora, 1992.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: A revolta dos posseiros.** Curitiba: Criar, 1987.

GONZAGA, Agnaldo Divino. **Anel de Tucum: a missão evangelizadora de Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia.** Goiânia: UCG, Universidade Católica de Goiás, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____, Antonio. **A Questão Meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** São Paulo: Círculo do Livro, 1968.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação: perspectivas.** Tradução de Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1975.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

_____, Jacques & NORA, Peirre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Safe, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____, José de Souza. **O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MAYER, Dom Antonio de Castro; SIGAUD; OLIVEIRA. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. São Paulo: Vera Cruz, 1961.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____, Leonilde Servolo. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

_____, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2017.

MENDONÇA, Sônia. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MONOD, Jacques. **O acaso e a necessidade**. Petrópolis: Vozes, 1971.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MURARO, Rose Marie. **A mulher na construção do futuro**. Rio de Janeiro: Zit Editora, 2007.

_____, Rose Marie. **A mulher na construção do mundo futuro**. Petrópolis: Vozes, 1966.

_____, Rose Marie. **A automação e o futuro do homem**. Petrópolis: Vozes, 1969.

_____, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

NOVAES, Regina. **De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PAIVA, Vanilda (org.) **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

PREZIA, Benedito (org.). **Caminhando na luta e na esperança: Retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RIBEIRO, Luiz Carlos. **Fica, Pedro**. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2016.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de (orgs.). **Intelectuais e militância católica no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

RUIZ, Nicolás Gonzáles. **El periodismo: Teoría e Práctica**. Barcelona: Noguer, 1953.

SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

SALÉM, Helena (org.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1981.

- SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Fim de um mundo aleluia**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____, Kenneth. **Padres, Celibato e conflito social**. São Paulo: Cia das Letras, 2008
- SILVA, Alexandra de Melo e. **A política externa de JK: a operação Pan-Americana**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mancano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil (volume 3). Programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil (volume 4). História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- STUDART, Heloneida. **Mulher: Objeto de cama e mesa**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- TEIXEIRA, Faustino. **A Gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.
- _____, Faustino Luiz Couto. **Comunidades Eclesiais de Base**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- VAILLANCOURT, Jean-Guy. **Papal Power: A Study of Vatican Control over Lay Catholic Elites**. Berkeley: University of California Press, 1980.
- VALLIER, Ivan. **Catolicismo control social y modernización em América Latina**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1970.
- _____, Ivan. "Radical priests and revolution". In: CHALMERS, D. **Change in Latin America. Nex interpretations of its politics and society**. New York: Academy of Political Science, 1972.
- VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.
- WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

Teses, Dissertações e Artigos:

ANTUNES, R. “Lutas sociais e desenho socialista no Brasil dos anos 90” *In: Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, n. 7, 1998, p. 89-110.

ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso. “A Reforma agrária na Constituição de 1988”. *In: Revista Vidya*, jul-dez. 2001, p.113-120.

BARROS, José D’Assunção. “História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço”. *Revista Mouseion*, v. 3, n. 5, jan – jul/2009, p. 35-67.

BETTO, Frei. “Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular”. *In: FLEURI, Reinaldo Matias. Movimento popular, política e religião*. São Paulo: edições Loyola, 1985.

BRITO, Glaucia Ferreira Lima de. “Religião e política não se misturam? Pastoral de Favelas e os Círculos Bíblicos, espaços de fé e de política nas favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro”. *In: CABRAL, Bruna Marques; ALBUQUERQUE, Bruno da Silveira; BRITO, Glaucia Ferreira Lima de. (organizadores). Religião não se discute? Diálogos entre religiões, política e história*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 05, nov. 1995, p.05-31.

CANCIAN, Renato. “Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais”. *Revista Angelus Novus*, ano VII, n. II, 2016, p.95-116.

CARVALHO, Francisco de Assis. **O gênero editorial e a polêmica do Ensino Religioso**. Dissertação (mestrado em Letras). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

CIAMBARELLA, Alessandra. “As mulheres pedem paz: um olhar sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)”. **X Encontro Regional de História- ANPUH-RJ, História e Biografias**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. *Revista Brasileira de História*, vol.24, n.47, 2004, p. 271-302.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre a história da imprensa”. *In: Revista do Programa de Estudo Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p.253-270.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” *In: FERREIRA, Jorge (org.), O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

_____, Lucília de Almeida Neves. “O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.” *Revista Tempo*, n. 28, 2009, p. 125-145.

ESTEVEES, Carlos L.S. **Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) – uma resistência ampliada**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, Niterói, 2007.

FERNANDEZ, Fernando Negret; AZEVEDO, Nayara Juliana Daniel de. “Objetivos e resultados da reforma agrária no Brasil. Estudo de caso do assentamento Canudos em Goiás”. *In: Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano 26, n. 30, Salvador, dez. 2014.

FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961” *In: FERREIRA, Jorge(org.). O Brasil Republicano (volume 3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 303-341.

FICO, Carlos. “História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. *In: Varia História*. v. 28, n. 47, Belo Horizonte, jan-jun. 2012.

_____, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, jan./abr.2017, p. 05-74.

FILHO, Daniel Aarão Reis. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. *In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOTAY, Samuel Silva. “Origem e desenvolvimento do pensamento cristão revolucionário a partir da radicalização da doutrina social nas décadas de 1960 e 1970”. *In: (Vários autores) História da teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981.

HARTOG, François. “Tempo e patrimônio”. *In: Varia História*. v. 22, n.36. 2006, p. 261-273.

HERVIEU-LÉRGER, Daniele. “Catolicismo: a configuração da memória”. *In: Revista de Estudos de Religião – REVER*, n. 02, 2015, p. 87-107.

JUNIOR, Arnaldo Érico Huff. “Religião e História no Brasil: Disciplinas, identidades e políticas em jogo”. *In: OLIVEIRA, Kathlen Luana de; REBLIN, Iuri Andréas; SCHAPER, Valério Guilherme; GROSS, Eduardo; WESTHELLE, Vítor (orgs.). Religião, política, poder e cultura na América Latina*. São Leopoldo: Ed. Faculdades EST, 2012.

KLOPPENBURG, Boaventura. “Bispo jubilar com suas vicissitudes eclesiais”. *Revista Teocomunicações*. Porto Alegre, v.37, n.158, dez 2007, p.511-512.

KRISCHE, Paulo José. “Problemas teóricos das relações entre a Igreja e o Estado na crise de 1964” *In: SOARES, Ricardo Prata e outros. Estado, participação política e democracia*. Brasília: CNPq/ Coordenação Editorial; São Paulo: ANPOCS, 1985.

LUCA, Tânia Regina. “A história dos, nos e por meio dos periódicos” *In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” *In: PAIVA, Vanilda (org.). Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

_____, José de Souza. “Reforma Agrária – o impossível diálogo sobre a história possível” *In: Tempo Social*. São Paulo: USP, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. “Sem Terra, ‘Assentados’, ‘Agricultores familiares’: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”. *In: Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução” *In: FERREIRA, Jorge (org.). O Brasil Republicano (volume 03)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-271.

NAVARRO, Zander; MORAES, Maria Stela; MENEZES, Raul. “Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento”. *In: MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: A problemática dos lugares”. Tradução: Yara AunKhoury. *Apud: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)* São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Ana Luiza Martins Camargo de. **Revistas em revista. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1890-1922)**. Doutorado, FFCL-USP, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e os movimentos sociais. *In: Perspectiva Geográfica*. Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, nº 3, 2007, p. 7-28.

OTLET, Paul. “O livro e a medida: bibliometria”. *In: OTLET, Paul. Bibliometria: teoria e prática*. São Paulo: Cultrix, 1986.

PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. “Gente de menos – Nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985)” *In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. O fim da ditadura e o processo de redemocratização, volume 4*. Porto Alegre: Corag, 2009.

_____, Enrique Serra. “A Igreja Católica e as ditaduras do Cone Sul (1960-1980)”. **Outros Tempos**, v. 12, n. 20, 2015, p. 74-94.

PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. *In: Revista Estudos Avançados*, v.3, n.7, 1989.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; ASSIS, João Marcus Figueiredo. “A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de arquivo”. *In: Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 10, 2016, p. 81-89.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio.” **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n. 3, 1989, p. 03-16.

POLETTO, Ivo. “As contradições sociais e a Pastoral da Terra”. *In*: Paiva, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte, Esperança da Vida: A história das Ligas Camponesas na Paraíba**. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 2000.

REIS, Rossana Rocha. “O direito à terra como um direito humano: A luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil” *In*: **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 86, 2012, p.253-260.

RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n.44, 2002, p.463-488.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade- UFRGS, 1994.

ROTHEN, José Carlos. **Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação**. Tese (Doutorado em Educação). Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

SALES, Jean Rodrigues. “Ditadura militar, anistia e a construção da memória social”. *In*: SILVA, Haike R. Kleber da. (Org.) **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SILVA, José Gomes da. “A reforma agrária no Brasil”. *In*: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 165-190.

SÓTENOS, Abner. “Espionagem, inculpações e repressão na Baixada Fluminense: a Igreja católica e a rede de subversivos”. *In*: ASSIS, João Marcus Figueiredo; RODRIGUES, Denise dos Santos. **Cidadania, movimentos sociais e religião: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica”. *In*: **Vitória**: Revista do Departamento de História da UFES, 1998, p.01-32.

_____, Jessie Jane Vieira de. “Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil”. *In*: **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro, v. 03, n. 02, mai-ago 2011, p. 203-216.

_____, Jessie Jane Vieira de. “A Igreja Católica no Brasil e a ditadura militar: um estudo de caso”. *In*: FERNÁNDEZ, Jorge C. et al. (Org.). **1964 cinquenta anos: descomemorando a(s) ditadura(s) de Segurança Nacional sob a mira crítica da História e da Educação**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. "A organização textual argumentativa em editoriais de jornais". *In: Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TOLEDO, Caio Navarro de. "1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo". *Crítica Marxista*, São Paulo, v.1, n.19, 2004, p.27-48.

_____, Caio Navarro de. "1964: O golpe contra as reformas e a democracia". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 13-28.

VALLIER, Ivan. "Religious elites: differentiation and developments in Roman Catholicism". *In: LIPSET e SOLARI. Elites in Latin America*. Oxford University Press, 1967.

ZENERATTI, Fábio Luiz. "Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil". *In: Caderno de Geografia*, v.27, n.50, 2017, p.441-454.